

# CADERNOS IPPUR

Publicação semestral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

## ***Editora***

Ana Clara Torres Ribeiro

## ***Comissão Editorial***

Ana Clara Torres Ribeiro  
Fania Fridman  
Helion Póvoa Neto  
Hermes Magalhães Tavares  
Pedro Abramo

## ***Assessoria Técnica***

Ana Lúcia Ferreira Gonçalves

## ***Conselho Científico***

Alain Lipietz (CEPREMAP-FR)  
Aldo Paviani (UNB)  
Bertha Becker (UFRJ)  
Carlos de Mattos (PUC-CHI)  
Celso Lamparelli (USP)  
Clélio Campolina (UFMG)  
Hélène Rivière d'Arc (CNRS-FR)  
Inaiá Moreira de Carvalho (UFBA)  
Leonardo Guimarães (UFPB)  
Lícia do Prado Valladares (UNIV.LILLE-URBANDATA)  
Maria de Azevedo Brandão (UFBA)  
Maurício de Almeida Abreu (UFRJ)  
Milton Santos (USP) *in memoriam*  
Neide Patarra (IBGE)  
Ramón Gutiérrez (CEDODAL-AR)  
Roberto Smith (UFCE)  
Rosélia Perissé Piquet (UFRJ-UCAM)  
Tânia Bacelar de Araújo (UFPE)  
William Goldsmith (CORNELL-EUA)  
Wrana Maria Panizzi (UFRGS)

O **CADERNOS IPPUR** é um periódico semestral, editado desde 1986 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Dirige-se ao público acadêmico interdisciplinar formado por professores, pesquisadores e estudantes interessados na compreensão dos objetos, escalas, atores e práticas da intervenção pública nas dimensões espaciais, territoriais e ambientais do desenvolvimento econômico-social. É dirigido por um Conselho Editorial composto por professores do IPPUR e tem como instância de consulta um Conselho Científico integrado por destacadas personalidades da pesquisa urbana e regional do Brasil. Acolhe e seleciona artigos escritos por membros da comunidade científica em geral, baseando-se em pareceres solicitados a dois consultores, um deles obrigatoriamente externo ao corpo docente do IPPUR. Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não expressando necessariamente a opinião do corpo de professores do IPPUR.

## **IPPUR / UFRJ**

Prédio da Reitoria, Sala 543  
Cidade Universitária / Ilha do Fundão  
21941-590 Rio de Janeiro RJ  
Tel.: (21) 2598-1676  
Fax: (21) 2598-1923  
E-mail: [cadernos@ippur.ufrj.br](mailto:cadernos@ippur.ufrj.br)  
<http://www.ippur.ufrj.br>

# **CADERNOS IPPUR**

**Ano XX, N° 2**  
**Ago-Dez 2006**

Indexado na Library of Congress (E.U.A.)  
e no Índice de Ciências Sociais do IUPERJ.

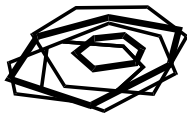
---

Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planeja-  
mento Urbano e Regional da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro. – ano 1, n.1 (jan./abr. 1986) –  
Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 1986 –

Irregular.  
Continuação de: Cadernos PUR/UFRJ  
ISSN 0103-1988

1. Planejamento urbano – Periódicos. 2. Planejamen-  
to regional – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio  
de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano  
e Regional.

---



**IPPUR**  
Instituto de Pesquisa  
e Planejamento Urbano e Regional  
Universidade Federal  
do Rio de Janeiro

# EDITORIAL

No presente, têm sido profundamente desestabilizados os fundamentos materiais e político-ideológicos do planejamento urbano e regional. No que concerne ao território, observam-se, por exemplo, a desigual extensão das novas redes técnicas e a regionalização privada. Quanto ao Estado, constatam-se o deslocamento da ação no sentido de favorecer os investimentos estrangeiros e a implementação de políticas sociais de cunho compensatório. Com relação à economia, multiplicam-se os modelos que procuram sintonizar o novo, tais como os referidos ao planejamento estratégico, aos arranjos produtivos locais, à logística territorial e ao desenvolvimento endógeno.

Sem dúvida, a reorganização do capitalismo na escala mundial, que é subjacente a essa desestabilização, tem imposto um trabalho teórico contínuo a pesquisadores do campo do planejamento urbano e regional. Trata-se de um amplo investimento, não isento de polêmicas, na proposição de conceitos que permitam apreender os sentidos mais amplos das mudanças socioespaciais em curso. As grandes cidades constituem o epicentro desse investimento, já que os impactos da globalização econômica rompem as formas de cooperação e a concentração espacial de recursos que caracterizaram as fases anteriores do capitalismo.

Emergem, atualmente, novas escalas de realização da economia, que mesclam o urbano e o regional, ao mesmo tempo que surgem novos regionalismos, indicativos dos rumos tomados pela atualização da ação político-administrativa. Na América Latina, e particularmente no Brasil, o ajuste, ainda que parcial, a tendências globais tem estimulado a releitura das desigualdades espaciais. Qual é o novo conteúdo das disparidades regionais? Quais são os novos determinantes das desigualdades intra-urbanas? Como os atores políticos têm assumido os desafios do presente? Quais são as potencialidades trazidas pelas novas tecnologias para o desenvolvimento regional? Como a legislação tem acompanhado a dinâmica espacial da economia?

Os artigos publicados neste número dos *Cadernos IPPUR* tratam essas e outras questões relacionadas ao ajuste periférico às condições trazidas pela globalização econômica. Acredita-se, como indicado no segmento "Rumos da pesquisa", que o tratamento dessas tendências pode ser enriquecido por estudos que valorizem tanto a história do pensamento social dedicado às questões urbano-regionais quanto a cuidadosa escuta das múltiplas vozes que expressam leituras sociais do presente. Trata-se da necessária articulação entre o esforço teórico dedicado ao novo e o exame de processos que demonstram a complexidade e a vitalidade do espaço herdado.

# CADERNOS IPPUR

**Ano XX, Nº 2**  
**Ago-Dez 2006**

**SECRETÁRIA**

*Vera Lúcia Silva Cruz*

**REVISÃO GERAL E PROJETO GRÁFICO**

*Claudio Cesar Santoro*

**CAPA**

*André Dorigo*

*Lícia Rubinstein*

**ILUSTRAÇÃO DA CAPA**

*Imagem da direita:* Barranquilla, Colômbia. Foto de Óscar A. Alfonso R. (2007).

*Imagem da esquerda:* Alegoria à "evolução urbana" de Porto Alegre, incluída em livro de autoria de Edvaldo Pereira Paiva, publicado em 1943. Desenho de Deusino Varela.

## SUMÁRIO

### Artigos, 7

***Edward W. Soja, 9***

Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales

***Alberto de Oliveira***

***Jorge Natal, 45***

Questão regional, Estado e desenvolvimento no século XX – "olhares" fluminenses a partir dos "interesses" do Rio

***Marcos Antônio Mattedi***

***Ivo Marcos Theis, 69***

Inovação e desenvolvimento: uma análise comparativa de dois programas de novas tecnologias em Santa Catarina

***Óscar A. Alfonso R., 93***

Economía política del desarrollo inmobiliario residencial, Colombia 1950-2005

### Rumos da Pesquisa, 117

***João Farias Rovati, 119***

Evolução urbana no Rio Grande do Sul: trajetórias intelectuais

***Anita Loureiro de Oliveira, 137***

Música e ação no Rio de Janeiro a partir dos anos 1990: vozes insurgentes na cidade

---

# Artigos

---

---

# Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales \*

*Edward W. Soja*

---

## *Introducción*

En tan sólo unos pocos años una histórica frontera humana como es la demográfica se ha visto desbordada. Por primera vez en la historia, la mayoría de la población mundial vive actualmente desparramada en extensas regiones metropolitanas de más de un millón de habitantes. Lo que es nuevo no es precisamente que la mayoría de los habitantes de nuestro planeta viva en asentamientos urbanos de diverso tamaño, pues probablemente ha sido así durante muchas décadas. El nuevo umbral que se ha al-

canzado implica una concentración extraordinaria de población y, sin lugar a dudas, una concentración aún mayor de poder social, económico, político, y cultural, en alrededor de 400 áreas urbanizadas en continua expansión que han sido descritas por la literatura especializada como ciudades-región globales<sup>1</sup>.

¿Qué son las ciudades-región globales y por qué han llegado a ser tan prominentes en el mundo contemporáneo? ¿Qué distingue a las ciudades-región con

---

\* A Comissão Editorial dos *Cadernos IPPUR* agradece à revista *Ekonomiaz*, do Departamento de Fazenda e Administração Pública do Governo Basco, a possibilidade de publicar este artigo.

<sup>1</sup> El término *ciudad región* (sin guión entre las palabras) es el que se utilizará a lo largo del texto, excepto cuando se haga referencia a escritos en los que expresamente se usaba el término *ciudad-región*. La ausencia de el guión entre ciudad y región, no obstante, no significa que desaparezcan las connotaciones del término con guión, tales como la creciente convergencia entre las escalas regional y urbana o la sutil llamada al viejo concepto de *ciudad-estado*.

proyección global de conceptos afines como ciudad mundial o ciudad global? ¿Cómo y por qué las ciudades-región global plantean nuevos desafíos a la gobernanza regional, la planificación, y la política pública? Abordaré estas cuestiones bajo tres enfoques, intentando reflejar los tres componentes del término compuesto: global; ciudad y región. Comenzaremos con una discusión sobre la globalización y sus efectos sobre las ciudades y áreas metropolitanas, rastreando el surgimiento del concepto de ciudades-región global del discurso de la globalización, al menos parcialmente.

A esto seguirá un examen más concreto de los nuevos procesos de urbani-

zación que han estado transformando la metrópoli moderna durante los últimos treinta años, ligando el concepto de ciudad-región global a lo que he descrito como la transición postmetropolitana (Soja, 2000). El tercer rasgo definitorio recombina de forma original lo global y lo urbano en el contexto de lo que se denomina el Nuevo Regionalismo (NR). Defenderé que el componente regional del concepto de ciudades-región globales es su rasgo más distintivo y analíticamente significativo. La discusión concluye con un comentario conciso sobre la utilidad del concepto de ciudades-región global en el orden de la planificación del desarrollo urbano y regional.

### ***Efectos de la globalización***

El proceso de desarrollo y globalización de las grandes ciudades se ha producido a lo largo de muchos siglos<sup>2</sup>. A lo largo del siglo XVI Amberes era, por ejemplo, el centro más importante de la economía europea. También Londres y Ámsterdam, eran ya ciudades globales en dicho siglo y concentraban los flujos mundiales del comercio y las finanzas. Casos todavía más tempranos de globalización urbana pueden encontrarse en ciudades comerciales, imperiales, y religiosas a lo largo y ancho del mundo entero. La ligazón entre la globalización

y procesos de urbanización no es por lo tanto nueva. La economía de mercado ha acumulado capital a escala mundial desde sus inicios. Precisamente los Países Bajos surgieron como nación a través de su papel crucial en el centro estratégico de la economía mundial en el siglo XVI. Pero eso no quiere decir que una economía mundial sea una economía global. Es ahora cuando está surgiendo una economía global. Desde al menos el comienzo de los sesenta ha habido una creciente toma de conciencia de que está habiendo una aceleración pronun-

<sup>2</sup> Entre los años 800 y 1000, las ciudades europeas con más de 20.000 habitantes pasan de 25 a 35, para llegar a más de 100.000 en 1300. Si en el año 800 las ciudades superiores a 50.000 habitantes son apenas 2 y 4 en el año 1000, en 1300 son 12 y serán 21 en 1500. como dice Jan de Vries, cuanto más avanzamos en la Edad Moderna registramos la formación de un "sistema de ciudades" que cubre Europa occidental como las intersecciones de una telaraña cada vez más tupida.



ciada en la globalización del capital, el trabajo y la cultura, y que esta globalización intensa está teniendo efectos significativos sobre las ciudades y la vida urbana en todo el mundo. El primer paso para entender cabalmente el concepto de ciudades-región globales es analizar someramente la globalización y su impacto sobre las ciudades.

Por economía global entendemos una economía que funciona como unidad en tiempo real a escala planetaria. Una economía donde los flujos de capital, los mercados laborales, los mercados de materias primas, la información, los productos básicos, la gestión y la organización, en fin, las principales funciones del sistema están internacionalizados e interconectados en todo el planeta, aunque de forma asimétrica, y caracterizados por una integración desigual de las diferentes áreas del planeta al sistema global. La globalización de la economía está asociada a un proceso de reestructuración productiva y reorganización territorial en la que las distintas empresas y ámbitos espaciales se aprestan a activar sus propios recursos para no quedar al margen o poder competir con éxito en un mundo cada vez más interconectado. Por ello los efectos de globalización sobre las ciudades y el desarrollo urbano pueden analizarse en dos niveles: interno y externo. En el interior de las ciudades y las regiones metropolitanas, la globalización ha desempeñado indudablemente un papel clave en la reconfiguración de la organización social y espacial de la metrópoli moderna y en el cambio de algunas condiciones básicas de la vida contemporánea urbana.

El aumento de los flujos globales de trabajo y capital y la concentración de estos flujos en ciertas áreas urbanas ha propiciado la extensión de poblaciones metropolitanas hasta alcanzar unas proporciones hasta ahora inauditas, como por ejemplo, donde en Asia oriental varias regiones urbanizadas (ciudades-región) han alcanzado, si no lo han sobrepasado ya, los cincuenta millones de habitantes. Más allá de la contribución a esta expansión demográfica sin precedentes de las poblaciones metropolitanas, la globalización también ha sido un factor de primer orden en la creación de ciudades culturalmente diversas y heterogéneas y económicamente importantes, como nunca antes se había conocido en el mundo, lo que ha entrañado cambios fundamentales no sólo en la geografía metropolitana, sino en los procesos de planificación y toma de decisiones políticas.

También hemos asistido a un cambio significativo de las relaciones de las ciudades con su entorno, en gran parte debido a los efectos geográficamente desiguales de la globalización y al impacto de las nuevas tecnologías de información y comunicación (TIC). Las ciudades han expandido el alcance geográfico de sus interacciones y se han estructurado jerárquicamente según criterios no simplemente de tamaño demográfico, sino sobre todo según el grado de control de los flujos transnacionales de capital, trabajo, información, y comercio, ejercido a través de centros decisorios establecidos en las mismas ciudades. En la medida en que hay una creciente interacción y por ende una creciente influencia mutua

según sus posiciones relativas dentro de esta jerarquía global, los acoplamientos interurbanos a los que asistimos cada vez con más frecuencia superan las fronteras nacionales sustituyéndose los lazos establecidos a larga distancia por aquellos más cercanos que se dan entre ciudades del entorno. Esta madeja de vínculos interurbanos va mucho más allá de los tradicionales compromisos y acuerdos entre "ciudades hermanas" y su objetivo es lidiar con asuntos de gran alcance como la son la inversión transnacional, el comercio, el turismo, la producción industrial, o los intercambios culturales.

En el desarrollo de este proceso no es difícil imaginar en el futuro grandes áreas regionales de actividad económica más o menos especializadas. Grandes circuitos de condensación de actividades económicas en servicios comerciales y bancarios, actividades manufactureras varias, mercados de capitales, centros de extracción-producción y transporte de energía, agriculturas especializadas, etc. Y no hay muchas razones que hagan pensar que esos procesos podrán ser detenidos por las fronteras nacionales existentes. Estas tendencias han llevado a algunos observadores a especular sobre la aparición de un "mundo sin fronteras" del "final del estado nación"

y aún más, el fin de la geografía como una fuerza moldeadora de la actividad económica y de la vida contemporánea.<sup>3</sup> En los últimos años, los efectos desiguales de la globalización económica dentro y entre las ciudades han estado en el origen de numerosos protestas y revueltas urbanas dirigidas en su mayoría contra la globalización en marcha. Independientemente del impacto a largo plazo que pueda tener, está claro que la toma de decisiones y los procesos de planificación local, así como la vida diaria en ciudades, se está viendo cada vez más afectado por el desarrollo cada vez más intenso.

Uno de los primeros en advertir esta nueva configuración en curso tanto interna como externa de las ciudades y sus vínculos con los procesos de globalización fue el teórico de planificación John Friedmann<sup>4</sup>, un investigador puntero de toda la vida en el campo de desarrollo urbano y regional quien a finales de los años setenta examinó las tendencias principales que afectaban a las ciudades y regiones en el mundo entero y, con Goetz Wolff, publicó un artículo en 1982 titulado "La formación de Ciudad Mundial: una agenda para la investigación y la acción"<sup>5</sup>. Este trabajo iniciaría un debate animado sobre la globalización de

<sup>3</sup> Ver Ohmae (1990, 1995); O'Brien (1992).

<sup>4</sup> La primera gran publicación en usar el término "ciudad mundial" fue *Las ciudades mundiales* de (ahora Sir) Peter Hall, publicada en Londres por Weidenfeld and Nicolson en 1966. Sin embargo, esta referencia no fue directamente relacionada con los efectos de la globalización.

<sup>5</sup> Friedmann y Wolff (1982). Ver también Friedmann (1986, 1995). Para una continuación de esta tradición de investigación de la ciudad mundial, ver las ricas y extensas páginas web de Globalization and World Cities Group and Network (GaWC) en <<http://www.lboro.ac.uk/gawc>>.

las ciudades que finalmente jugarían un papel importante en el desarrollo del concepto ciudad-región global.

La "hipótesis ciudad-mundial" como la denominó tan clarivamente Friedmann, examinaba desde la perspectiva del activista social los efectos nefastos de la globalización cada vez más evidentes sobre las condiciones de vida urbana, sobre todo con respecto a la polarización creciente entre las expansivas ciudades del poder financiero y político y los guetos comprimidos de los pobres. También centró la atención sobre dos fenómenos: la red global que ha ido surgiendo y la jerarquía de ciudades y regiones metropolitanas que afectaban de modo significativo al "sistema mundial" de relaciones de poder económico y político, reforzándolo, y enturbiando en alguna medida los acuerdos internacionales entre el Primer y el Tercer Mundo. Este enfoque del desarrollo de las urbes y el énfasis en el alcance regional de las relaciones entre ciudades, así como su interés en la combinación de la cara positiva y negativa de la globalización, esto es, los efectos positivos sobre el crecimiento económico, el comercio o el consumo y los decididamente negativos sobre el bienestar, la igualdad y el medio ambiente marcaría y alimentaría el debate sobre ciudades mundiales a lo largo de muchos años.

El concepto de ciudades mundiales seguiría influyendo en el trabajo de planificadores y geógrafos, pero el término específico ciudad mundial fue eclipsado en la literatura académica y popular por

el término ciudad global, definido y difundido más convincentemente a partir del trabajo de Saskia Sassen (1991, 1993). Bajo la influencia de Friedmann, de la teoría de sistemas mundiales, y de las hipótesis de corte sociológico del postindustrialismo, Sassen centró la atención sobre la polarización social y el intenso crecimiento económico causado por la concentración de poder financiero en un cada vez más pequeño grupo de "centros de mando" globales, lo que podría llamarse los nodos controladores espaciales de una economía global que no cesa de ampliarse. Esto tenía el efecto de estrechar la definición de ciudad global, concentrando la atención sobre las tres grandes "ciudades del capital mundial" (Londres, Nueva York, y Tokio), las llamadas plazas financieras mundiales, y enfocar la atención en el papel determinante del capital financiero en la formación tanto la estructura interna como de las conexiones externas de las principales regiones metropolitanas del mundo.

El concepto de Sassen de ciudades globales también desvió la atención lejos del proceso de reestructuración industrial en curso y de las perspectivas espaciales y regionales que eran centrales al concepto de Friedmann. Incluso con mucha más fuerza, apartó la atención del creciente grupo de geógrafos y planificadores que estudiaban en la Universidad de California, Los Ángeles (UCLA)<sup>6</sup>, las reestructuraciones urbanas y económicas que estaban teniendo lugar. En un entorno tan rápidamente cambiante como Los Ángeles, la UCLA era el centro de investigación empírico para los

<sup>6</sup> Para obtener una breve idea del trabajo de este grupo, ver Soja, Morales y Wolff (1983).

estudiosos de la ciudad global, incluyendo a Friedmann, mientras que Nueva York era el centro principal de los que apostaban por un enfoque más sociológico y financiero.

Diferentes contextos de investigación ayudaron a crear prioridades diferentes y puntos de vista divergentes al estudiar la globalización de ciudades. Aquellos que se centraban en Nueva York y Londres tendieron a adoptar la versión más cómoda de la tesis de sociedad postindustrial, que ve la ciudad global como una ciudad desmantelada industrialmente y dominada por el poderoso sector terciario FUEGO<sup>7</sup> (finanzas, seguro, bienes inmuebles). Al contrario, el colectivo agrupado entorno a Los Ángeles veía no el final del industrialismo y el ascenso de una economía basada en los servicios, sino más bien un proceso de reestructuración industrial y la aparición de una nueva era industrial marcada por una transición del modelo fordista (consumo masivo, grandes escalas de producción, cadena de montaje, homogeneidad de producto, etc.) a la industrialización postfordista urbana. El grupo de investigadores de Los Ángeles era también decididamente partidario de un enfoque más espacial y expresamente regional, un énfasis que conduciría más directamente al concepto de ciudad-región global.

La afirmación y defensa más poderosa del nuevo concepto de ciudades-región globales ocurrió en el transcurso de una conferencia internacional que tuvo lugar en UCLA en octubre de 1999,

y la publicación dos años más tarde del estudio *Global City-Regions*, compilación de las conferencias corregidas por Allen J. Scott (2001), organizador principal del congreso y figura prominente del colectivo de investigadores urbanos y regionales de la UCLA. Entre los participantes y autores capitales estaban los mencionados padres de las nociones de ciudad-global y ciudad mundial (Peter Hall, John Friedmann, Saskia Sassen), especialistas prominentes en economía internacional con un interés particular en la evolución de ciudades y regiones (Kenichi Ohmae, Michael Porter), financieros como el Presidente de Banco Mundial James Wolfensohn, y otros investigadores especialistas en la formación de ciudades-región globales provenientes de Quebec y Ontario, San Paulo y Mombasa, Corea y Japón, Estambul y Brasilia, además de Los Ángeles.

El capítulo primero que fijaba el programa de investigación de *Global City-Regions* fue escrito conjuntamente por cuatro geógrafos y planificadores de la UCLA que han jugado papeles claves en el desarrollo de la teoría urbana y regional: Allen Scott, Edward Soja, Michael Storper, y John Agnew.

Aquí reproduzco un extracto de este capítulo marco.

El concepto de ciudades-región globales puede remontarse al de "ciudades mundiales" de Hall (1966) y Friedmann y Wolff (1982), y al de las "ciudades globales" de Sassen (1991). Sobre estos esfuerzos pioneros, construiremos uno

<sup>7</sup> Juego de palabras en inglés: FIRE (finance, insurance, real estate).

nuevo, tratando de ampliar el significado del concepto base, mediante nuevas perspectivas económicas, políticas, y territoriales, y por encima de todo nos esforzaremos para mostrar cómo las ciudades-región funcionan cada vez más como nodos esenciales espaciales de la economía global y como actores políticos singulares sobre la escena mundial. De hecho, muy lejos de haberse disuelto como objetos sociales y geográficos por los procesos de globalización, las ciudades-región se hacen cada vez más centrales en el tejido de la vida moderna, y aún más en tanto que la globalización (en combinación con las oleadas de cambio tecnológicos) ha reactivado su importancia como base para todas las formas posibles de actividad productiva, sea la manufactura o los servicios, la tecnología avanzada o los sectores de tecnología sencilla. En la medida en que estos cambios han comenzado a definir su curso, se ha hecho gradualmente más evidente que la ciudad en el sentido estricto es una unidad cada vez menos idónea o viable de organización local y social en comparación con las ciudades-región o las redes regionales de ciudades. En este proceso, sostenemos que las ciudades-región globales han surgido como una clase nueva y críticamente importante en el ámbito geográfico e institucional, (Scott, 2001, p. 11-12).

El capítulo comienza con algunas preguntas espinosas. ¿Por qué las ciudades-región globales están creciendo tan rápidamente al mismo tiempo que algunos analistas afirman que el final de geografía está a la vista y el mundo se va convirtiendo en un espacio geográfi-

camente vacío atravesado solamente por flujos de capital e información espaciales? Esta antítesis entre la reordenación de la economía mundial basada en lo espacial y territorial y la basada en flujos internacionales parece responder a dos lógicas contrapuestas, a dos estrategias o tendencias que están dándose simultáneamente: la lógica dominante, sin anclaje territorial, marcada por la gran empresa transnacional que ha cambiado el modo de producción fordista por el de empresa-red, pero cuyo patrón de competitividad sigue apoyándose en la explotación de recursos genéricos (capaces de permitir reducción de costes/precios), pero que son más fáciles de sustituir. La otra estrategia, adoptada por sistemas territoriales de alcance regional y local integrados por pequeñas y medianas empresas que cooperan a la vez que compiten y que, merced a las actuaciones llevadas a cabo por un tejido de agentes sociales e instituciones, son capaces de convertir los recursos genéricos en otros específicos (cultura organizativa, capacidad de gestión, redes sociales, cualificación y formación de recursos humanos), más difíciles de reproducir ya que requieren de un anclaje territorial por lo que están sirviendo como referente teórico.

¿Cómo han respondido las ciudades y regiones con nuevas formas de organización económica y social a la globalización, y que nuevos problemas han surgido como consecuencia? ¿Cuáles son las principales tareas de gobernanza que enfrentan las ciudades-región globales? ¿Pueden las áreas menos avanzadas económicamente del mundo enjaezar las

ventajas potenciales del desarrollo mundial de ciudades-región globales a sus propias ventajas competitivas y recursos? ¿Cómo están siendo desafiadas las nociones tradicionales de democracia y ciudadanía por la aparición de ciudades-región globales? Los subtítulos principales del capítulo incluyen el Nuevo Regionalismo en el contexto global, las ciudades-región como los motores de la economía global, la geografía social de ciudades-región globales, nuevas cuestiones de gobernanza en ciudades-región globales, las ciudades-región globales en países en vías de desarrollo, y desafíos ideológicos y políticos en el nuevo sistema mundial.

Este programa de trabajo representa mucho más que un cambio nominal del análisis de la globalización urbana y del concepto de ciudades globales. Señala una nueva conceptualización mucho más amplia y ambiciosa. Refleja sobre todo y afirma convincentemente el resurgimiento del interés por la importancia del espacio y de la perspectiva espacial, sobre todo en el estudio de procesos de globalización. Hay que recordar que hasta hace bien poco la corriente dominante de la economía no había prestado ninguna atención a la geografía.<sup>8</sup>

Mucho se ha escrito sobre cómo la globalización y las TIC (Internet) han

reducido la importancia del espacio y geografía en sí mismos y de las perspectivas territoriales en el análisis en la medida en que los intensos flujos globales de información, capital, trabajo, y la cultura erosionan fronteras territoriales, las identidades individuales y colectivas y los apegos sentimentales a lugares particulares, ciudades, y regiones. Aquí argumentaremos justo lo contrario. A pesar de la enorme importancia de los flujos que recorren diariamente la economía mundial, la globalización y las nuevas TIC lejos de relegar el papel de lo territorial y local está provocando que el espacio, la localización geográfica, las redes de ciudades como nodos espaciales, el desarrollo territorial, las ciudades y regiones, y el regionalismo adquieran una importancia creciente en el mundo contemporáneo. A través del concepto de ciudades-región global, la globalización, la urbanización, la industrialización, y el desarrollo económico, social, y político, se analizan conjuntamente como procesos fundamentalmente de naturaleza espacial y regional.

En este marco se ratifica también la importancia de la producción industrial y de "todas las formas de actividad productiva", independientemente de que sean en la industria o en los servicios. Se trata de señalar una clara ruptura con las ideas postmodernas y su representación ideológica de la sociedad postindustrial

<sup>8</sup> En las universidades y manuales, la economía se describe sin ciudades y regiones, se trata de una economía esencialmente incorpórea donde cuestiones tales como las causas de la urbanización, las razones de por qué la actividad económica tiene lugar en un determinado lugar geográfico, el por qué los centros comerciales o financieros se crean en determinados puntos espaciales y no en otros, y en general el papel que desempeña la localización física espacial en las decisiones económicas brillan por su ausencia.

y su exagerado énfasis en la importancia del sector servicios. Las ciudades-región globales son todavía manifiestamente la expresión del capitalismo urbano industrial, ahora más vigoroso si cabe por el embate de una fuerza geográfica e institucional nueva cada vez más importante en la economía global. Como Scott y otros han estado argumentando durante muchos años, el sector manufacturero (la industria) sigue siendo todavía un bastión de las economías urbanas, regionales, nacionales, y globales, especialmente cuando se piensa en la aparición de importantes sectores económicos nuevos como la producción de herramientas y servicios de información (hardware y software), servicios avanzados a la empresa (financieros y tecnológicos), la industria de la cultura y la de las artes creativas.

Tras el énfasis en la reestructuración urbana e industrial hay una perspectiva distinta y característica del proceso de globalización en sí mismo. Se argumenta que el rasgo que más distingue la actual fase de globalización no es la extensión del comercio internacional, el alcance global del capital financiero o la inversión extranjera directa, sino que es específicamente la difusión selectiva de las formas avanzadas de producción urbana industrial. La globalización en este sentido ha sido asociada con la creación de "nuevos espacios industriales" en muchas escalas territoriales diferentes, extendiendo las formas avanzadas de industrialización y las condiciones características de las sociedades urbanas industriales a áreas donde muy poco de esto existía antes de las crisis urbanas y otras que marcaron los sesenta (Scott,

1988). La globalización del capitalismo urbano industrial está lejos de culminar, pero ha cambiado considerablemente la tradicional división internacional de trabajo y la clara división existente entre el Primero, el Segundo, y el Tercer Mundo que hubo durante la mayor parte del pasado siglo.

A escala global o internacional, los mejores ejemplos de esta difusión selectiva son los conocidos por el acrónimo inglés NIC (Países Recién Industrializados), incluyendo la incorporación más reciente del llamado "Tigre celta" irlandés. Irlanda es actualmente la tercera economía más rica de Europa después de Noruega y Luxemburgo. Pero también podemos encontrar muchos ejemplos de NIR (Regiones Recién Industrializadas). A escala subnacional, se observa un fuerte ascenso del llamado Sunbelt en EE.UU. y el desarrollo de la llamada Tercera Italia, localizada entre el altamente industrializado norte y el atrasado sur agrícola, es otro ejemplo llamativo. A escala de región metropolitana, tenemos el caso mundialmente renombrado del Silicon Valley en California pero existen otras muchas concentraciones de producción de tecnología avanzada y de empleo muy cualificado que se han desarrollado en zonas anteriormente suburbanas, las llamadas áreas "*greenfield*".

La expansión de estas formas avanzadas de industrialización hacia nuevas localizaciones ha venido acompañada por otra forma de "inversión de roles" de las regiones, en la medida en que regiones en otro tiempo dinámicas como el Cinturón Manufacturero Americano,

la región noroeste de Inglaterra o la cuenca alemana del Ruhr han vivido una desindustrialización selectiva y se han visto obligadas a re-organizar sus economías regionales para evitar el declive industrial sostenido. Un proceso similar se ha producido en el vaciamiento de las concentraciones industriales en los núcleos centrales urbanos de ciudades como Detroit y Cleveland.

Sostenido por los flujos masivos transnacionales e interregionales de trabajo, capital, comercio, y la información, esta reestructuración compleja industrial ha creado una nueva y muy diferente relación entre la globalización, la industrialización, y los procesos de urbanización. El desarrollo desigual de ciudades, regiones, y economías nacionales a través del planeta, así como la aparición del concepto y la realidad de ciudades-región globales,

han sido notablemente conformados por esta nueva relación.

No hay que olvidar que la extensión geográfica de formas avanzadas de industrialización hacia nuevas áreas ha sido acompañada por la profunda desindustrialización de regiones tradicionales de industria en lo que puede llamarse una auténtica "inversión de papeles" desempeñados por las regiones. Regiones industriales históricas que gozaban de una larga prosperidad como el Cinturón Manufacturero Americano, el Noreste Inglaterra, o el Ruhr alemán fueron intencionadamente desindustrializadas con criterio selectivo y forzadas a reorganizar sus economías a fin de evitar un pronunciado declive económico. Un proceso similar está asociado al vaciamiento de las concentraciones industriales en ciudades de economía fordista como Detroit y Cleveland.

### ***Transformaciones urbanas***

Las ciudades y regiones metropolitanas de todo el mundo han estado experimentando significativos cambios durante los últimos treinta años. Mientras continúa todavía el debate en cuanto a si estos cambios han sido realmente transformadores y en qué medida, sin embargo parece haber unanimidad en que tres fuerzas interrelacionadas son principalmente las responsables de esta reestructuración urbana: a) la globalización de capital, el trabajo, y la cultura; b) la formación de una Nueva Economía definida de formas diversas como

postfordista, flexible, global, etc.; y c) el impacto de la revolución de los TIC. Estas tres fuerzas motrices han contribuido de manera fundamental a configurar la metrópoli moderna, un proceso que he descrito como la transición postmetropolitana (Soja, 2000). Al igual que el estudio de globalización, el análisis de los procesos de reestructuración urbanos traza un camino esclarecedor del concepto de ciudades-región globales. Las reglas del juego económico-financiero en vigor refuerzan un orden territorial crecientemente polarizado en



núcleos atractores de recursos, capitales y población y áreas de abastecimiento y vertido que se despliega tanto a escala global como regional y local. El nuevo orden metropolitano resultante es fértil en paradojas: se solapan mercados globales y economías de archipiélago, fenómenos de integración a gran escala y de exclusión socioeconómica, de conexión y de fragmentación territorial.

La metrópoli moderna tal como existió en los años sesenta se ha hecho cada vez más "indelimitable" en varios sentidos de este término. Más que nunca antes, el alcance de la ciudad se ensancha hacia fuera extendiéndose a escala global. El interior metropolitano (*hinterland*) ya no será definido exclusivamente por las fronteras próximas trazadas por la vida cotidiana, los viajes de cercanías que diariamente se hacen al lugar de trabajo, el empleo de medios de comunicación y transporte o las identidades residenciales. Los "límites de ciudad" han explotado en escala y en alcance. Hasta llegar al nivel mundial hay toda una escala espacial que se inicia en lo local y asciende hacia regiones de nueva configuración, estados y conjuntos supraestatales integrados. No se trata de una visión estática, sino de una realidad histórica evolutiva, en proceso de cambio acelerado. Hay múltiples relaciones entrecruzadas entre todos esos niveles, el comportamiento de la economía mundial condiciona, de modo diverso, a las economías particulares; pero, a su vez, viene determinado por el de los principales espacios económicos o por

el de las ciudades-región emergentes. Tampoco hay que ignorar comportamientos de carácter "horizontal" que trascienden a las economías territoriales y se producen en un ámbito mundial como son las estrategias de las grandes empresas transnacionales o las finanzas internacionales (banca y mercados). Toda clase de actividad o acontecimiento urbano, tanto si está engarzada a la producción, al consumo, al comercio, al entretenimiento o la cultura, tiene en algún sentido un carácter no sólo local sino también global, dando lugar a términos híbridos como "*glocalización*" para describir las interconexiones crecientes entre lo global y lo local<sup>9</sup>.

Mirado de un modo diferente, al mismo tiempo que la ciudad-región global se extiende por el mundo entero, éste a su vez también la está influyendo intensamente, creando los espacios más heterogéneos urbanos que jamás hayan existido. Es como si la metrópoli moderna hubiera estado girando sobre sí misma simultáneamente de dentro afuera y, al revés, de fuera adentro, haciendo que lo que asociamos con la ciudad y el urbanismo como un "estilo de vida" aparezca por todas partes mientras al mismo tiempo que lo cosmopolita ("todas partes") cada vez más se hace presente en la ciudad. En este sentido, se puede decir que cada lugar sobre la tierra, desde el Amazonas a la Antártida, está siendo al mismo tiempo globalizado y urbanizado, aunque en intensidades muy diferentes. Pareciera que el mundo como un organismo de cambios

<sup>9</sup> Para una especial discusión y autocrítica del término *glocalización*, ver Erik Swyngedouw (1997).

y contagios se haya puesto en acción. Las ciudades necesitan proyectarse fuera de sí mismas y las que no se expandan fuera de sus tradicionales límites, terminarán por perder la identidad que desean preservar y acabarán por ser englobadas en el universo territorial de otras más poderosas. Crecer o morir parece ser la nueva divisa de la modernidad. El intento de conservar las tradicionales actividades económicas o las particularidades de gobierno evitando una expansión territorial o la asociación e integración en unidades territoriales mayores, ciudades-región globales, termina por no hacer viable su supervivencia.

Un movimiento en espiral similar parece estar ocurriendo dentro de la región metropolitana al estar siendo afectada por las fuerzas de globalización, la reestructuración económica, y las nuevas tecnologías. En un paradójico proceso de deconstrucción selectiva y reconstitución todavía en curso, la metrópoli moderna ha sido desindustrializada e industrializada de nuevo, se ha descentralizado y centralizado de nuevo, en intensidades y mezclas sumamente variadas. La transición postmetropolitana toma muchas formas diferentes en espacios urbanos diferentes. Muchos centros urbanos densamente poblados, por ejemplo, se han "ahuecados hacia fuera", perdiendo población y empleos, mientras otros han logrado lo contrario densificarse y rellenarse de nuevo con la afluencia de emigrantes globales y de

capital proveniente de una inversión mundial revigorizada. Mientras la ciudad interior está siendo configurada de nuevo, también ha comenzado lo que puede ser descrito como la urbanización de suburbios (otro concepto aparentemente paradójico). Lo que antaño fueron los anillos externos concéntricos y homogéneos de las metrópolis se ven hoy salpicados por ciudades-margen (*edge cities*)<sup>10</sup> densamente pobladas, tecnópolis, y otros descomunales polos de concentración de trabajo externos a la ciudad.

En la transición entre la metrópoli y la postmetrópoli, el foco típicamente monocéntrico de la región metropolitana se ha hecho cada vez más policéntrico o multinodal. Una vez que distintas concentraciones urbanas han ido esparciéndose y multiplicándose desde el centro hacia los suburbios y han comenzado a estabilizarse como aglomeraciones periféricas el predominio de la ciudad central se debilita. Lo que anteriormente eran fronteras relativamente claras entre la ciudad y la periferia, lo urbano y lo no urbano, el urbanismo y el suburbanismo como modos de vida claramente diferentes se hacen cada vez más difusos y difíciles de distinguir en la medida en que surgen las nuevas redes de interacción y la ciudad fluye sobre el suburbio y viceversa. Lo que está surgiendo de estos cambios puede describirse como un proceso de urbanización regional. Asistimos a una reno-

---

<sup>10</sup> Las ciudades-margen (J. Garreau, 1992) describen los inmensos centros comerciales, centros de convenciones y complejos de oficinas que se extienden por las áreas suburbanas de las ciudades norteamericanas que compiten con sus tradicionales centros comerciales y financieros.

vación del papel de las regiones y las ciudades como lugar de toma de decisiones y foro de autonomía política; las ciudades-región están claramente surgiendo como guías y fuerzas motrices en la construcción de la nueva sociedad mundial.

Uno de los ejemplos más notables de urbanización regional se encuentra en la ciudad-región Los Ángeles. En los años 1960, el área urbanizada de Los Ángeles estaba entre la menos densa de todas las áreas principales metropolitanas de EE.UU. Hacia 1990, sin embargo, ésta había ya sobrepasado el área urbanizada de Nueva York convirtiéndose en la más densa del país. Mientras más de un millón de residentes blancos y negros abandonó el centro de la ciudad, no menos de cinco millones de nuevos emigrantes lo inundaron, creando una densidad poblacional en el viejo corazón urbano parecida a la de Manhattan. Al mismo tiempo, al menos tres ciudades externas, la más grande situada en el Orange County, crecieron desbocadamente en barrios periféricos de los suburbios, elevándose allí también los niveles de densidad demográfica. No es, por tanto, sorprendente que el concepto de ciudad-región global se ha desarrollado a partir de sus fuertes raíces en Los Ángeles.

La creciente urbanización regional a escala mundial y el proceso de transición histórica que están experimentando las ciudades han venido indisolublemente asociados con la crisis de las identidades culturales y nacionales y con las desigualdades crecientes que conducen

a la polarización social, intensificando muchos de los problemas identificados por Friedmann a finales de los años 1970. La marcha hacia lo supranacional empaña y difumina las identidades nacionales, las barreras sociales y económicas provocando una polarización social y territorial que se proyecta no solo dentro de los países sino también dentro de las ciudades, haciendo que, por ejemplo, la esperanza de vida en los barrios desfavorecidos de Nueva York o Los Ángeles caiga por debajo incluso de la media de los países más pobres. La polarización social avanza así de la mano de la segregación espacial y cultural, amenazando con romper el espacio de vida colectivo, de libertad, apertura y de civismo que en su día fue o pretendió ser la ciudad. Durante los últimos treinta años, no sólo se ha ido ensanchando la brecha entre ricos y pobres en las ciudades principales estadounidenses (encabezado por Los Ángeles y Nueva York), sino también se ha producido una reducción significativa del tamaño de la clase media, con unos pocos afortunados (comúnmente definido como el *yuppy*) que han logrado ascender por la escala de ingresos mientras un número mucho más grande cae hacia las filas crecientes de los trabajadores urbanos pobres. Incluso donde hay fuertes sistemas de bienestar de lucha contra la pobreza y la exclusión que han amortiguado esta polarización de ingresos, como en la mayor parte de la Unión Europea, las ciudades se han ido dividiendo cada vez más política y culturalmente. Han sido sobre todo los conflictos entre poblaciones domésticas e inmigrantes el eje fundamental de la

discordia. Las grandes ciudades europeas están concentrando en sus periferias a la abrumadora mayoría de los millones de inmigrantes de la última década y de ciudadanos de minorías étnicas (hijos e hijas de inmigrantes). La ocupación del territorio urbano por la nueva pobreza y los colectivos desarraigados están alimentando las olas de racismo y xenofobia que están sacudiendo las instituciones nacionales y de la nueva Europa.

En este contexto de desigualdades y polarizaciones cada vez más profundas, de creciente heterogeneidad cultural (consolidación de sociedades multiétnicas y multiculturales no integradas), y una rápidamente cambiante geografía urbana, la postmetrópoli que todavía está en proceso de desarrollo se ha convertido en un espacio sumamente volátil, aparentemente listo para explotar bajo sus nuevas contradicciones. Esto ha provocado que por todo el mundo, se expanda una verdadera globalización, a lo que Mike Davis ha llamado "el urbanismo obsesionado por la seguridad" y la "ecología de miedo" (Davis, 1990). La amalgama de inseguridades y de amenazas conduce a situaciones anímicas en las que el encapsulamiento y la exclusión pasan a ser la primera ley de supervivencia. La arquitectura se ocupa entonces del control urbano, la vida urbana en cualquier lugar del mundo se fortifica cada vez más detrás de complicados sistemas

de alarmas, gruesos muros defensivos rematados con espiral de pinchos y cables electrificados, entradas blindadas, garitas armadas en las esquinas de las zonas residenciales. En fin, barrios, residencias, casas y propiedades transformados en baluartes fortificados con cámaras de vigilancia omnipresentes.<sup>11</sup>

Todas estas transformaciones urbanas han tenido el efecto adicional de enturbiar otro límite, el que de manera convencional se conocía como las escalas urbana y regional-metropolitana. Antes era bastante fácil distinguir lo urbano de lo regional como niveles diferentes de análisis. En la gran metrópolis moderna o postmetrópoli, los dos parecen mezclarse de muchos modos diferentes. Así, la estructura simple de la metrópoli moderna, con su clara división entre urbano y suburbano, su estructura monocéntrica basada en el modelo núcleo-periferia se ha hecho añicos y se ha transformado en un abigarrado conjunto de formas nuevas y todavía inestables de en tres metropolitanos de naturaleza multinivel y policéntricos, en un regionalismo complejo y asimétricamente conectado en red, una amalgama de grandes regiones multiculturales estructurada entorno a ciudades de distinta posición jerárquica. Esto también nos plantea quizás el rasgo más definitivo del concepto de ciudad-región global, centrar su foco de atención en las regiones y el regionalismo.

---

<sup>11</sup> Los Ángeles, ciudad presentada como una especie de laboratorio en que contemplar ciertas tendencias de los macroprocesos de metropolización actualmente en marcha: desindustrialización y deslocalización a escala gigantesca y reindustrialización, externalización de la mano de obra, tematización, desarticulación de la dialéctica centro-periferia, etc. Es una guerra de baja intensidad contra y entre las bandas, que ha convertido Los Ángeles en una ciudad en estado de excepción permanente, en la que la policía goza de poderes desmesurados que usa para imponer un auténtico régimen de terror.

## *El Nuevo Regionalismo*

### **Orígenes del Nuevo Regionalismo**

El renacer y afianzamiento del NR ha estado estrechamente relacionado con el interés en redes y nodos y el papel de la aglomeración urbana e industrial, (los *clustering*) en la generación de fuerzas de creatividad e innovación en las economías regionales. La estructura interna de las regiones o, más expresamente, de la ciudad-región global está compuesta por redes de nodos urbanos de tamaños diferentes conectados unos a otros por flujos de personas, bienes, información, inversión de capital, ideas, etc. A escala global, forman un mosaico, un archipiélago de ciudades-región que cubren casi la superficie de toda la tierra y está organizado en una estructura jerárquica fluida de acoplamientos interregionales. Cada vez más, estas redes de ciudades-región compiten con las economías y mercados nacionales como fuerzas conductoras del desarrollo de la economía global.

El concepto ciudad-región global está más directamente arraigado al resurgir del interés por las regiones y el regionalismo que al estudio de globalización y su impacto sobre la reestructuración urbana y metropolitana. El énfasis en el plano mundial de las transformaciones económicas en curso, es decir, el estudio de la globalización no puede hacernos

ignorar, la existencia de niveles inferiores en los que el sistema económico global que va configurándose opera de forma diferenciada, segregando toda una nueva gama de interacciones entre lo internacional, los espacios o bloques económicos, las nuevas regiones intra e interestatales, los estados y las localidades. El proceso de articulación del espacio de la economía mundial es por lo demás complejo<sup>12</sup>. No solo se aumenta el alcance de las nuevas formas regionales como se ha dicho sino también la diversificación de los nexos, la extensión y tipología de las relaciones.

En esta economía global ¿cuál es el nivel que debemos considerar primario: municipios, regiones, estados, bloques económicos o en el extremo superior la economía mundial? No existe un criterio objetivo que proporcione una respuesta indiscutible, por lo que hay que recurrir a una convención, más o menos arbitraria, establecida en función de lo que nos interese investigar. Tradicionalmente se parte del espacio de los estados, las economías nacionales, por considerarlas centro gravitacional de todo el funcionamiento, porque han sido a lo largo de al menos los dos últimos siglos los espacios económicos básicos, donde además, reside la mayor riqueza de información. Pero optamos por considerar lo más relevante los

<sup>12</sup> Aun cuando llegásemos a la conclusión de que existen niveles diferenciados dentro de la economía mundial, se suscitarían nuevos problemas. ¿Qué grado de dinámica específica tienen esos niveles? ¿Cómo se interrelacionan? ¿Es posible establecer tipologías significativas de su interdependencia? ¿Cómo caracterizar la inserción de los niveles regional y local en el proceso de globalización? ¿Cuál es su margen de libertad? ¿Hasta qué punto es posible aumentarlo y a través de qué medidas?

subespacios en ellos contenidos, de ámbito regional y local, cuya articulación influye en la configuración de las economías nacionales y que son, a la vez, capaces de establecer relaciones directas de nuevo tipo con otros territorios incluso más allá de las fronteras nacionales donde se hayan. No hay pues ningún plano, mundial, estatal, regional o local, exclusivo y excluyente que en el mundo actual pueda identificarse como el primordial. Por el contrario existen dinámicas económicas significativas en todos los niveles mencionados. El grado de consistencia como sistema de cada nivel y la articulación actual y tendencial entre los distintos niveles sistémicos detectados se convierte en una cuestión central. Lo que afirma el NR es que la dimensión regional de la globalización y los procesos de urbanización son con mucho lo más importante de las transformaciones en marcha. Es la perspectiva regional la que absorbe y define fundamentalmente la interacción entre globalización, urbanización, industrialización, y desarrollo, y establece el concepto de ciudad-región global como fundamento de una forma particular de análisis e interpretación.

Durante las tres últimas décadas, hemos asistido a no sólo una vuelta pronunciada multidisciplinar hacia el pensamiento y el análisis espacial, sino también a un desarrollo estrechamente relacionado con las perspectivas específicamente regionales. Este NR, como ha venido a llamarse, ha estado jugando un papel particularmente importante en

la formación del sentido teórico y práctico de la globalización, la reestructuración económica, el cambio tecnológico, y otros procesos que conforman la vida contemporánea. El sostén del NR es una teorización significativamente nueva de los conceptos claves de región y regionalismo de la que a continuación vamos a presentar alguna reflexión relevante.

El regionalismo en el sentido más amplio del término es una forma de lograr mayor visión teórica y conocimiento práctico de las regiones, una creencia pragmática activamente defendida de que las regiones son instrumentos útiles para alcanzar una amplia variedad de objetivos. Estos objetivos pueden ser inducir un desarrollo económico más rápido y equitativo, el mejoramiento de la eficacia administrativa, la promoción y defensa de la identidad cultural, el realzar la democracia participativa y la representación política, la conservación del medio ambiente natural, y el estímulo de la innovación y la creatividad. Como forma de propugnar y afirmar, un programa defiende la acción colectiva. Por ello el NR es intrínsecamente político, esto es promueve ideas, organizaciones, e identidades regionales en modos y formas que a menudo no encajan fácilmente dentro de las estructuras políticas existentes. Esto conecta el regionalismo con los temas de la gobernanza, y sobre todo con las dimensiones territoriales o espaciales de gobierno, la administración, el control social, y la recreación del medio ambiente sea natural o creado<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> La conexión entre regionalismo y gobernanza territorial se remarca en la raíz latina *regere*, que significa dirigir o gobernar sobre un espacio definido. De ahí han derivado términos como régimen, regir, regentar, regular y la propia región.

Como se ha dicho la globalización de la economía está asociada a un proceso de reestructuración productiva y reorganización territorial en las que empresas y ámbitos espaciales se aprestan a activar sus propios recursos para no quedar al margen o poder competir con éxito en un mundo cada vez más interconectado. La estrategia adoptada por múltiples sistemas locales integrados por pequeñas y medianas empresas que cooperan a la vez que compiten y que, merced a las actuaciones llevadas a cabo por un tejido de agentes sociales e instituciones, son capaces de convertir los recursos genéricos en otros específicos (cultura organizativa, capacidad de gestión, redes sociales, cualificación y formación de recursos humanos), más difíciles de reproducir ya que requieren de un anclaje territorial están sirviendo como referente teórico en programas de desarrollo regional. Esta estrategia, en la que el territorio pasa de ser escenario a convertirse en protagonista de los procesos de desarrollo, responde como se verá al modelo de distrito industrial o sistema productivo local para explicar el éxito de las áreas de industrialización difusa del centro y nordeste de Italia. Se trata de ámbitos donde la proximidad espacial, las relaciones interempresariales y las redes socio-institucionales favorecen la aparición y difusión de conocimientos convirtiendo a los distritos en áreas potencialmente innovadoras, lo que explica su consideración como territorios emergentes en la lógica productiva actual.

A menudo, el término región ha sido usado solo para referirse a una zona gris

situada entre la escala subnacional y la supraurbana, es decir a regiones geográfico-económicas o estados regionales como Quebec y Cataluña, así como a regiones metropolitanas, como el Gran Montreal o Barcelona. La ciudad-región global puede ser vista sentándose a horcajadas sobre estas dos formas, entre el estado y la ciudad. El término región también puede ampliarse conceptual y analíticamente para describir todo tipo de dominios espaciales organizados y delimitados, desde las "burbujas" espaciales personales que rodean el cuerpo humano, que definen la más íntima región geográfica, y ascendiendo por una escala de formas geográficas intermedias, hasta llegar al planeta Tierra, la región más grande ocupada por los humanos.

Pensamiento programa de acción e identidad regional están pues estrechamente asociados con conceptos y teorías de naturaleza geográfica. Esta conjunción de regiones y escalas diversas puede ser expresada en una declaración axiomática u ontológica que describe la especialidad como dimensión fundamental de vida humana. La existencia de todos los seres humanos se desarrolla en *nesting of nodal regions* (regiones de nidos nodales), comenzando con la región móvil del propio cuerpo y siguiendo el movimiento hacia arriba por el ambiente construido de habitaciones, casas, vecindarios, barrios, etcétera hasta llegar a ámbitos más y más grandes. Mientras el significado específico, el número de estas escalas y su influencia sobre nuestras vidas varían de un lugar a otro, de cultura a cultura, y cambian a lo largo de la historia, hay siempre un

sistema de nidos nodales que moldean el comportamiento humano y su existencia. En el mundo moderno, las escalas más grande definidas concretamente según tales términos son la región metropolitana la región subnacional, el estado nación las regiones supranacionales como la Unión Europea, y finalmente la región global. El que a pesar de su indudable influencia en nuestra vida podamos no ser deliberadamente conscientes de esta regionalización multiescalar y en efecto, todavía se ha escrito relativamente poco expresamente sobre ello en las ciencias sociales, no deja de reflejar un rasgo fundamental de vida humana.

Hay mucho más que decir sobre esta regionalidad multinivel omnipresente. Es importante reconocer, por ejemplo, que este sistema de nidos nodales es una construcción social y no algo que nos venga naturalmente dado. Esto significa que regionalidad y regionalismo al no ser ambos socialmente cambiados o reformados. Efectivamente, durante la década pasada, se ha desarrollado una literatura creciente sobre la noción del nuevo escalamiento regional o territorial, sobre todo en conexión con la globalización creciente y los efectos de la Nueva Economía<sup>14</sup>.

La dimensión espacial de la globalización la vemos como una reconfiguración simultánea de espacios sociales superpuestos en múltiples escalas geográficas, modificación en todas ellas de

las estructuras geopolíticas y geoeconómicas enraizadas. No estamos, por tanto, sólo ante la expansión físico-geográfica de la economía de mercado, sino frente a la transformación de los espacios sociales y políticos en los que se asienta, ante una contradictoria reconfiguración del espacio social que acaece simultáneamente en múltiples escalas geográficas, que no son ni autosuficientes, ni estancas, ni recíprocamente excluyentes. El espacio social global se nos presenta como un complejo mosaico de nodos, niveles, escalas y morfologías superpuestas e interdependientes. El proceso de globalización deja de concernir sólo a lo mundial, ya que afecta, modifica y transforma todos los espacios, haciendo que la territorialidad se diferencie de nuevo concretándose en múltiples plasmaciones institucionales. Todo proceso histórico de cambio tiene lugar a través de la continua producción y transformación de los límites territoriales establecidos y de las prácticas espaciales que contienen. Pero esta capacidad de modificar la escala de la territorialidad alcanza un grado cualitativo en la fase actual de la globalización y se convierte en diferencia específica de ésta.

Un ejemplo de estas interrelaciones y morfologías solapadas fue discutido anteriormente al hablar de la posible convergencia que enturbia los ámbitos urbano y regional. El otro tiene que ver con la reestructuración del estado nación y la soberanía nacional en relación con los regionalismos subnacionales y supra-

---

<sup>14</sup> Para un reciente y excelente estudio sobre este tema, ver Neil Brenner (2004). La obra de Brenner está directamente relacionada con los trabajos existentes sobre economía política regional y reestructuración industrial.



nacionales, ejemplificados en los debates sobre la distribución de poderes en la Unión Europea, en la medida en la que funciones características del poder político son ejercidas externamente al territorio sobre el que se ejerce soberanía o, al menos, son determinadas o condicionadas exógenamente.

Las distintas escalas regionales y las estructuras centro-periferia a su vez a menudo están asociadas con los diferentes niveles de poder o influencia ejercidos sobre nuestras vidas individuales y colectivas. Tradicionalmente se ha partido del espacio de los estados y las economías nacionales, por considerarlas centro gravitacional de todo el funcionamiento, porque han sido a lo largo de al menos los dos últimos siglos los espacios económicos básicos, la escala regional más influyente donde además, reside la mayor riqueza de información. Recientemente, la escala global ha aumentado considerablemente en su influencia tanto absoluta como relativamente. Esto ha generado una literatura interesante y popular sobre el impacto de la globalización en la mengua del poder y de la soberanía del estado-nación y el desarrollo de nuevos conceptos de ciudadanía en una gama que va de lo local a lo global (ciudadanía cosmopolita), por lo que la naturaleza exclusivamente nacional de ciudadanía está crecientemente cuestionada (Isin, 2000, 2001).

Pero actualmente lo más relevante son los subespacios nacional-estatales, de ámbito regional y local, cuya articulación influye en la configuración de las economías nacionales y que son, a la

vez, capaces de establecer relaciones directas de nuevo tipo con otros territorios incluso más allá de las fronteras nacionales donde se hayan. Las regiones y el regionalismo en este sentido general pueden así ser vistos como conceptos e hipótesis meso-analíticos situados en medio y sirviendo como un eslabón que vincula los niveles macro y micro o, con más precisión hablando en términos regionales, lo global y lo local. A la vanguardia en el desarrollo del NR ha estado la formación de un campo híbrido de economía política regional, un fértil campo que aporta una visión creativa meso-analítica construida combinando distintas perspectivas de la economía política urbana e internacional, ligando estrechamente lo exógeno (factores incontrolados), o sea las fuerzas de la globalización que actúan de la cima a la base o de arriba abajo (nivel macro) a lo endógeno, que van de la base a la cumbre, de abajo arriba, (nivel micro), como son los procesos de reestructuración urbana industrial, deslocalización, etc. Dicho brevemente, el NR es una nueva perspectiva proveniente de la interacción de lo global y lo local vistos ambos no simplemente como un dualismo o dicotomía, sino como los eslabones finales de un encadenamiento de múltiples escalas regionales intermedias. Una gama de variantes se configuran como opciones combinables. La articulación de ese complejo de espacios intermedios deviene un gran desafío cuya existencia se sustenta en un entramado institucional suficientemente enraizado y controlado y en diversas ciudadanías simultáneas. Esta articulación no debe interpretarse como una simple y única

relación entre lo particular y la totalidad, lo local y la economía mundial, porque en toda dinámica, existe no tanto dilución de las relaciones y límites anteriores como articulación, combinatoria de planos; local, nacional, 50internacional, global, perviven, surgen y se combinan de mil maneras, derivándose una combinatoria de múltiples articulaciones; opera en sentido vertical, ascendente en escalones sucesivos, con cada nivel relacionándose con el inmediato siguiente, desde lo local a lo mundial, atravesando regiones y estados; se forman redes dentro de los mismos niveles (interestatal, interregional, interlocal); aparecen nuevas instancias, como bloques o regiones transfronterizas, fruto de la integración de estados preexistentes; se establecen también, interrelaciones cruzadas, con vinculaciones directas que se saltan los escalones intermedios: de lo local con lo estatal o directamente con lo mundial (ciudades mundiales), de lo regional con bloques y mundos (áreas geográficas que agrupan territorios pertenecientes a distintos estados), etc.

Quizás la expresión más poderosa del NR vista desde la óptica de la economía política regional es el título de una obra acertadamente nombrada, *El Mundo Regional*, escrita por Michael Storper (1996), por lo que no es ninguna mera coincidencia que su autor también haya contribuido considerablemente al desarrollo del concepto de ciudad-región global. Como Storper apunta, casi todos los enfoques más tempranos del regionalismo y el desarrollo regional trataron la región como una variable casi completamente dependiente, un resultado

de fuerzas sociales, económicas, y políticas subyacentes, conceptuándolo como un dominio externo, un contenedor en el cual las cosas pasan, pero raras veces como una variable independiente, un factor que influye y moldea todos los demás ámbitos. Las estrategias de desarrollo basadas en una red de agentes sociales e institucionales en la que el territorio pasa de ser escenario a convertirse en protagonista de los procesos de desarrollo responden a modelos surgidos de las propuestas del NR. Se trata de ámbitos donde la proximidad espacial, las relaciones interempresariales y las redes socio-institucionales favorecen la aparición y difusión de conocimientos convirtiendo a las regiones en áreas potencialmente innovadoras, lo que explica su consideración como territorios emergentes en la lógica productiva actual. Hoy, la región está siendo concebida de manera bastante diferente, y es esta diferencia lo que más enérgicamente distingue la ciudad-región global de otros conceptos relacionados.

Storper define las regiones como las unidades fundamentales de la vida social, comparable en importancia a la familia, el estado, y el mercado como modos y ámbitos básicos de organizar las sociedades y las relaciones sociales. Además, argumenta que las regiones y el regionalismo son igualmente fundamentales como fuerzas motrices para el desarrollo social, similares en impacto e influencia a fuerzas sociales tales como la innovación tecnológica, la división de trabajo, el comportamiento optimizador guiado por el lucro y el interés o la libre competencia de los mercados. En otras pa-

labras, las regiones y, en particular, las economías regionales cohesionadas y consistentes, son fuerzas activas y formaciones sociales singulares que pueden influir considerablemente en nuestras vidas, tanto positiva como negativamente, a través de modos que van bastante más allá de las influencias físicas ambientales, el acceso a los recursos, o las ventajas simples de localización.

En ciertas condiciones, las regiones o, en palabras de Storper, los “mundos regionales de producción”, pueden ser vistos como generadores del desarrollo y el cambio y estímulos de la innovación y la creatividad. Esta reformulada visión de las regiones que ha tenido importantes repercusiones teóricas y prácticas, proporciona un fundamento y explica muy convincentemente el resurgimiento del interés por las regiones y por el NR y, de un modo indirecto, manifiesta por qué la “regionalidad” es tan central al concepto de ciudad-región global. La ciudad-región global no es solamente una nueva vuelta de tuerca al concepto de ciudad global, sino que es un argumento teórico y una actitud reivindicativa para situar a las regiones en primera línea en el análisis y la interpretación de globalización, la formación de una Nueva Economía, el impacto de nuevas tecnologías, y el modelo de desarrollo urbano y metropolitano.

### **La estructura nodal y las economías de aglomeración**

El término nodal acentúa otro aspecto fundamental de la regionalidad, la ten-

dencia de las regiones a organizarse entorno a centros o nodos. La existencia de nodos de alta concentración, capaces de recibir y procesar flujos de información, recursos financieros, servicios y de redistribuir eficazmente los *inputs* recibidos de centros nodales fundamentales que usan su potencial y las nuevas TIC para extender y profundizar su alcance mundial es un elemento clave de la actual regionalidad. El grado de conexión a los nodos es también determinante de la posibilidad de acceder a esos flujos y de las distintas inserciones espaciales inducidas. La proximidad e intensidad de la conexión a un centro nodal por lo general trae ventajas competitivas (regional). En este sentido, ocupar una posición central o centralidad también define su contrario, ocupar una posición periférica (periferialidad o marginalidad) entraña potencialmente una desventaja relativa, dando a todas las regiones al menos una estructura de periferia principal superficial. En la nueva economía la productividad y la competitividad de las regiones, las ciudades y las ciudades-región está determinada por su habilidad para combinar capacidad de información, calidad de vida y conectividad a la red de grandes nodos metropolitanos a escala nacional e internacional.

La “nodalidad”, o mejor la conectividad a los nodos centrales del sistema regional genera ventajas económico competitivas y estimula las fuerzas del desarrollo de dos modos diferentes por lo menos. El primero obviamente, proviene de los ahorros de tiempo y energía asociados con la acumulación (beneficios

de aglomeración o clustering) de actividades en el espacio, reduciendo los costes de transacción e información y de distancia. Esto ha sido la base de lo que durante mucho tiempo se ha conocido como economías de aglomeración o economías de localización. Estos ahorros y otras ventajas debido a la proximidad pueden tomar muchas formas: el aprovisionamiento de materias primas e *inputs* de los procesos de producción (encadenamientos hacia atrás en la matriz de interrelaciones), en el acceso a los mercados de consumo y a otros productores (encadenamientos hacia adelante), en la búsqueda de habilidades técnicas especializadas y de fuerza de trabajo cualificada. En términos sencillos, habiendo necesidad de recursos, incluyendo el capital humano, tener cerca al alcance de la mano polos de fuerza de trabajo cualificada puede reducir los gastos de producción e inducir crecimientos de la eficiencia y la productividad.

Además de estos efectos claramente visibles de reducción de coste directos de la nodalidad o conectividad (*nodality effects*), hay otras ventajas menos tangibles que pueden ser descritas de manera amplia como “efectos de innovación y aprendizaje”. Estos no sólo ayudan a reducir los gastos de producción, sino que contribuyen al crecimiento económico continuo y a una expansión económica sostenible. Podemos referir a estos efectos generados por la aglomeración, más difíciles de medir y de muy complejo funcionamiento, como “economías de urbanización”, y

se han convertido en centro de investigación principal de la nueva economía política regional. Aquí el análisis va mucho más allá de la difícil estadística de relaciones input-output para la firma individual o para el grupo o sector económico para ir al lado más cualitativo de los “mundos regionales de producción” (Storper) y pone de relieve la importancia de factores fundamentales del desarrollo como son los emparentados como convenciones sociales, fidelidades y compromisos no recogidos en contratos negociados jurídicamente, el pensamiento estratégico reflexivo, y otros activos regionales específicos.

Entre los economistas que más tempranamente reconocieron estas ventajas menos calculables que provienen de la aglomeración urbana está Alfred Marshall, una figura clave en el estudio de externo o economías de aglomeración y la formación de “distritos industriales”<sup>15</sup>. Marshall vio estas ventajas “en el aire” o la atmósfera de la ciudad y el cluster industrial. Cómo esta atmósfera funciona para estimular la productividad y el crecimiento eran confusos, pero que había algo innegable en la emanación especial de aglomeraciones y se vinculó a los efectos inducidos de creatividad y aprendizaje.

Las aglomeraciones territoriales de empresas (clusters) han recibido una atención creciente dentro del análisis de la ventaja competitiva de la empresa. Algunas experiencias empresariales (por ejemplo: Silicon Valley o la Tercera Italia)

<sup>15</sup> Resulta tentador recordar aquí la frase asociada a la vieja Liga de Ciudades Hanseáticas, siglos atrás “el aire de la ciudad te hace libre”.

han aportado importantes fuentes de datos y han ayudado a la difusión del fenómeno. Entre los conceptos propuestos, el de "distrito industrial" puede definirse como "una entidad socio-territorial que se caracteriza por la presencia activa de una comunidad de personas y una población de empresas en un área natural e históricamente limitada". Así pues, el distrito industrial está comprendido por numerosas pequeñas empresas que desarrollan actividades relacionadas y que están localizadas en una comunidad claramente identificable, donde los participantes comparten un sentimiento de pertenencia o identidad común, así como un sistema de valores y creencias. Aunque el distrito industrial se puede considerar como un territorio caracterizado por un cluster productivo particular, es preferible una definición socio-económica del mismo, entendiéndolo como un proceso "emergente" más que como una simple localización productiva, reforzando por tanto, la importancia del contexto social en el mismo. Es un tejido de agentes sociales e instituciones, capaces de convertir los recursos genéricos en otros específicos (cultura organizativa, capacidad de gestión, redes sociales, cualificación y formación de recursos humanos), más difíciles de reproducir ya que requieren de un anclaje territorial e identitario. Recientemente algunos autores han integrado la literatura de los distritos industriales con las teorías de la creación del conocimiento y la innovación. Las empresas aglomeradas presentan capacidades para la combinación y recombinación de conocimientos diversos. Dentro de los distritos existe una dotación de conocimiento compartido

en el ámbito de todo el distrito. Esta idea ya fue señalada en las economías marshallianas y ha venido a confirmarse por el aprendizaje colectivo de las aglomeraciones intensivas en conocimiento como Silicon Valley. En conclusión, la esencia de las concentraciones de empresas se encuentra en los mecanismos colectivos de gestión de recursos humanos para desarrollar aprendizajes especializados y acumular conocimiento.

En los años 1960, Jane Jacobs percibió claramente los efectos generativos y creativos de la aglomeración urbana y le sacó mucho partido al asunto hablando "de la chispa" de vida urbana económica. Incluso fue mucho más lejos hasta llegar a decir que todo el desarrollo social, desde hace 12.000 años, remontándonos a los orígenes de las ciudades y la sociedad agraria, fue generado por los efectos de aglomeración urbana (Jacobs, 1969). Hoy, algunos economistas geográficos se refieren a estos efectos que aumentan el capital humano en las ciudades como economías o "externalidades jacobsonianas".

El NR ha reconquistado las ideas de Marshall y Jacobs y llevado unos cuantos pasos adelante, moviéndolas hacia conceptos todavía no definitivamente formulados pero potencialmente ricos como "capital espacial" y "economías de regionalización". El concepto de distrito industrial marshalliano ha influido en nuestra comprensión de la industrialización regional en muchas partes del mundo, desde la "Tercera Italia" a Singapur, Bangalore, Silicon Valley o Hollywood. En un trabajo reciente, Michael

Storper (con el economista británico Antonio Venables) avanza estas ideas subrayando la importancia de los contactos cara a cara en la promoción de innovación, creatividad, y el aprendizaje, al menos para ciertas actividades y sectores económicos. Ellos llaman este estímulo particular que proviene de la aglomeración urbana “el zumbido/rumor” y, en el subtítulo original del artículo, lo describieron como una parte vital de la “fuerza económica de ciudades” (Storper y Venables, 2004). En *Postmetropolis*, sigo a Jane Jacobs cuando se remonta 12,000 años atrás a la ciudad neolítica (una contradicción en sus términos para la mayor parte de arqueólogos) y uso el término antiguo griego *synoikismos*, traducido como *synekism*, para describir el estímulo de la aglomeración urbana y ayudar explicar la declaración hecha por Jane Jacobs que “sin ciudades todos nosotros seríamos pobres” esto es, que la urbanización ha sido fundamental a todo el desarrollo social a partir de los principios mismos de vida sedentaria <sup>16</sup>.

El mundo moderno tiene en la ciudad su motor inicial y en el agrandamiento de su geografía e influencia el

impulso que multiplica sus ambiciones. El nuevo espacio urbano acerca entre sí a las personas, crea oportunidades de contactos anteriormente más esporádicos, homologa culturas y comportamientos. La ciudad es el lugar donde el trabajo deja de ser sinónimo de servidumbre, donde lo local y específico se inserta en redes universales que lo obligan a renovarse para no sucumbir. La ciudad es incubadora de modernidad porque es ahí donde se pone en movimiento una acción recíproca entre economía y política sin un destino prefijado, sin una armonía final definible a priori. La ciudad es espejo y espacio de interacciones abiertas. Además es el lugar en que la concentración de la población multiplica posibilidades de cooperación, ocasiones de conflicto y reacciones más rápidas frente a estímulos de diversa naturaleza.

La relación mutuamente dinámica entre regionalidad y nodalidad, es captada con más eficacia en la investigación reciente sobre los efectos regionales de aglomeración y es susceptible de dar nuevos significados a lo que muchos pueden ver como simplemente una adi-

<sup>16</sup> “En las ciudades mercantiles nacen nuevos grupos sociales, se perfilan inéditas formas de conflicto entre sus habitantes y entre ellos y señoríos territoriales que exigen un derecho patrimonial y de sujeción. Desde adentro de sus murallas o desde los campos abiertos donde se enfrentan entre sí, o contra el imperio o contra los turcos- las ciudades son, a lo largo de siglos, el lugar (real y simbólico) de la ausencia de reposo. Un hormiguero donde el conflicto prepara un vago gusto por la democracia, y la democracia incipiente el enfermizo placer de los líderes carismáticos que la asfixian en abrazos demasiados amorosos. La división del trabajo amplía las fronteras de la eficiencia, el comercio sostiene y extiende los cambios, el roce cotidiano de los individuos en los angostos espacios urbanos los fuerza a experimentar formulas inéditas de convivencia y gobierno. Y tal vez haya sido justamente la distancia entre nuevos problemas y viejas, inadecuadas, respuestas, aquello que imprimió a los albores de la Edad Moderna sus rasgos de creatividad insatisfecha” (Ugo Pipitone).

ción de ciudad más región. Tal como la ciudad y el estado se fundieron para originar un término compuesto en la formación de la polis o ciudad-estado hace varios miles de años, la ciudad y la región han estado caminando juntos y mezclándose durante al menos los treinta últimos años pasados para crear una nueva formación distintiva socio-

espacial, la ciudad-región global o, si se prefiere, la ciudad-región. En cualquier caso, el concepto probablemente se ampliará en su empleo e influencia al mismo tiempo que vayamos comprendiendo el sentido práctico y teórico de lo que está ocurriendo en las ciudades y la vida urbana en el siglo veintiuno.

### ***Nuevos desafíos para la gobernanza regional y la planificación***

La discusión del NR y su papel central en el desarrollo del concepto de ciudad-región global que ha surgido en los últimos diez años se ha concentrado principalmente en la revisión de las teorías tradicionales de regiones y regionalismo. Para concluir, ampliaré la discusión a los usos potenciales del concepto ciudad-región global para promover enfoques más innovadores a la planificación del desarrollo urbano y regional y la gobernanza territorial.

Las implicaciones de política económica y planificación práctica más importantes que pueden extraerse del NR y del concepto de ciudad-región global son en principio relativamente claras. Hoy día, el desarrollo regional depende cada vez más de redes intraregionales e interregionales de aglomeraciones y del grado en que pueda configurarse para funcionar como sistemas de innovación

regionales y economías inteligentes o de aprendizaje (*learning economies*). Mientras sabemos todavía relativamente poco sobre cómo y por qué una aglomeración o cluster, o una ciudad-región global, se hace más generadora y creativa que otra, la necesidad de centrarse en la promoción de la capacidad de desarrollo de las economías regionales se ha impuesto actualmente como un objetivo estratégicamente planificado<sup>17</sup>.

Hacer hincapié en la tarea de crear economías inteligentes, cohesionadas y emprendedoras no es suficiente, sin embargo, puesto que hay muchos desafíos adicionales en los ámbitos de la gobernanza regional y la planificación. Los efectos positivos sobre el desarrollo que la globalización y la aglomeración de la Nueva Economía inducen se ven acompañados de otros negativos, costes inherentes o implícitos expresados en

<sup>17</sup> Ciertamente, el uso de conceptos como clusters, economías de emprendizaje, sistemas de innovación regional y ciudades creativas como herramientas de planificación, han avanzado mucho más que el verdadero significado de estas ideas y como funcionan en contextos del mundo real.

variadas formas de polarización social y espacial, marginación y exclusión. En casi todas las 400 ciudades-región globales, y quizás sobre todo en aquellas que están creciendo más rápidamente, hay signos de una concentración creciente de riqueza y poder en el estrato más rico de la población, una extensión del número de pobres, significativas presiones económicas sobre la clase media tradicional y un crecimiento de los conflictos políticos que surgen principalmente de las reacciones nacionales a la llegada creciente de inmigrantes.

Tanto si los expresamos como un problema económico de desigualdad económica, moral, de justicia social, o sociológico de exclusión social y económica, esta desigualdad y polarización intensificada ha tomado nuevos bríos y urgencia en el mundo contemporáneo en todas las escalas geográficas o regionales, desde la global a la local. La desigualdad, la pobreza, y el desarrollo desigual se han hecho cada vez cuestiones "glocales" explosivas, provocando una serie de manifestaciones violentas de descontento y rechazo a los efectos negativos de la globalización y la Nueva Economía. Incluyo aquí no solamente las protestas y manifestaciones con motivo de las reuniones internacionales en Seattle, Génova, y otras ciudades, sino también los tempranos disturbios que tuvieron lugar en Los Ángeles en 1992 y los demoledores atentados del 11 de septiembre de 2001.

Estos acontecimientos se relacionan no tanto con los desacuerdos estructurales y las características desigualdades de

las sociedades capitalistas y las formas tradicionales de racismo blanco-negro sino en realidad con las nuevas condiciones que han surgido de treinta años de globalización acelerada, de reestructuración económica continua, de impacto diferencial de las nuevas tecnologías, de las relaciones entre trabajadores nacionales e inmigrantes crecientemente tensas, de la extensión de la obsesión por la seguridad urbana ("ecología del miedo") por el mundo entero, y de otras tendencias globales, regionales, y urbanas de las que se ha hablado antes. Pareciera que las ciudades-región globales del mundo han estado transformándose partiendo de un período de reestructuración generada por crisis puntuales y acontecimientos de los años sesenta y principios de los años setenta a un período de crisis intermitentes generadas por una reestructuración permanente provocada por cambios radicales continuos que han marcado las tres décadas pasadas del siglo XX.

Estrechamente asociado con todos estos cambios y acontecimientos económico-territoriales hay una crisis creciente de gobernanza territorial. La globalización y las fuerzas por ella liberadas seguramente no han producido un mundo sin fronteras, pero si han producido cambios notables del significado de las fronteras territoriales sea cual sea la escala política que consideremos. Esto se ha debido en gran parte a las velocidades incomparablemente diferentes de los procesos de reestructuración económica frente al ritmo parsimonioso de los cambios políticos e institucionales. Las estructuras políticas e institucionales han tendido a adaptarse mucho más lenta-



mente a las condiciones económicas rápidamente cambiantes del mundo contemporáneo, y han creado lo que podrían llamar una brecha o déficit de gobernanza.

Este déficit de gobernanza o desajuste entre los órdenes económicos y políticos, se ha entendido de modos bien diferentes. Adoptando los términos de la Escuela Francesa Regulacionista, podríamos expresarlo como el desafío (problema todavía pendiente de resolver) por desarrollar un modo apropiado de regulación que sea capaz de satisfacer las exigencias de lo que claramente ha devenido en un nuevo y sustancialmente diferente régimen de acumulación capitalista. Algo similar es captado en la metáfora de Castells del fluido espacio (económico) de flujos que erosiona el espacio estructural (territorial y político) de lugares. Algunos investigadores ven este déficit de gobernanza surgiendo del complejo proceso todavía en curso de desterritorialización y reterritorialización, al mismo tiempo que muchas viejas fronteras nacionales se desvanecen y otras nuevas se crean. Lo que parece estar ocurriendo es que las impetuosas fuerzas económicas están poniendo al descubierto la obsolescencia de las estructuras políticas y las fronteras territoriales existentes, y presionando para llevar a cabo una reestructuración política y territorial acorde con los procesos económicos de reestructuración global.

Otro aspecto de esta brecha de gobernanza es el ascenso de nuevos mo-

vimientos sociales y el resurgimiento de las nociones de sociedad civil no solamente a escala local, sino también regional, nacional, y global. La conflictiva relación nunca resuelta entre mercado y estado crea nuevas demandas y oportunidades para el desarrollo de fuerzas sociales y espaciales localizadas en medio de ambos polos susceptibles de encarar los fracasos de ambos. Como he señalado antes, esto estimula en todos los ámbitos nuevas ideas sobre ciudadanía y democracia, incluyendo un replanteamiento de la misma naturaleza del nacionalismo y del estado nación y presiones en aumento para lograr mayores niveles de democracia local y regional<sup>18</sup>.

Queda todavía mucho más por estudiar acerca de la nueva economía geopolítica global, pero concluiré volviendo más concretamente a los temas de la ciudad-región global y a la cuestión de la gobernanza y la planificación regional. Aquí extraeré algunas conclusiones de un informe inédito que he preparado como consultor para Barcelona Regional, un organismo público encargado de promover la planificación regional en Cataluña. El informe titulado "Construyendo un Nuevo Regionalismo en Cataluña: Estrategias para el desarrollo regional innovador y la buena gobernanza" comienza con una discusión general del desarrollo histórico de las ideas de planificación regionales y las escuelas del desarrollismo que hacían hincapié en los recursos nacionales y la sustitución de importaciones como base para

<sup>18</sup> El concepto de democracia regional o regionalismo democrático es analizado desde interesantes prismas en Iris Marion Young (2000). Ver también Gerald Frug (1999).

el desarrollo, propias del período de entreguerras, pasando por la planificación de sistemas espaciales y el regionalismo del bienestar que dominó el período de 1950 hasta, al menos, 1970, el ascenso de lo que puede llamarse la planificación emprendedora urbana y regional a partir de 1975, hasta llegar a la introducción reciente de las ideas del NR.

De algún modo, los enfoques del NR pueden considerarse como una continuación del acento puesto en el espíritu emprendedor y lo empresarial como guía de la planificación urbana y regional que ha surgido en los treinta últimos años. La planificación regional apuntaba a reducir las desigualdades regionales y a propagar las ventajas de desarrollo a los más amplios segmentos de la población nacional, lo que he llamado el regionalismo de bienestar, que era dependiente de una economía de mercado próspera y un estado liberal interventor o estado del bienestar. Las sucesivas crisis de los años 60 y principios de los años 70 fueron seguidas en la mayor parte de países por un abandono gradual de las ambiciosas metas del estado del bienestar, de los sistemas de gobernanza de arriba abajo, de la descentralización de la administración pública nacional en beneficio del protagonismo de ciudades y regiones, y el estímulo de iniciativas de desarrollo locales autogeneradas basadas en gran parte en la capacidades competitivas interurbanas e interregionales acrecentadas para conseguir ventajas comparativas en unos mercados cada vez más globalizados, sobre todo con respeto al turismo y la atracción de la inversión del capital global.

El regionalismo emprendedor de la última época seguramente no es intrínseco a la matriz de la que ha surgido la conceptualización del NR: las redes generativas de aglomeración, economías inteligentes, sistemas de innovación regionales, etc. Fue mucho más el producto de la reestructuración del estado de bienestar, las demandas cambiantes de la Nueva Economía, y la fuerza creciente de la globalización neoliberal. Es fácil entender, sin embargo, cómo planificadores activamente emprendedores comprometidos con la regeneración de ciudades, la publicidad internacional de las mismas y la promoción regional, buscando algún golpe regenerador de gran impacto del tipo "Efecto-Bilbao", pudieron ser atraídos a las ideas sobre las nuevas fuerzas motrices de las economías regionales promovidas por el NR. Si lo analizamos solamente bajo esta perspectiva los enfoques neoregionalistas de planificación pueden ser fácilmente vistos como poco más que una continuación de las feroces estrategias competitivas de los empresarios regionales.

Las propuestas del NR, sin embargo, también han resucitado el regionalismo de bienestar y reforzado los sistemas de planificación espaciales mediante una teorización más rigurosa y actualizada de la dinámica regional y, sobre todo, de la ciudad-región global. Estas propuestas ofrecen un entendimiento mucho más sofisticado de la dinámica subyacente de desarrollo regional y territorial que el que caracterizó los tradicionales sistemas de planificación espaciales y la teoría del polo de crecimiento, ambos

instrumentos fundamentales del viejo regionalismo de bienestar. Los nuevos desafíos, sin embargo, van bastante más allá de una combinación simple del nuevo espíritu de emprendizaje y los viejos dogmas del bienestar.

El objetivo fundamental es crear una forma flexible y democrática de gobernanza regional y planificación que puede ser adaptable a las condiciones rápidamente cambiantes y mejorar la competitividad regional en la economía global, a la vez que se asegura una protección social eficaz, la integración cultural, y el respeto medioambiental para todos los residentes. Desde una perspectiva social, el modelo propuesto por el NR debe basarse en una concertación socio-institucional que es incompatible con situaciones de precariedad laboral, conflictividad social y desigualdes profundas. Desde una óptica medioambiental, el modelo no puede sustentarse en una sobreutilización de recursos no renovables y una supeditación total a los requerimientos del mercado (que ponen el acento en la eficiencia productiva, social y territorial). Desde una perspectiva territorial se trata, de un modelo sostenible basado en una planificación no centralizada que revierta en un mayor equilibrio y desarrollo territorial, en una progresión del bienestar social de todos los colectivos y zonas que impulsan el crecimiento económico.

A pesar de que este objetivo poliédrico pueda parecerse a la anterior búsqueda

de modos de combinar la "eficacia" con la "equidad" pero ahora por medio de políticas espaciales/locales, se basa en fuertes fundamentos teóricos y prácticos. En las actuales circunstancias, las economías regionales cohesionadas económica y socialmente son fuerzas poderosas generativas tanto para estimular el desarrollo económico como para contrarrestar la polarización social creciente y la desigualdad. La eficacia y la equidad en las particulares circunstancias de hoy deben ser planificadas conjuntamente, y esto requerirá un replanteamiento fundamental de las estructuras institucionales de la gobernanza regional<sup>19</sup>.

El "regionalismo flexible", como llamo al NR, es altamente improbable que vaya a producir una institución monolítica y centralizada que planifique magistralmente todos los aspectos de desarrollo regional. Este regionalismo adaptativo es intrínsecamente policéntrico y debería implicar una extensa interconexión a muchos niveles diferentes así como una distribución descentralizada de las autoridades capaces de toma de decisiones. Esto también tendrá que ser organizado políticamente en alguna forma de confederalismo político que asegure la representación de una multiplicidad de ámbitos políticos (distritos electorales) y, por supuesto, de algún grado de coordinación general. La pluralidad de agentes, instituciones y planes con objetivos y actuaciones dispares y a menudo descoordinadas contribuyen, sin duda, a acrecentar el desorden territo-

<sup>19</sup> Ejemplos de amplias coaliciones en Los Ángeles incluye a "La Asociación de usuarios de autobús" y la "Alianza de Los Ángeles por una Nueva Economía". Ver el debate de construcción de alianzas, justicia espacial y democracia regional en Soja (2000).

rial. El NR pone su acento en la consecución de un gobierno multinivel implícito en el concepto de gobernanza. Se trata de lograr una coordinación real y efectiva entre los distintos niveles administrativos: estado central/federal; estados federales/gobiernos autonómicos o regionales; ayuntamientos/distritos municipales, etc. La desconexión entre las actuaciones sectoriales acometidas por cada escala político administrativa desvirtúa el principio de la estructura en red propia del gobierno relacional. La falta de entendimiento entre las diferentes instituciones que operan en estos ámbitos puede tener como resultado desatender las dimensiones ambiental, social y territorial que son fundamentales en el NR. Pero incluso una estructura confederal tiene que ser flexible y permitir la formación de coaliciones de múltiples ámbitos políticos (distritos electorales) y alianzas de entidades regionales que trascienden las fronteras locales y las diferentes escalas espaciales. Son de importancia particular las coaliciones entre las organizaciones de empresarios y trabajadores basadas en la comunidad territorial que adoptan una perspectiva regional.

En Cataluña, el País Vasco, y muchas otras partes de la "Europa de las Regiones", hay una necesidad creciente de una planificación regional que tenga en cuenta no sólo las relaciones entre las grandes capitales nacionales, como en el pasado, sino también las conexiones y coaliciones que pueden establecerse en tres escalas supranacionales: a) con otras regiones en el mundo; b) con otras ciudades y regiones de la Unión

Europea, y, considerando la reciente política comunitaria europea, c) con regiones transfronterizas (con fronteras estatales comunes) que posibilitaría aprovechar las nuevas oportunidades de promoción del desarrollo fronterizo regional. Barcelona y Cataluña, que juntas forman una dilatada ciudad-región, han sido particularmente activas a la hora de establecer interconexiones a todos los niveles. Juegan un papel principal en el Comité de las Regiones de la UE, en la red de Eurociudades de casi 100 ciudades principales, y en la formación del Arco fronterizo Occidental mediterráneo, que incluye Montpellier y Toulouse así como Palma de Mallorca, Zaragoza, y Valencia. Estas redes y otras tienen que desarrollar a fondo el potencial de sinergia que entrañan, promoviendo complementariedades transnacionales económicas y culturales.

Debe también estimularse la extensión de redes similares entre todas las ciudades principales y subregiones dentro de la región más grande cuya configuración aumente la probabilidad de que una aglomeración más grande pueda generar efectos positivos netos sobre otras áreas colindantes. Dado que en las ciudades-región globales hay un alto grado de interdependencia espacial, (lo que pasa en un punto espacial tiene efectos significativos sobre todos los demás), esto implica que las economías de las urbes tienen que ser supervisadas y moldeadas para estimular una maximización de los efectos "rebasamiento/diseminación" y una minimización de los efectos "perturbadores/turbulentos", para usar los viejos términos de Gunnar

Myrdal. Desde luego, esto no será fácil, pero si contamos con una gobernanza regional flexible y adaptable, renovada y mejorada con nuevas políticas con fuerte potencial innovador como son las promovidas por la "Perspectiva Europea de Desarrollo Espacial", las posibilidades para alcanzar un grado mayor de éxito que en el pasado son mucho mayores<sup>20</sup>.

En la medida de lo posible, las iniciativas locales tienen que ser coordinadas también dentro de un contexto de planificación más grande. Aquí también la noción de construcción o forja de coaliciones es importante. El "regionalismo flexible" debe ser tan sensible como sea posible a las necesidades de la comunidad local y a la participación activa ciudadana. Al mismo tiempo, las organizaciones comunitarias locales tienen que ser abiertas y adaptarse a las ventajas y desventajas, restricciones y oportunidades regionales, y no concentrarse enteramente en cuestiones inmediatas y de interés meramente local. Se trata de un desafío particularmente difícil, ya que ello exige un complejo conocimiento regional, comunicaciones estrechas y fluidas entre los niveles local y regional, y buena voluntad de las autoridades intermedias, así como la existencia de estructuras de administración local que permitan que sus ámbitos competenciales territoriales y fronteras administrativas sean trascendidos a fin de animar las interdependencias local-regionales. Muchos esfuerzos de planificación regional han fallado debido a la resistencia

de las administraciones locales-municipales a dejar cualquiera de sus poderes a las autoridades regionales.

En ausencia de una autoridad centralizada regional única, la coordinación de actividades de desarrollo regionales se convierte en una cuestión absolutamente clave. Hay una clara necesidad de, al menos, tres agencias de planificación especializadas funcionalmente: la relativa al Medioambiente (desarrollo sostenible y protección medioambiental); la relativa a Infraestructuras (físicas y tecnológicas); y la relacionada con el Desarrollo Económico y Cultural. Estas agencias, sin perjuicio de que conserven cierta autonomía por razón de su especialidad, deben estar fuertemente coordinadas a través de una agencia única a escala regional. Su existencia es esencial, con responsabilidad especial para coordinar programas internos regionales y relaciones externas interregionales, así como para facilitar el intercambio de información, promover la identidad regional y la cultura, supervisar las condiciones de bienestar regionales, y servir como laboratorio de ideas o grupo experto (*think tank*) en la creación de nuevas ideas y programas de investigación punteros. Esta agencia informaría y ofrecería regularmente un balance de sus actividades a una asamblea regional (o gobierno estatal) formada por miembros elegidos y representantes de las organizaciones principales y coaliciones.

Estas recomendaciones para asentar un regionalismo más flexible, innovador,

<sup>20</sup> Para el debate de Perspectiva del Desarrollo Espacial Europeo, ver varios capítulos en Andreas Faludi (2002).

y democrático representan sólo una primera aproximación al intento de replantear la nueva gobernanza y la planificación regional. En gran medida, son deudoras de los enfoques tradicionales del desarrollo regional y la planificación de sistemas espaciales, pero también reflejan como hemos repetido un importante número de circunstancias contemporáneas relevantes. Los esfuerzos por promover la gobernanza y la planificación regional fueron bloqueados en el pasado por la rigidez de los gobiernos locales y estatales temerosos de poder perder recursos financieros en favor de otros niveles político-administrativos. Indudablemente, las fronteras estatales y las soberanías nacionales siguen siendo en todos los sitios claramente rígidas y resistentes al cambio, pero nunca en la historia reciente las escalas territoriales de gobierno habían estado más abiertas a su transformación, a lo que unos han llamado la reterritorialización, la nueva escala de agrupamiento, la reestructuración estatal.

Asimismo también hemos asistido al surgimiento de una conciencia cada vez

más acusada de las condiciones y nuevas fuerzas que han ido desarrollando y emergiendo tan rápidamente durante los treinta últimos años. Condiciones que han creado tanto nuevas exigencias y obligaciones como oportunidades para una planificación y gobernanza regional innovadoras. Estas nuevas circunstancias incluyen todas las ideas que han sido expuestas y discutidas en este artículo en relación con el concepto germinal y en desarrollo de ciudades-región globales y las fuerzas de desarrollo y creativas que de ellas emanan, incluyendo la crisis creciente de gobernanza en todas las escalas, de la global a la local. Como nos movemos a partir de una etapa de reestructuración generada por crisis a otra de crisis permanente generadas por reestructuraciones continuas, reflejando los cambios profundos que han estado ocurriendo durante las tres décadas pasadas, "la cuestión regional" y la importancia de las ciudades-región globales nunca hasta ahora había sido más crucial en el orden del día de la acción social de cara a dar respuesta a los ingentes problemas económicos, políticos, y culturales que nos esperan.

---

## Referencias

BRENNER, Neil. *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. New York: Oxford University Press, 2004.

DAVIS, M. *City of Quartz*. London: Verso, 1990.

FALUDI, A. (Ed.). *European Spatial Planning*. Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2002.

FRIEDMANN, J.; WOLFF, Goetz. World City Formation: An Agenda for Research and Action. *International Journal of Urban*

- and *Regional Research*, 6, p. 309-344, 1982.
- FRIEDMANN, J. The World City Hypothesis. *Development and Change* 17, p. 69-83, 1986.
- \_\_\_\_\_. Where We Stand: A Decade of World City Research. In: KNOX, Paul; TAYLOR, Peter. (Ed.). *World Cities in a World System*. New York: Cambridge University Press, 1995. p. 21-47.
- FRUG, G. *City Making*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- GARREAU, J. *Edge City: Life on the New Frontier*. New York: Anchor Books, 1992.
- HALL, Peter. *The World Cities*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1966.
- ISIN, Engin. (Ed.). *Democracy, Citizenship, and the Global City*. London: Routledge, 2000.
- \_\_\_\_\_. Being Political: Citizenship as Alterity from Polis to Cosmopolis. In: ISIN, Engin. (Ed.). *Being Political: Genealogies of Citizenship*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.
- JACOBS, J. *The Economy of Cities*. New York: Random House, 1969.
- NICHOLLS, W. J. Forging a New Organizational Structure for Los Angeles' Progressive Community. *International Journal of Urban and Regional Research*, 27, p. 881-896, 2003.
- OHMAE, Kenichi. *The Borderless World*. New York: Harper, 1990.
- \_\_\_\_\_. *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*. New York: Free Press, 1995.
- O'BRIEN, R. *Global Financial Integration: The End of Geography*. London: Pinter, 1992.
- SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Cities in the World Economy*. London: Sage, 1993.
- SCOTT, Allen. *New Industrial Spaces*. London: Pion, 1988.
- \_\_\_\_\_. (Ed.). *Global City-Regions: Trends, Theory, Policy*. New York: Oxford University Press, 2001.
- SOJA, Edward. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Malden, US; Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2000.
- SOJA, Edward; MORALES, Rebecca; WOLFF, Goetz. Urban Restructuring: An Analysis of Social and Spatial Change in Los Angeles. *Economic Geography*, 59, p. 195-230, 1983.
- STORPER, M. *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. New York: Guilford, 1996.
- STORPER, M.; VENABLES, Anthony. Buzz: Face-to-face Contact and the Urban

Economy. *Journal of Economic Geography*, 4(4), 2004.

SWYNGEDOUW, E. Neither Global nor Local: "Glocalization" and the Politics of Scale. In: Cox, Kevin. (Ed.). *Spaces of*

*Globalization*. New York: Guilford, 1997. p. 137-166.

YOUNG, I. M. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press, 2000.

## **Resumen**

¿Qué son las ciudades-región globales y por qué han llegado a ser tan prominentes en el mundo contemporáneo? ¿Cómo y por qué las ciudades-región global plantean nuevos desafíos a la gobernanza regional, la planificación, y la política pública? Estas cuestiones se abordan, intentando reflejar los tres componentes del término compuesto: global; ciudad y región. Comenzaremos con una discusión sobre la globalización y sus efectos sobre las ciudades y áreas metropolitanas, rastreando el surgimiento del concepto de ciudades-región global del discurso de la globalización, al menos parcialmente. A esto seguirá un examen más concreto de los nuevos procesos de urbanización que han estado transformando la metrópoli moderna durante los últimos treinta años, ligando el concepto de ciudades-región global a lo que he descrito como la transición postmetropolitana. El tercer rasgo definitorio recombina de forma original lo global y lo urbano en el contexto de lo que se denomina el Nuevo Regionalismo. La discusión concluye con un comentario sobre la utilidad del concepto de ciudades-región global para la planificación del desarrollo urbano y regional.

## **Abstract**

What are global city regions and why have they become so prominent in the contemporary world? How and why do global city regions generate new challenges to regional governance, planning, and public policy? I will address these questions in three ways, reflecting the three components of the composite concept: global + city + region. I begin with a discussion of globalization and its effects on cities and metropolitan areas, tracing how the concept of global city regions has emerged in part from the globalization discourse. This is followed by a more specific look at the new urbanization processes that have been transforming the modern metropolis over the past thirty years, linking the concept of global city region to what I have described as the post-metropolitan transition. The third defining feature recombines the global and the urban in the framework and context of what has been called the New Regionalism. The discussion concludes with a brief comment on the usefulness of the concept of global city regions in urban and regional development planning.



**Palabras clave:** global, ciudad-región, metrópoli, gobernanza regional.

**Keywords:** global, city-region, metropolis, regional governance.

---

*Recebido em outubro de 2006. Aprovado para publicação em novembro de 2006*

**Edward W. Soja** é professor de Desenvolvimento Regional e Internacional do Departamento de Planejamento Urbano da UCLA (Universidade da Califórnia, Los Angeles) e PhD em Geografia pela Universidade de Syracuse (NY). Tem concentrado sua pesquisa, nos últimos vinte anos, na reestruturação urbana em Los Angeles e nos estudos urbanos e regionais.

---

# Questão regional, Estado e desenvolvimento no século XX – “olhares” fluminenses a partir dos “interesses” do Rio \*

*Alberto de Oliveira e Jorge Natal*

---

## ***Apresentação***

Este artigo, escrito na forma de ensaio, parte de quatro evidências. A primeira diz respeito ao fato de a clássica temática denominada questão regional ser estranha aos debates travados sobre a realidade e o devir da região fluminense<sup>1</sup> em parcela significativa da segunda metade do século passado<sup>2</sup>, notadamente entre

a população carioca<sup>3</sup>. A segunda diz respeito ao fato de a presença do Estado ter sido decisiva para a reprodução econômica e mesmo societária da região em exame, pelo menos desde o momento em que ela se tornou sede do governo imperial, com destaque para o espaço que no presente compreende o referido

---

\* O termo fluminense diz respeito aos habitantes do atual estado do Rio de Janeiro. Antes da chamada fusão (1973) do antigo estado do Rio de Janeiro com o também antigo Estado da Guanabara (1961-73), esse termo era atinente apenas aos habitantes da primeira unidade federativa assinalada; mas depois da referida fusão o designativo fluminense foi estendido para toda a população do estado.

<sup>1</sup> A expressão região fluminense refere-se à área compreendida pelo antigo estado do Rio de Janeiro e a ex-capital federal (ou seja, o atual estado do Rio de Janeiro).

<sup>2</sup> Que demarca o período do seu auge e relativo ocaso enquanto tema relevante da agenda pública nacional.

<sup>3</sup> Desde 1973, o termo refere-se apenas aos habitantes do atual município do Rio de Janeiro. Em termos históricos, pode-se também fazer menção aos que um pouco antes (1960-73) habitavam o antigo Estado da Guanabara. Ainda em termos históricos, pode-se fazer igual menção aos que habitavam o antigo Distrito Federal quando ele estava sediado na fração territorial hoje designada município do Rio de Janeiro (1763-1960).

município do Rio de Janeiro. A terceira evidência é que o próprio Estado acabou sendo naturalizado na região mencionada, principalmente no espaço anotado, pela (simples!) razão de nele sediar-se, por aproximados duzentos anos, a capital federal do país. E a quarta evidência é que essa presença, do Estado, foi determinante para efeito do apontado estranhamento (da questão regional) em toda a região em tela, com destaque para a ex-capital brasileira aqui em exame (e não para o antigo estado do Rio de Janeiro – como resultará evidente).

Dadas essas quatro evidências, entende-se que é possível sintetizá-las em duas linhas reflexivas: uma delas diz respeito ao entendimento da chamada questão regional pela população fluminense e, em particular, pela carioca, em sua (evidente) imbricação histórica com a problemática do Estado; e a outra, replicando o que acabou de ser escrito, distingue-se pela consideração da problemática do desenvolvimento (da região em tela).

Em termos meramente introdutórios, observa-se que a problemática regional, com participação relevante no debate nacional a partir de meados do século passado (até a década seguinte), sempre esteve associada às chamadas “regiões-problemas” – quer na literatura brasileira quer estrangeira. Nesses termos, o Rio de Janeiro, enquanto capital federal, com sua larga capacidade de atrair recursos de toda ordem (e não apenas fiscal-financeiros), pelo menos até a entrada dos anos 1960 não pode-

ria (mesmo) ser caracterizada como tal, qual seja, uma “região-problema”. De outra forma: o Estado desempenhou então papel fundamental no espaço fluminense, marcadamente no carioca, posto ser ele a sede da presidência da república, dos ministérios, das estatais, do parlamento etc. (por aproximados 200 anos), resultando daí, como já se indicou, a sua inequívoca naturalização e a conseqüente obliteração do tema quando ele foi guindado à agenda pública.

Por conseguinte, poder-se-ia concluir que a “questão regional” era no limite um não-tema, seja para a reflexão da academia seja para a da população em tela (principalmente entre a carioca), por causa do seu relativo dinamismo econômico, assim como a própria discussão acerca dos interesses (e do desenvolvimento) do “Rio” na sua imbricação com o Estado, posto que ele encontrava-se completamente incorporado à “paisagem” da vida social local.

Mas a partir do final dos anos 1950 tudo se transforma. De maneira precisa: inicialmente com a transferência da capital para Brasília (1960) e depois com a fusão (1973), há a emergência e o avanço da elaboração não apenas de um discurso de cunho regionalista, mas também de reiteradas demandas e críticas aos sucessivos governos federais, invocando-se compromissos (de Estado) assumidos pregressamente com a unidade federativa aqui em exame por conta dos eventos assinalados (transferência da capital e fusão), tratados que são como “perdas” e, passo seguinte,

responsáveis pela sua fragilidade econômica.

Iniciava-se aí, finalmente, o processo de reconhecimento de que o Rio de Janeiro era parte da União, mas não “a União”. Nesse contexto, convém sublinhar que o período compreendido entre o início da década de 1980 e final da primeira metade da que lhe é subsequente, sintetizado por Dain (1990) como sendo o do “Rio de Todas as Crises”, é também aquele no qual o binômio “crise econômica”<sup>4</sup> - “discurso regionalista” teria alcançado seu ápice – o período indicado e o processo histórico sugerido serão retomados adiante de forma mais acurada.

Por último, a partir de meados da década passada até o momento presente, em razão da inflexão econômica positiva experimentada pelo estado fluminense (Natal, 2005), conquanto seja minimizada sua caracterização como “região-problema”, aprofunda-se o discurso proferido por dirigentes do Executivo Estadual, parte do empresariado e mesmo parcela importante da população que atribui aos sucessivos governos federais a culpa pelo desenvolvimento econômico não ser mais avançado no estado; haveria, enfim, conforme essa retórica, um alheamento perverso do Rio pelos sucessivos governos federais no/do intervalo temporal supramencionado.

É desse imbróglia, que articula região/regionalismo e estado/governo federal – termos esses às vezes conceitualmente confundidos –, conforme os “olhares” do Rio acerca dos seus “interesses”, que se tratará neste artigo. Para tal, além desta apresentação, ele encontra-se estruturado em três outras seções. *Na primeira*, examinam-se a gênese e o desenvolvimento da chamada questão regional brasileira em sua imbricação com o Estado, mostrando-se o porquê dessas temáticas serem estranhas aos fluminenses em geral e aos cariocas em especial no “momento” compreendido entre o final do Século XIX e os anos 1950. *Na segunda*, examina-se o binômio supracitado de modo a desvelar o entendimento também dos fluminenses em geral e dos cariocas em particular sobre a chamada questão regional (finalmente enunciada como problema também “nosso”) e a necessidade do governo federal para efeito da promoção do seu desenvolvimento econômico (acusado de ser ausente ou mesmo discriminatório para com “os interesses do Rio”), no período que se estende da entrada dos anos 1960 até o primeiro quinquênio deste Século XXI. *Na terceira*, de Considerações Finais, tendo em conta as principais questões exploradas no artigo, aponta-se para a complexidade presente na atualidade para a afirmação de um projeto de desenvolvimento “digno desse nome” no estado do Rio de Janeiro (ERJ)<sup>5</sup>; complexidade essa

<sup>4</sup> O Rio seria uma unidade federativa entendida como estando vivendo uma espécie de situação terminal.

<sup>5</sup> Que combine crescimento econômico com justiça distributiva, avanço da democracia e maior “equilíbrio” ao nível dos seus espaços, bem como ativa participação nas lutas federativas em termos da disputa pela condução dos rumos do país.

que se mostra ainda maior quando se observa que determinados discursos presentes na cena política do estado, com “peso” (qual seja, alguma legiti-

dade), não apenas confundem como, pior, obstam à produção de diagnósticos verdadeiramente conseqüentes acerca da realidade dessa unidade federativa.

### ***Questão regional e papel do Estado – a “região fluminense” do final do século XIX aos anos 1950***

A chamada questão regional brasileira emerge inequivocamente no debate socioeconômico e político a partir de meados dos anos 1950. Conforme Cano (1977)<sup>6</sup>, fatos diversos levaram à referida emergência, a saber: a publicação dos dados das Contas Nacionais e Regionais do Brasil evidenciou as disparidades regionais existentes em termos de taxas de crescimento econômico, principalmente das verificadas no Sudeste em relação às demais regiões, em especial as de São Paulo em relação às do Nordeste (NE); a divulgação dos resultados do Censo de 1960 mostrou a concentração da produção industrial em São Paulo *vis-à-vis* ao restante do Brasil, reforçando a identificação da questão regional brasileira a problemas próprios do desenvolvimento nacional em sua concreção espacial Nordeste (e, simultaneamente, pressupondo a “experiência” paulista como paradigma a ser seguido); a ocorrência de grandes secas no NE ao final dos anos 1950 levou à extraordinária migração em direção ao sul do país e, assim, corroborou a afirmação nacional da problemática regional; a ampla divulgação das técnicas e experiências de planejamento econômico no contexto da América Latina tor-

nou a questão regional objeto de ação institucional, é dizer, que cabia ao Estado, através dos seus aparelhos, promover as políticas públicas que se fizessem necessárias para a superação planejada dos seus “atrasos”; as disparidades existentes em termos de desenvolvimento econômico entre países do “centro” e da “periferia” (conforme o léxico da Comissão de Estudos para a América Latina e Caribe - Cepal), notadamente no pós-Segunda Guerra Mundial, intensificaram a discussão interna, regional, posto terem prescrito não apenas políticas públicas para o país (a industrialização nacional), como especificamente para as suas regiões “subdesenvolvidas” (como seria o caso do Nordeste).

Nesses termos, é possível afirmar que a denominada questão regional ingressa na agenda pública nacional estreitamente associada à defesa da necessidade da presença do Estado para efeito da superação dos problemas que ela expressava. Em face do anotado, também cumpre sublinhar que não há registro de qualquer preocupação na literatura que a examina apontando a antiga capital federal carioca como “região-problema”; quando muito se po-

<sup>6</sup> Ver especialmente as duas primeiras páginas da Introdução (11 e 12).

deria afirmar que, se havia um senão, ele diria respeito ao antigo estado do Rio de Janeiro – tal aspecto será retomado logo à frente.

Voltando ao ponto. Se a emergência da questão regional no debate nacional ocorre nos anos 1950, sua gênese, ainda seguindo a análise de Cano, data do final do século XIX. Mais especificamente: ela é posicionada no cenário nacional a partir da civilização do café<sup>7</sup> ou, conforme o léxico de Cardoso de Mello, desde o surgimento no país da chamada economia exportadora capitalista cafeeira nacional (paulista). De autores como Furtado até mesmo ao literato Monteiro Lobato, há o notório reconhecimento de que com o café, quando instalado no Oeste Paulista, inaugura-se uma nova etapa na história brasileira. Enfim, para a maioria da intelectualidade brasileira, o café foi verdadeiramente o primeiro *tradeable* (ou *commodity*) do país<sup>8</sup>. Explicando: com ele, as relações de produção e as forças produtivas, assim como a dinâmica da acumulação de capital, mostraram-se pela primeira vez na história brasileira verdadeira e definitivamente capitalistas.

Qual a importância dessa civilização (do café)? De outra maneira: por que com essa civilização a questão regional emerge na cena social nacional, adicionando mais uma problemática à (já) complexa e igualmente problemática

formação brasileira? Em linhas gerais, em consonância com a análise elaborada nos anos 1970 por economistas da Universidade Estadual de Campinas (Cano, Cardoso de Mello, Sérgio Silva, Conceição Tavares), a tese é que com a economia cafeeira paulista verifica-se uma experiência pioneira e singular na história brasileira, a saber: forma-se um verdadeiro complexo econômico (cafeeiro), com efeitos notáveis de encaideamento dinâmico, irreproduzível em quaisquer outros espaços nacionais. Explicando: a economia cafeeira exige o surgimento ou o desenvolvimento de uma série de indústrias, setores, atividades, e de um amplo mercado de trabalho e de consumo, de sorte a estabelecer uma estrutura econômico-societária impossível de se reproduzir enquanto tal em qualquer outro lugar do Brasil.

E o que é decisivo para a presente reflexão: essa estrutura societária, pelo seu dinamismo econômico, implicou na constituição de uma série de vínculos entre o “centro” dinâmico (economia paulista) e as demais economias “periféricas”. Esses vínculos, de especializações e complementaridades (de início de natureza comercial e depois de natureza produtiva<sup>9</sup>), acabaram diferenciando os lugares: uns, principalmente São Paulo, mais modernos em termos capitalistas, e os demais (em diferentes graus), ao reverso, mais envolvidos de relações sociais pretéritas (com prevalência

<sup>7</sup> Ver a respeito Motta Sobrinho (1978).

<sup>8</sup> É dizer: a madeira, o açúcar, a borracha nunca puderam, nas condições históricas, expressar-se verdadeiramente enquanto **mercadoria**, conforme o sentido conceitual emprestado por Marx a essa categoria.

<sup>9</sup> Ver a respeito Guimarães (1986).

de relações de trabalho não-assalariadas, de estruturas produtivas com baixos coeficientes de elaboração industrial e tecnológica, do mando típico do coronelismo etc.). De outra forma: a chamada questão regional brasileira emerge como (mais um) problema integrante da agenda social do país no contexto dos primeiros passos da industrialização verificada em São Paulo; logo, ela “nasce” como concreção histórica e questão teórica próprias da economia/sociedade cafeeira estruturada a partir do último quartel do Século XIX no estado.

Portanto, a instauração de relações mais especificamente capitalistas nas condições sociais dadas teria instaurado também, como uma das suas expressões, uma diferenciação não-natural das diversas frações territoriais nacionais. Assim sendo, parece pertinente dizer que essa diferenciação “seguiria” uma dada lógica de estruturação, qual seja, a lógica comandada a partir dos modernos interesses capitalistas sediados em São Paulo.

E a região fluminense nesse contexto? No caso, há que considerar as duas formações sociais, distintas, que a integravam: a do antigo estado do Rio de Janeiro e a do antigo Rio de Janeiro, a ex-capital federal.

No caso da primeira, não há dúvida de que a emergência da poderosa economia paulista, em certa medida auto-suficiente e extremamente competitiva, foi letal para as atividades cafeeiras fluminenses<sup>10</sup>. Ela apresentava importantes desvantagens competitivas: escalas de produção (diminuta, com notórias implicações sobre os custos e a lucratividade), custos de transportes (ferroviários elevados, em região topograficamente acidentada em vista das montanhas que precisavam ser cruzadas), escasso mercado de consumo (mão-de-obra escrava) etc. De outro lado, o que era restrição para a economia cafeeira fluminense se mostrava no limite potencialidade ou mesmo vantagem para a nascente economia capitalista paulista. Por conseguinte, embora houvesse um espaço extremamente problemático no tocante à geração de riqueza social no âmbito da “região” fluminense, ele dizia respeito ao antigo estado do Rio de Janeiro e não ao antigo Rio de Janeiro, a ex-capital federal (como se analisará mais adiante).

No entanto, apesar do inegável declínio econômico e mesmo societário do antigo estado do Rio de Janeiro, que talvez tenha sido uma das principais “vítimas” nacionais da emergência e desenvolvimento da moderna economia paulista no país (num certo cinturão de

---

<sup>10</sup> Dizê-la letal significa considerar que a referida emergência foi a gota d'água. De outra maneira: havia no processo histórico de estruturação dessa economia cafeeira problemas de toda ordem (endividamento elevado junto aos atacadistas, localizados no porto do Rio; o envelhecimento dos cafezais e da própria terra, que reduzia a produtividade cafeeira; a massa significativa de capitais aplicada na escravaria, tornada assim óbice para outras aplicações que avançassem a produtividade da atividade em tela; etc.) que vieram inteiramente à tona quando do posicionamento da economia exportadora cafeeira capitalista paulista na cena nacional.

economias decadentes)<sup>11</sup>, essa unidade federativa nunca foi apresentada como uma das expressões do processo de diferenciação socioespacial brasileiro então em curso – nem mesmo quando da sua entrada “para valer” na agenda pública nacional nos anos 1950. Possivelmente as “luzes da ex-capital ofuscassem a visualização” do então estado vizinho; nesses termos, mais rigorosa e detidamente, as especificidades econômicas e da política local em sua interação com processos mais gerais (muitos deles nacionais) são os melhores “lugares” para buscar as explicações fundadoras do fenômeno em discussão. Mas esse temário, ao escapar ao foco deste artigo, fica aqui apenas sugerido.

No caso da segunda, sem prejuízo das “virtudes” da emergente e poderosa economia paulista materializada na sua relativa auto-suficiência e competitividade, não se pode dizer que a economia da antiga capital federal foi então negativa e gravosamente alcançada em termos de derrubada da sua renda e emprego. Como desenvolvido em outro trabalho (Natal, 2005), em determinados aspectos a economia da ex-capital federal foi até mesmo beneficiada, na medida em que, por exemplo, a Estrada de Ferro Central do Brasil e o porto do Rio de Janeiro, pelo menos até os anos 1940, continuaram ou mesmo ampliaram suas centralidades como caminho e lugar, respectivamente, para o escoamento da

produção paulista, particularmente do café<sup>12</sup>. Em adição, convém anotar que o Rio de Janeiro continuou, também por muito tempo, e por causa, sendo a principal praça comercial e financeira do país. Se há um senão, e ele existe, é que a economia carioca (que não passou por nenhuma crise efetiva em termos de renda e emprego, como assinalado) foi progressivamente perdendo posição relativa para a economia paulista em termos de produção industrial, diversificação produtiva etc.

Mas essa situação, de perda de posição relativa, foi em larga medida nuançada pelo próprio avanço da economia paulista, da brasileira como um todo, e ainda por conta das diversas conjunturas positivas da mundial (todas favorecedoras da economia nacional e, em algum grau, da economia do Rio de Janeiro). Explicando: no que concerne à economia paulista, por meio tanto dos impactos positivos da sua demanda sobre a economia carioca quanto da sua capacidade contributiva em termos fiscais (afinal, o Rio era a capital do país), o seu dinamismo acabava “alimentando” a unidade federativa em tela; no caso da economia brasileira, “puxada” pela paulista, ela também acabava contribuindo para o relativo dinamismo da mesma economia carioca mediante o aumento de renda e da demanda que gerava; e no caso da economia mundial ela igualmente contribuía para a economia nacional

<sup>11</sup> Ver a situação do Espírito Santo e de bordas “fluminenses” de Minas Gerais à época, que foram igualmente arrastados nesse processo (histórico).

<sup>12</sup> Essa situação apenas veio a ser alterada quando se logrou vencer os obstáculos relativos à travessia da serra (de Santos), via cremalheiras, e, passo seguinte, conferiu-se ao Porto de Santos a primazia antes conferida ao Porto do Rio.



(e carioca, por suposto), na medida em que ampliava sua demanda e nela injetava recursos via investimentos diretos ou porque, quando se fechava em projetos nacionais autárquicos, permitia o surgimento de indústrias e serviços que passavam a atender à demanda doméstica.

Portanto, ao mesmo tempo que a chamada questão regional ia sendo inscrita na agenda nacional, principalmente como questão nordestina, na antiga capital federal continuava a se viver à margem desse debate; melhor, como se esse problema fosse dos "outros", em que pese a crescente perda de posição relativa da sua economia para a paulista e, nesse sentido, não ao nível discursivo, mas da realidade concreta, do seu contínuo encaminhamento no sentido de afirmar-se como mais uma "região-problema" brasileira<sup>13</sup>.

Esse quadro se estende pelo menos até os anos 1950. Reiterando: os setores mais avançados da economia paulista e da fluminense, notadamente os que mais logravam ter acesso, direta ou indiretamente, aos fundos públicos, não tinham do que reclamar. Nesses mesmos

anos, via Plano de Metas (1956-61) do governo JK, apesar da euforia carioca de então (ver bossa nova, cinema novo, arquitetura etc.), foi São Paulo (SP) que de fato conseguiu obter decisivos apoios fiscal-financeiros para a consolidação de uma industrialização especificamente capitalista<sup>14</sup>. E a ex-capital federal? Esta ficou com o passar do tempo, a cada dia, mais defasada em relação à moderna indústria de SP, mostrando-se ainda tributária da União, bem como, por força daquela realidade histórica brasileira, da própria capacidade de arrecadação deste ente governamental ao nível da economia paulista. Não fora bastante, há nesse mesmo processo a transferência da capital para Brasília na entrada da nova década (1961).

Mas desse novo período se tratará na seção seguinte. Ele implica considerar no mínimo dois fenômenos: um é o reconhecimento de que a chamada questão regional brasileira, entendida como aprofundamento da diferenciação socioespacial *vis-à-vis* a outras unidades federativas economicamente mais dinâmicas, não era fenômeno social exclusivo dos estados do Nordeste<sup>15</sup>,

<sup>13</sup> Não se derive do anotado, pois não é este o sentido, afirmando que a situação socioeconômica se equivale à prevalecente na região Nordeste à época; apenas, insista-se, afirmando que o desenvolvimento capitalista nacional, na ausência de condições sociais intra-unidade federativa para fazer frente ao desenvolvimento anotado, pelo menos em parte contribuiu para o seu crescente estiolamento econômico.

<sup>14</sup> Ver, a respeito do termo "especificamente capitalista", o livro *O Capital*, Livro I, Capítulo VI (Inédito) (1978), de Karl Marx. Sobre os recursos alocados, ver Ianni (1977), Lafer (s.d.) e Lessa (1975).

<sup>15</sup> É fato que a questão regional não foi verbalizada enquanto tal na ex-capital federal; mas, como apontado, parece pertinente insistir: caso ela tivesse sido e o Rio de Janeiro fosse considerado uma "região-problema", isso mudaria a discrepância de ritmo de crescimento paulista diante do fluminense? Em outras palavras: suspeita-se firmemente que a aplicação de mecanismos de transferência de renda para a unidade federativa em análise não alteraria

e o outro (simplificando) é que o Estado, em face da diminuição da sua presença em seus “domínios”, tornou-se efetivo problema para aquele presente e quiçá

para o seu devir histórico, ou seja, para o seu desenvolvimento (em sentido lato).

### ***Questão regional e papel do Estado – da entrada dos anos 1960 ao novo século na “região” fluminense***

Como veio de ser registrado, até o final dos anos 1950, nem a temática do desenvolvimento regional nem a do Estado eram entendidas como problemas societários de relevo pelos cariocas em geral e tampouco pelas “elites” locais. Como também se registrou, a reversão desse quadro, o que sublinha o plano discursivo, tem início com a transferência da capital para Brasília e avança inquestionavelmente com a fusão do antigo estado do Rio de Janeiro com o também antigo Estado da Guanabara (criado quando da mencionada transferência). Luzes de aviso dos novos tempos foram então acesas. De outra maneira: os anos 1960 e 1970 foram ante-salas do que estava por vir. Mais precisamente: os anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990 foram marcados pelo entendimento generalizado de que o estado do Rio de Janeiro possuía enormes problemas econômicos (baixo dinamismo) e pela reiteração de verbalizações regionalistas (de demandas e reclamações relativas ao governo federal); sendo que no

segundo quinquênio e entrada deste novo século, conquanto a economia fluminense tenha logrado alcançar sensível melhora na geração de riqueza, processo que minimizou a retórica que o localizava como uma “região-problema”, persiste um “clima” de conflito em vista de um sentimento razoavelmente generalizado de que o estado do Rio de Janeiro estaria sendo marginalizado pelos sucessivos governos federais, procedimento que, por conseguinte, obstaculizaria o seu desenvolvimento econômico mais vigoroso. Dessas questões/periodizações se tratará em seguida.

#### **A emergência da “questão regional fluminense” e o “abandono” pelo governo federal**

É fato que a transferência da capital federal para Brasília provocou “dores” como as das perdas definitivas; uma sensação saudosista, para o bem e para o

---

suas condições sociais, históricas, físicas etc., como ilustrado pelo NE, que mesmo com a introdução deles (mecanismos) não experimentou modificações econômicas significativas, quer em termos nacionais quer em relação ao estado de São Paulo (ainda que tenha havido impactos não desprezíveis em termos da sua renda absoluta, ao nível distributivo intra-estadual ou regional também pouco mudou, a não ser o aprofundamento do abismo social).

mal, em especial na “alma” carioca. Em que pese essa observação/fato, *nos anos 1960* as atenções e preocupações estavam centralmente voltadas não apenas para os processos societários que culminaram no golpe político-militar de 1964, como para os seus desdobramentos, sendo ainda necessário reconhecer que a economia nacional, depois da relativa paralisia de 1961-66, logo volta a crescer, relegando a segundo plano a questão regional (inclusive a nordestina). Ademais, alguns investimentos importantes, pela magnitude dos capitais aplicados, foram efetivados em seu território nesses mesmos anos 1960, como exemplificado pela duplicação da capacidade produtiva da Refinaria de Duque de Caxias, reforçando o adiamento da entrada efetiva da temática em discussão na agenda pública local.

Completando um pouco mais esse quadro: a transferência da capital para Brasília encontrava-se em processo, o que significa dizer que seus efeitos negativos sobre a renda local não geravam resultados imediatos na ex-capital federal do país, sem falar das reiteradas promessas de sua compensação, aventadas pelo governo da época, pelas apontadas “perdas” (entendidas como um compromisso a ser honrado pelo Estado Nacional em vista da assinalada transferência). Há ainda que considerar o seguinte: a economia mundial vivia naquele momento (até o final dos anos 1960) sob o signo dos anos de ouro do capitalismo, conjuntura que também conspirava contra a inclusão do tema crise econômica na agenda pública nacional; afora, é trivial, o fato de o próprio

dinamismo da economia internacional e de o clima de guerra fria “produzir” efeitos positivos em economias periféricas de relativo porte, como (já) o era a brasileira.

Nesses termos, o sentimento de perda existia, mas ele mais alcançava os desvãos da alma carioca, da sua autoestima, do que propriamente a dinâmica econômica e os ganhos das “elites” locais. É dizer: nem a temática do desenvolvimento regional nem a ausência do Estado eram, especialmente para os cariocas, questões verdadeira e definitivamente inscritas na agenda pública local. Portanto, esses problemas continuavam sendo, sobretudo, dos outros.

*E os anos 1970?* Nessa década, apesar de o desempenho da economia mundial sinalizar para o esgotamento dos seus “trinta anos gloriosos” (primeiro e segundo choques do petróleo, avanço do desemprego, tensões inflacionárias etc.), a brasileira experimentou crescimento extraordinário (ver o chamado milagre brasileiro – 1968-73 – e os impactos notáveis sobre a economia nacional derivados da implantação do II PND do Governo Geisel – 1974-79). Ou seja: embora houvesse falas orientadas no sentido das cobranças relativas aos ônus do Rio para com o governo federal, quer pela transferência da capital quer pela ulterior fusão, tanto o cenário econômico paulista quanto o do conjunto do país e também o internacional eram de crescimento, evidentemente mitigando as supramencionadas reclamações e o próprio reconhecimento da região fluminense como “problema”.

Convém enfatizar nesse ponto ainda, como lembra Carlos Lessa (1978) em diversas falas e escritos, de que havia no ideário castrense de então um olhar generoso, embora eivado de delírios autoritários: o de que o Rio de Janeiro seria a sede das empresas tecnologicamente mais modernas do país. Mas não eram apenas delírios; tanto não eram que alguns investimentos, seja pelos recursos empregados seja pelo seu conteúdo tecnológico, chegaram mesmo a ser verificados no território fluminense, como ocorreu emblematicamente com a instalação da Usina Nuclear de Angra dos Reis.

Por conseguinte, havia elementos reais de “represamento” tanto da questão regional quanto do avanço das cobranças aos governos federais acerca dos seus compromissos com a nova unidade federativa criada por força de lei – quando mais não fosse porque o Brasil se encontrava sob as “botas de uma ditadura político-militar” que, reiterando-se, em seus delírios, executava uma política do “Estado, para o Estado e pelo Estado” (Lessa, 1978). Nos termos dos temas e recortes aqui propostos, essa é a conformação socialmente presente pelo menos até o final dos anos 1970, quando, enfim, resulta meridianamente claro que os anos de ouro seriam “coisas” do passado. Da “ilha de tranquilidade em mar revolto” do general Geisel passa-se à “economia de guerra” do general Figueiredo, à moratória mexicana, aos “defaults”, à chamada década econômica perdida. Numa frase: a festa acabara e, com ela, o que fora ensaiado; as cobranças ao governo federal e o surgi-

mento tímido de um discurso de cunho regionalista, inaudito nas plagas cariocas, ganham densidade e passam a ser voz corrente, principalmente entre “elites” empresariais e políticas.

### **A questão regional e a “falta” de apoio federal aportam finalmente nas “praias” fluminenses (1980-2000)**

Como apontado, a troca de sinal das questões em tela é notável a partir da entrada dos anos 1980. Ou seja: o que fora ensaiado nos anos 1960 e 1970, mas contido pelas diversas conjunturas econômicas (interna e externa) e estrangimentos políticos (ditadura), assume então toda a sua plenitude.

Isto posto, é preciso considerar que há importantes distinções a serem feitas no largo período histórico iniciado a partir dos referidos anos 1980. Em certo esforço de periodização, entende-se que há dois “momentos” a analisar, a saber: o que diz respeito aos anos 1980 e à primeira metade do decênio passado, e o que diz respeito à segunda metade desse mesmo decênio e ao quinquênio inicial deste novo século.

*No que trata dos anos 1980/primeira metade dos anos 1990, cumpre sublinhar que diversos fenômenos contribuíram para que tanto a questão regional quanto as reclamações das “elites” fluminenses, especialmente das cariocas, no tocante ao não-cumprimento por parte dos sucessivos governos federais dos seus compromissos (supostos ou verdadeiros, não*

importa para este artigo) com o estado do Rio de Janeiro ganhassem efetiva densidade.

Um dos fenômenos mais flagrantes da década de 1980 foi o relativo à crise econômica brasileira. Como segue. Depois de anos e mais anos de “produção” de taxas expressivas de crescimento da riqueza social nacional, apesar de uma ou outra conjuntura desfavorável, o Brasil experimentou um decênio marcado pela recessão. Essa crise assumiu tamanha dimensão e complexidade que chegou a suscitar, da parte de economistas, a expressão “década econômica perdida”. Mas qual a importância desse fenômeno para a discussão-objeto da presente reflexão? De maneira sintética: a crise do aparelho econômico instalado no Brasil no que concerne à geração de riqueza social, pelo menos como ocorria antes, alcançou dramática e definitivamente o estado do Rio de Janeiro.

Uma das suas principais dimensões foi a atinente ao padrão de financiamento da economia brasileira. Explicando: *no que trata dos recursos externos*, até então abundantes, eles escasseiam, passando o país a ser exportador líquido de capitais. É dizer: ao adotar uma política econômica de natureza recessiva (denominada “de ajuste”), com centralidade discursiva no combate à inflação, para em verdade gerar superávits na balança comercial (exportação menos importação), o Brasil transferiu somas gigantes-

cas de recursos para o exterior (por conta dos saldos obtidos na balança comercial), com gravosos impactos sobre os gastos públicos e, por via de consequência, sobre a própria geração de renda e emprego domésticos, notadamente ao nível de um estado tão tributário da União/governo federal. Mas os problemas não pararam aí, posto haver, ademais, a questão *recursos internos*: e esses, ao também serem reduzidos<sup>16</sup>, levaram à nova compressão dos gastos públicos, à elevação da carga tributária e ao enxugamento geral da chamada base monetária, impactando negativamente sobre a capacidade de gastos da quase totalidade dos agentes econômicos (públicos e privados) e incidindo mais uma vez de maneira dramaticamente onerosa sobre a economia fluminense em vista do fechamento de mais essa possibilidade de financiamento dos seus gastos correntes e de capital.

O resultado geral desse processo foi a “década econômica perdida”, pelo menos em termos tecnológicos, para a maioria da população brasileira<sup>17</sup>. Ou seja: a conjuntura que até então permitia à economia fluminense ser beneficiada por recursos públicos, via transferências constitucionais, salários do seu funcionalismo público e dos aposentados e pensionistas (todos gravemente arrojados), como pelos gastos públicos autônomos, alcança seu limite. Para resumir: uma economia (e sociedade) tão tributária da União e do governo federal,

<sup>16</sup> Com a exceção dos recursos que foram destinados às atividades agroexportadoras, para fazer divisas internacionais e pagar a dívida externa.

<sup>17</sup> Mas não para os interesses do agroexportador e para os credores internacionais, que experimentaram então, com certa defasagem, o seu “milagre”.

como a carioca, não poderia se mostrar senão em situação verdadeiramente dramática.

Assim sendo, é trivial que (passo seguinte) as históricas fragilidades estruturais acumuladas pela economia e sociedade fluminense, em especial pela carioca, se desnudassem por completo<sup>18</sup>. Nesse sentido, o que era crise potencial se transformou em crise real. Explicando: a perda de posição relativa da economia fluminense para a economia paulista, e desde os anos 1970 também para a mineira<sup>19</sup>, não apenas fez soar uma estridente sirene como evidenciou as fragilidades histórico-estruturais acumuladas que, em vista das várias conjunturas analisadas (e apontadas), lograram ficar até então “submersas”. De outra forma: houve o definitivo reconhecimento do Rio, capital e interior, enquanto unidade federativa na qual as diferenciações socioespaciais próprias do desenvolvimento capitalista brasileiro também se faziam presentes, bem como de sua extrema dependência do Estado.

É desse modo, como mostrado em trabalho anterior (Natal, 2005), que as

“vozes do Rio” (que operavam até então sem produzir maiores “reverberações sonoras”) começam a se fazer ouvir no conjunto da sociedade fluminense. Tais vozes, principalmente aquelas ligadas aos setores naval, comercial e financeiro, todas localizadas no município-sede, buscaram nesse contexto emparedar os governos estaduais então eleitos legitimamente e, por conseguinte, tornar-se hegemônicas à luz da relativa escassez de recursos públicos; concomitantemente, esses mesmos interesses atacaram as representações parlamentares locais no Congresso Nacional visando assumir o papel de “as vozes” de interlocução no Executivo Federal. Diversas reuniões são realizadas e entidades, criadas, de modo a articular os fluminenses no sentido de clamar por uma atenção particular do governo federal para com os interesses do Rio. Afinal, seguia o discurso, havia um compromisso não honrado (pelo Estado, melhor, pelos sucessivos governos federais) tendo em vista a transferência da capital e da fusão!

Mas a verdade é que, além de discursos e interesses pretensamente representativos, havia uma realidade inescapável:

<sup>18</sup> Fragilidades estruturais essas expressas em termos econômicos (na decadência e na falta de competitividade da sua estrutura industrial), sociais (com agravamento da questão social, como manifesto nos baixos salários, na precariedade no que trata das relações trabalhistas etc.), político-institucionais (com avanço dos conflitos de natureza federativa com a União/governo federal) etc., tudo isso, enfim, reiterando o quanto as elites (termo empregado sem qualquer pretensão de rigor conceitual) locais foram capazes de afirmar seus interesses sobre o conjunto da sociedade fluminense e de impedir, assim, a elaboração de diagnósticos mais consequentes e transformadores – ver, a respeito, Natal (2005, capítulo 1).

<sup>19</sup> Convém assinalar que diversos autores (Cano, Diniz, Pacheco etc.) mostram que desde meados dos anos 1970 (e pelos menos até meados do decênio seguinte) houve importante mudança na geografia econômica nacional, o que significa dizer que muitos espaços nacionais, até mesmo alguns sem qualquer história anterior de dinamismo econômico, foram contemplados com investimentos e que a região fluminense ficou quase inteiramente à margem desse processo.

o governo federal fizera a opção por uma política econômica recessiva e de apoio praticamente exclusivo ao “agrobusiness”, o que, é trivial, passava à distância do Rio de Janeiro e de todos os espaços brasileiros vinculados ao setor industrial e ao mercado interno. Desse modo, a crise econômica crescentemente aguda no estado finalmente revertia à histórica naturalização da presença do Estado na região fluminense, com destaque mais que evidente no âmbito carioca, como ao também histórico alheamento da chamada questão regional nas terras fluminenses, principalmente nas “praias” cariocas.

*No que trata dos anos 1990*, parece possível demarcar dois breves subperíodos: o primeiro, *grosso modo*, refere-se aos primeiros quatro a cinco anos dessa década, e o segundo, à sua segunda metade.

*No que trata dos primeiros quatro anos (ou alargando um pouco mais o tempo, apenas para facilitar o leitor, da primeira metade do decênio anterior)*, a situação fluminense se mostra de continuação, agravada, dos dez anos anteriores, sedimentando aí extraordinário “caldo de cultura” para que as reclamações contra o governo federal fossem mantidas ou mesmo ampliadas. De outra forma: dados os cortes nos gastos públicos, a manutenção do processo inflacionário, o avanço da crise internacional etc., a crise econômica interna seguia adiante levando à ampliação das

críticas das “elites” locais ao “abandono do Rio pelo governo federal” e aos que o representavam no governo estadual e no parlamento federal.

E tudo isso em quadro de pronunciadas mudanças no cenário econômico-espacial do país, na medida em que diversas das suas frações territoriais alcançavam graus importantes de dinamização econômica, reforçando nas “elites” locais e, por derivação, em parcela expressiva da sociedade, em vista das críticas que elas (elites) faziam e logravam reverberar, o sentimento e/ou a apreensão de que o conjunto do estado bem como sua fração carioca seriam estruturas societárias em situação terminal<sup>20</sup>. Portanto, o que se apresentava, explicitamente ou não, era mais ou menos o seguinte: ou o governo federal intervinha e resgatava essa supostamente nova “região-problema” (como se ela houvesse sido “inventada ali” nos anos 1960 e 1970, quiçá nos próprios anos 1980!) ou a “situação terminal” seria inexorável!

É bem verdade que a partir do final dos anos 1980 ou, mais especificamente, de 1989 em diante, a realidade social mundial (ou pelo menos de quase todo o mundo) se transformou de maneira rápida e profunda. Nesse contexto, no âmbito doméstico, a chegada de Collor de Mello ao poder central do país introduziu, com “peso”, a agenda neoliberal. Também nesse contexto, o estado do Rio de Janeiro acabou sendo alcançado, com novo destaque da sua fração

<sup>20</sup> De outra maneira: sem possibilidade de suscitar qualquer devir que resgatasse pelo menos um pouco da sua anterior e destacada presença na vida política nacional, como verificado nos quase 200 anos em que fora capital imperial e da república.

carioca, gerando outra “folga” nas críticas anteriores. Do seguinte modo: por conta de a perspectiva neoliberal ganhar naquela conjuntura muitos corações e mentes, houve entre parcela importante das “elites” locais uma espécie de “sonho”; em linhas gerais, seria o seguinte: o Rio de Janeiro acabaria sendo beneficiado na medida em que, de um lado, se a presença do Estado seria enfraquecida, de outro, principalmente a sua capital, por continuar sendo “a porta de entrada do país”, poderia voltar a obter alguma centralidade no cenário nacional em vista da sua história comercial, portuária e financeira, como também enquanto sede de indústrias modernas dos setores tecnológicos de ponta. Em resumo: as antigas reclamações acerca do abandono do Rio pelo governo federal e o sentimento que se foi enraizando de que o Rio era uma “região-problema” experimentaram então uma espécie de (nova) fase de (algum) recolhimento...

Já na segunda metade dos anos 1990 (em diante) há pelo menos três mudanças importantes no estado das artes do debate em exame, a saber:

- a sociedade brasileira volta a adquirir a possibilidade, incluindo a fluminense, de “desenhar futuros” por conta da estabilização (dos preços) lograda pela implantação do Plano Real (1994). De outra maneira: descortina-se depois de anos e mais anos de exacerbação conjuntural (combate à inflação) um quadro social relativa-

mente favorável ao estabelecimento de ações estratégicas (de desenvolvimento) e, não fora bastante, pelo menos até 1999, em um cenário de crescimento econômico;

- o centro da política nacional passa a sediar-se definitivamente em São Paulo (com os dois governos Fernando Henrique Cardoso), evidenciando, também em definitivo, que o Rio deixara de ser referência para efeito da política e do jogo do poder nacional e, ainda não fora igualmente bastante, em contexto de importante e grave internacionalização (dependência) da economia e da vida nacional; e
- o fato de o governo do estado (do Rio de Janeiro) ser assumido por Anthony Garotinho, que não apenas se põe em oposição ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, como brande discurso consoante com o ideário mais geral e tradicional de correntes progressistas brasileiras, em especial cariocas, que articulam o binômio Estado-Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Em vista das mudanças e quadros apontados, especificamente do que trata da dimensão socioespacial, é preciso ressaltar que surge em diversos lugares do país um leque relativamente amplo de definições e de políticas orientadas para a promoção de seus respectivos desenvolvimentos “locais”<sup>21</sup>. Esse também é o caso do estado do Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> Provavelmente em função da ausência de qualquer macroprojeto nacional de referência (Natal, 2006).



Nesse sentido, cumpre registrar que houve (mesmo) então um número razoável de empreendimentos considerados de “base local”, tais como: o Frutificar, no Norte e Noroeste; Moda Íntima, em Friburgo; Metal-Mecânico, no Médio Vale do Paraíba etc. (Natal, 2005, cap. 7).

Em adição, sublinhe-se que esse estado começa a partir de meados dos anos 1990 a apresentar determinada recuperação da sua economia, principalmente quando ela é comparada consigo mesma no tempo (tenha-se em conta que os anteriores 15 anos foram dramáticos, sob qualquer perspectiva que se analise o estado, inclusive ou mesmo destacadamente sob a da economia).

Por conseguinte, poder-se-ia derivar que o estado do Rio de Janeiro teria sido suficientemente ágil no sentido da compreensão da necessidade da definição de projetos estratégicos que, diante dos novos tempos e adversidades, o levasse a encontrar não só sua senda de desenvolvimento econômico, como a “produção” de maior equilíbrio espacial (em um território tão historicamente de-

sigual). Nova adição: que o governo estadual (Garotinho) teria conseguido estabelecer uma parceria plena de êxito com o empresariado espraiado no e pelo estado, “driblando” o cerco do governo federal “paulista”.

Possivelmente o que veio de ser (apenas) sugerido ganhe base analítica mais segura quando se considera que nesse período houve nítido reforço do discurso regionalista (emergente nos anos 1960). Isto é: o ERJ estaria sendo sistematicamente discriminado pelos sucessivos governos federais, talvez até de forma mais aguda a partir dos governos “paulistas” de Fernando Henrique Cardoso e Lula. Tais governos, “inimigos do Rio”, seriam, por conseguinte, óbices a um estado que, se não era mais apresentado como “região-problema” (dada a inflexão econômica positiva), continuaria, no entanto, com enormes dificuldades para alcançar estágio vigoroso em seu processo de desenvolvimento econômico exatamente pela falta de apoio do ente governamental supra-mencionado (o governo federal)!

---

### ***Considerações finais***

Esta última seção encontra-se organizada em três blocos analíticos: A) o primeiro, extremamente sucinto, resgata as principais “conclusões” constantes do presente artigo; B) o segundo, um pouco mais extensivo, discute a complexidade inerente ao tema desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro nos

tempos presentes, tendo em vista, por suposto, os fios condutores deste artigo, o Estado e a questão regional; C) o terceiro, brevíssimo, alinhavado em termos bastante amplos, busca situar o binômio em tela *vis-à-vis* à temática do desenvolvimento fluminense.

*A) AS PRINCIPAIS "CONCLUSÕES" DO ARTIGO*

Este trabalho, que examinou o que se poderia denominar de entendimento dominante verbalizado pelos fluminenses em geral e cariocas em particular acerca da trajetória da chamada questão regional e do Estado, na sua interação com os interesses "do Rio", em linhas gerais chegou às seguintes "conclusões": o referido binômio não faria parte da agenda de preocupações sociais (dos fluminenses em geral e dos cariocas em particular, insista-se) desde o final do século passado à entrada dos anos 1960, quando passou a ser extremamente "celebrado" – pelo menos até meados dos anos 1990; sendo que a partir daí uma das suas "pernas" mereceu destaque, a que concerne ao Estado (leia-se governo federal), mas não a outra, a atinente à questão regional.

De maneira um pouco mais detida. Embora no primeiro período o binômio tenha sido negado como tema societário relevante, cumpre assinalar que ele mais obliterou a realidade que propriamente a desvelou, posto que o fato de a "União" estar no Rio não significava que ele fosse a "União", nem que a economia fluminense, mesmo a carioca, não experimentasse gravosa e crescente perda de importância no contexto nacional, "caminhando" que estava para posicionar-se, no tempo, como mais uma "região-problema" nacional (em termos da sua crescente "perda de fôlego" endógena quanto à geração de riqueza social); por outro lado, apesar de o referido binômio ganhar centralidade ao nível da práxis no intervalo temporal subsequente (do ini-

cio dos anos 1960 até meados dos anos 1990), na sua formulação discursiva (de determinadas frações capitalistas em busca de afirmação hegemônica) ele funcionou, também cumpre assinalar, mais como "cortina de fumaça" à elaboração de diagnósticos verdadeiramente conseqüentes acerca da economia da região e das suas relações, mais que com o Estado, com os sucessivos governos federais; sendo que no último recorte cronológico, compreendido entre meados dos anos 1990 e o presente, há tanto um "apagamento" indevido do estado do Rio de Janeiro como "região-problema", na medida em que inexiste qualquer garantia sobre a sustentação das suas taxas "positivas" de crescimento econômico, mesmo no futuro mais imediato, quanto uma sublimação dos conflitos estabelecidos com os sucessivos governos federais que, assim sendo, ao transcenderem à questão "discriminação do Rio de Janeiro", obstam o entendimento do que efetivamente consiste em discriminação e do que é disputa política em vista de projetos de poder (pouco importando aqui se eles são pessoais ou não, legítimos ou não!).

*B) A COMPLEXIDADE INERENTE À DISCUSSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, TENDO EM VISTA, POR SUPOSTO, O ESTADO E A QUESTÃO REGIONAL NO PERÍODO QUE SE ESTENDE DE MEADOS DOS ANOS 1990 ATÉ OS DIAS CORRENTES*

Particularmente no que diz respeito à atual dinâmica econômica da "região" fluminense e às disputas dos governos do ERJ com os governos federais no período

do supramencionado, faz-se necessário considerar analiticamente que, além dos (últimos) reparos efetuados sobre o discurso que nega o ERJ como uma “região-problema” e o que acusa o governo federal como “o” responsável pelos seus males, há verbalizações recentes acerca desse debate a merecerem alguma atenção, posto “dificultarem” a apreensão mais acurada da realidade do estado; a saber:

*B.1) A RECENTE E RELATIVA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE (PÓS-1995) SERIA RESULTADO DE SOLUÇÕES LOCAIS E DE INICIATIVAS E DECISÕES TOMADAS PELO GOVERNO ESTADUAL, O QUE PODERIA LEVAR AO SEGUINTE E EQUIVOCADO ENTENDIMENTO: O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO SE RESOLVERIA EM SEU PRÓPRIO ÂMBITO*

É preciso considerar que, apesar de muitos empreendimentos levados a cabo no estado terem sido assumidos como seus pelo governo estadual e constarem da carteira de projetos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)<sup>22</sup>, eles têm, especialmente os que “pesam” para a economia do ERJ, suas decisões efetuadas por “agentes externos ao estado”, de maneira alheia ao controle da Firjan e das “elites” políticas e econômicas fluminenses (ou propriamente cariocas).

Dizendo de maneira diferente: os investimentos decisivos para o dinamismo econômico do estado, ou seja, aqueles intensivos em capital, com maiores efeitos econômicos para frente e para

trás (como dizem os economistas), derivaram de decisões feitas por “agentes” como o governo federal (ver o setor petróleo, com rebatimentos no âmbito de todo o estado e, em particular, na sua Região Norte) e o grande capital estrangeiro (ver o setor metal-mecânico, no Médio Vale do Paraíba, com destaque para Resende e Porto Real). Reiterando: os investimentos que mais contribuíram para a inflexão econômica positiva verificada desde meados do decênio anterior ocorreram por conta de processos “sitos” fora do controle da Firjan e dos governos estaduais, como ilustrado pela privatização de ativos públicos (de domínio da órbita federal) e pelas novas lógicas estratégicas de localização das grandes empresas globais (como é o caso das relativas à dinâmica de investimento da indústria automotiva).

Logo, a tese que defende ser o Rio uma não-“região-problema” parece ser no mínimo insuficiente pelo fato de o seu desenvolvimento econômico, pelo menos o recente, guardar relação estreita com “variáveis exógenas” à dinâmica econômico-societária fluminense (!).

*B.2) EM VISTA DE B.1, TAMBÉM SE PODERIA INTUIR, DISCURSIVA E EQUIVOCADAMENTE, QUE O DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE RECENTE NÃO DERIVARIA DAS SUAS IMBRICAÇÕES COM AS ORIENTAÇÕES NEOLIBERAIS (MAS SE DERIVASSE?)*

A realidade francamente nega a tese anterior; a saber: o desenvolvimento econômico fluminense recente não pode

<sup>22</sup> Sem prejuízo dos esforços que esses “atores” tenham feito no passado relativamente recente (pós-1995) e fazem no presente para a promoção do desenvolvimento econômico da unidade federativa em análise (o que os autores não negam).

ser explicado sem a consideração dos investimentos efetuados pelas empresas globais (centralmente definidos pelas suas lógicas de atuação planetária), devendo-se acrescentar aí os que se verificaram a partir do recuo do Estado das suas tradicionais obrigações públicas e em prol do crescimento econômico, e sob a sua égide. Logo, não há como fazer tábula rasa das orientações neoliberais presentes na realidade contemporânea fluminense.

De maneira sucinta: os dados estatísticos comprovam de maneira inequívoca que a política econômica, de inspiração neoliberal, tão criticada, inclusive pelos autores deste artigo<sup>23</sup>, teria participado até decisivamente no/do processo histórico de “inflexão econômica positiva” do Rio, dado que se o estado em tela dependesse apenas da capacidade de investimento público estadual, e dos capitais privados locais e nacionais, quase certamente seria possí-

vel afirmar que essa unidade federativa continuaria mal em termos da produção de riqueza social, quiçá como se encontrava nos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990.

Insistindo. O que se está aqui (mais que) sugerindo é que as políticas de inspiração neoliberal, no caso do estado do Rio de Janeiro, no que tange à geração de riqueza social, não teriam sido tão-somente problemas (desemprego etc.), mas também “caminho” (importante) de “pavimentação” da relativa recuperação da economia do estado. Tanto que, com a exceção do estado de São Paulo, poucos foram os lugares que conseguiram obter tantos investimentos ligados à privatização em semelhantes magnitudes, assim como tantos capitais estrangeiros (aplicados em setores diversos da economia local).

Em que pese essa “positividade”, não se pode esquecer que, além do que

<sup>23</sup> Nesses termos, convém registrar o seguinte: se é fato que os investimentos em tela injetaram recursos na economia fluminense, não se pode perder de vista que essas inversões, incluindo ou mesmo sublinhando as advindas do processo de privatização, não implicaram na disseminação de ganhos de produtividade (a famosa modernização) pelo conjunto da estrutura produtiva fluminense (senão o contrário, na medida em que elas foram majoritariamente pontuais, em termos tanto setoriais quanto espaciais). Adicione-se nessa linha que particularmente em relação à indústria petrolífera, que ocupa posição de destaque no que respeita a investimento e a arrecadação, ela define um ramo da atividade econômica com horizonte temporal relativamente preciso (pois está baseado em matéria-prima não-renovável), sendo ainda altamente gerador de externalidades negativas (ambientais) cujos prejuízos, regra geral, recaem sobre o poder público (conquanto seja ainda difícil contabilizar essas externalidades, principalmente na área da saúde). Além disso, como se trata de uma Indústria “madura”, o capital estrangeiro atraído para o Rio de Janeiro em razão da privatização não agregou “conhecimento novo” (tecnologia) significativo ao parque industrial (deve-se lembrar que essa era uma das promessas das teses liberais). Enfim, se não há dúvidas de que o crescimento recente da economia fluminense é explicado principalmente pelo aporte de recursos públicos e privados derivados da política liberal (privatização), muitas são as inquietações sobre a capacidade de manutenção desse processo de crescimento a longo prazo, em vista pelo menos dos seus custos em termos ambientais, bem como sobre seus desdobramentos no conjunto da matriz produtiva estadual.

se assinalou na nota 23, se o dinamismo econômico do estado repousa em alguma medida em capitais e decisões externas ao país, sem deixar de mencionar suas implicações gravosas em relação a emprego, a concorrência doméstica, a gestão democrática etc., torna-se evidente que a dinâmica econômica “local” se encontra submetida a processos e decisões extremamente complexos, o que mais uma vez indica o quanto é prematuro (ou indevido mesmo) afirmar que o Rio de Janeiro é desde logo uma não-“região-problema”.

*B.3) O RIO DE JANEIRO, EM VISTA DO SEU PROCESSO HISTÓRICO DE “PERDAS” E CONFLITOS COM OS SUCESSIVOS GOVERNOS FEDERAIS, NÃO TERIA MAIS QUALQUER PODER POLÍTICO NO ÂMBITO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA É OUTRO DISCURSO CORRENTE, MAS TAMBÉM EQUIVOCADO*

Não parece impertinente afirmar que a inflexão econômica positiva tantas vezes referida neste trabalho se explicaria pelo menos em parte pelas heranças deixadas pela passagem da capital imperial e da capital republicana pelo território fluminense (portos, universidades, centros de pesquisa, indústria naval, sedes de diversas estatais etc.), posto que se assim não fosse como explicar, ilustrando, que as grandes empresas de telefonia privada tenham escolhido flagrantemente o Rio para implantar suas sedes<sup>24</sup>?

Nesse sentido, posicionar-se-ia uma nova *démarche*: apesar de a capital ter sido transferida para Brasília, haveria subsistido algum poder carioca (por incrível que possa parecer ao estado das artes dominante do debate contemporâneo), tanto que ele teria sido importante para o relativo renascer da economia fluminense (!). E mais: que assim sendo, além da saudação que ainda se faria necessário à passagem da capital imperial e da república pelo Rio de Janeiro, seria mais que nunca necessário avaliar com o devido rigor a reiterada reclamação tão carioca do “Rio discriminado pelo governo federal”, tendo em vista, apesar dos pesares (leia-se, dos ventos neoliberais e da privatização dos anos 1990), a presença de empresas estatais de porte em seu território como o são, por exemplo, a Petrobras, o BNDES, a Finep, a Infraero, bem como dos investimentos privados que vieram de ser nele efetuados em interação com a história desse lugar.

Nesse caso, seria imprescindível separar o que efetivamente é governo e o que é Estado, de modo a não obscurecer ainda mais a discussão, uma vez que se a questão fosse apenas o segundo, o Estado, possivelmente não se poderia falar, muito menos enfaticamente, em discriminação do Rio; e, por fim, também seria imprescindível não perder de vista

<sup>24</sup> Igualmente, como explicar que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a maior e única instituição com capacidade de financiamento de longo prazo, esteja situada na Avenida Chile e não na Avenida Faria Lima (berço do novo, poderoso e maior centro financeiro do país)? Logo, em sendo verdade o sugerido, poder-se-ia dizer que apenas a política (simbólica) seria capaz de explicar esse fenômeno, pontificando aí a apontada herança carioca de ter sido por tanto tempo capital imperial e da república.

que se a presença do governo federal continua importante para a unidade federativa em exame, como a história desse lugar, o seu desenvolvimento, mesmo considerada apenas a dimensão econômica, igualmente continua a merecer preocupação, na medida em que tanto o tema do Estado quanto o da história encontram-se fora da agenda pública.

*B.4) A INFLEXÃO ECONÔMICA POSITIVA SERIA RESULTADO DA PREVALÊNCIA DO IDEÁRIO DAS SOLUÇÕES LOCAIS E DE UMA POSTURA POLÍTICO-CULTURAL ANTI-ESTADO, TESES ESSAS RADICALMENTE ANTIPODAS À HISTÓRIA DA FORMAÇÃO SOCIAL CARIOCA<sup>25</sup>, E ESSA RACIONALIDADE E PRÁTICA TERIAM EVITADO QUE O RIO CONTINUASSE A SER UMA "REGIÃO-PROBLEMA", O QUE, COMO ANTES, TAMBÉM PELA SUA EXCESSIVA SIMPLIFICAÇÃO, MOSTRA-SE MAIS UMA VEZ TESE/DISCURSO EQUIVOCADO*

Em vista do conjunto dos apontamentos efetuados sobre a realidade fluminense pós-1995, particularmente nestas considerações finais (todos problematizando o desenvolvimento econômico da "região" fluminense), a questão que intitula este subitem também precisa ser enfrentada. Avançando: em que pese ser voz corrente em meios intelectuais, empresariais etc., a defesa da necessidade do abandono do que restou de veleidade quanto a macroprojetos de referência para o desenvolvimento, tanto para o estado quanto para o país, os auto-

res deste artigo têm marcadas suspeitas quanto à veracidade dessa tese-discurso.

De outra maneira: mais ainda duvidam de que os cariocas, em sua maioria, tenham experimentado um processo histórico-cultural (acelerado) de eliminação da idealização de grandes projetos de referência para o estabelecimento do seu desenvolvimento. Enfim: possuem a firme convicção de que essa tese-discurso seria improcedente não apenas porque seu ponto de partida seria provavelmente mistificador, o que supõe que haveria incontestável superioridade das "soluções locais" e das parcerias público-privadas sobre as formas que lhe são opostas, como também porque a história de uma formação social não "evapora" dos corações e mentes, com grande facilidade, ao sabor de mudanças de natureza conjuntural.

Assim, evidencia-se o quanto é problemático tributar o desenvolvimento econômico do estado a "soluções" como as que vieram de ser aludidas e, passo seguinte, considerá-lo uma não-"região-problema". Talvez pior ainda: abrindo mão do seu patrimônio sociocultural, da sua histórica participação nas grandes lutas nacionais, do seu também histórico olhar holístico e escalar, para tristemente refugiar-se numa irrefletida e inconsequente busca pela (sua) salvação no credo "paroquial-hedonista" que, ao fim e

<sup>25</sup> Quando possivelmente a parceria política do governo estadual com a Firjan, independentemente da consciência dos sujeitos envolvidos, tenha sido a expressão do reconhecimento de que se encontrava em curso um processo que escapava do seu controle e mesmo da sua efetiva capacidade de intervenção. Ou seja: essa parceria seria uma espécie de tentativa de lograr centralidade política em uma situação que lhes era relativamente adversa.

ao cabo, apenas disfarça suas muitas fragilidades, em especial as estabelecidas com o governo federal.

*C) A QUESTÃO REGIONAL, O ESTADO E O (FUTURO) DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE*

A análise desenvolvida neste artigo procurou resgatar o quanto o abandono da questão regional, particularmente pela população carioca, afirmando-a como questão nordestina, acabou cumprindo papel perverso para o efetivo desnudamento dos seus muitos problemas; que, assim sendo, é trivial, “apenas” se acumularam. Mais: que o processo de “naturalização” do Estado foi decisivo na medida em que obliterou esses mesmos problemas (ao “funcionar” como biombo para que certos interesses particulares, a maioria “dependente de recursos públicos”, se afirmassem discursivamente como “do estado”). Passo seguinte se mostrou que o “choro lamurioso” verbalizado por dadas frações de classe e prevacente dos anos 1960 até meados dos anos 1990, não obstante desvelar a crise societária profunda e complexa fluminense, fundamentalmente indicava o quanto essas frações haviam sido abandonadas em vista das novas configurações econômicas e políticas que se posicionaram na cena brasileira. Por fim, no pós-1995, procurou-se demons-

trar que é preciso não perder de vista que a economia fluminense continua, apesar dos esforços dos governos estaduais do período em atrair empresas e negócios para o seu território, a apresentar enormes debilidades endógenas no que concerne à sustentação do seu crescimento econômico e a confundir, propositadamente, conflito de natureza federativa, que parece existir, e de forma mais aguda nos últimos anos (pós-FHC), com disputas políticas de “espaço”. Logo, salvo engano, parece que a sociedade fluminense encontra-se vivenciando uma situação, expressa na *démarche* em questão, que mais confunde do que esclarece a produção de diagnósticos conseqüentes sobre o seu devir.

Não fora bastante, e possivelmente por causa disso, há o posicionamento de uma série de discursos nitidamente equivocados ou insuficientes concernentes à referida produção (de diagnósticos e de terapias), todos mais ou menos dominantes, alguns deles negando os outros<sup>26</sup>, o que demonstra o quanto é preciso aprofundar a análise de modo a evitar que eles adiem a busca por soluções efetivas para o enfrentamento das inúmeras dificuldades que estão postas para a economia e a sociedade fluminense, posto serem regra geral “apenas” ideológicos e/ou políticos, e nada científicos.

<sup>26</sup> Tais como: microiniciativas de base local, definições e ações do governo estadual (quando as decisões empresariais privadas do grande capital internacional foram determinantes da inflexão econômica positiva de meados dos anos 1990 para cá), dependência total do Rio ao governo federal, negação definitiva da importância do Rio na vida nacional brasileira etc.

## Referências

- ARAÚJO FILHO, V. F. *Política e ideologia na vida do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.
- ARAÚJO, T. B. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Renavan, 2001. Parte I, p. 17-24.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. In: *Anais da ANPUR*. Recife-PE, 1997. V. 2.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Difel, 1977.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. Campinas: Unicamp; IE, 1998. (30 anos de Economia, Unicamp, 4).
- DAIN, S. Crise econômica, Rio de Todas as Crises (I). *Série Estudos e Pesquisas*, Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 80, dez. 1990.
- DINIZ, C. C. *Dinâmica regional da indústria no Brasil: início da desconcentração, risco da reconcentração*. Belo Horizonte, 1991. Tese (Concurso para Professor Titular) – UFMG, Belo Horizonte, 1991.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 3(1), 1993.
- \_\_\_\_\_. *Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos*. Rio de Janeiro: BNDES, set. 2000. Mimeo.
- GUIMARÃES, L. A questão regional no Brasil: traços gerais da sua evolução histórica. *Revista de Economia Política*, n. 10, p. 167-184, jul./dez. 1986.
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-70)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LAFER, B. M. *O planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, s./d.
- LESSA, C. *Quinze anos de política econômica no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Unicamp, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Estratégia de Desenvolvimento – sonho e fracasso*. Rio de Janeiro, 1978. Tese (Concurso para Professor Titular) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1978.
- MARX, K. *O Capital, Livro I, Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Limitada, 1978.
- MOTTA SOBRINHO, A. *A civilização do café*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- NATAL, J. *O Estado do Rio de Janeiro Pós-1995: rede urbana, dinâmica econômica*



e questão social. Rio de Janeiro: Publicati; Faperj, 2005.

\_\_\_\_\_. *Do desenvolvimentismo ao neoliberalismo – a saga da construção brasileira no Século XX*. Rio de Janeiro: Publicati, 2006.

OLIVEIRA, F. *A questão regional brasileira: a hegemonia inacabada*. In: Instituto de Altos Estudos da USP, s./d. Mimeo.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da Nação*. Campinas: Unicamp, 1998.

## **Resumo**

O objetivo desse estudo é comparar a evolução da economia fluminense *vis-à-vis* aos discursos produzidos pelos agentes econômicos. A análise abrange três importantes momentos da histórica econômica do Rio de Janeiro: i) do final do século XIX até os anos 1960, quando os sinais da crise não eram identificados na economia; ii) as décadas de 1970 e 1980, quando o discurso da crise emerge colado à demanda por recursos federais; e iii) dos anos 1990 até a atualidade, quando o Rio de Janeiro retomou a trajetória ascendente de crescimento econômico.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro, desenvolvimento regional, economia brasileira.

## **Abstract**

The objective of this work is to compare the diagnostics and the evolution of the economy of Rio de Janeiro. It's intended to show the differences between the speeches and the real situation of the economy in three important periods: the end of 19<sup>th</sup> century until 60's, when there's no crisis in Rio de Janeiro for many players; ii) the 70's and 80's, when several agents demanded resources of the federal government in reason of the crisis, and iii) the 90's until today, when the economy of Rio de Janeiro returns to economic growth.

**Keywords:** Rio de Janeiro, regional development, Brazilian economy.

---

*Recebido em agosto de 2006. Aprovado para publicação em maio de 2007*

**Alberto de Oliveira** é economista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

**Jorge Natal** é economista, Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas e professor-associado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Laboratório Estado, Economia e Território (LESTE). É pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

---

# Inovação e desenvolvimento: uma análise comparativa de dois programas de novas tecnologias em Santa Catarina \*

*Marcos Antônio Mattedi e Ivo Marcos Theis*

---

## ***A problemática da inovação tecnológica em Santa Catarina***

A preocupação com a relação entre Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e Desenvolvimento Regional (DR) em Santa Catarina surge no contexto da redefinição do padrão predominante de desenvolvimento socioeconômico do estado. Num cenário nacional marcado por um

processo de modernização homogeneizadora baseada e, na maior parte dos casos, sustentada por uma forte presença do estado, que muitas vezes se sobrepôs às especificidades culturais e ambientais de cada região<sup>1</sup>, a dinâmica de desenvolvimento de Santa Catarina

---

\* Uma versão inicial deste artigo foi apresentada nas *VI Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia*, que tiveram lugar entre 19 e 21 de abril de 2006 em Bogotá, Colômbia. A pesquisa que lhe deu suporte foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

<sup>1</sup> O pressuposto é de que espaços regionais são permanentemente produzidos a partir da [re]definição, também permanente, de limites e fronteiras pela dinâmica capitalista – em uma palavra: por causa da permanente [re]regionalização. A esse propósito, cabe acrescentar que “o termo refere-se, mais do que à efetiva existência de regiões, à capacidade de produzi-las, o que inclui o acionamento de ideologia, com apoio, por exemplo, em dados da paisagem, valores culturais compartilhados ou critérios político-científicos que legitimem fronteiras e limites. O reconhecimento de regiões fundamenta-se [...] na naturalização de relações sociais, baseada em processos que ocultam diferenças e interesses” (Ribeiro, 2004, p. 198).

sempre foi apresentada como uma experiência diferenciada em relação aos demais estados do país. Os principais aspectos desse diagnóstico referem-se tanto ao modelo de ocupação quanto à estrutura socioeconômica. Com relação ao modelo de ocupação, este foi marcado pela colonização estrangeira, que introduziu uma estrutura fundiária na qual prevaleciam a pequena propriedade e a policultura. Quanto à estrutura socioeconômica, esta vinha sendo caracterizada pela capacidade de desenvolvimento sustentado da pequena e média indústria, que direcionavam sua produção para o mercado local. Essas condições históricas responderiam, assim, pela relativamente equilibrada distribuição espacial da população e das atividades econômicas, complementada pelo desenvolvimento de uma rede de pequenas e médias cidades e por uma menor concentração de renda. Esses seriam os fundamentos do que se convencionou caracterizar como “modelo catarinense de desenvolvimento” (Ceag, 1980; Hering, 1987; Raud, 1999; Lenzi, 2000).

A partir da década de 1970, contudo, observa-se uma redefinição dessa dinâmi-

ca de desenvolvimento (ver Quadro 1). Por um lado, cresce a importância das grandes empresas, crescimento patrocinado, sobretudo, por políticas públicas que forneceram suporte financeiro para a expansão do setor têxtil e do setor metal-mecânico, acompanhando a tendência nacional do período. Por outro lado, intensificou-se o processo de concentração da população nas maiores cidades, notadamente nas cidades de Joinville e Blumenau, invertendo-se, assim, a estrutura fundiária que caracterizou o período anterior. Essa redefinição da tendência histórica de desenvolvimento acabou gerando um conjunto de problemas característicos da concentração das atividades produtivas e da população. Mas, em função das características do processo de ocupação do espaço e do padrão de apropriação dos recursos, essa redefinição acabou gerando também um conjunto de problemas específicos, como, por exemplo, a sobrecarga da capacidade regenerativa do ambiente natural e a sobrecarga da capacidade assimilativa causada pela poluição crescente. Esse processo tornou as principais cidades dessas regiões vulneráveis a impactos socioambientais (Mattedi, 2000, p. 195-230).

**Quadro 1:** Estilização dos modelos de desenvolvimento brasileiro e catarinense

<i>Especificação</i>	<i>Brasil</i>	<i>Santa Catarina</i>
Distribuição demográfica	População concentrada em regiões metropolitanas	População dispersa em pólos regionais
Parque industrial	Elevada concentração no eixo Rio-São Paulo	Distribuição equilibrada: regiões especializadas com aglomerados setoriais locais

*Continua*

**Quadro 1:** Continuação

<i>Especificação</i>	<i>Brasil</i>	<i>Santa Catarina</i>
Perfil da agropecuária – quanto ao módulo predominante – quanto à produção	Propriedade de médio e grande portes Predomínio da agricultura	Pequena propriedade (agricultura familiar, temporariamente bem-sucedida) Equilíbrio entre lavouras e pecuária (aves, suínos e gado)
Origem das empresas	Empresas líderes: multinacionais e grandes grupos econômicos nacionais	Predominância de empresários locais/estaduais e papel secundário de estatais produtivas e multinacionais
Capitalização	Origem dos recursos: a) <i>Fase pioneira:</i> – capitais do setor cafeeiro e do comércio exterior b) <i>Após 1960:</i> – recursos governamentais (estatais federais) – recursos de multinacionais (repassados para filiais estabelecidas no Brasil)	Origem dos recursos: a) <i>Fase pioneira:</i> – artesanato industrial e pequena empresa (recursos oriundos de atividades comerciais, de captação de poupança do setor rural e de lucros retidos) b) <i>Após 1960:</i> – recursos próprios, financiamentos de longo prazo de Bancos de Desenvolvimento e incentivos fiscais estaduais
Geração de empregos	Oferta limitada de empregos industriais  Drástica redução da oferta de emprego após 1985	Significativa expansão do emprego industrial até 1980, em razão do desenvolvimento simultâneo de indústrias dinâmicas e da reconversão de subsetores tradicionais Retração, após 1985, da oferta de empregos industriais e forte redução de mão-de-obra no setor agropecuário
Potencial de exportação	Desempenho fraco / médio	Acentuado dinamismo no período 1970-1995, com perfil diversificado e significativa participação de produtos industrializados
Empreendedorismo	Fraco / médio	Elevada capacidade e dinamismo empresariais
Associativismo / cooperativismo	Fraco a médio	Aumento progressivo da solidariedade entre os atores governamentais e representantes das atividades produtivas. Ambiente institucional favorável a avanços. Bom uso dos ativos relacionais, baseados na construção da confiança e na cooperação
Turismo	Desenvolvimento recente. Predomínio de <i>resorts</i> : grandes complexos turísticos auto-suficientes	Incorporado à economia estadual, com fortes impactos socioambientais, sobretudo na franja litorânea e lastreado em micro, pequenos e médios empreendimentos

**Fonte:** Vieira e Cunha (2002, p. 298).

Paralelamente ao declínio das atividades produtivas tradicionais observado a partir da década de 1970, verificam-se também a emergência e o fortalecimento de pequenas e médias empresas de alta tecnologia. Esse processo é o resultado de uma combinação bastante particular das relações entre CT&I e a sociedade, mais precisamente, das relações entre a universidade, o poder público e o setor produtivo. Como exemplos do fortalecimento do setor de alta tecnologia no desenvolvimento de algumas regiões de Santa Catarina, destacamos: a) *Blumenau Pólo de Software (Blusoft)*, que constitui uma incubadora de empresas cujo objetivo é a promoção de novas em-

presas de *software*; b) *Centro de Desenvolvimento Biotecnológico (CDB)*, que constituiu uma associação civil de direito privado e de caráter científico, criada com o objetivo de promover as atividades de pesquisa e desenvolvimento no campo da biotecnologia industrial. Muito embora o binômio CT&I venha assumindo uma importância crescente para o DR, essas relações permanecem ainda consideravelmente incompreendidas no estado de Santa Catarina. Nesse sentido, o interesse no estudo destes dois casos surge do contraste que ambos apresentam quanto aos respectivos arranjos institucionais, modelos de coordenação e, principalmente, resultados alcançados.

### ***Estratégias de abordagem da ciência tecnologia & inovação***

A preocupação com CT&I vem assumindo importância crescente nos países industrializados, revelando que a mudança tecnológica vem sendo considerada a base do desenvolvimento econômico, na medida em que a produção do conhecimento e a inovação compreendem o principal fator de agregação de valor ao processo produtivo (Arrow, 2000; Bird, 1999). No momento em que o conhecimento se converte num fator determinante da dinâmica de desenvolvimento das sociedades modernas, as relações entre CT&I e o DR permanecem ainda bastante desconhecidas no estado de Santa Catarina. Essa incompreensão pode se acentuar porque as representações do processo de produção do conhecimento, presentes nos meios acadêmicos e na opinião pública, ainda descrevem a rela-

ção entre contexto social e conhecimento por meio de uma equação linear: + ciência = + tecnologia = + inovação = + desenvolvimento = + bem-estar regional. Entretanto, ao contrário do que se imaginava até pouco tempo, a relação entre inovação tecnológica e DR não é linear, mas um processo multidimensional, condicionado por fatores culturais, políticos e econômicos. As análises sobre esse processo indicam que "o forte entrelaçamento de alianças e interações entre empresas, e entre elas e as instituições locais, constitui um fator explicativo muito importante" (Bercovich e Schwanke, 2003, p. 9). Porém, o interesse analítico parece residir justamente na explicação de como se entrelaça socialmente essa rede de alianças e interações.

Do ponto de vista metodológico, existe um conjunto verdadeiramente amplo de concepções das relações entre conhecimento científico-tecnológico e DR. Pode-se, por exemplo, supor que essas relações sejam guiadas por uma base normativa, já que a ciência, como qualquer outra instituição, fundamenta-se em regras, como mostrou a análise efetuada por R. Merton sobre o crescimento do interesse pela tecnologia e pela ciência na Inglaterra do século XVII (Merton, 1970; Bem-David, 1974). Dessa perspectiva, as ligações entre desenvolvimento científico e tecnológico e DR em Santa Catarina deveriam ser buscadas nas mudanças de valores. Pode-se também supor que essas relações sejam de natureza mais profunda e, assim, determinem o próprio conteúdo do conhecimento científico, constituindo-se no resultado de um processo de construção social, como sugere o Programa Forte em Sociologia do Conhecimento. Trata-se, por exemplo, do modelo de análise denominado *Social Construction of Technology*, para o qual a tecnologia é construída socialmente (Bijker, 2005, p. 19-53; Bijker e Pinch, 2002, p. 361-369). Nesse caso, as ligações entre cada programa de novas tecnologias (aqui, o CDB e o Blusoft) e o DR seriam o resultado das escolhas e interpretações que os atores envolvidos efetuaram, tanto do setor de informática quanto do setor de biotecnologia, e seu papel no desenvolvimento de Santa Catarina.

Mais recentemente, tem ganhado força uma abordagem que destaca não só as influências que o contexto social

exerce sobre o perfil do desenvolvimento científico e tecnológico, mas também os efeitos que esse processo exerce sobre o próprio contexto social. Assim, não se trata de supor que o êxito relativo do Blusoft para o desenvolvimento do Vale do Itajaí em comparação com o CDB para o Vale do Cubatão se deva às diferenças de gabarito tecnológico ou às diferenças de significado que cada uma das regiões atribui ao desenvolvimento tecnológico. Mais precisamente, não se trata somente de supor que as diferenças entre os dois programas se deva à maior articulação do setor de informática em face da crise do setor têxtil no Vale do Itajaí em comparação com a falta de articulação do setor biotecnológico em face da internacionalização do setor metal-mecânico no caso do Vale do Rio Cubatão. Na verdade, a hipótese subjacente sustenta que a morfologia dos programas de inovação tecnológica e suas articulações com o DR são produtos de uma relação que atravessa as instituições tecendo redes complexas e inesperadas que envolvem os atores individualmente, as instituições e as esferas de atividade.

O ponto de partida dessa caracterização constitui o reconhecimento da heterogeneidade das relações que vinculam os programas de inovação tecnológica ao DR. Na realização das atividades tanto econômica quanto política ou científica, observa-se sempre mais e mais uma diversidade de atores que possuem fins, projetos e interesses distintos e, até mesmo, contraditórios. Assim, na implantação de um programa científico-tecnológico, enquanto um conjunto de atores, como os cientistas, pode visar à

consolidação do processo de formação científica na região, outro pode, simplesmente, visar à melhora de sua participação no mercado, como os empresários, e outro, ainda, pode visar à reprodução política, como os representantes políticos. Isso indica um crescente processo de interação entre atores e, com isso, a multiplicação de negociações e o estabelecimento de compromissos entre os envolvidos. Para que essas relações sejam materializadas, é necessário criar compromissos por meio de “intermediários” entre os atores envolvidos, como, por exemplo, sobre informações que circulam sob a forma de conhecimentos codificados (relatórios, livros, artigos, patentes etc.), ou sobre os objetos técnicos, ou mesmo sobre as indicações das competências e o saber que cada ator incorpora. Nenhum ator, isoladamente, possui os meios necessários para implementar um programa de inovação tecnológica.

Para cobrir esse tipo de interação que emerge da relação entre inovação tecnológica e DR, pode-se empregar a noção de “rede técnico-econômica” (RTE), criada por Michel Callon, Philippe Laredo e Philippe Mustar (1995, p. 415-462). Por um lado, a RTE permite designar os ajustes locais de negociação pelos agentes em contato direto, como, por exemplo, os ajustes que se estabelecem dentro de um laboratório de pesquisa ou numa incubadora, que, em virtude da localização, terminam tornando as ações compatíveis. Por outro, ela permite também caracterizar as formas de organização híbrida ou intermediária que suplantam os tipos de coordenação proporcionada

pelo mercado ou pela hierarquia pública. Com base nesse ponto de vista, argumentamos que as diferenças verificadas entre o CDB e o Blusoft podem ser atribuídas aos gradientes de convergência que cada rede conseguiu firmar com o DR por meio das alianças heterogêneas firmadas entre laboratórios, indústrias, setor público e usuários. Por isso, para entender o posicionamento de uma empresa de *software* no mercado, é necessário recompor as alianças que ela estabelece com os centros de pesquisa. Do mesmo modo, não se consegue entender o dinamismo de um laboratório sem considerar suas alianças com as empresas.

Analiticamente, a RTE tem como base a *actor-network theory* desenvolvida progressivamente pelo encontro dos trabalhos de Michel Callon e Bruno Latour no *Centre de Sociologie de L'Innovation* (Callon, 1986, 1989; Callon, Laredo e Mustar, 1999); Latour, 2000, 2005; Law e Hassard, 1999; Mattedi, 2004). A noção de ator-rede supõe, por um lado, qualquer entidade individual ou coletiva que participe em negociações e contribua para atingir um acordo e, por outro, um grupo de relacionamentos não específicos entre entidades cuja própria natureza é indeterminada. Assim, um ator-rede pode ser descrito em termos de sua própria visão do processo, e, portanto, o conceito nos habilita a reconstituir a dinâmica de decisões tomadas pela comunidade de atores confrontada com a necessidade de fazer opções tecnológicas. Isso significa que é possível descrever a trajetória de cada um dos programas como resultado de um instrumento e de compromissos pro-

gressivos entre os atores. Assim, cada ator-rede atua simultaneamente como um ator que compõe outras redes e como uma rede composta por outros atores. Desse ponto de vista, o desenvolvimento tecnológico resulta de um processo coletivo que envolve um grande número de decisões feitas por atores heterogêneos, como, por exemplo, cientistas e engenheiros, evidentemente, e também usuários, empresários e entes governamentais.

Segundo Callon, Laredo e Mustar (1995), para analisar as inovações e os efeitos de uma RTE sobre o desenvolvimento de uma região, é necessário considerar a densidade e a dinâmica da rede de sustentação. A densidade da rede de sustentação pode ser determinada pelo grau de encadeamento, convergência, extensão e dominância das associações estabelecidas entre os atores ou pólos que compõem a rede. Uma primeira distinção relevante diz respeito ao grau de desenvolvimento de cada ator que compõe a rede, na medida em que pode configurar relações lacunárias, quando certos atores não estão presentes ou são subdesenvolvidos, ou relações encadeadas, quando todos os atores estão presentes. Uma segunda distinção

diz respeito ao grau de dispersão e de convergência da rede, que se refere ao grau de integração entre os atores: é convergente quando as atividades de cada ator se assemelham; é dispersa quando essas atividades são muito diferenciadas. Outra característica das RTEs refere-se à extensão da rede. Nesse caso, quando as redes apresentam pouca descontinuidade, são classificadas de longas; quando apresentam descontinuidades, são definidas como curtas. Uma última característica que permite caracterizar as RTEs diz respeito às modalidades de coordenação das interações que se estabelecem entre os atores: são polarizadas, quando prevalece o modo de coordenação próprio de um tipo de ator; são sem dominância, quando os atores são guiados por várias modalidades de coordenação (Callon, Laredo e Mustar, 1995, p. 420-425). Portanto, pode-se argumentar que a densidade de uma rede constitui o resultado do encadeamento, da convergência, do comprimento e da dominância, pois menores serão os esforços de adaptação, de tradução e decodificação dos recursos e dos interesses dos atores mobilizados. O que significa que as diferenças entre os dois programas devem-se à densidade e às interações estabelecidas em cada uma das redes estudadas.

### ***O CDB – centro de desenvolvimento biotecnológico de Joinville***

A implantação do CDB constitui uma resposta aos impasses que marcaram o processo de desenvolvimento de Santa Catarina na segunda metade da década de 1980. Nesse sentido, a preocupação

com a área de biotecnologia compreende a operação por meio da qual se procurou associar as necessidades de importação de insumos e aditivos biológicos do setor agroalimentar do estado com a

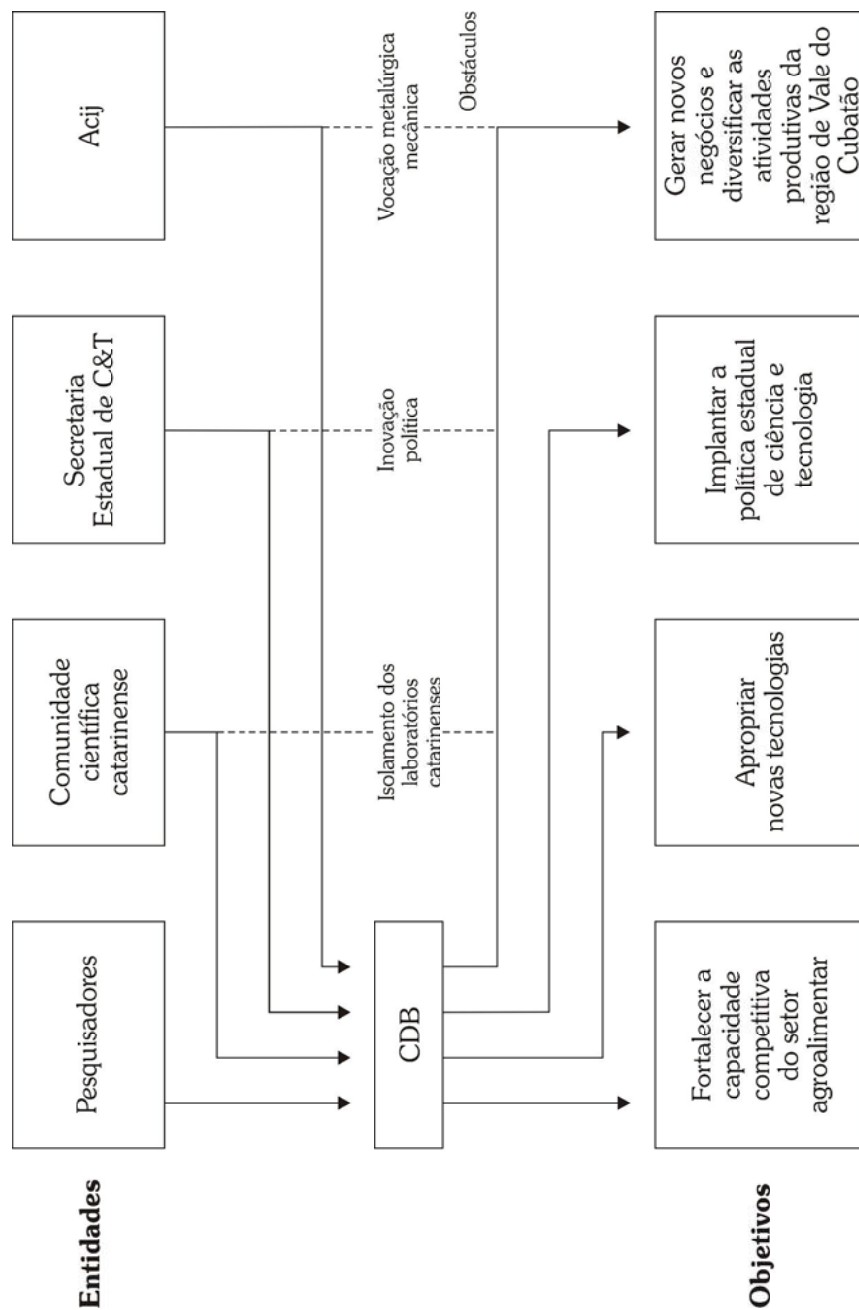


tentativa de traduzir regionalmente as oportunidades de constituição de grupos de pesquisa – postas em circulação pelo Subprograma de Biotecnologia (SBIO), do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), do Ministério da Ciência e Tecnologia, em decorrência da necessidade de redefinição do padrão predominante de desenvolvimento de Santa Catarina. O desenvolvimento da pesquisa em biotecnologia converte-se, dessa forma, na possibilidade de mobilizar recursos científicos e financeiros para a produção de insumos para as indústrias de alimentos, de ração e farmacêutica, tais como aminoácidos, vitaminas, enzimas, fermentos lácteos, colorantes e outros aditivos que no período eram, em sua maioria, importados, configurando, pois, “apropriação de novas tecnologias”. Portanto, o CDB compreendeu a tentativa de estabelecer uma associação regionalmente inédita dos pólos científico, econômico e público para o desenvolvimento institucional e a capacitação numa área de ponta. Ao mesmo tempo, levou à criação de novas ligações entre atores estratégicos, principalmente as agroindústrias de alimentos e os laboratórios de pesquisa científica e tecnológica.

A implantação do CDB começou a ser negociada em 1987 por iniciativa da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, mediante a equivalência estabelecida entre preocupações, atividades e enunciados de atores altamente heterogêneos. A equivalência da dinâmica da pesquisa com a ação política acabou ligando pólos muito pouco desenvolvidos e dispersos em torno da concepção

e da geração de produtos e processos, por meio da implantação de um núcleo produtivo e da indução de usuários para a ativação do mercado reprimido. Mais precisamente, tratava-se da oferta de uma tecnologia totalmente nova, ligada a um conjunto de usuários quase inexistentes. Para isso, a secretaria mobiliza, por um lado, o interesse do setor industrial de Joinville por meio do apoio da Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij) e, por outro, os recursos e o apoio do ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, ex-prefeito de Joinville, para desconcentrar os investimentos do CNPq e da Finep, mas também para firmar os acordos internacionais necessários para a consolidação do centro. Portanto, a constituição dessa RTE (ver Figura 1) se estabelece a partir da tradução efetuada pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina dos recursos do CNPq e da Finep, da Acij e do governo alemão, mediante acordos firmados com duas instituições de pesquisa, a *Gesellschaft für Biotechnologische Forschung* (GBF) e o *Forschungszentrum Jülich* (KFA) (Morali, 1996). Como afirmava seu primeiro diretor administrativo, “um dos fundamentos do Centro de Biotecnologia é o seu modelo institucional praticamente inédito no país, reunindo três pilares básicos: a agilidade administrativa, com base no modelo empresarial, através da participação de órgãos como a Acij e a Facisc; os recursos financeiros do Estado, através das aplicações do CNPq e da Finep; e a massa crítica da universidade, representada pelo aporte técnico-científico dos pesquisadores” (Biotecnologia, 1991, p. 9).

**Figura 1:** RTE estabelecida pelo CDB



**Fonte:** elaboração própria.

Para unir esses interesses, foi criada uma sociedade civil de caráter científico e direito privado, sem fins lucrativos, cujo objetivo principal era promover pesquisa e desenvolvimento na área de biotecnologia industrial. Era gerida por um Conselho Administrativo composto pela Secretaria de Estado de Tecnologia, Energia e Meio Ambiente, as Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica de Santa Catarina S/A, a Fundação Osvaldo Cruz, a Fundação 25 de Julho, a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, a Associação Comercial e Industrial de Joinville, a Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina e a Confederação Nacional da Indústria. Para a constituição do CDB, foi necessário mobilizar e alinhar um conjunto de interesses muito heterogêneos. Assim, a Assembléia Geral, juntamente com um Conselho Administrativo e um Conselho Fiscal, eram os órgãos que estabeleciam as metas do CDB. Como órgãos de apoio e aconselhamento funcionavam também a Câmara Técnico-Científica e o Comitê de Pesquisa e Projetos. Inicialmente, procurou-se reunir especialistas com competência técnica e científica nacional e internacional em áreas como fermentação, microbiologia e genética microbiana, bioquímica e química dos produtos naturais, biologia molecular, cultura de tecidos, de vegetais, economia, avaliação e perspectiva tecnológica. Previa-se, com isso, a integração das atividades de pesquisa com as instituições locais e regionais para o estabelecimento de atividades de cooperação, procedimento que objetivava a criação

de um núcleo de competência que possibilitasse a associação com universidades locais, nacionais e estrangeiras para a produção do conhecimento e a formação de recursos humanos por meio da implantação de programas de pós-graduação. Em seguida, pretendia-se criar novos insumos biotecnológicos na área de biorreatores (fermentadores).

Por meio da intermediação desses interesses, o CDB foi implantado em 1991, no distrito de Pirabeiraba, no distrito industrial de Joinville. Os seus laboratórios ocupavam uma área de mais de 2.600 m<sup>2</sup>. Foram construídos com o apoio da Acij, que se dispôs a ceder a área e a promover os investimentos físicos necessários para a implantação do centro, estimados em US\$ 700 mil. Para a montagem dos laboratórios, foram adquiridos de instituições alemãs aparelhos de última geração, compreendendo investimentos da ordem US\$ 8 milhões – 60% investidos pelo CNPq e pela Finep e 40% pelo governo alemão. Para a operacionalização do centro, foi montada uma equipe multidisciplinar formada por um diretor científico e oito pesquisadores nas áreas de química e agronomia, e um quadro administrativo composto por um diretor administrativo, um gerente de projetos, um gerente administrativo, uma secretária, um contador, um técnico de processamento de dados e um auxiliar administrativo. Além disso, o centro mantinha um programa de capacitação permanente composto por quatro bolsistas de Iniciação Científica, seis bolsistas de Estágio de Aperfeiçoamento, três bolsistas de Mestrado, um bolsista de Doutorado no exterior e três

bolsistas de Estágio no exterior mantidos pelo programa Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (Rhae/CNPq).

As principais atividades desenvolvidas pelo CDB compreendiam as tarefas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), formação, capacitação e intercâmbio científico, bem como a colaboração com a iniciativa privada e a preservação ambiental. As atividades de pesquisa desenvolvidas pelo CDB concentravam-se, basicamente, na biotecnologia industrial, e os projetos, na sua grande maioria, eram enquadrados na categoria de nível intermediário de complexidade. Para isso, foram mobilizados recursos científicos e tecnológicos dispersos num conjunto

muito amplo de programas de pesquisa e pós-graduação de universidades, tais como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Faculdade de Química de Lorena, a Universidade de Joinville (Univille) e a Universidade de Blumenau (Furb), bem como acordos de cooperação com instituições na Alemanha, em Portugal, na Argentina e no Chile. O CDB desenvolveu bens e serviços de origem biotecnológica, por meio de estudos relacionados a microorganismos, fármacos, alimentos, insumos biológicos e químicos, biorreatores, energia e gestão ambiental. Os principais projetos de pesquisas desenvolvidos para a demanda de mercado estão listados no Quadro 2.

**Quadro 2:** Principais projetos de pesquisa desenvolvidos pelo CDB

- Produção de concentrado nitrogenado em planta piloto a partir de soro de queijo por *Lactobacillus bulgaricus*;
- Produção de sorbitol e de ácido glicônico por *Zymomonas mobilis*;
- Produção de acetaldeído por *Zymomonas mobilis*;
- Produção de oligofrutados a partir de insulina;
- Produção de enzimas de restrição;
- Desenvolvimento de processo de produção industrial de *Bacillus Thuringiensis*;
- Produção de enzimas de interesse industrial (lactase) a partir do soro de queijo por *Kluyveromyces marxianus*;
- Desenvolvimento de biorreator para o laboratório.

**Fonte:** elaboração própria.

No que se refere às atividades de desenvolvimento, o CDB participava, junto com outras instituições, de dois grandes projetos na área ambiental: o Projeto de Tratamento de Dejetos da Suinocultura

e o Projeto Joinville. Já no que respeita aos projetos realizados para o setor privado, destacam-se: a otimização do processo de produção de películas de celulose para uso químico-farmacêutico

e a produção de um antagônico microbiano para distúrbios gastrointestinais. Porém, esses intermediários não conseguiram estabilizar e manter unida a rede de associações entre os atores mobilizados.

Ao converter-se num ponto de passagem obrigatório para a redefinição do processo de desenvolvimento de Santa Catarina, o CDB passa a articular a tensão – permanente – que se instala entre a dinâmica da pesquisa e os interesses políticos. Muitos atores estimaram que teria sido prematura a implantação do centro de excelência na região de Joinville, principalmente pela carência de recursos humanos. Não havia cursos superiores em áreas como biologia, farmácia, ou no campo agroalimentar, na região de Joinville, com capacidade para absorver o conhecimento gerado pelo centro. Essas objeções logo foram postas de lado pelo argumento de que o centro atuaria “como um agente descentralizador da pesquisa”. Outros problemas surgiram, como, por exemplo, a composição do conselho de administração, no qual, curiosamente, as universidades não possuíam assento, apesar de desempenharem um papel decisivo no desenvolvimento das atividades de pesquisa e na associação dos interesses

mobilizados. O fato de seu diretor administrativo não ser da área de biotecnologia, mas da área da administração, também aumentaria a tensão na rede. Durante muito tempo essas questões não foram consideradas. Contudo, na medida em que a estratégia de priorizar a pesquisa aplicada industrial, a qualificação de recursos humanos e a intensificação dos intercâmbios institucionais não conseguiu manter unidos os pólos da RTE, as linhas de pesquisa, o fluxo de recursos públicos, a atuação dos empresários e o papel do CDB no desenvolvimento de Santa Catarina tornaram-se questões muito controversas. Sem a capacidade do setor empresarial local de traduzir a pesquisa aplicada em inovação na área de biotecnologia, o CDB não conseguiu prestar serviços; sem a prestação de serviços, não foi alcançada a independência de financiamento; com a falta de aplicação do conhecimento, diminuíram os recursos públicos, paralisando as atividades de pesquisa; com a paralisação das atividades de pesquisa, pararam de circular os intermediários necessários para manter a RTE unida. Com isso, a rede começaria a se decompor – e o centro seria desativado em 1994.

### ***Blusoft – Blumenau pólo de software***

O Blusoft abrange uma RTE que associa empresas de informática do município de Blumenau. Elas podem ser divididas em dois conjuntos principais: Empresas Associadas (EA) e Empresas Incubadas (EI). As EA mantêm um vín-

culo “externo” com o Blusoft, pois prestam serviço de apoio para o desenvolvimento da indústria de *software* de Blumenau. Podem ser subdivididas em seis grupos principais: treinamento, internet e multimeios, provedor e acesso,

assessoria e consultoria, venda e aluguel de equipamentos, outros. Na sua sede, o Blusoft mantém uma incubadora que abriga EI, que possuem um vínculo “interno”, uma vez que compartilham a infra-estrutura em regime de condomínio: ISY, FIS,

Focus, Grupo Ebapi, Dataplan, Mastro, Automasoft, Universal, Dynamic, Times, Hardt, Simatec, Residual, Ilog. Para isso, o Blusoft conta com o suporte de quatro entidades caracterizadas como “mantenedoras” (Lauth, 2000) (ver Quadro 3).

**Quadro 3:** Entidades mantenedoras do Blusoft

<i>Segmento</i>	<i>Representante</i>	<i>Sigla</i>
Fabricantes de <i>software</i>	Associação das Empresas Brasileiras de Software e Serviços de Informática	Assespro
Comunidade científica	Universidade Regional de Blumenau	Furb
Comércio e indústria	Associação Comercial e Industrial de Blumenau	Acib
Poder público	Prefeitura Municipal de Blumenau	PMB

*Fonte:* elaboração própria.

Além disso, o Blusoft mobiliza recursos de mais oito entidades denominadas “apoiadoras” (Quadro 4):

**Quadro 4:** Entidades apoiadoras do Blusoft

<i>Entidade</i>	<i>Sigla</i>	<i>Esferas de atuação</i>
Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores	Anprotec	Nacional
Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Santa Catarina	Sucesu-SC	Estadual
Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina	Badesc	Estadual
Brasil Telecom	Brasil Telecom	Nacional
Federação das Indústrias de Santa Catarina/Instituto Evaldo Lodi	Fiesc/IEL	Estadual
Softex Excellence in Software	Softex	Nacional
Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa de Santa Catarina	Sebrae-SC	Estadual
Brazilian Software	Brazilian Software	Nacional

*Fonte:* elaboração própria.

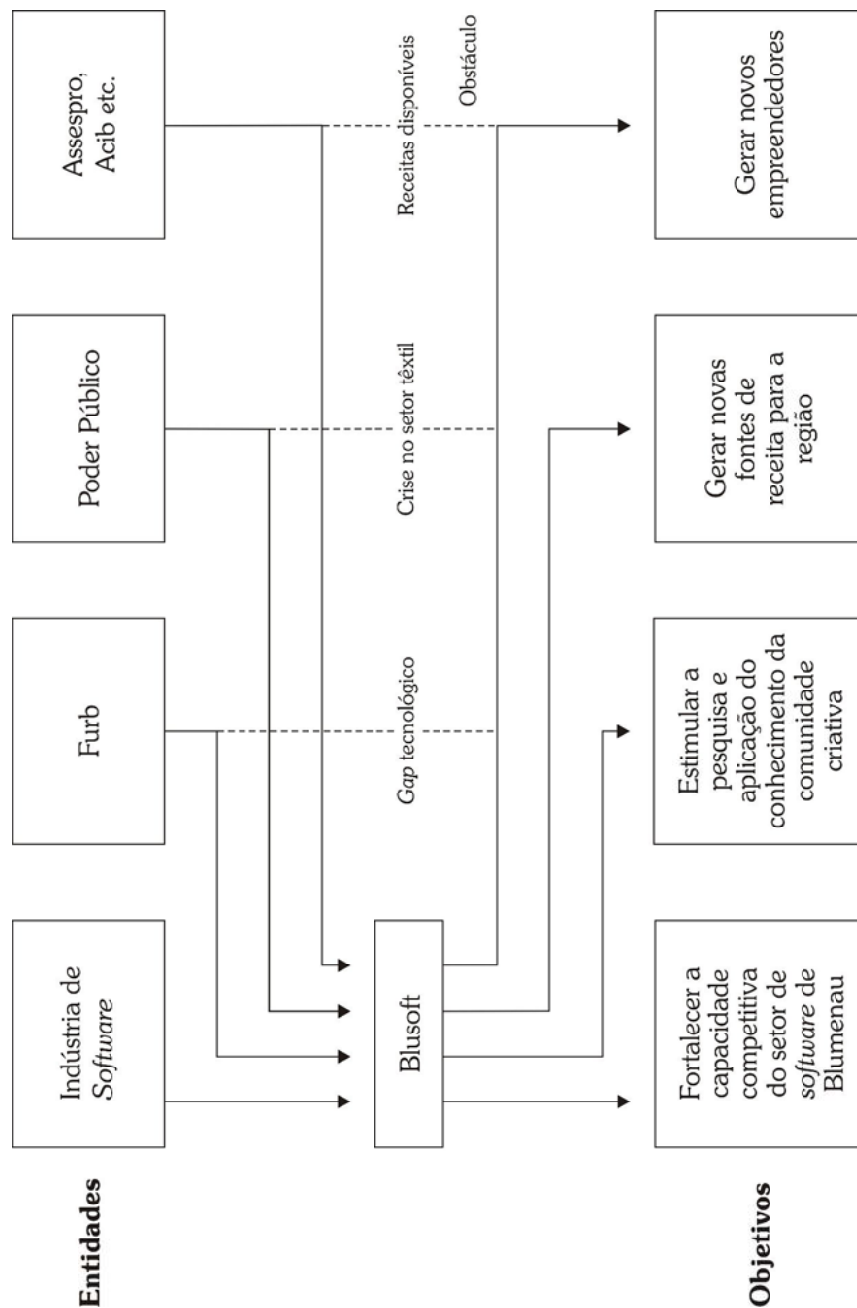
As atividades do Blusoft consistem na intermediação de recursos, na negociação de alíquotas locais de imposto para o setor de informática, no apoio para a participação em eventos, no suporte para a formulação de convênios etc. Na intermediação desses interesses e recursos, o Blusoft atua simultaneamente como um pólo que integra outras redes e como uma rede na qual cada entidade integrada na RTE é traduzida segundo um processo de simplificação. Essa forma de atuação gera alianças heterogêneas entre as organizações e dentro da própria organização.

A constituição dessa RTE compreende o resultado de mobilização, deslocamento e alinhamento de interesses e recursos de um conjunto de atores muito variados. Por um lado, o Blusoft mobilizou a experiência regional acumulada na área de informática pela criação do Centro Eletrônico da Indústria Têxtil (Cetil), em 1969, em Blumenau, constituído por 13 empresas da área têxtil – que acabou se transformando no maior *bureau* privado de processamento de dados da América Latina (Bercovich e Schwanke, 2003; Theis, Bercovich e Schwanke, 2003). Por outro, alinhou o conhecimento sistemático gerado pela criação do primeiro curso superior de informática e terceiro do país pela Furb, em 1973. A abertura da entrada de produtores independentes de programas, promovida pela separação progressiva da distribuição do *hardware* da do *software* (Mowery e Rosenberg, 2005, p. 171), tornou possível a associação entre a experiência na área de informática adquirida pelo Cetil,

a disposição de recursos humanos qualificados formados pela Furb e a difusão do microcomputador durante a década de 1980. Dessa associação resultaram a indústria de *software* local e a circulação de um conjunto de intermediários que começaram a unir interesses e recursos dispersos. Três exemplos: o processador de texto Fácil para Windows, premiado como melhor *software* nacional do ano de 1993 pelas revistas *Byte* e *PC Magazine*, a criação do primeiro compressor de dados nacional chamado Stress; e a primeira planilha eletrônica de cálculo Easy Calc (Lauth, 2000; Sakurada, 1999) (ver Figura 2).

A conjunção desses três fatores, associada à crise do setor manufatureiro têxtil na região, converteram a “indústria de *software*” num ponto de passagem obrigatório para a problematização das alternativas de DR, tanto pelo movimento econômico quanto pela qualificação dos recursos humanos exigidos. Contudo, as transformações operadas no setor de informática na cidade de Blumenau, o fim da política de reserva de mercado e as sucessivas mudanças impulsionadas pela difusão da microeletrônica alteraram significativamente o perfil da indústria de *software* local. As atividades que se baseavam na prestação de serviço em *mainframes*, na produção de *softwares* não compatíveis com o ambiente Windows e a internet ou na produção de *softwares* horizontais de uso massivo e de baixo preço que fundamentavam a lógica de atuação da indústria local tiveram de ser abandonadas.

Figura 2: RTE estabelecida pelo Blusoft



Fonte: elaboração própria.



A operação por meio da qual o Blusoft se tornou um ponto de passagem obrigatório para enfrentar a decadência da indústria de *software* local e as alternativas para a crise do padrão de DR começa com a instituição da Comissão Municipal de Desenvolvimento de Software de Blumenau (Comsoft), no ano de 1992. A Comsoft detecta que o fortalecimento da indústria de *software* local envolvia a articulação dos produtores e o acesso às instituições de apoio. Mais precisamente, o fortalecimento da indústria de *software* local passava pela conversão de Blumenau em um pólo de *software* para ter acesso ao Programa Nacional de Software para Exportação (Softex) 2000, conduzido pelo CNPq. O Softex põe então à disposição os estímulos financeiros e comerciais de apoio

para a indústria local, transformando Blumenau num núcleo de treinamento, conectando a indústria de *software* local com os centros de pesquisa nacionais e internacionais e estimulando a geração de projetos de incubação e a troca de informações sobre o mercado (Campos, 1997; Theis, 1998). A projeção da indústria de *software* local em âmbito nacional é impulsionada pela participação em eventos. Assim é que, durante a 5ª Feira Nacional do Software (Fenasoft), a visita do então secretário da Ciência e da Tecnologia, José Goldemberg, ao estande da empresa WK Sistemas, no qual os expositores trajam roupas em estilo germânico, chama a atenção da imprensa para o *software* de Blumenau, que se torna manchete em diversos jornais de circulação nacional (Quadro 5).

**Quadro 5:** Manchetes em jornais de circulação nacional

<i>Data</i>	<i>Jornal</i>	<i>Manchete resultante da visita do secretário nacional de C&amp;T</i>
24/04/91	Gazeta Mercantil	Blumenau terá Pólo de Software
24/04/91	Jornal do Brasil	Presença de Blumenau: cidade quer ser produtora de <i>software</i>
24/04/91	O Globo	Os Jetsons se mudam para Blumenau
29/04/91	O Estado de SP	Blumenau mostra o software catarinense
18/05/91	Revista Manchete	Silicon Valley em Santa Catarina
20/05/91	Jornal da Tarde	Blumenau maior pólo de software do país
12/06/91	Revista Veja	Informática migra para Santa Catarina (Reportagem de capa)

**Fonte:** Campos (1997, p. 29-30).

Para promover a articulação dos interesses mobilizados por essa projeção, criou-se o Blusoft, com o objetivo de estabelecer uma rede que possibilitasse soluções inovadoras por meio da utili-

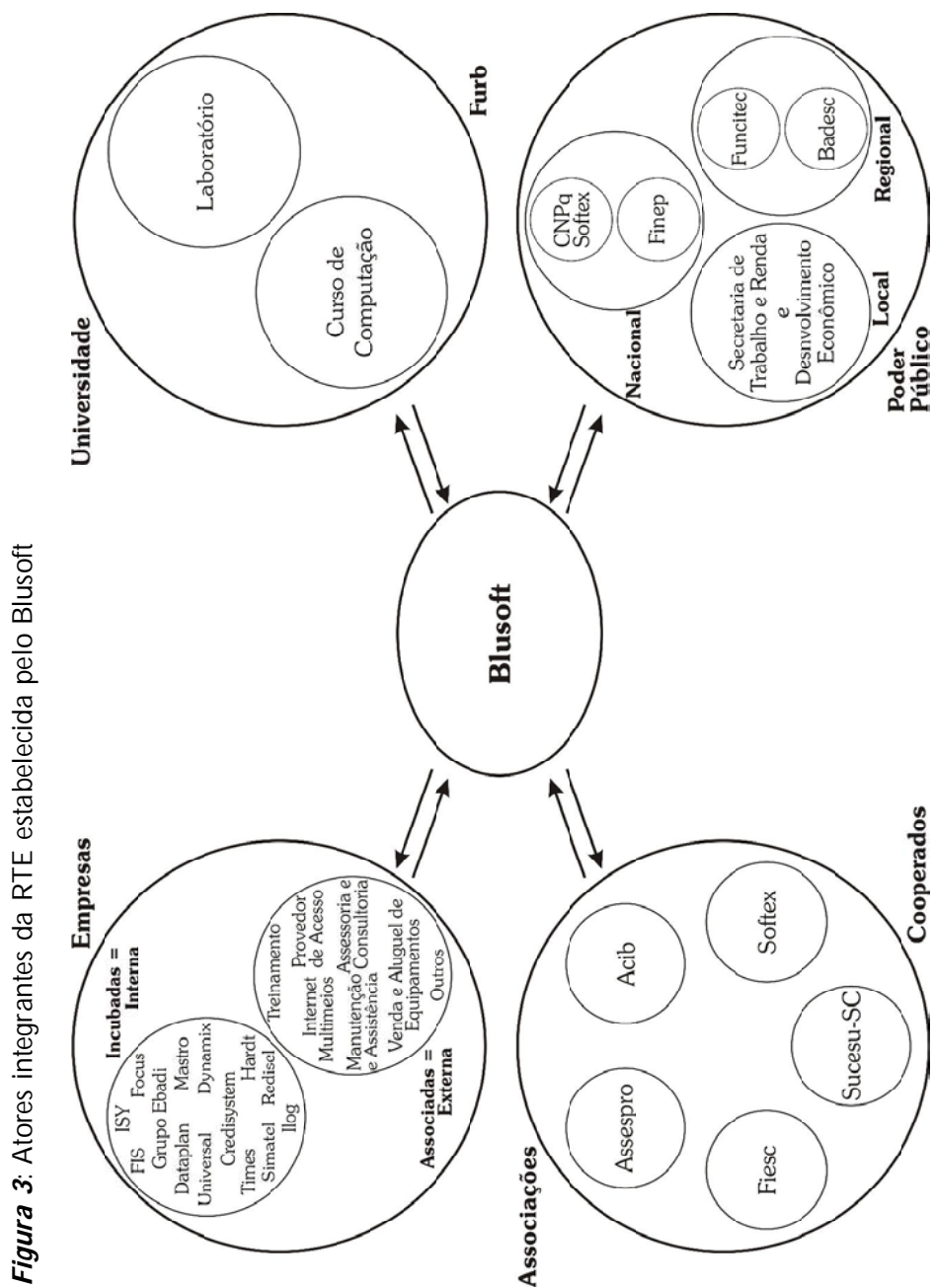
zação de ferramentas e aplicativos em regime de condomínio para estimular novos empreendimentos. O Blusoft acabou associando as entidades integrantes no desenvolvimento de *software*, pelo

entrelaçamento de consumidores, poder público, órgãos representantes dos empresários e pesquisadores.

A atuação do Blusoft como uma rede visa coordenar os papéis inter-relacionados atribuídos a cada um dos atores mobilizados no desenvolvimento do pólo de *software* local. Para isso conta com uma área física de aproximadamente 1.000 m<sup>2</sup>, onde se localizam a sala de reuniões, a sala de direção, a sala de administração, o auditório, a sala de treinamento, o laboratório, a cozinha, os toaletes e 30 salas para empresas incubadas. O Blusoft presta serviços de telefonia, fotocópia, correio, assistência médica e assistência jurídica. Sua atuação como rede pode ser dividida em duas instâncias distintas: administrativa e laboratorial. As tarefas administrativas são executadas por meio de uma secretária e um gerente executivo, este indicado pelo Conselho de Administração, tendo como objetivo a gestão administrativa de rotina como autorizações e aquisições, mas também a elaboração do plano anual de atividades e a representação do Blusoft, por exemplo, na coordenação do núcleo local do Softex. Já as tarefas laboratoriais abarcam a assistência tecnológica por meio de equipamentos, *softwares* e a biblioteca para empresas desenvolvedoras de *software* da região. Para que uma empresa possa ser incubada, ela precisa possuir firma registrada na Jucesc e apresentar um Plano de Negócios; a permanência máxima prevista para hospedagem no Blusoft é de dois anos. O Blusoft possibilita três modalidades de incubação: a *pré-incubada*, que compreende a empresa

iniciante, de estudante ou de profissional que já possui um projeto desenvolvido; a *incubada interna*, referente à empresa iniciante cujo projeto será executado no Blusoft; e a *incubada externa*, referente a empresa de qualquer porte cujo projeto será desenvolvido nas próprias instalações (Campos, 1997; Theis, 1998).

Assim, no desenho delineado para a incubação de novas empresas, verificou-se uma especificação muito precisa dos papéis que cada um desses atores desempenhou no desenvolvimento do Blusoft (Figura 3). À Assespro, por exemplo, foi atribuído o papel de mediação dos direitos de propriedade e acesso aos *softwares* básicos para o desenvolvimento de novos produtos. À Furb, foram atribuídos o papel de apoio a novos projetos e o processo de certificação da qualidade dos *softwares*, juntamente com o desenvolvimento da inteligência no setor de informática. No que se refere à Acib, o Blusoft procurou se valer de seus mecanismos de relacionamento comercial, tais como a colocação de produtos e serviços no mercado e a definição do *design* de novos produtos; mas também na área industrial, a Acib possibilitou testes de produtos e a promoção de processos de automação. Quanto à PMB, seu papel compreendeu a geração de incentivos para a localização de indústrias de *software* no município, promovendo facilidades por meio de investimentos públicos e fornecendo apoio logístico para a manutenção das atividades através de recursos para o custeio da incubadora (Theis, Meneghel e Bagattolli, 2004).



A intermediação de interesses efetuada pelo Blusoft constitui, simultaneamente, a atuação de um ator que integra diversas redes e o funcionamento de uma rede formada por diversos atores. Para as empresas de *software*, o Blusoft representa o acesso privilegiado a recursos públicos – por exemplo, recursos federais disponíveis em programas como Softex/CNPq ou da Finep, em termos de financiamento direto, mas também em forma de bolsas, novos *softwares*, eventos etc. Além disso, o Blusoft também tem acesso a programas estaduais, como os da Fapesc e do Badesc, ou municipais, como renúncia fiscal. Ao mesmo tempo, o Blusoft se converte num ponto de rede de cada um desses atores, justificando as políticas governamentais. Em relação à universidade, o Blusoft não só possibilita o acesso à certificação do conhecimento gerado pela pesquisa acadêmica, como constitui a possibilidade de atuação profissional e absorção de recursos humanos formados na área de informática. Para as empresas locais

de *software*, o Blusoft representa o contato com associações corporativas, como, por exemplo, a Sucesu e a Acib, e, portanto, a garantia da defesa dos direitos autorais e de propriedade, o acesso a *softwares* básicos e a possibilidade de comercialização de serviços e produtos. Já para as associações, o Blusoft sustenta e ampara a produção de *software* e apresenta-se como um agente regional de difusão da excelência do *software*. Assim, essa intermediação é efetuada por meio de um contínuo processo de tradução recíproca dos interesses mobilizados no qual a identidade de cada ator é móvel. A conversão do Pólo de Software de Blumenau em uma RTE decorre de um processo de envolvimento dos principais atores estratégicos, resultante da projeção do *software* local em âmbito nacional. O Blusoft se tornou um ponto de rede que procura mobilizar e alinhar recursos para a integração da indústria de *software* local ao mercado de *softwares* personalizados que se consolida durante a década de 1980 (Theis, 2006).

---

### ***Considerações finais***

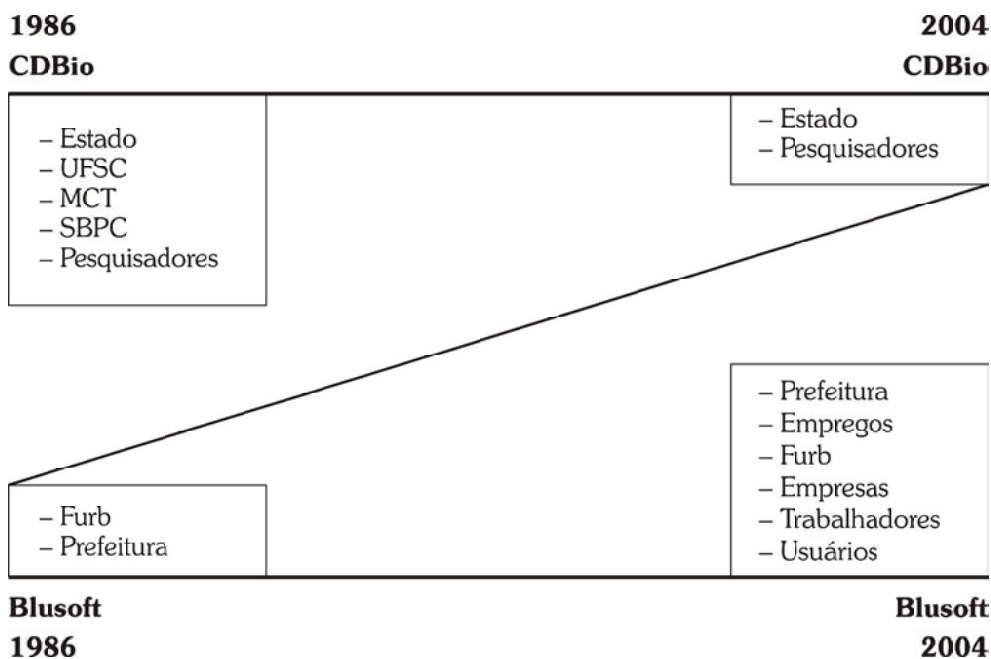
Como sugere nossa hipótese de partida, os programas de inovação tecnológica que marcaram o processo de desenvolvimento do estado de Santa Catarina podem ser descritos por meio dos atores envolvidos e pelos intermediários que conseguem pôr em circulação (Figura 4). Tanto no caso do CDB quanto no do Blusoft, verifica-se que as RTE se estruturaram em torno de três pólos: o científico-tecnológico, o mercantil e o público. Cada

um deles se caracteriza pelos tipos de intermediários que consegue mobilizar e pôr em circulação. O pólo científico se caracteriza principalmente pela produção de conhecimento, em que os intermediários constituem os artigos certificados por revistas científicas. O pólo público se caracteriza pela elaboração de dispositivos de apoio, dotados de uma coerência própria, capazes de estabilizar as relações entre os atores. O pólo mercantil corres-

ponde ao universo de usuários e utilizadores, ou seja, a identidade dos consumidores, a natureza das necessidades, a hierarquia de preferências, as formas de organização. Os casos analisados ensinam que são as interações criadas e desenvolvidas entre as diferentes atividades

que permitem a aproximação entre a inovação tecnológica e o DR. Portanto, as diferenças entre o CDB e o Blusoft fundam-se nos tipos de intermediários que eles conseguem pôr em circulação por meio dos atores que imitam, consomem e transformam esses intermediários.

**Figura 4:** Intermediários postos em circulação pelas RTEs estabelecidas pelo CDB e pelo Blusoft



*Fonte:* elaboração própria.

Do ponto de vista do desenvolvimento de uma região, a inovação tecnológica compreende o estabelecimento de uma associação entre atores que se encontravam completamente desconectados. Nesse sentido, observa-se uma variação considerável na definição dos

papéis e na articulação entre os atores nos dois casos estudados. Por exemplo, enquanto no caso do Blusoft os papéis desempenhados por cada ator foram bem definidos, no caso do CDB eles permaneceram muito vagos. É emblemática a exclusão das universidades na

composição do Conselho Administrativo do CDB. Nesse caso, como assinala o plano teórico empregado, o CDB corresponde a uma “rede lacunária”, na medida em que o pólo do mercado se mostrou ausente ou muito pouco desenvolvido. Por outro lado, a RTE que caracteriza o Blusoft pode ser reconhecida como uma “rede encaixada”, na medida em que todos os pólos encontram-se estruturados. Outra característica que distingue as duas experiências diz respeito às modalidades de coordenação, que, no

caso do CDB, era altamente polarizada pela predominância da forma de coordenação do setor público; o Blusoft já se caracteriza pela integração de diversas formas de coordenação. Dessa forma, pode-se concluir que as diferenças de êxito encontradas entre as duas RTEs resultam das operações por meio das quais os interesses e recursos disponíveis foram sendo adaptados, traduzidos e devidamente decodificados pelos atores de cada região.

---

## Referências

ARROW, K. J. Knowledge as a factor of production. In: *Annual World Bank Conference on Development Economics 1999*. Washington: The World Bank, 2000. p. 15-20.

BEM-DAVID, Joseph. *O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo*. São Paulo: Pioneira: USP, 1974.

BERCOVICH, N.; SCHWANKE, C. *Cooperação e competitividade na indústria de software de Blumenau*. Santiago do Chile: Cepal, 2003. (Série Desarrollo Productivo, n. 138).

BIJKER, Wiebe E. Como y por qué es importante la tecnología? *Redes*, Buenos Aires, 11 (21), p. 19-53, 2005.

BIJKER, Wiebe E.; PINCH, Trevor J. SCOT answers, other questions: a reply to Nick Clayton. *Technology and Culture*, 43 (2), p. 361-369, 2002.

BIOTECNOLOGIA: começa o Século XXI – Centro de Desenvolvimento Biotecnológico. *A Notícia*, Joinville, 6 set. 1991.

BIRD [The International Bank for Reconstruction and Development]. *Knowledge for development*. Washington: Oxford University Press, 1999.

CALLON, Michel. Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des parins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *Année Sociologique*, Paris, n. 36, p. 169-208, 1986.

\_\_\_\_\_. L'agonie d'un laboratoire. In: CALLON, Michel. (Org.). *La science et ses réseaux: genèse et circulation des faits scientifiques*. Paris: Éditions la Découverte, 1989. p. 173-214.

CALLON, Michel; LAREDO, Philippe; MUSTAR, Philippe. *La gestion stratégique de la*

*recherche et de la technologie*. Paris: Economica, 1995.

\_\_\_\_\_. *Réseau et coordination*. Paris: Economica, 1999.

CAMPOS, Tania Regina Schubert. *Perfil das empresas produtoras de software de Blumenau e sua importância para a economia regional*. Blumenau, 1997. Monografia (Título de bacharel em Ciências Econômicas) – Furb, Blumenau, 1997.

CEAG. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais [séc. XVII-1960]*. Florianópolis: Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, 1980.

HERING, M. L. R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Furb, 1987.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAUTH, Aolisius Carlos. *Alavancagem de negócios apoiada em estratégia tecnológica nas empresas desenvolvedoras de software de Blumenau*. Blumenau, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Furb, Blumenau, 2000.

LAW, John; HASSARD, John. *Actor Network Theory*. London: Blackwell Publishers, 1999.

LENZI, Cristiano L. *O “modelo catarinense” de desenvolvimento: uma idéia em mutação?* Blumenau: Furb, 2000.

MATTEDI, Marcos Antônio. A formação de políticas públicas em Blumenau: o caso do problema das enchentes. In: THEIS, Ivo Marcos; TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; MATTEDI, Marcos Antônio (Org.). *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: Furb, 2000. p. 195-230.

\_\_\_\_\_. Dilemas da simetria entre contexto social e conhecimento: a redefinição das modalidades de abordagem sociológica do problema do conhecimento. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, p. 41-79, 2004.

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MORALI, M. *Política de ciência e tecnologia para o desenvolvimento regional sustentável: o caso da biotecnologia em Santa Catarina no período 1987-1994*. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – UFSC, Florianópolis, 1996.

MOWERY, David C.; ROSENBERG, Nathan. *Trajetórias da inovação: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX*. Campinas: Unicamp, 2005.

RAUD, Cécile. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1999.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. et al. (Org.). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 194-212.

SAKURADA, Maire Wulf. *Perfil do Blusoft: incubadora de empresas de base tecnológica de Blumenau*. Blumenau, 1999. Monografia (Título de bacharel em Ciências Econômicas) – Furb, Blumenau, 1999.

THEIS, Ivo Marcos. Núcleos de software e novas economias regionais no Brasil: influências econômico-espaciais do Programa Softex-2000. *Estudos e Debates*, Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, n. 35, 20 p., 1998.

\_\_\_\_\_. Indústria de software e desenvolvimento local/regional: recomendações de políticas para a ISB. *Blumenau em Cadernos*, 47 (7/8), p. 79-87, 2006.

THEIS, Ivo Marcos; BERCOVICH, Néstor A.; SCHWANKE, Charles. Inovação, desenvolvimento regional e cooperação: o caso da indústria de software de Blumenau. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, XIII, 2003, Brasília. *Anais...* Brasília: Anprotec, 2003. p. 343-357.

THEIS, Ivo Marcos; MENEGHEL, Stela Maria; BAGATTOLLI, Carolina. Transferência de conhecimento para o setor produtivo em escala regional: o caso da FURB. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, IV, 2004, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Inpeau/UNMdP, 2004.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire; CUNHA, Idaulo José. Posfácio: repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, Paulo Henrique Freire. (Org.). *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: Aped, 2002.

## Resumo

O presente artigo aborda as relações entre inovação tecnológica e desenvolvimento regional, com especial atenção para os fatores que explicam diferentes graus de êxito na implantação de programas de novas tecnologias no estado de Santa Catarina. As experiências que se examinam são as do *Blusoft – Blumenau Pólo de Software*, no Vale do Itajaí, e do *CDB – Centro de Desenvolvimento Biotecnológico*, no Vale do Cubatão. O interesse da pesquisa realizada reside tanto nas diferenças que marcam o grau

## Abstract

In this article we examine the links between technological innovation and regional development. Special attention is given to the factors which explain different degrees of success in the implementation of new technologies programmes in the southern Brazilian State of Santa Catarina. The experiences here analysed are that of *Blusoft – Blumenau Pólo de Software*, localized in the Itajaí Valley, and that of *CDB – Centro de Desenvolvimento Biotecnológico*, localized in the Cubatão Valley. Two main purposes motivated the



de institucionalização de ambos os programas como nas modalidades de sua integração nas respectivas comunidades regionais. Para descrever esse processo foi empregada a noção de Rede Técnico-Econômica (RTE): quanto mais convergente for a RTE, mais estabilizadas serão as relações entre inovação tecnológica e desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Biotecnologia, desenvolvimento regional, informática, inovação tecnológica, Rede Técnico-Econômica.

investigation of these cases: first, we tried to catch the differences which define the institutionalisation degree of both programmes; second, we looked for the modalities of their integration into the respective regional communities. In order to describe these processes we employed the conception of Techno-Economic Network (TEN): the more convergent the TEN becomes, the more the links between technological innovation and regional development tend to stabilize.

**Keywords:** Biotechnology, regional development, informatics, technological innovation, Techno-Economic Network.

---

*Recebido em março de 2007. Aprovado para publicação em setembro de 2007*

**Marcos Antônio Mattedi** é professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-Doutor pelo Centre de Sociologie de L'innovation, CSI, França.

**Ivo Marcos Theis** é economista, Doutor em Geografia Humana pela Eberhard-Karls-Universität Tübingen (Alemanha), Pós-Doutor pela Universidade Estadual de Campinas, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau.

---

# Economía política del desarrollo inmobiliario residencial, Colombia 1950-2005 \*

*Óscar A. Alfonso R.*

---

## ***Introducción***

La urbanización de la población en América Latina y, en particular, la estructuración residencial urbana, es una de las principales fuentes de transferencia de riquezas entre los agentes que participan en ella. En Colombia tal transferencia se ha desenvuelto en dos grandes momentos: el primero, signado por las prácticas *laissezferistas* urbanas, concluye con el perfeccionamiento de la *acción colectiva urbana* en las ciudades como resultado de la expedición de la Reforma Urbana en 1997 que, a su vez, desarrolló los principios del ordenamiento urbano promulgados en 1991 con la Nueva Constitución Política de Colombia; y, el segundo momento, de

tránsito hacia el planeamiento urbano, se inicia precisamente con tal perfeccionamiento que tiene lugar con la aprobación local de los Planes de Ordenamiento Territorial que, no por casualidad, ocurre en momentos en que la construcción civil atravesó por un interludio recesivo y en el que las reformas al más importante sistema de financiación de vivienda de largo plazo originaron una inusual crisis que implicó la transferencia de las residencias de 50.427 familias a los bancos hipotecarios.

En este artículo presentamos una explicación de estos fenómenos de profundo impacto social para las ciudades

---

\* Este trabajo hace parte de la tesis *La Ciudad Segmentada: hacia una teoría económica institucional urbana de la estructuración residencial de las metrópolis latinoamericanas* orientada por el profesor doctor Pedro Abramo y apoyada por la Universidad Externado de Colombia y el Lincoln Institute of Land Policy.

colombianas, desde una economía política que nos permite identificar a los agentes de la estructuración residencial urbana en su pugna por la transferencia de riquezas y, además, la manera como tal pugna se ha ido resolviendo: el institucionalismo urbano (cf. Alfonso, 2007). Este último tiene que ver con el sentido de las intervenciones que otros agentes como la autoridad monetaria y crediticia –la Junta Directiva del Banco de la República– y los estrados judiciales de última instancia a los que denominamos como el *tripartito* –la Sala Constitucional de la Corte Suprema de Justicia y la

Corte Constitucional– van a adoptar para alterar o resguardar en términos jurídicos un orden complejo al que denominamos como la *acción colectiva urbana*. En la primera parte analizamos su génesis y la acción del capital inmobiliario para anticiparlo y, en la segunda, proponemos una interpretación de la reacción del capital financiero en la pugna redistributiva de riquezas. Las consecuencias de tal pugna para un tercer agente –las familias– se analiza en la tercera parte para, finalmente, examinar las intervenciones del *tripartito*.

### ***Urbanización de la población, iniciativas parlamentarias por una Reforma Urbana y la reacción del capital inmobiliario***

El vigoroso proceso de urbanización de la población colombiana acaecido desde la segunda mitad del siglo pasado estuvo acompañado, por cerca de 35 años, de una serie de fallidos intentos por dotar al país de un *Reforma Urbana* que introdujera la acción colectiva indispensable para reducir la inequidad y la desigualdad subyacentes a la opción *laissezferista* de la configuración residencial urbana que se verifica en la distribución inequitativa de las cargas y de los beneficios que de tal proceso se derivan y en la notoria segregación socioeconómica y espacial de la población urbana. El contenido de tales intentos, surgidos en su totalidad de iniciativas gubernamentales o parlamentarias, se ocupó inicialmente de las condiciones institucionales para la pro-

ducción y acceso a la vivienda y, posteriormente, se extendió hasta aspectos de orden ambiental y de la planeación urbana. En las iniciativas de *Reforma Urbana* de los años setenta se comenzó a incorporar reflexiones más desarrolladas sobre las formas de operación de los agentes en el mercado del suelo urbano y sobre la necesidad de dotar a las ciudades de los instrumentos de intervención para hacer menos azarosa la producción del espacio edificable requerido para acoger a la población urbana y a las actividades económicas. Este interés se intentó sofocar con algunas iniciativas que se presentaron en los ochenta hasta que, finalmente, el país y las ciudades contaron con una primera versión de la *acción colectiva urbana*, la Ley 9ª de 1989.

Cuando se presentó la primera tentativa de *Reforma Urbana* en 1960, Colombia estaba involucrada en un interludio de su proceso de urbanización en el que también se redefinían los pactos políticos y se experimentaban transformaciones de fondo en la estructura productiva del país como resultado del avance de la industrialización, con lo que la dinámica social no podía permanecer intacta. De una parte, el nuevo modo de desarrollo volcado hacia el apalancamiento de las actividades industriales detonó procesos concentracionistas de la mejor tierra rural en diferentes latitudes del país al igual que procesos de mecanización de la producción en tierras planas y, de otra, ideologías de lo urbano comenzaron a impregnar los planes de desarrollo nacionales y, obviamente, los locales: si con anterioridad la vida en la ciudad se divulgaba como algo azaroso y hasta peligroso, una nueva pedagogía se encargará de acentuar sus ventajas. Las migraciones del campo a la ciudad se erigieron como el principal factor demográfico del crecimiento de la población urbana con la particularidad de que, en ausencia de prácticas dirigistas, tales contingentes se difundieron con gran volatilidad por todo el territorio nacional. Entrados los años setenta, el crecimiento vegetativo de la población urbana de las ciudades colombianas superó el atribuible a las migraciones y la volatilidad de la población colombiana comenzó a ceder al punto que ya en el periodo intercensal que culmina

en 1993 se constata que el mayor peso de las migraciones recae, en lo fundamental, sobre las de carácter intraregional.

A partir de la segunda mitad de la década del sesenta, la población colombiana y sus territorios fueron sometidos a diversas terapias desarrollistas que redundaron en un interludio hiperconcentrativo del crecimiento poblacional urbano pues sólo diez ciudades dieron cuenta del 59,2% de tal crecimiento. Estas terapias se fraguaron en medio de la decisiva coyuntura económica y política de 1966-1967 pues con las políticas de Estado consignadas en la *Operación Colombia*, elaboradas bajo la orientación del influyente Lauchlin Currie<sup>1</sup>, se sentaron las bases de una política de urbanización de la población y de industrialización según la cual las actividades modernas urbano-industriales se encargarían de jalonar el desarrollo agrario y propiciar el incremento de la productividad del suelo rural y del trabajo a partir de la mecanización que ocurriría indisolublemente ligada al latifundio, "en lugar de una nación llena de campesinos propietarios" (*sic*), provocación que contribuyó a deflagrar una nueva etapa del conflicto armado colombiano pues fue en esa coyuntura que se organizaron las FARC como ejército irregular engrosado por los campesinos que previamente se habían organizado como autodefensas y que, en adelante, promoverán por la vía armada un modelo de sociedad rural antagónico al

---

<sup>1</sup> Economista canadiense que trabajó como asesor del gobierno norteamericano y que encabezó la primera misión del Banco Mundial a Colombia, donde posteriormente contrajo nupcias y se radicó hasta su fallecimiento en 1989. Su trabajo en Colombia fue decisivo en el diseño de las políticas de crecimiento y urbanización contemporáneas.

propuesto por las burguesías urbano-industriales, dando inicio a una prolongada y nefasta terapia *violenta*. Al nivel urbano, el pacto bipartidista del *Frente Nacional* operó sigilosamente para poner fin a las políticas de erradicación de tugurios practicadas con aguda intensidad hasta el gobierno del conservador Guillermo León Valencia que finalizó precisamente en 1966.

Los grandes terratenientes urbanos de ese entonces que, en algunos casos, actuaban simultáneamente como promotores inmobiliarios y mantenían estrechos vínculos con los gobiernos de turno, arremetieron contra el proyecto de *Reforma Urbana* que “no era tan socialista –y que en ciertos aspectos parecía incluso conservador–” (Valencia, 2003:100); calificaron al Ministro de “comunista” y forzaron su posterior *renuncia* al cargo, situación que se presentó ante la opinión pública con el carácter de *expulsión* del gobierno pretendiendo con ello, como se estilaba en la época, generar un hecho simbólico lo suficientemente notorio como para *escarmentar* a quienes desafiaban con *des-sacralizar* los *ilegítimos* derechos de propiedad sobre el suelo urbano que se amparaban en códigos napoleónicos. Ya a comienzos de la década de los ochenta, el gobierno populista de Belisario Betancur, empeñado en sacar adelante el proceso de paz, realizó una serie de acuerdos políticos que se percibieron como un intento de ampliación de la participación política en Colombia. La *Unión Patriótica*, partido de izquierda emergente en este brote de democracia cuyos cuadros políticos y muchos de sus simpati-

zantes fueron asesinados con gran celebridad, presentó una propuesta en 1986 que desató una inusitada efervescencia de iniciativas de *Reforma Urbana*: fueron presentadas otras cuatro propuestas con origen en los partidos tradicionales, en una disidencia liberal y en el propio ejecutivo, con contenidos y propósitos sustancialmente diferentes pero, en ausencia de acuerdo político y programático, a ninguna se le dio curso en el legislativo. Este episodio fue precedido por dos burdos intentos de “rescatar” la *Reforma Urbana* ya que, tanto en 1984 como en 1985, se presentó nuevamente el conocido y fracasado “proyecto socialista” de 1971 con los resultados ya conocidos. Pero hacia finales de 1988 una iniciativa legislativa orientada a dictar normas sobre los planes de desarrollo municipales fue aprobada por el Congreso y sancionada por el Presidente de la República, ley que se promulgó el 11 de enero de 1989 bajo el título de *Reforma Urbana*.

Además de modificar sustancialmente el Código de Régimen Municipal vigente desde 1986, la Ley 9ª de 1989 incorporó un conjunto de medidas para intervenir en el mercado del suelo urbano y en la producción y financiación del ambiente construido, en las que sobresale un nuevo arreglo institucional: el tratamiento de la propiedad como una *función social* y no como un derecho, lo que supone la *obligación* de usar y explotar los suelos urbanos y demás bienes inmobiliarios de acuerdo con las normas de planeación del desarrollo local o departamental. Otras medidas como la expropiación de inmuebles ur-

banos y suburbanos y la participación del Estado en los incrementos del precio del suelo originados en “el esfuerzo social o estatal” inquietaban a los terratenientes y a los constructores quienes, después de analizar su contenido, entendieron que, en el caso de la expropiación, la Ley podría inclusive ser aprovechada en su favor y, en el caso de las plusvalías, la detección de ciertos errores técnicos en su redacción podrían llevarla, como en efecto ocurrió, a su inaplicabilidad.

Pero la medida más controvertida que introdujo la *Reforma Urbana* fue la *extinción del dominio* y, por su trascendencia para el desenvolvimiento urbano de las ciudades, desencadenó dos efectos: el de más hondo calado y de carácter estructural, es que va a poner en el centro de la discusión los supuestos “derechos de propiedad sobre el suelo urbano” que reclamaban los terratenientes y que, ulteriormente, serán esclarecidos con la Constitución Política de 1991. El de carácter coyuntural, motivado por la posibilidad de que el Estado comenzara a emplear este instrumento e iniciar procesos de extinción de dominio, causó “pánico” entre algunos terratenientes y rápidamente “contagió” a otros propietarios. Los terratenientes urbanos y los capitalistas inmobiliarios se movilizaron en contra de la *extinción del dominio*, ya a través de las demandas jurídicas entabladas en las altas Cortes o ya intentando desmoralizar a la *Reforma Urbana* con la reedición de las viejas prácticas de la *Guerra Fría*:

En 1989, con el aporte de los diferentes propietarios de tierras y cons-

tructores, y en representación de Fedelonjas, demandé la Ley 9ª en lo referente a la extinción del dominio –contratando para el efecto a dos excelentes abogados, quienes después fueron magistrados de la Corte Constitucional–, pero perdimos. La Corte Suprema de Justicia –encargada de la guarda de la Constitución en aquel momento, ya que la Corte Constitucional fue creada sólo en la Constitución de 1991– confirmó la extinción de dominio para asuntos urbanos, causando pánico entre los propietarios, que consideraron que había llegado el socialismo (Borrero, 2003:106).

La declaratoria de la extinción de dominio en la *Reforma Urbana* se vinculó a la noción de la función social de propiedad y a una de sus representaciones sociales más trascendente que es la obligatoriedad de urbanizar y construir el suelo en la ciudad. La incertidumbre que generó la manera como las cortes resolverían la avalancha de demandas que buscaban la declaratoria de inconstitucionalidad y/o ilegalidad de 94 de los 127 artículos de la Ley 9ª de 1989 (Pinilla, 2003:241) llevó a que los inmobiliarios represaran sus decisiones de construir a la espera de la resolución y clarificación de los nuevos arreglos institucionales urbanos. La Sala Constitucional de la Corte Suprema de Justicia resolvió con notable celeridad la mayor parte de las demandas presentadas contra la constitucionalidad de la Ley 9ª de 1989: a manera de ejemplo, la demanda contra la extinción de dominio se resolvió

por sentencia del 14 de septiembre y la de las "cesiones obligatorias gratuitas" el 9 de noviembre de 1989, ambas negando las pretensiones de los demandantes y declarando ajustado su contenido a la Constitución.

Entrado 1990 Colombia experimentó una gran agitación política motivada por la expectativa de modificación de la centenaria Constitución de 1886 que, impulsada por los promotores de la *séptima papeleta*, triunfó en las urnas en el mes de mayo. Luego del cruento asesinato de Luís Carlos Galán Sarmiento, la victoria del candidato liberal César Gaviria llegó junto con el mandato del pueblo de realizar las elecciones para la conformación de la Asamblea Nacional Constituyente, cuya ulterior instalación implicó el cierre temporal del Congreso de la República. La Asamblea Nacional Constituyente que promulgó la Nueva Constitución Política de Colombia en 1991 elevó a rango constitucional los principios que orientan la regulación del ordenamiento territorial: la función social y ecológica de la propiedad, la prevalencia del interés general sobre el particular y la distribución equitativa de las cargas y beneficios de la urbanización, así como también la participación del Estado en las plusvalías que genere su acción urbanística. Por fuerza del nuevo arreglo constitucional, la *extinción del dominio* desapareció del derecho urbanístico colombiano pues, según el artículo 58 de la Constitución de 1991, en adelante se garantizará tanto la propiedad privada como los derechos adquiridos de los particulares, pero el interés público primará sobre el privado

en los casos en que entren en conflictos tales derechos con los de la sociedad; adicionalmente, si la propiedad es una función social esto hace con que la propiedad derive también en obligaciones.

Los constructores y terratenientes urbanos agremiados en la Lonja de Propiedad Raíz y en Fedelonjas, que seguían de cerca los debates al interior de la Asamblea, tuvieron la oportunidad de expresar su opinión en contrario, siendo su argumento central la existencia de una "contradicción lógica" entre la noción de la función social de la propiedad y la del derecho de propiedad. En contraste con la escasa sofisticación argumental de ese grupo de interés, los constituyentes del Partido Conservador a los que se sumaron algunos liberales "de derecha" recurrieron a las razones jusnaturalistas-individualistas que, de cualquier forma, fueron derrotadas por las tesis de las facciones progresistas de la Constituyente. La renovada visión de la *acción colectiva urbana* desató una nueva etapa de las prácticas anticipadoras del capital inmobiliario pues, después de promulgado, sólo restaba la expedición de la Ley que lo desarrollará y que las ciudades, en ejercicio de su intervención urbanística gubernamental, definiera el contenido económico de la propiedad, o sea, que los Planes de Ordenamiento Territorial establecieran los usos del suelo y el derecho de construir sobre este: los estructuradores urbanos organizados sabían que tal derecho de construir, desligado del derecho de propiedad, retornaría a su legítimo poseedor –la ciudad– y sólo les quedaba por esclarecer el tiempo en que esto se concretaría.

De manera coetánea, el impacto negativo de las reformas neoliberales sobre el crecimiento económico se hizo evidente al generar problemas de demanda efectiva que, sumados a la elevación de la tasa de interés hipotecaria que pasó del 4,4% a comienzos de 1990 al 18,6% a finales de 1995, configuraban un ambiente macroeconómico poco favorable para la dinámica de la construcción civil en Colombia y, sin embargo, es una *fase de un auge* de la actividad inédita en el país. Los determinantes de tal *auge* corresponden, según nuestro criterio, a un capítulo más de la capacidad anticipadora y reactiva del capital estructurador urbano pues, en efecto, las reformas urbanísticas advenidas entre 1989 y 1991 no son fácilmente eludibles pues, como se le atribuye a Maldonado (Borrero, 2003:109), la misma Constitución como *norma de normas* no puede ser demandada por "inconstitucional". La incertidumbre acerca de la celeridad con la que el gobierno fuera a expedir la Ley de Desarrollo Territorial y, subsecuentemente, con la que las ciudades colombianas adopten los planes de ordenamiento, constituyó un detonante sin igual de la actividad constructiva. Es decir, que el capital inmobiliario movilizó su acumulación previa en procura de la apropiación rápida de los derechos de construir en la transición entre la promulgación de la Constitución, la expedición de la Ley de Desarrollo Territorial y la aprobación de los subsecuentes Planes de Ordenamiento Territorial.

Las explicaciones que ofrecen los voceros más acreditados del capital in-

mobiliario sobre el auge de la construcción civil y la posterior introducción de los cambios institucionales en el ordenamiento urbano, los mismos que por décadas comandaron la oposición a la *Reforma Urbana*, que obraron con inusitada celeridad para demandar ante la Sala Constitucional de la Corte Suprema de Justicia la Ley 9ª de 1989 y que movilizaron sus capacidades para poner al servicio de esas causas a los más prestigiosos abogados, aparecen *cándidas* a luz de los acontecimientos pues, según nuestro entender, resulta contraevidente que a nueve años de expedida la Constitución "hayan comprendido que el esquema había cambiado" y que el pueblo de Colombia "les había metido un gol y no se habían dado cuenta":

Hace tan sólo dos años, en 2000, en el *Simposio Internacional de Avalúos*, organizado por la Lonja de Propiedad Raíz de Bogotá, María Mercedes Maldonado, abogada experta en desarrollo urbano, afirmó que el derecho de propiedad no incorporaba automáticamente el derecho de construir y que este derecho era de la colectividad. La reacción de sorpresa y resistencia fue inmediata. Posteriormente, en el mismo simposio, el profesor español Javier García Bellido reafirmó lo anterior; explicó que en España tenían este esquema desde finales de la década de 1950 y que, en este país, este principio era indiscutible. A partir de ese momento, comprendimos que el esquema había cambiado. En un principio se pensó demandar la Ley 388 de 1997 por considerar que ese



derecho no se les podía quitar a los propietarios de tierra. Para el efecto, consultamos a la doctora María Mercedes Maldonado y a otros abogados en derecho urbanístico, quienes aclararon que este derecho estaba consagrado en la Constitución y que era imposible demandar por inconstitucional a la misma Constitución. Ya no había duda, nos habían metido un gol en la Constitución y no nos habíamos dado cuenta. (Borrero, 2003:108-109)

Lo anterior resulta aún más contraevidente si agregamos que, en un episodio más de su acción anticipadora, el gran capital inmobiliario contó durante el proceso de elaboración de la Ley 388 de 1997 con la asesoría directa del Viceministro de Estado cuya cartera regula y decide sobre el ordenamiento territorial –el Viceministro de Vivienda, Desarrollo Urbano y Agua Potable–, prerrogativa que ningún otro agente inmobiliario, pequeño constructor, urbanizador popular o semejante, tuvo a su alcance:

(...) Luego surgió la discusión de la Ley 388 de 1997, con Juan Martín Caicedo como uno de los ponentes – en ese momento, años 1996 y 1997, yo estaba en la Junta Directiva de Camacol y, posteriormente, asumí el cargo de Presidente de la Cámara de la Construcción en Bogotá–. En la discusión del proyecto de ley, comenzamos a revisar en detalle las figuras de la Ley 9ª y las nuevas alternativas propuestas –incluso asesorados por

personas como Fabio Giraldo Isaza, quien había sido vicepresidente de Camacol y en ese momento era el Viceministro de Vivienda, Desarrollo Urbano y Agua Potable– y concluimos que Camacol no debía oponerse porque lo que se necesitaba era, precisamente, tierra barata para desarrollos urbanísticos. Así fue como entendimos que no se afectarían los intereses del gremio de la construcción, y tanto la Junta Directiva de la Cámara de la Construcción como los principales promotores de proyectos inmobiliarios decidimos apoyar el proyecto. (Borrero, 2003: 107)

Un nuevo ciclo del urbanismo colombiano se inició en el 2000. Las expectativas creadas entre los alcaldes de las ciudades colombianas por los “estímulos” anunciados en el artículo 13 de la Ley 546 de 1999, generó una *avalancha* de acuerdos locales en los que se adoptaban las normas de ordenamiento territorial ya que durante el mes de junio de 2000 se realizaron 110 en otros tantos municipios y solo en el último día del mes, fecha límite señalada por la Ley, se aprobaron 32 acuerdos municipales: 24 esquemas de ordenamiento territorial, 7 planes básicos y un plan. Pasada la euforia *adopcionista*, y reconocida la precariedad fiscal del gobierno nacional para asumir el compromiso con un programa de alguna trascendencia, el perfeccionamiento de la *acción colectiva urbana* con la adopción de las normas de ordenamiento continuó al ritmo del voluntarismo local,

siendo un rasgo central el tímido cuando no insustancial empleo de los instrumentos introducidos por la *Reforma Urbana* para garantizar un reparto equitativo de las cargas y beneficios del proceso de urbanización.

Por su parte, la capacidad anticipadora de los estructuradores urbanos, que había sido empleada para apropiarse de manera ilegítima del derecho de construir de propiedad de las ciudades haciendo que se pagase a precios exorbitantes el suelo edificable en su poder, fue empleada en esta nueva coyuntura en procura de nuevas áreas de suelo

urbano a precios más bajos, estrategia empleada para enfrentar el nuevo ciclo que se inicia y que va a ser facilitada por la definición de los usos del suelo y de las áreas de expansión y de renovación urbana en los planes de ordenamiento territorial. Como era de esperarse, los más inescrupulosos recurrieron a “profesionales del urbanismo” que, al amparo de la omisión estatal cuando no contando con la connivencia de las autoridades urbanísticas locales, evadieron lo dispuesto en la Ley 388 de 1997 para convertir la ilegitimidad de sus “prácticas formales” en un problema de legalidad.

### ***Contra reacción del capital financiero y colapso de la financiación de vivienda a largo plazo***

Varios sistemas de financiación de la vivienda a largo plazo han operado en Colombia durante los últimos sesenta años. La acción del Estado en su fase corporativa promovió sistemas como el de la Caja de la Vivienda Militar e, inclusive, el del Fondo Nacional del Ahorro, mientras que su cara social tomó cuerpo en el administrado por el Instituto de Crédito Territorial, entre otros. Pero es hacia mediados de 1972 cuando la construcción civil colombiana comienza a gozar de un cuantioso y estable flujo de capital de crédito pues, siguiendo las orientaciones de Currie, el ministro Ramírez Ocampo, aquel que fuera acusado de “comunista” y posteriormente expulsado del gobierno, se encargó de promover la creación del mecanismo de apalancamiento financiero más poderoso

que haya conocido cualquier actividad capitalista en Colombia: el 2 de mayo de 1972 fue promulgado el Decreto 677 que dio origen al sistema de la Unidad de Poder Adquisitivo Constante (UPAC) con el que se institucionalizó la indexación y a través del que se canalizó el mayor volumen de ahorro privado hacia la construcción residencial. Convertir los depósitos de ahorro a la vista en financiación de la vivienda a largo plazo se erigió, al igual que en otros países latinoamericanos, en la gran innovación financiera de entonces.

Las Corporaciones de Ahorro y Vivienda, entidades financieras que operaron el sistema UPAC, entraron a jugar un papel decisivo en el urbanismo colombiano, en la medida que al otorgar

un crédito hipotecario a los constructores y, posteriormente, subrogarlo a los compradores, entró a validar las localizaciones más rentables y menos expuestas al riesgo y, con ello, orientó la valorización o desvalorización virtual de ciertos vecindarios. El sistema indexado que se conoció como la UPAC surgió en un momento decisivo para el devenir del capital inmobiliario colombiano así como para la estructuración residencial de las ciudades que estaban creciendo pues la ausencia de mecanismos de crédito hipotecario de largo plazo en un ambiente inflacionario anunciaban un periodo de crisis para la industria de la construcción, amago que se disipó velozmente por la entrada en operación del sistema UPAC y por la capacidad de los promotores inmobiliarios de aquella época para conseguir la hazaña de "haber logrado quebrar finalmente la resistencia de las capas más ricas a consumir apartamentos y casas estandarizadas" (Jaramillo, 1994:326) como ocurrió en el caso bogotano.

La mayor parte de las Corporaciones de Ahorro y Vivienda fueron constituidas como sociedades de capital a partir del segundo semestre de 1972 al tiempo que la recién creada Junta de Ahorro y Vivienda daba inicio a sus actividades indicando que la base de cálculo de la UPAC sería el promedio del índice de precios al consumidor de los tres meses anteriores a la fecha de cálculo. El sistema indexado había entrado a operar. Las CAV abonaban a los ahorradores la corrección monetaria calculada con la inflación corriente, lo cual ya era una ventaja frente al resto de de-

pósitos a la vista del sistema bancario, y una tasa de interés pagadera por trimestre vencido que se liquidaba sobre el saldo mínimo en la cuanta de ahorro del depositante durante el período. Para los asalariados esto no representaba mayor atractivo pues difícilmente podían inmovilizar un saldo mínimo sustancial como para que la remuneración fuera considerable, mientras que para las CAV esta forma de reconocimiento del rendimiento financiero de los ahorros constituía la principal fuente de sus beneficios de intermediación.

Las modificaciones que la Junta de Ahorro y Vivienda introdujo al cálculo del valor en pesos de la UPAC y que estuvieron vigentes hasta mayo de 1984 se refirieron indefectiblemente al horizonte temporal del índice de precios al consumidor. De manera complementaria, y después de las coyunturas inflacionarias de los setenta y de la conmoción social que ello generó, su acción reguladora se enfocó a limitar el crecimiento del valor de la UPAC hasta el 1° de julio de 1976 cuando fue suprimida y sus funciones fueron asumidas por la Junta Monetaria. La modificación a la metodología del cálculo de la UPAC que introdujo en 1984 hacía que cualquier desfase positivo o negativo entre la inflación y la tasa de interés fuera convertido en un *plus* relativamente marginal a la corrección monetaria y, consecuentemente, a la variación máxima de la UPAC, pero lo trascendente es que con esa modificación se comenzó a introducir la tasa de interés como variable de referencia para la indexación. Este interludio va a ser el *punto de quiebre* entre

el modelo de acumulación de capital inmobiliario privado soportado en el crédito hipotecario indexado y la opción estatal de producción del espacio edificado que se definirá a favor de los inmobiliarios.

La espiral inflacionaria por la que atravesó la economía colombiana durante el gobierno Barco (1986-1990) les reportó cuantiosas ganancias financieras a los propietarios de las firmas que operaban en mercados con estructuras monopólicas y oligopólicas y derivó, consecuentemente, en un notable deterioro en la distribución personal del ingreso. Bajo la orientación de la ortodoxia fiscal y financiera que paulatinamente copó los espacios de la política económica, el presidente Barco comenzó a cambiar decididamente el arreglo institucional que hacia de la inflación la variable para ajustar el valor de la UPAC: la reforma a la metodología de cálculo que efectuó hacia mediados de 1988 anticipó las medidas de política económica que, con especial énfasis desde 1991, colocaron el control de la inflación como el eje de la política monetaria y fiscal, de manera que al vincular a la tasa de interés DTF (Diferencial de los Depósitos a Término Fijo) –irremediablemente superior a la variación del índice de precios al consumidor–, al cálculo de la UPAC, el gobierno sentó las bases para la ampliación de los márgenes de intermediación financiera de los bancos hipotecarios.

La regulación que operaba sobre la variación máxima del valor de la UPAC desde agosto de 1974 se había violado

ya en una ocasión –abril de 1975–. Pero entre noviembre de 1990 y junio de 1992 ello se convirtió en práctica consuetudinaria, alcanzando diferencias considerables que alcanzaron su máximo en octubre de 1991, período durante el que se introdujeron las primeras modificaciones al criterio de indexación. La permisividad y laxitud en el control financiero que caracterizó este lapso ocasionó el incremento ilegal del monto de las deudas hipotecarias y del margen de intermediación de las CAV pero, además, esta práctica se constituyó en el preámbulo a la reforma que debilitó la credibilidad del público en el contrato de crédito hipotecario por el sistema UPAC.

En enero de 1990 y por iniciativa de la entonces Ministra de Desarrollo Económico María Mercedes Cuéllar de Martínez, el gobierno Barco había intervenido decididamente la actividad crediticia de las Corporaciones de Ahorro y Vivienda y del Banco Central Hipotecario a favor de la vivienda de interés social. Posteriormente, y como parte de su reforma liberalizadora, la administración Gaviria introdujo importantes modificaciones a las entidades estatales que orientaron la política de vivienda de interés social para adecuarlas a los nuevos instrumentos: el otorgamiento del subsidio directo a la demanda y la exposición de los hogares de ingresos bajos a las vicisitudes del mercado del crédito hipotecario que se avecinaban.

El sistema financiero fue liberado de cualquier compromiso con los programas de vivienda de interés social, pues los créditos hipotecarios quedaron sujetos a

las reglas con que operaría el opaco sistema indexado; posteriormente el sistema sufrirá un "ajuste" ya que la conformación de la cuota inicial de las familias deberá ser administrada por los bancos en las "cuentas de ahorro programado". Al finalizar los primeros cuatro años del nuevo sistema, los resultados en materia de cumplimiento de metas era juzgado como "positivo" por el gobierno entrante: de la construcción de 500.000 soluciones de vivienda prometidas a las "familias necesitadas" se habrían alcanzado a construir el 61,6%, mientras que el 42,2% se habría beneficiado con el subsidio directo. Dentro de las modalidades de las viviendas de interés social a las que se dirigieron los subsidios, la mayor proporción (44%) correspondió a los "lotes con servicios", modalidad que exige la prolongación de la jornada de trabajo o la participación de más miembros de la familia al mismo para levantar la edificación.

En medio del auge de la construcción civil se expidió la Ley 31 de 1992 que introdujo un conjunto de reformas en el plano monetario, cambiario y crediticio que redefinieron el papel del Banco de la República en la economía colombiana, dotándolo de una mayor autonomía en su relación con el Gobierno Central: la Junta Directiva del Banco de la República quedó investida con el carácter de autoridad monetaria, cambiaria y crediticia, siendo la función fundamental del Banco la de velar por el mantenimiento de la capacidad adquisitiva de la moneda, o sea, por el control de la inflación. En lo concerniente al crédito hipotecario y, específicamente,

en lo que atañe al sistema indexado conocido como la UPAC, la reforma financiera estableció que:

Artículo 16. Atribuciones. Al Banco de la República le corresponde estudiar y adoptar las medidas monetarias, crediticias y cambiarias para regular la circulación monetaria y en general la liquidez del mercado financiero y el normal funcionamiento de los pagos internos y externos de la economía, velando por la estabilidad del valor de la moneda. Para tal efecto, la Junta Directiva podrá: (...)

f) Fijar la metodología para la determinación de los valores en moneda legal de la Unidad de Poder Adquisitivo Constante (UPAC), procurando que ésta también refleje los movimientos de la tasa de interés en la economía.

Transcurrieron siete años hasta que el *tripartito* –la Corte Constitucional– sentenció la inexequibilidad del numeral f) de la Ley 31 de 1992 por ser contrario a la Constitución, lapso durante el que se hicieron evidentes los notables desaciertos en materia de política de crédito hipotecario. En el momento en que se proclamó la Ley 31, las autoridades monetarias sostenían que la tasa de interés DTF reflejaba *coyunturalmente* los movimientos de la tasa de interés de la economía pero, en adelante, tal tasa se elevó tan vigorosamente como las ganancias de intermediación de los bancos originadas en la ampliación del margen. En 1994, en momentos en que la ortodo-

xia monetaria y financiera proclamaba el éxito de las “nuevas” políticas de control a la inflación, la tasa DTF se elevó a tal nivel como para que las Corporaciones de Ahorro y Vivienda *presionaran* una modificación en la metodología del cálculo del valor de la UPAC pues, si la inflación estaba descendiendo y la DTF elevando, era fácilmente discernible que el resto del sistema financiero obtenía mayores ganancias de intermediación que las entidades financieras que operaban la UPAC. Los frutos de tal *presión* se recogieron a partir de la entrada en vigencia de la Resolución Externa #26 de 1994 de la Junta Directiva del Banco de la República, expedida al amparo del numeral f) de la Ley 31 de 1992. Mientras que en sus anteriores decisiones en este frente de la política crediticia, esto es, el que concierne a la determinación de las metodologías para el cálculo del valor de la UPAC, la Junta Directiva había preservado al menos parcialmente a la inflación como el índice de referencia para tal efecto, a partir del 1° de octubre de 1994 dió un viraje radical al reemplazar tal índice por un “porcentaje de la DTF efectiva”, inicialmente fijado como del 74% de su promedio móvil de las últimas doce semanas.

Esta decisión tuvo un efecto inmediato sobre los contratos de hipoteca pactados entre las CAV y los deudores pues, además de modificar unilateralmente las condiciones pactadas en cuanto al cambio del índice para establecer la corrección monetaria de los saldos insolutos de las deudas, ocasionó el incremento en el monto de las cuotas mensuales y la elevación drástica e in-

fundada en la remuneración del crédito hipotecario: la tasa DTF cerró en alza en 1994 alcanzado un nivel tal –37,9%– que, al modificar la tasa de colocación hipotecaria, llegó inclusive a superar en diferentes momentos la tasa máxima de remuneración al crédito o, en otras palabras, llegó a situarse en los niveles críticos de la usura (cf. Jaramillo et al., 2000). Tal elevación sería justificable en el caso de que la remuneración al ahorro se hubiera elevado proporcionalmente, pero los depósitos a la vista de los colombianos en las cuentas de ahorro de las CAV continuaron recibiendo un interés irrisorio.

Pero alguna sospecha asediaba a los miembros de la Junta Directiva del Banco de la República quienes, en una suerte de *mea culpa*, decidieron que, a partir del 1° de agosto de 1995, el cálculo del valor de la UPAC ya no se realizaría tomando como referencia el promedio móvil de las últimas doce semanas sino el de las últimas cuatro, con lo que seguramente aspiraban a corregir el desacierto que significaba creer que tal cálculo reflejaba “el movimiento de la tasa de interés de la economía”. Pero el efecto irreparable de estas decisiones en cuanto a la credibilidad de las familias sobre la estabilidad y el equilibrio del contrato de crédito hipotecario se comenzó a percibir en medio de la crisis, en buena medida, por lo que esto significa en tanto interrupción del flujo monetario para el financiamiento de la producción y circulación de los activos residenciales. Aunque en el Banco de la República se conocían bien las implicaciones negativas que sobre el crecimiento

económico y el empleo tenía la decisión de sustraer liquidez a la economía en esta coyuntura recesiva (Urrutia, 2000: 5-6) en la medida que ésta significaba acabar de estrangular la demanda agregada al ocasionar la contracción del consumo y la inversión, la arrogancia impidió recapitular y rectificar oportunamente el error en que había incurrido. Un remedo de tal enmienda fue tomado de manera precipitada por la Junta Directiva con la expedición de la nebulosa Resolución Externa 8 de 1999, pero la intervención de la Corte Constitucional ya era irreversible y a su tenor la expedición de la Resolución 10 esterilizó sus efectos.

En una acción desesperada por evitar la pérdida de gobernabilidad de la política de crédito hipotecario que se avecinaba con la aparición del *tripartito* y sus decisiones, la Junta Directiva del Banco de la República intentó anticipar el fallo introduciendo una medida complementaria a la metodología de cálculo que había aprobado dos meses atrás y que consistía en dejar variable el porcentaje de la DTF para el cálculo del valor de la UPAC, ligando tal porcentaje a una compleja ecuación que incorporaba tanto la tasa de inflación, como “la tasa de interés nominal correspondiente a la tasa de interés real de largo plazo”. Esta medida, que fue tomada por medio de la Resolución 8 del 14 de mayo de 1999 y entraba a regir a partir del 1° de junio, fue totalmente inocua pues la Corte Constitucional profirió sentencia de inexecutable el 27 de mayo de 1999 y, con notable celeridad, la Junta Directiva expidió el 1° de junio la Reso-

lución 10 de 1999 que entró en vigencia el mismo día y en la que se restauró de manera transitoria el sistema de indexación que tomaba como referencia a la inflación. El fallo de inexecutable fue proferido por la Corte Constitucional el 27 de mayo de 1999 día en que, con la Sentencia C-383, se inauguró un agudo debate sobre el mal denominado “decisionismo judicial” (cf. Cuellar, 2005) pues el *tripartito* vino a rectificar todo lo actuado por la Junta Directiva y las Corporaciones de Ahorro y Vivienda desde la entrada en vigor de la Resolución 6 de 1993 hasta la vigencia de la Resolución 6 de 1999 en la medida que tales decisiones fueron opuestas al principio equitativo de la proporcionalidad.

Pero la actitud de la Corporaciones de Ahorro y Vivienda ante el consecuente deterioro de la cartera hipotecaria en poder de los constructores, esto es, que una porción creciente de la misma había entrado en mora en el pago, fue la de evitar artificiosamente que el indicador de calidad de la cartera reflejara la magnitud del problema pues ello les implicaría constituir más reservas para cubrir el riesgo de incumplimiento: las Corporaciones de Ahorro y Vivienda optaron entonces por “prorrogar” este tipo de créditos y reestructurarlos de manera reiterada hasta que pudieran ser subrogados (cf. Romero, 2003), de manera que aparecían *artificialmente* “al día” en los reportes a las entidades de control. Ese artificio implicó que los intereses corrientes y de mora que no cubrían los constructores eran incorporados al principal del crédito, artificio contable que en la práctica significaba la capitalización

de los intereses y que, en el plano institucional, puso en evidencia nuevamente la debilidad de los arreglos imperantes y la laxitud de la Superintendencia Bancaria y del Banco de la República pues “los intermediarios del sector encontraron maneras de evadir los controles establecidos”:

Aunque el Banco de la República reiteradamente les solicitó a los bancos reducir el crecimiento de la cartera, ellos ignoraron sistemáticamente las advertencias. En una reunión el presidente de uno de los principales bancos del país le respondió al Gerente del Banco de la República que la función de un banco es prestar, y que no tenía sentido pedir moderación en el crecimiento del crédito... Ante el fracaso de las advertencias el Banco de la República en marzo de 1994, tomó la decisión de imponer límites al crecimiento de la cartera. Infortunadamente este instrumento es bastante burdo en un sistema financiero liberalizado y los intermediarios del sector encontraron maneras de evadir los controles establecidos. Se tuvo que acudir entonces a la restricción de liquidez y a un aumento

gradual en las tasas de interés para reducir el crecimiento de la cartera a partir de 1994... Aunque muy criticada, la política de aumentar las tasas de interés evitó mayores descalabros. Se podría argumentar que el endurecimiento de la política monetaria ha debido iniciarse antes (Urrutia, 2000:21-23).

Los presidentes engavetaron las ingenuas solicitudes que les enviaba el gerente del Banco de la República y, en su afán por incrementar su participación en esa creciente masa de ganancias inmobiliarias derivadas de la apropiación de los derechos de edificabilidad, el sistema financiero se encargó de opacar aún más el mercado de crédito hipotecario pues administraba 90 sistemas de amortización del crédito hipotecario. La ineficacia de los mecanismos de coordinación de mercado de los deseos de los agentes inmobiliarios, de los intermediarios financieros y de los trabajadores, y la renuencia de la autoridad monetaria a rectificar lo actuado, llevó al colapso del sistema de crédito hipotecario y a una contracción abrupta de la producción residencial.

### ***Disolución del trabajo estable en las ciudades y del patrimonio de las familias***

Hacia 1962 comenzó a operar en Colombia un régimen laboral cuyos arreglos institucionales consignados en el Código Sustantivo del Trabajo persistieron por casi tres décadas e incidieron de manera decisiva en la estructuración re-

sidencial urbana de las ciudades a la cabeza de la red primada colombiana. La estabilidad del contrato de trabajo y otras garantías laborales como la retroactividad de las cesantías facilitaron el acceso a la vivienda a las familias de quienes



tenían contratos de trabajo a término indefinido. Estas conquistas laborales estimulaban a los urbanistas colombianos de inspiración *corbuseriana* a relanzar las ideas que soslayaban las funciones del espacio público (Lefebvre, 1999:30) y que eventualmente tomarían cuerpo en grandes proyectos inmobiliarios denominados genéricamente como “las ciudades dentro de las ciudades”, esto es, que se proyectaban simultáneamente como el lugar de trabajo, el lugar de habitación, el lugar de consumo, el de la educación de los hijos y, en fin, el del acceso a los “placeres programados”. Las cesantías y las primas salariales pero, especialmente, la garantía de un pago periódico y estable configuraban al trabajador como un excepcional sujeto de crédito en tanto tuviese ese tipo de contrato, pues disminuía el riesgo financiero de incumplimiento y de mora en el pago en las operaciones hipotecarias de financiación de la vivienda a largo plazo, amén que la residencia era la garantía real exigida para amparar tal operación.

La administración de César Gaviria heredó de su antecesor Barco una “misión de empleo” cuyos estudios llevaron a la modificación del arreglo laboral, en lo individual como en lo colectivo, reforma que abriría paso a las subsiguientes con las que se liberalizó la economía colombiana. La flexibilización del contrato de trabajo y la eliminación de la retroactividad de las cesantías se adujeron como medidas necesarias para elevar la competitividad del aparato productivo colombiano, situación que evidentemente no ha ocurrido y que, en cambio, comenzó a hacer cada vez más reiterado

entre los colombianos el paro friccional, amén del sesgo anti-salarial de la política monetaria constatable en el incremento de la tasa de desempleo abierto, retiró del mercado potencial de crédito hipotecario a los *trabajadores flexibilizados* que dejaron de ser sujetos de crédito para las Corporaciones de Ahorro y Vivienda y a los *nuevos desempleados* que engrosaron la lista de morosos y que, posteriormente, se vieron forzados a entregar sus viviendas en dación en pago por la deuda hipotecaria con las CAV. Justo en el momento en el que la tendencia de la tasa de desempleo sufre la inflexión más fuerte de la última década, el tercer trimestre de 1994, la Junta Directiva decide modificar unilateralmente las condiciones del crédito hipotecario y, en momentos en que se ha confirmado el aumento del desempleo y la ampliación de la informalidad –segundo semestre de 1995–, la Junta Directiva se reafirmó en la decisión tomada con una versión ajustada a las variaciones coyunturales de la tasa de interés DTF: ese ineluctable sendero a la destrucción del empleo estable fue la contribución de la ortodoxia monetaria y financiera a la recesión.

La coyuntura que se inició en 1996 y que se prolongó hasta 1999, es un final de siglo en el que la actividad constructiva se sumergió en un interludio recesivo del que emergieron nuevos arreglos institucionales en materia de crédito para la financiación de la vivienda a largo plazo los que, sumados a los contenidos en la Ley 388 de 1997, incidirán decisivamente en la dinámica residencial urbana de las ciudades en crecimiento en Colombia.

Fue en esta coyuntura que se reveló cómo la autoridad monetaria y los intermediarios financieros erraron flagrantemente de objetivo pues, en su búsqueda por una mayor participación de las ganancias inmobiliarias, terminaron exprimiendo el ya deteriorado fondo salarial para el consumo de los hogares, tornando inaplicable la intervención del *tripartito* que pondrá en el centro de la discusión el principio de separación de poderes –la Corte Constitucional:

La última vez que se había generado algún exceso de oferta de viviendas y oficinas había sido en 1974, y por lo tanto, la gente estaba acostumbrada a que los precios de la finca raíz siempre subían... El aumento de la demanda se multiplicó por el suministro creciente de crédito de vivienda. Con precios al alza, las corporaciones de ahorro y vivienda se comprometieron a financiar un mayor número de proyectos, y comenzaron a otorgar préstamos para cubrir una mayor

proporción de los mismos. Tradicionalmente en Colombia se financiaba hasta 70% a compradores, este valor es para constructores de vivienda, pero en 1995 ya había planes que financiaban hasta el 90% del proyecto (Urrutia, 2000:8-18).

Según se puede inferir de las fragmentarias estadísticas de la entidad que agremia a los bancos hipotecarios, el Instituto Colombiano de Ahorro y Vivienda (ICAV), al finalizar 1999 tenían en su stock 6.624 viviendas entregadas por los usuarios del crédito en dación en pago por la impagable deuda. En los años subsiguientes recibieron 43.803 viviendas por esta misma razón de manera que, para tener una idea de la magnitud del fenómeno, las 50.427 viviendas recibidas hasta finalizar el 2005 equivaldrían aproximadamente al stock total de viviendas de una ciudad intermedia de Colombia.

### ***La intervención del tripartito y la renovada acción colectiva urbana***

Para comprender las decisiones del *tripartito* proponemos que ellas se suscitan en dos grandes momentos: el de la influencia del *Código Napoleónico* y el de la *acción colectiva urbana*. Una de las decisiones más notables de ese primer momento fue la declaratoria de inequidad que la Sala Constitucional de la Corte Suprema de Justicia profirió en 1979 contra la Ley 61 de 1978 de

Reforma Urbana. El tránsito del *laissez-faire urbano* hacia la *regulación* va a ser detectable, según nuestro entender, a partir de las sentencias de inequidad que la Sala Constitucional de la Corte Suprema de Justicia profirió para decidir sobre las demandas que el capital inmobiliario agenció en contra de la Ley 9ª de 1989. Una de las más trascendentes por sus implicaciones para la

distribución de las cargas y beneficios del proceso de urbanización, así como por la consistencia teórica del fallo en materia económica, fue la que se originó en la demanda al artículo 2º de la Ley 9ª de 1989 que obliga a las alcaldías a incorporar en los planes de desarrollo municipal las “cesiones obligatorias gratuitas” que son las porciones de suelo urbano que los terratenientes y constructores inmobiliarios “tienen el deber de ceder con destino a la conformación del espacio público, los equipamientos y las vías que permiten dar efectivamente soportes urbanos al desarrollo inmobiliario” (Pinilla, 2003:246). La ambivalencia de la noción fue aprovechada por los terratenientes y constructores organizados en la Federación de Lonjas de Propiedad Raíz como argumento para intentar desmoralizar el instrumento: la gratuidad la asimilaban a una donación que naturalmente debía ser voluntaria y no obligatoria, de manera que cualquier cesión obligatoria y sin aparente contrapartida era interpretada por ellos como una “expropiación encubierta sin indemnización”. Pero la Sala Plena de la Corte Suprema de Justicia, con inusitada claridad y celeridad, profirió el fallo que fue contrario a las aspiraciones de los demandantes:

Es de suponer por otra parte, que el precio de las fajas o porciones de terreno objeto de las “cesiones obligatorias gratuitas”, refluye a la postre en el precio del terreno restante que aumentará de valor por causa o motivo de las obras de urbanización a emprenderse por el particular. Por ello, para el propietario no resulta

enteramente gratuito en la práctica el acto de enajenación que la norma acusada impone, exigencia ésta que se cimienta en la facultad de control urbanístico del Estado, vasto campo al que se viene extendiendo la noción de orden público.” (Pinilla, 2003:247)

Es decir que por causa de tales cesiones el suelo urbano remanente para la edificación adquiere un precio de mercado mayor al que potencialmente tendría aquel en donde no se realizan, por lo que ese mayor valor es la compensación exigida como si se tratase de un acto de enajenación voluntaria. Esta forma de comprender la naturaleza del suelo urbano como un bien complejo compuesto de forma inseparable por la porción construible y la porción pública es decisiva en la estructuración urbana de las ciudades y más aún, como lo previó la Corte al vincular su decisión con la “noción de orden público”, es crucial en el proceso instituyente de la ciudadanía. Es, según nuestra forma de ver, en este lapso transcurrido entre la expedición de la Ley 9ª de 1989 y la promulgación de la Constitución Política de 1991 y en el que, además, las sentencias que profirió la Corte Suprema de Justicia permitieron acumular una rica jurisprudencia en relación con la función social de la propiedad del suelo, que la *Reforma Urbana* va a presentar notables avances llegando inclusive a afirmarse que es en ese material que se encuentra el origen del *derecho urbanístico colombiano* con ámbito propio de actuación jurídica y con especificidades delante de su precursor, el derecho administrativo.

La Sala Constitucional de la Corte Suprema de Justicia se diluyó para dar paso a la Corte Constitucional. Una de sus actuaciones más decisivas tuvo lugar en 1999 con la sentencia de inexecutable del numeral f) de la Ley 31 de 1992 por ser contrario a la Constitución. En el momento en que se proclamó la Ley 31, las autoridades monetarias sostenían que la tasa de interés DTF reflejaba coyunturalmente los movimientos de la tasa de interés de la economía pero, en adelante, tal tasa se elevó tan vigorosamente como las ganancias de intermediación de los bancos originadas en la ampliación del margen. En 1994, en momentos en que la ortodoxia monetaria y financiera proclamaba el éxito de las "nuevas" políticas de control a la inflación, la tasa DTF se elevó a tal nivel como para que las Corporaciones de Ahorro y Vivienda presionaran una modificación en la metodología del cálculo del valor de la UPAC pues, si la inflación estaba descendiendo y la DTF elevando, era fácilmente deducible que el resto del sistema financiero obtenía mayores ganancias de intermediación que las entidades financieras que operaban la UPAC. Los frutos de tal *presión* se recogieron a partir de la entrada en vigencia de la Resolución Externa #26 de 1994 de la Junta Directiva del Banco de la República, expedida al amparo del numeral f) de la Ley 31 de 1992. Mientras que en sus anteriores decisiones en este frente de la política crediticia, esto es, el que concierne a la determinación de las metodologías para el cálculo del valor de la UPAC, la Junta Directiva había preservado al menos parcialmente a la inflación como el índice de referencia

para tal efecto, a partir del 1° de octubre de 1994 dará un viraje radical al reemplazar tal índice por un "porcentaje de la DTF efectiva", inicialmente fijado como del 74% de su promedio móvil de las últimas doce semanas. La Junta Directiva del Banco de la República y las Corporaciones de Ahorro y Vivienda introdujeron modificaciones en la política de crédito hipotecario y en sus prácticas a fin de intentar subsanar los errores en que incurrieron y que laceraron las bases del "negocio del crédito hipotecario". Las acciones que preveía el gobierno Pastrana eran bastante timoratas delante de la magnitud del problema que habían creado y cuyas consecuencias, no obstante, estaba claramente identificadas:

Por su parte, los usuarios que de manera masiva se endeudaron durante los primeros años de la década del noventa se han visto perjudicados, no solamente por el significativo incremento de la corrección monetaria, sino además por el descenso sostenido que desde 1996 se viene presentando en el valor de las viviendas; lo que a su vez ha incrementado la cartera mala de las CAV, puesto que ni con la devolución del inmueble es posible saldar las deudas. (Departamento Nacional de Planeación, 1998:498-499)

La coyuntura del segundo semestre de 1999 fue notablemente creativa y estuvo orientada por las expectativas sobre el contenido decisorio de los fallos de la Corte Constitucional que había

admitido otras dos demandas de inexecutableidad de normas atinentes a la financiación de la vivienda. La sentencia C-700 restauró para el país la potestad del Legislativo de dictar las normas generales en materia de financiación de vivienda y conminó al Congreso a ejercer su atribución constitucional dictando la ley que "establezca las directrices necesarias para la instauración del sistema que haya de sustituir al denominado UPAC": la muerte del sistema UPAC que se anunció en la Resolución 26 de 1994 fue finalmente decretada por la Corte Constitucional y será ejecutoriada por el Congreso con la expedición de la Ley 546 de 1999 en la que se creó el nuevo sistema, la *Unidad de Valor Real (UVR)*. De manera complementaria, la sentencia C-747 de la Corte Constitucional indicó una pauta decisiva para la nueva política de financiación de vivienda a largo plazo al considerar contraria a la Constitución la capitalización de intereses en este tipo de operaciones hipotecarias.

El Congreso de la República legisló rápidamente pues, además de la jurisprudencia acumulada en los sucesivos fallos de la Corte Constitucional, tenía a su disposición los argumentos de la Junta Directiva y de los usuarios del crédito que se habían organizado en la Asociación Nacional de Usuarios del UPAC (ANUPAC): el 23 de diciembre de 1999 expidió la Ley 546 que, en el artículo primero, no solo creó el nuevo sistema en el que se retorna a la inflación como variable de indexación –la Unidad de Valor Real, UVR– sino que comienza a intervenir decididamente en

el diseño de la política de financiación de vivienda a largo plazo con nuevos arreglos institucionales pues establece que, para tal efecto, no se podrán capitalizar los intereses y que los deudores hipotecarios podrán realizar amortizaciones extraordinarias al capital, denominadas como "prepagos", sin que ello derive en cualquier tipo de sanción que pudieran aplicar a los deudores las entidades crediticias.

Mientras que, en general, los miembros de la Junta Directiva del Banco de la República concordaban en que lo que estaba en juego en esta coyuntura era la preservación del principio de la *separación de poderes* y, en este sentido, el uso de la facultad legislativa del Congreso era insoslayable, el contenido de la Ley 546 de 1999 les significó otra derrota en la batalla librada con la Corte Constitucional, sentándose a partir de ella el precedente de que las decisiones de la "banca central independiente" no podrán estar exentas del control de constitucionalidad. Para el usuario del crédito hipotecario la Ley 546 significó, en principio, darle más transparencia al mercado del crédito hipotecario pues, en la transición del sistema UPAC al nuevo sistema de financiación de vivienda a largo plazo –la UVR–, la Superintendencia Bancaria eliminó 85 de los 90 sistemas de amortización ofrecidos hasta entonces por las Corporaciones de Ahorro y Vivienda que incluían diferencias sustanciales en cuanto a capitalización de intereses y aceptación de prepagos totales o parciales de los saldos hipotecarios insolutos (cf. Romero, 2003). Pero el legislativo incidió de forma aún más

decisiva en la política de financiamiento de la vivienda pues, en el artículo 17, trazó los criterios generales de tal política con cuyo contenido se intentó, infructuosamente, restaurar la credibilidad del público en el sistema y apalancar la reactivación de la construcción civil, al paso que el numeral 2° significó el inicio de un nuevo capítulo de la disputa corporativa plétórico de contradicciones pues, aún defendiendo la potestad legislativa del Congreso, los miembros de la Junta Directiva del Banco de la República no se ahorraron argumentos para manifestar su inconformismo e irritación con su contenido pues significa una intervención permanente de la tasa de interés hipotecaria y, en la práctica, torna insustancial la intervención de la autoridad monetaria en esta materia. Ulteriormente, la Corte Constitucional declaró su

exequibilidad en la Sentencia C-955 que resuelve una nueva demanda de inconstitucionalidad.

Una de las principales cuestiones que se levantó en relación con los términos establecidos en la Ley 546 de 1999 es la proyección de la evolución previsible del precio del inmueble, pues en el fondo esa indicación guarda estrecha relación no solo con la valoración de la garantía real como si con la estructuración del espacio residencial de las ciudades, en la medida que las contradicciones inherentes a las formas de coordinación de las decisiones de los estructuradores urbanos y las de la banca hipotecaria, están concebidas para que sea el mismo sistema el que se encargue de estimular la desvalorización virtual de los stocks residenciales.

---

### ***Comentarios finales***

Las fabulosas e ilegítimas ganancias percibidas por los agentes inmobiliarios "formales", surgidas de la apropiación anticipada del derecho de construir en las grandes ciudades y de las cuantiosas plusvalías por la mayor intensidad en el uso del suelo en su poder, que quedaron intactas después de la errada arremetida del sector financiero, están a la búsqueda de nuevas posibilidades de valorización. Los vientos de la contra-*Reforma Urbana* azotan con más frecuencia a la empobrecida Colombia. En el intertanto, el nuevo discurso de la globalización y bursatilización inmobiliaria comenzó a hacer carrera y los agentes inmobiliarios,

organizados ahora en sociedades anónimas, a exacerbar el empleo de la red para valorizar sus capitales, simbiosis entre la Internet y el mercado inmobiliario de donde refluye la información que busca desvalorizar virtualmente aquellas localizaciones que ulteriormente van a allanar con nuevas propuestas de vecindario. En la medida que los epítetos aprendidos durante la *Guerra Fría* y empleados para desmoralizar la *Reforma Urbana* entraron temporalmente en desuso, las nuevas fuentes de segmentación de la ciudad y de disolución de la ciudadanía se hacen posibles por la presencia de medrosos alcaldes que sucumben ante

la retórica de la inseguridad, el vigilan- tismo, y casuísticamente condonan las cesiones obligatorias a la ciudad para los nuevos emprendimientos inmobiliarios. La segunda residencia localizada en los municipios circunvecinos a las grandes ciudades continua consolidándose como reflejo del invariable deterioro en la dis- tribución personal del ingreso urbano y de la política de extinción de la agricul- tura tradicional, irradiando la ciudad sus pautas de segmentación a los espacios metropolizados hasta donde la ilegítima acumulación de capitales inmobiliarios otrora no llegaba.

Como en un *palimpsesto*, los agen- tes que movilizan al poderoso *real estate* español comienzan a reescribir parte de esta historia y las primeras plumas que anticipan su curso y reclaman la inter- vención pronta del *tripartito* son las de la propia derecha:

Y a la mayoritaria España hipoteca- da, sin comerlo ni beberlo, le han subido el Euríbor, sin consultarle, sin que el Gobierno abra la boca, sin que Solbes explique nada, sin que

ZP<sup>2</sup> explique nada, sin votación de las Cortes. ¡Vamos, sin tripartito! El Euríbor está en el nivel más alto desde 2003. Ha aumentado hasta el 2,684%. Ya se oye el galopar de los jinetes del Apocalipsis de la subida del precio del dinero, de los tipos de interés, pero el familiar Euríbor de la hipoteca, que es como de la fami- lia, que es el que nos cobija en la casa que todavía no es nuestra, sino del Banco o de la Caja, ése ya recita el Romance de la Pepa: sube que sube, trepa que trepa que trepa. (Burgos, 2005:7)

Pero aún hay quienes sostienen que, con la intervención de la Corte Consti- tucional, Colombia se apartó del curso de la historia y, contra toda evidencia, condenan el denuedo con el que el *tri- partito* comenzó a despejar el camino para reencausar la historia del tiempo presente de nuestras ciudades hacia un futuro más prometedor en términos de una urbanización más igualitaria y de- mocrática: el del planeamiento urbano.

---

## Referencias

ALFONSO R., Óscar. A. El lamentable estado de la política urbana en Colom- bia. *Revista de Economía Institucional*, Bogotá: Universidad Externado de Colombia, v. 7, n. 12, p. 291-298, 2005.

\_\_\_\_\_. *Aportes para una teoría eco-*

*nómica institucional urbana de la estruc- turación residencial de las metrópolis latinoamericanas*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007. Mimeo.

BORRERO, Oscar. Evolución de la posición de los gremios inmobiliarios y construc-

---

<sup>2</sup> ZP alude al Presidente del Gobierno Español Rodríguez Zapatero. N. del autor.

- tores ante las leyes de reforma urbana. In: MALDONADO, M. M. (Ed.). *Reforma urbana y desarrollo territorial: experiencias y perspectivas de aplicación de las leyes 9ª de 1989 y 388 de 1997*. Bogotá: Cider, Universidad de los Andes, Colciencias, Alcaldía Mayor de Bogotá, Lincoln Institute of Land Policy y Fedevivienda, 2003.
- BURGOS, A. Euribor sin tractoradas. *Diario ABC*, año CII, n. 32.867, p. 7, 4 dic. 2005.
- CLAVIJO, Sergio. *Fallos y fallas económicas de las altas cortes: el caso de Colombia 1991-2000*. Ponencia presentada al Foro Corte Constitucional y Economía, Bogotá: Universidad de los Andes, 2001.
- COMMONS, John. Economía Institucional. *Revista de Economía Institucional*, Bogotá: Universidad Externado de Colombia, v. 5, n. 8, p. 191-201, [1931], 2003.
- CUÉLLAR, María Mercedes. La prueba de razonabilidad y la estabilidad de las reglas de juego. *Revista de Economía Institucional*, Bogotá: Universidad Externado de Colombia, v. 7, n. 12, p. 13-42, 2005.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. *Plan Nacional de Desarrollo 1998-2002, Cambio para construir la paz*. Bogotá, DNP, 1998.
- JARAMILLO, Samuel. *Hacia una teoría de la renta del suelo urbano*. Bogotá: Ediciones Uniandes - Instituto Geográfico Agustín Codazzi, 1994.
- JARAMILLO, Samuel; PARIAS, Adriana; ALFONSO R., Óscar A. Observatorio del mercado del espacio construido en Bogotá. Bogotá: CEDE - Facultad de Economía de la Universidad de los Andes, 2000. (Documento CEDE 2000-07).
- KALMANOVITZ, Salomón. *La Corte Constitucional y la capitalización de intereses*. Ponencia presentada al foro Fallos de la Corte Constitucional en materia económica: ¿Debe el alto tribunal tener en cuenta sólo el derecho?, Bogotá: Universidad de los Andes; Banco Interamericano de Desarrollo y Diario El Espectador, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, [1970], 1999.
- PINILLA P., Juan Felipe. Evolución legal y jurisprudencial del derecho urbanístico colombiano. In: MALDONADO, M. M. (Ed.). *Reforma urbana y desarrollo territorial: experiencias y perspectivas de aplicación de las leyes 9ª de 1989 y 388 de 1997*. Bogotá, Cider, Universidad de los Andes, Colciencias, Alcaldía Mayor de Bogotá, Lincoln Institute of Land Policy y Fedevivienda, 2003.
- ROMERO N., Óscar. Banca hipotecaria en Colombia: los aportes de la crisis reciente. *Revista 80 Años de la Superintendencia Bancaria en Colombia*. Bogotá: Superintendencia Bancaria, 2003.
- URRUTIA M., Miguel. Políticas para evitar burbujas especulativas en finca raíz. *Revista del Banco de la República*, Notas Editoriales de Enero, Bogotá: Talleres Gráficos del Banco de la República, 2000.



VALENCIA J., Jorge. Las reformas urbanas en Colombia. In: MALDONADO, M. M. (Ed.). *Reforma urbana y desarrollo territorial: experiencias y perspectivas de aplicación de las leyes 9ª de 1989 y 388 de*

1997. Bogotá, Cider, Universidad de los Andes, Colciencias, Alcaldía Mayor de Bogotá, Lincoln Institute of Land Policy y Fedevivienda, 2003.

### **Resumen**

El vigoroso proceso de urbanización de la población colombiana acaecido desde la segunda mitad del siglo pasado estuvo acompañado, por cerca de 35 años, de una serie de fallidos intentos por dotar al país de una acción colectiva que le permitiera reducir la inequidad y la desigualdad urbanas emanadas de la configuración residencial. La distribución inequitativa de las cargas y de los beneficios que de tal proceso se derivan y la notoria segregación socioeconómica y espacial urbana de la población son sus rasgos más conspicuos. En este artículo se presentan las tensiones y los conflictos, amén de los impactos sociales, de un proceso pletórico de contradicciones en la acción de los agentes que participan de la estructuración residencial urbana de las ciudades colombianas.

**Palabras clave.** economía urbana, desarrollo inmobiliario residencial, acción colectiva, desigualdad urbana, segregación espacial urbana.

### **Abstract**

The strong urbanization process of the Colombian population during the second half of the 20<sup>th</sup> century had, for nearly 35 years, unsuccessful attempts to provide a collective action to reduce the urban unfairness and inequality that emerge from the residential configuration. The most evident traits of the process are the unfair distribution of costs and benefits and the obvious socioeconomic and spatial urban segregation. This article presents the tensions and conflicts, due to social impacts, of a plethoric process of contradictions in the actions of the agents who participate in the urban residential organization of the Colombian cities.

**Keywords.** urban economics, real state residential development, collective action, urban inequality, spatial urban segregation.

---

*Recebido em outubro de 2006. Aprovado para publicação em maio de 2007*

**Óscar A. Alfonso R.** é economista, Doutorando no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor-pesquisador da Universidad Externado de Colombia e sócio-fundador da Asociación Colombiana de Investigadores Urbano Regionales (ACIUR).

---

# **Rumos da Pesquisa**

---

---

# Evolução urbana no Rio Grande do Sul: trajetórias intelectuais \*

*João Farias Rovati*

---

## *Procedimento e linha de pesquisa*

A noção de evolução urbana é frequentemente empregada no Brasil em pelo menos dois espaços discursivos. Em um deles, é evocada como método ou procedimento analítico, cujo objetivo principal é subsidiar a elaboração de planos e projetos urbanísticos. Os enfoques e a abrangência dos estudos situados nesse âmbito são muito diversos. Vão da elaboração de mapas, onde é representado o processo de crescimento de um setor urbano, cidade ou região, à elaboração de longos relatórios. Esse é um lugar ocupado, sobretudo, embora não exclusivamente, por arquitetos, urbanistas e planejadores do urbano. No outro

espaço, integrado por professores e pesquisadores de diferentes origens disciplinares, a noção aparece em programas de ensino de graduação e pós-graduação, em relatórios, teses e dissertações, como constata inventários da pesquisa realizada na área de estudos urbanos (Valladares et al., 1991; Sant'Anna et al., 2001). Também aí os enfoques são muito variados.

Tais espaços discursivos, evidentemente, não são estanques. Um estudo de evolução urbana, realizado a partir de abordagem acadêmica, pode se tornar referência para a elaboração de um

---

\* Este artigo tem por base os resultados parciais de pesquisa iniciada em março de 2006, realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS): "Os estudos de evolução urbana como abordagem da cidade", e foi apresentado no XII Encontro Nacional da ANPUR (Belém, 21-25 de maio de 2007). O título foi alterado por sugestão da Comissão Editorial dos *Cadernos IPPUR*.

plano urbanístico. Um trabalho realizado por consultores ou técnicos municipais, com perspectiva estritamente operacional, pode se tornar referência para a pesquisa acadêmica.

Um traço marcante e comum aos dois espaços discursivos brevemente caracterizados é a farta utilização de imagens, especialmente desenhos e fotografias. Em outros termos, trata-se de uma narrativa em que a iconografia comparece como aspecto integrante do discurso, e não como ilustração ou complemento da palavra. Aliás, bem ao contrário disso, em alguns desses estudos as palavras têm menos força que as imagens.

Cito dois trabalhos que me parecem exemplificar bem a *démarche* que acabo de situar: *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, de Maurício Abreu (1987), e *Porto Alegre e sua evolução urbana*, de Célia Ferraz de Souza e Doris Maria Müller (1997).

Sem propor aqui qualquer comparação quanto a seus conteúdos, chamo a atenção para algo que esses trabalhos têm em comum: um discurso que articula texto e imagem, pautado pela busca da síntese, assentado na reunião de informações originadas de fontes muito diversas.

Cabe assinalar, e não apenas como curiosidade, que os trabalhos de Abreu

e de Souza e Müller foram concluídos no mesmo ano de 1978. Um levou quase dez anos para ser publicado em livro, outro, quase vinte.

O trabalho de Abreu derivou-se de pesquisa de escopo mais abrangente, que o autor realizou para o Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Portanto, originalmente, era parte de um relatório de pesquisa (Abreu, 1987, p. 9). A publicação do livro que daí resultou foi apoiada pelo IplanRio, como que a testemunhar a importância da obra para a cidade e para seu planejamento.

O livro de Souza e Müller também se originou de relatório de pesquisa, elaborado para a Secretaria de Planejamento Municipal de Porto Alegre. Era parte de um extenso conjunto de estudos contratados pela prefeitura nos anos 1977-1978, realizados com o declarado objetivo de subsidiar a elaboração do novo Plano Diretor da cidade, aprovado em 1979 (Souza e Müller, 1997, p. 9).

Há algo que distingue, entretanto, os dois estudos. Abreu confessa que seu livro, em certa medida, foi obra do acaso: seu trabalho não tinha como objetivo, inicialmente, tratar da “evolução urbana” do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Souza e Müller, ao contrário, foram especificamente contratadas para abordar tal questão. O re-

<sup>1</sup> “O objetivo inicial da pesquisa era o estudo da influência das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população de baixa renda na Área Metropolitana do Rio de Janeiro. E foi nesta direção que eu e Olga Bronstein, responsáveis por sua elaboração, encaminhamos inicialmente o estudo. Na divisão de trabalho que se seguiu, a mim foi confiada a tarefa de buscar elementos históricos que servissem de ponto de partida para a discussão da estrutura urbana atual da metrópole carioca. A partir daí, o estudo tal como o havíamos imaginado começou a mudar de direção” (Abreu, 1987, p. 9).

latório que redigiram intitulou-se “Porto Alegre, análise de sua evolução” (Souza e Müller, 1978). O estudo operou um “modelo” já debatido e experimentado

no âmbito acadêmico, cujo exame, em 1974, renderia à Doris Maria Müller o título de Livre-Docente em Evolução Urbana.

### ***A evolução urbana no Rio Grande do Sul***

Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a arquiteta Doris Maria Müller (1925-2000) ministrou aulas de evolução urbana por quase três décadas. Na graduação, desde os anos 1970, ao lado de Célia Ferraz de Souza, foi responsável pelos conteúdos de uma disciplina também denominada Evolução Urbana. Esse era, também, o nome da disciplina que ministrou no curso de urbanismo que existiu na mesma Faculdade entre 1954 e 1972 – um curso de pós-graduação *lato sensu* ou de especialização, como talvez fosse definido nos dias de hoje. Müller pertenceu ainda ao primeiro corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur) daquela mesma Universidade. A partir de 1971, no Propur, igualmente ministrou aulas de evolução urbana, em disciplina denominada História da Cidade e do Urbanismo, cujo programa era assim resumido: “Análise histórica da evolução das cida-

des nas diferentes civilizações desde a Antiguidade. A cidade e a cultura. Urbanismo no Brasil” (Propur, 1970, p. 34).

Célia Ferraz de Souza, também arquiteta, tornou-se professora da UFRGS em 1972, ano em que a Evolução Urbana passou a fazer parte do currículo do curso de arquitetura; desde então, ali ministra aulas nessa disciplina. Em 1977, obteve o título de mestre em planejamento urbano e regional pelo Propur. Foi aluna de Doris Maria Müller, que participou de sua banca de mestrado. A noção de “estrutura urbana”, uma das mais freqüentemente evocadas em estudos de evolução urbana<sup>2</sup>, ocupa lugar central na dissertação de Souza (1977). Há poucos anos, ela foi autora de um dos capítulos do *Atlas Ambiental de Porto Alegre*, intitulado “Evolução urbana: dos arraiais à metrópole” (1998), o que de alguma maneira testemunha a vitalidade e a atualidade dessa abordagem no Rio Grande do Sul<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Abreu (1987, p. 11): “Um trabalho que vise analisar o processo de evolução de qualquer cidade a partir de sua organização atual é, por definição, um estudo dinâmico de estrutura urbana”.

<sup>3</sup> Foge aos propósitos deste artigo fazer um balanço da literatura assentada na análise da “evolução urbana”; apenas para sublinhar a atualidade, diversidade e alcance dessa abordagem, cito, nas referências, trabalhos publicados nos últimos anos no Rio Grande do Sul (Borges, 2001), em São Paulo (Lima, 2002) e no Paraná (Garcez, 2006), todos de alguma maneira associados ao espaço acadêmico.

Do presente para o passado, e sem que essa constatação implique necessariamente no estabelecimento de linhas de afinidade teórico-conceituais, pode-se dizer que Célia Ferraz de Souza deu continuidade ao trabalho de Doris Maria Müller, que, por sua vez, prosseguiu o trabalho iniciado por outros importantes personagens dos mundos acadêmico e profissional local: Demétrio Ribeiro, Luiz Arthur Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva.

Doris Maria Müller diplomou-se engenheira-arquiteta, em Porto Alegre, no ano de 1952. Em 1955, na mesma cidade, concluiu o curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura. Como já mencionado, o programa desse curso incluía uma disciplina denominada Evolução Urbana, ministrada por Demétrio Ribeiro desde 1954. Müller, portanto, foi aluna de Ribeiro. Em 1957, ela o substituiu temporariamente na cátedra de Evolução Urbana do curso de urbanismo. A partir de 1965, após o afastamento de Ribeiro da Universidade, por ato do regime militar, tornou-se titular da disciplina.

Em 1974, no trabalho que apresentou para a obtenção da Livre-Docência em Evolução Urbana, *Crescimento urbano: um instrumento de trabalho aplicado ao Vale do Taquari*, Müller propõe e testa um “modelo” para o estudo da evolução urbana. Esse modelo já fora esboçado em 1970, em pesquisa realizada por encomenda do governo do Rio Grande do Sul visando à formulação de uma política regional de desenvolvimento urbano (PDU, 1970-1975).

O quadro de referências disciplinares, teóricas e conceituais desse modelo (Müller, 1976, p. 31-43) evoca alguns nomes que merecem ser aqui pelo menos citados. Estudos urbanos privilegiando abordagens da geografia e da economia ocupam ali o lugar mais relevante. São mencionados, por exemplo, trabalhos de John Alexander, William Alonso, Jacqueline Beaujeu-Garnier, Georges Chabot, Richard Chorley, Pierre George, Chauncy D. Harris, Bert Hose-litz, Walter Izard, Rui Aguiar da Silva Leme, Pedro Paz, Marie-Andrée Prost, Octávio Rodriguez, Bernardo Secchi, Louis Trotier e Edward Ullman. Além desses, são citados estudos difíceis de classificar sob uma mesma rubrica, como os de autoria de Charles West Churchman, John Friedmann e Constantinos Doxiadis, que tratam da teoria dos sistemas, do planejamento e da “ciência” dos estabelecimentos humanos. Entre os trabalhos citados por Müller cabe destacar, ainda, *Evolución urbanística, una teoría de la ciudad en la historia*, de Patrício H. Randle (1972) – na época, titular da cátedra de mesmo nome na Universidade de Buenos Aires –, que, como revela o subtítulo de seu livro, propunha então uma abrangente reflexão teórica sobre o lugar da cidade na história.

Um dos pontos centrais do modelo proposto por Müller é a “lei geral” do crescimento urbano. “O modelo”, explica, “baseia-se numa lei que pode ser chamada de geral, pois na amplitude de sua formulação, compreende todos os aspectos do crescimento urbano, seja ele positivo, negativo ou referente aos casos extremos do início ou extinção de um

núcleo". Tal lei é assim definida: "Um núcleo urbano sofre modificações quantitativas ou qualitativas em sua população, quando ocorrem mudanças quantitativas ou qualitativas em suas funções" (Müller, 1976, p. 31). Essa hipótese, sem pretensão de originalidade, aparece no trabalho de Müller como síntese de suas leituras teóricas.

Apenas para situar algumas linhas de ruptura e continuidade entre as trajetórias abordadas, registro que a hipótese da "lei geral" do crescimento urbano também está presente no relatório redigido por Souza e Müller em 1978.

Em sua dissertação de Livre-Docência, Müller (1976, p. 19) diz que, "sob a denominação de evolução urbana", poderiam ser considerados pelo menos "quatro grupos de contribuições"; resumidamente: (i) o enfoque da história das cidades; (ii) o enfoque da história do urbanismo; (iii) as "análises monográficas de cidades, em especial aquelas realizadas por urbanistas em preparação a planos"; (iv) "os estudos de teoria do crescimento urbano, em parte esparsos e setoriais, de geógrafos, economistas e sociólogos, em parte, tomando corpo

nos dois últimos decênios como integrantes da *ekistics*" – neste último caso, evocando o termo criado por Constantinos Doxiadis para designar a "ciência do aglomerado urbano". A própria autora classifica seu trabalho como contribuição situada "nas duas últimas categorias".

O trabalho de Souza estabelece claras relações de continuidade com o modelo anteriormente resumido: "A evolução urbana da cidade ao longo da história", escreve em 1998, "pode ser entendida a partir da relação existente entre variação de população (acréscimos e decréscimos) e funções urbanas". Contudo, seu interesse privilegia os enfoques da história da cidade e do urbanismo, isto é, precisamente os "grupos de contribuições" que não foram priorizados no citado trabalho de Müller. A abordagem da evolução urbana interessa a Souza, sobretudo para compreender como a "variação das funções" se refletiria "na configuração das estruturas e da morfologia urbana" e "na concepção arquitetônica das edificações" (Souza, 1998, p. 99). Desse ponto de vista, as preocupações de Souza, como veremos adiante, revelam-se mais próximas daquelas que orientaram o trabalho de Demétrio Ribeiro.

---

## ***Pioneiros***

Por mais de meio século, Demétrio Ribeiro Neto (1916-2003) foi uma referência profissional e intelectual em Porto Alegre, por suas realizações como arquiteto e urbanista, por sua atuação como docente e por sua militância política,

exercida especialmente em entidades de classe, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB).

Originário de uma família de estancieiros, Ribeiro tinha o mesmo nome do

avô, professor de matemática de convicções positivistas, ministro da Agricultura nos primeiros anos da República. Nascido em Porto Alegre, Ribeiro tinha mãe francesa. Viveu a infância e a adolescência em Paris. De volta ao Brasil, em 1937, quis cursar arquitetura no Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Belas Artes, onde não foi aceito, segundo o seu próprio testemunho<sup>4</sup>, porque os estudos que realizara no liceu francês não foram considerados compatíveis com os programas de ensino em vigor no País. Matriculou-se, então, no curso de arquitetura da Universidade da República do Uruguai, onde obteve seu diploma em 1943.

Em Montevidéu, Ribeiro milita na seção local da Internacional Comunista e torna-se amigo de Mauricio Cravotto, um de seus professores da Faculdade de Arquitetura. Membro de uma família que cultivava o pensamento de Auguste Comte, Ribeiro passa a se interessar pelos escritos de Karl Marx. De Cravotto, espírito erudito de convicções anarquistas, Ribeiro teria recebido suas “melhores lições de arquitetura”.

Mauricio Cravotto (1893-1962), filho de imigrantes italianos, estudou arquitetura em Montevidéu, onde se diplomou em 1918. Sua trajetória acadêmica brilhante seria recompensada com dois prêmios: a Medalha de Ouro concedida pela Universidade da República, como melhor estudante daquela instituição, e o Grande Prêmio, como melhor aluno

do curso de arquitetura. Graças aos recursos que obteve com esses prêmios, Cravotto realiza uma longa viagem de estudos. Entre 1919 e 1921, conhece muitas cidades e visita um grande número de países – Argentina, Chile, Peru, Equador, Panamá, Estados Unidos (onde reside por oito meses, primeiro em Nova York, depois, na Califórnia), Inglaterra, Espanha, Bélgica, Itália (reside três meses em Roma), França (reside um ano em Paris).

Entre 1920 e 1921, além de frequentar o ateliê de Léon Jaussely, Cravotto tem aulas de *évolution des villes* com Marcel Poète. O ambiente intelectual parisiense e a figura de Poète marcariam de maneira decisiva sua trajetória profissional. Lembro que o nome de Poète está associado a episódios institucionais e intelectuais importantes para o urbanismo francês: em 1916, funda o Instituto de História, Geografia e Economia Urbanas da Biblioteca Histórica da Cidade de Paris; em 1919, cria a revista *Vie urbaine*; ainda em 1919, é um dos fundadores da Escola de Altos Estudos Urbanos, instituição integrada à Sorbonne em 1924, que daria origem ao Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (IUP), hoje pertencente à Universidade de Paris-12 (Val-de-Marne).

De retorno a Montevidéu, Cravotto inicia uma relativamente curta mas prolífica trajetória acadêmica e profissional. Os projetos do Montevideo Rowing Club (1923), do Palácio Municipal (1929), do

<sup>4</sup> Entrevista concedida em agosto de 1995, como parte de pesquisa realizada para tese de doutorado (Rovati, 2001); outras notas biográficas apresentadas neste artigo têm por base a mesma pesquisa.



Hotel Rambla (1931) e da Biblioteca Nacional (1939), os *planos reguladores* de Montevideu e Mendoza (1940-1941), são algumas de suas realizações. Em 1922, torna-se professor da Faculdade de Arquitetura, instituição cujo programa de ensino seguia a tradição *beaux-arts* e que, na época, era dirigida por um arquiteto formado por aquela escola, o francês Joseph Paul Adrien Carré.

Cravotto iniciou sua trajetória docente no ateliê de Grandes Composições, como assistente de Carré. Em 1923, cria a disciplina Traçado das Cidades e Arquitetura Paisagista. Na primeira das quatro partes do programa desse curso eram tratados, entre outros, os seguintes temas: geografia geral, geografia humana, leis e fatores da vida coletiva, caráter e fisionomia das cidades, estruturas urbanas, história urbana, história do urbanismo, evolução dos aglomerados urbanos através do tempo. Tal era o bloco “conceitual e cultural” do curso, que prosseguia com o “estudo analítico” da cidade e de seus componentes, da “cidade moderna” e das técnicas urbanísticas contemporâneas. O interesse de Cravotto por esses temas o levaria a fundar, nos anos 1930, na Faculdade de Arquitetura, um Instituto de Urbanismo, em que dirige a realização de pesquisas, publica uma revista e organiza cursos. Na segunda metade dos anos 1940, suas idéias, consideradas “antigas” especialmente por estudantes partidários do movimento moderno, passam a ser fortemente contestadas. Em 1952, quando ainda não completara sessenta anos de idade, aposenta-se e praticamente encerra sua vida profissional.

As afinidades pessoais e profissionais de Demétrio Ribeiro com Cravotto revelam-se de maneira comedida, porém decisiva, em alguns episódios.

Diplomado, Ribeiro instala-se em Porto Alegre em 1944. Em 1945, integra o quadro docente do recém-fundado curso de arquitetura do Instituto de Belas Artes (IBA), sendo responsável pelo ateliê de Grandes Composições. Dirigente local do Partido Comunista (PCB), é obrigado a exilar-se por alguns meses em Montevideu, em 1947, ano em que o partido foi posto na ilegalidade. Cravotto o acolhe em sua casa. Aproveitando a estadia forçada no Uruguai, Ribeiro convida Cravotto para ministrar aulas a estudantes dos cursos de arquitetura e de urbanismo do IBA, o que se efetiva em 1948.

Ribeiro, como Cravotto, via com reservas o ideário estético do movimento moderno. Os projetos desses dois arquitetos, embora evocando expressões simbólicas distintas, parecem marcados por um mesmo desafio: conceber uma arquitetura “contemporânea” sem desconsiderar os ensinamentos da tradição historicista. Cravotto, que se definia um humanista, perseguiria esse objetivo balizado por sua sólida formação *beaux-arts*; Ribeiro o faria inspirado pela estética e pela ideologia do realismo socialista. Não por acaso, nos anos 1950, Ribeiro combateria publicamente o ideário estético dos “modernistas” brasileiros e encontraria na obra do arquiteto francês André Lurçat – um “moderno” crítico do movimento moderno (Cohen, 1997) – uma de suas principais referências.

Cravotto e Ribeiro foram, cada um a seu modo, pioneiros do urbanismo. Entenda-se bem: viam-se como protagonistas de um processo que implicava na construção de uma nova disciplina, de um novo campo do conhecimento, de uma nova profissão. E situavam-se, nesse terreno, sempre e claramente como arquitetos. Ali, no pequeno mundo da arquitetura, construíram seu espaço discursivo e, a partir dele, dialogaram com economistas, geógrafos, sociólogos, planejadores, cientistas, artistas, autoridades políticas. As trajetórias de Cravotto e Ribeiro, seus escritos e realizações, dão um bom testemunho desse posicionamento.

Ribeiro ministrou aulas de evolução urbana no curso de urbanismo da Faculdade de Arquitetura por cerca de uma década. Mas quase nada escreveu, especificamente, sobre o assunto. Sua disciplina, como resume o programa distribuído aos estudantes em 1960, envolvia aulas teóricas e práticas. As teóricas buscavam “ressaltar a historicidade dos fenômenos urbanos”, abordando a cidade como “manifestação da cultura material e intelectual de uma época”. Já as aulas práticas eram vistas como “estímulo à pesquisa” e ao desenvolvimento da “capacidade de interpretação dos fatos urbanos” (URGS, 1960, p. 19-20).

Contudo, não se iniciaram com Ribeiro o ensino e a abordagem da evolução urbana em Porto Alegre. No plano estritamente factual, aliás, esse percurso ainda precisa ser melhor esclarecido. Porém, sabemos com certeza que, desde o início dos anos 1930, o

tema interessou a outros personagens, particularmente a Luiz Arthur Ubatuba de Faria (1908-1954) e a Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981).

Ubatuba de Faria interessou-se pelo urbanismo desde jovem. Em 1926, aos dezoito anos de idade, quando era estudante da Escola de Engenharia de Porto Alegre (diplomou-se engenheiro civil em 1932), passou a trabalhar na Seção de Cadastro da Prefeitura. Naquela época, a cidade conhecia um amplo programa de reformas. Ubatuba de Faria o acompanhou de perto, participando dos trabalhos de levantamento cadastral e topográfico. Na repartição, interessou-se também por “mapas antigos”, pelo estudo das cidades, pela fotografia como arte e como ferramenta de trabalho. Tinha bons conhecimentos de francês e, após diplomar-se, colaborou discretamente com a Igreja Positivista de Porto Alegre.

No início dos anos 1930, na Seção de Cadastro, conheceu obras que teriam grande importância para a definição de seu destino profissional: *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*, de Francisco Prestes Maia (1930), e *Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento*, de Donat-Alfred Agache (1930).

O interesse de Ubatuba de Faria pelo urbanismo ganhou novo impulso em 1933, quando Edvaldo Pereira Paiva, na época estudante da Escola de Engenharia (onde, em 1935, obteve o diploma de engenheiro civil), foi contratado para reforçar a equipe da Seção de Cadastro.

Inicia-se ali uma relação de amizade e de estreita colaboração em torno de um objetivo: propor um “plano de conjunto” para Porto Alegre. A absoluta “necessidade” deste plano seria publicamente reclamada por Ubatuba de Faria ainda em 1933, em conferência proferida na Sociedade de Engenharia (Ubatuba de Faria, 1934). Nos anos seguintes, eles esboçam esse plano, descrito em relatório intitulado “Contribuição ao estudo da urbanização de Porto Alegre” (Paiva e Ubatuba de Faria, 1938). Fartamente ilustrado com fotografias de ruas da cidade, de mapas, de projetos e maquetes, esse documento reúne trabalhos conhecidos desde 1936, ano em que foram apresentados na “Exposição de Urbanismo” organizada pelos dois engenheiros<sup>5</sup>. Trata-se de um documento singular, uma colagem de estudos, planos e projetos, aparentemente escritos e concebidos individualmente, porém articulados com o mesmo “plano de conjunto”. Nele encontramos uma parte dedicada à “evolução da cidade de Porto Alegre” (redigida por Paiva), outra, ao “plano de avenidas” (também escrita por Paiva), um capítulo dedicado ao “novo bairro industrial” (este escrito por Ubatuba de Faria) e assim por diante. Em muitos escritos, e mesmo em alguns projetos, fica evidente a compilação de textos e o rebatimento de proposições de Prestes Maia e de Agache. É o que acontece na matéria que nos interessa mais de perto, dedicada à evolução urbana de Porto Alegre, inteiramente compilada da obra de Agache.

Inspirado na primeira parte do trabalho realizado por Agache para o Rio de Janeiro (1930, p. 43-113), Paiva apresenta sua análise em dois capítulos: um dedicado aos “componentes antropogeográficos de Porto Alegre”, outro, à “análise da situação urbana” (Paiva e Ubatuba de Faria, 1938, p. 5-30). Paiva segue, quase item por item, o roteiro que orientou a exposição de Agache. Aparece ali um discurso que persegue a síntese e que, para tanto, emprega palavras, tabelas e imagens (mapas, fotografias). Sem dúvida, Paiva toma a obra do arquiteto francês não apenas como um “plano”, mas como referência teórica e metodológica para a “análise da cidade”, e, nesse contexto, a noção de evolução urbana merece posição destacada.

No discurso de Agache, a noção de evolução urbana está associada ao mesmo tempo a um objeto de estudo e a um procedimento que antecede a elaboração do plano.

Na introdução de seu trabalho, Agache reproduz as cinco conferências que proferiu no Rio de Janeiro, em 1927. O tema da evolução urbana é ressaltado na conferência intitulada “Ensino e Propaganda do Urbanismo em França” (Agache, 1930, p. 37-42). Agache faz, inicialmente, um breve balanço da situação do ensino do urbanismo em seu país. Afirma que lá, “só em 1912 teve início o movimento urbanista”; evoca as experiências do Museu Social e da Escola de

<sup>5</sup> Dois desses trabalhos foram reproduzidos pelo *Boletim da Sociedade de Engenharia* (Ubatuba de Faria, 1936; Paiva, 1937).

Altos Estudos Urbanos; refere-se à criação, em 1924, do Instituto de Urbanismo de Paris e descreve suas cinco “secções” de ensino: evolução da cidade (i); organização social (ii), econômica (iii) e administrativa (iv) da cidade; arte e técnica na construção da cidade (v). Ao explicar cada uma dessas “secções”, a de evolução urbana merece particular destaque. “Esta secção, mais histórica”, observa Agache, “estuda a origem e a transformação de todas as organizações urbanas”. A cidade é comparada a um “ser vivo que, por transições mais ou menos notáveis, percorre uma série de ‘etapas’, que o urbanista deve notar”. Cada uma dessas etapas deve ser abordada em sua integralidade, relacionando a “fisionomia” da cidade a aspectos sociais e econômicos. A seguir, Agache enumera, em longa lista, os temas que deveriam ser considerados nesse tipo de estudo, desde as “primeiras aglomerações humanas da idade da pedra lascada” à cidade da “era da manufaturas” (ibid., p. 39-40).

Contudo, para Agache, o estudo da evolução tem também (especialmente no caso do plano para o Rio de Janeiro) um valor operacional. É o ponto de partida, “a base” para a proposição do plano: “É absolutamente necessário conhecer os fatores históricos que governam o passado de uma cidade antes de estudar os fatores que deverão governá-la no futuro” (ibid., p. 45).

Sempre inspirado em Agache, Paiva assim descreve o ponto de vista que, preliminarmente, deveria ser adotado pelo urbanista na concepção de um plano de conjunto para Porto Alegre:

Em primeiro lugar, os encarregados desse trabalho devem ter um conhecimento profundo da história e da geografia da capital gaúcha. Devem ser compilados todos os dados sobre a origem e o desenvolvimento da cidade. O estudo da estatística é necessário porque devemos nos basear no passado para podermos prever o futuro. [E prossegue, agora tratando do presente] Em segundo lugar, esses encarregados devem fazer uma análise completa das condições de vida da cidade, de suas tendências de crescimento, de seus diferentes elementos. (Paiva e Ubatuba de Faria, 1938, p. 2)

Porto Alegre, enfim, é o objeto de estudo. A compilação de dados sobre o seu passado e o estudo de suas “condições atuais”, nessa ordem, é o método para compreendê-la. Como resultado, formula-se uma hipótese sobre sua “evolução”. Apresentada na primeira parte do trabalho de Paiva e Ubatuba de Faria, tal hipótese – sistematicamente retomada ao longo do plano de conjunto – orienta, justifica e articula proposições.

Poucos anos depois, Ubatuba de Faria (1940, p. 344-353) publica os resultados de seu próprio exercício do método, no artigo “Evolução Urbana de Porto Alegre”. Reaparece aqui a narrativa que combina palavras e imagens; o discurso que se serve da geografia e da história para produzir uma síntese que identifica e qualifica tendências de crescimento da cidade. E sublinha-se, mais uma vez, o grande valor do estudo das

“origens” da cidade para o urbanista: “É esse passado, e só ele, que poderá dar ao urbanista a compreensão exata dos complexos problemas do presente. E os fatos que a memória esquece, os relatórios arquivam e, em qualquer época, nos fazem lembrá-los” (ibid., p. 353).

Ao abordar a evolução urbana de Porto Alegre, Paiva e Ubatuba de Faria operam, portanto, em duas direções: como “cientistas”, descortinam um processo velado pela realidade do presente; como “urbanistas”, praticam um método que explica e justifica suas proposições.

Esse entendimento, particularmente no que se refere a Paiva, será reforçado nos anos 1940, época em que o percurso dos dois engenheiros segue direções diferentes.

Ao longo dos anos 1930, as qualidades de Ubatuba de Faria como urbanista (mais do que as de Paiva) ganham grande visibilidade. Ubatuba de Faria é freqüentemente convidado pela imprensa para opinar sobre os “problemas” da cidade e recebe novas propostas de trabalho. Em 1937, transfere-se para o recém-criado Departamento de Balneários, órgão do governo estadual. No mesmo ano, é contratado pelo Instituto Nacional de Estatística, para participar do levantamento aerofotogramétrico do Rio Grande do Sul. Ainda por essa época, trabalhando para o Departamento de Balneários, ou por encomenda de particulares, elabora uma série de planos para núcleos urbanos litorâneos – Atlântida, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Pinhal, Oásis, entre outros. Em 1942, realiza via-

gem de estudos a cidades balneárias do Uruguai e da Argentina. Em Montevidéu, visita o Instituto de Urbanismo e conhece Mauricio Cravotto. A partir de 1945, integra o corpo docente do IBA, onde é responsável por quatro disciplinas: Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades (cursos de arquitetura e de urbanismo), Urbanologia, Arquitetura Paisagística e Organização Social das Cidades (curso de urbanismo). Em 1952, quando é criada a Faculdade de Arquitetura (que incorporou os cursos de arquitetura e de urbanismo do IBA), passa a ministrar ali a disciplina Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades. Mas sua atividade nessa Faculdade foi breve. Ubatuba de Faria falece, em 1954, aos quarenta e cinco anos de idade.

Edvaldo Pereira Paiva, desde estudante, mostrou interesse pela militância política. Em 1931, chegou a participar de uma rocambolesca ocupação armada da Escola de Engenharia, quando os alunos protestaram contra os conceitos de um professor de cálculo integral. Próximo do PCB (partido ao qual se integrará no final dos anos 1930), o estudante Paiva publicou alguns artigos inspirados em textos de Karl Marx na revista *TAS* (abreviação de “tese, antítese, síntese”). Nesse período, participou ativamente da luta por meia-entrada nos cinemas e, em 1935, foi um dos fundadores da Federação dos Estudantes Universitários, o “Diretório Central” da época.

Após ter se diplomado engenheiro, Paiva dedicou-se integralmente a seu trabalho na Seção de Cadastro da Prefeitura. Seu projeto, por esses anos, era

conceber (ao lado de Ubatuba de Faria) e implementar um “plano de conjunto” para a cidade. No entanto, tal objetivo sofreu um duro revés em dezembro de 1938, quando o prefeito José Loureiro da Silva contratou o arquiteto Arnaldo Gladosch para elaborar o “plano diretor” da cidade. A principal credencial apresentada pelo prefeito para justificar tal contratação era o fato de Gladosch ter colaborado com Agache na elaboração do plano do Rio de Janeiro.

Sentindo-se desvalorizado, Paiva parte, em 1941, para Montevidéu, a fim de estudar “urbanismo”, contando para tanto com o apoio financeiro da municipalidade. No Uruguai, conhece Mauricio Cravotto e Demétrio Ribeiro. Nas aulas que frequentou, na literatura que consultou, no contato com militantes comunistas uruguaios, Paiva vê fortalecida sua convicção da importância da evolução urbana para a “ciência urbanística”. De volta a Porto Alegre, escreverá diversos artigos tratando do tema e, de maneira que se revelaria definitiva, faz do estudo da evolução urbana a pedra angular do seu urbanismo.

Entretanto, desde sua estadia em Montevidéu, Paiva passa a abordar a evolução urbana como capítulo do *survey* – ou do *expediente urbano*, como se tornaria conhecido esse procedimento entre os urbanistas locais. Ainda em Montevidéu, esboça o expediente urbano de Porto Alegre, mais tarde publicado em livro (Paiva, 1943a). Nessa época, publica diversos artigos tratando do assunto, em que o tema da evolução urbana aparece de forma recorrente.

Ao longo dos anos 1940, como ocorreu com Ribeiro e Ubatuba de Faria, torna-se professor dos cursos de arquitetura e de urbanismo do IBA e, em 1952, da Faculdade de Arquitetura. Entre 1944 e 1953, vivendo um prolongado conflito com a orientação política da municipalidade, não ocupa postos de importância na prefeitura. Nesse período, coordena a elaboração de cinco planos “diretores”: Uruguiana (1944-1945), Lageado (1948-1949), Florianópolis (1951), Passo Fundo e Caxias do Sul (1952-1953). Em 1954, quando Leonel Brizola assume o comando do governo municipal, passa a coordenar o processo de elaboração do Plano Diretor de Porto Alegre, aprovado em 1959. Em 1965, após ser afastado de suas funções na Universidade por ato do governo militar, transfere-se para Montevidéu, onde trabalha na Universidade da República até 1971.

No curso de urbanismo do IBA, Paiva era responsável por duas disciplinas: Teoria e Prática dos Planos de Cidades e Evolução Urbana. O “Pré-Plano da Cidade de Rio Grande”, trabalho de conclusão do curso de urbanismo realizado sob a orientação de Paiva e Ubatuba de Faria pelos estudantes diplomados em 1948 (Edgar Albuquerque Graeff, Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Corrêa), revela, de maneira exemplar, a importância então atribuída ao *expediente urbano*. Das nove pranchas apresentadas, sete sintetizam esse procedimento – duas delas exclusivamente dedicadas ao capítulo da “evolução”. O tema ocuparia lugar semelhante ou

ainda mais relevante em outros trabalhos realizados por Paiva, inclusive no contexto do projeto de uma “cidade

nova”, como foi o caso do plano de urbanização do Delta do Jacuí (Paiva et al., 1958).

---

### ***Planejar a evolução***

A passagem de Paiva por Montevidéu reorientaria alguns aspectos de sua abordagem da evolução urbana. Por um lado, ele a atualiza e sistematiza como procedimento; por outro, a reinterpreta com base no “materialismo dialético”.

Nos anos 1930, inspirado em Agache, Paiva escrevia que, para elaborar um plano de conjunto, o urbanista deveria conhecer e analisar, primeiro, a história, a geografia e as estatísticas da cidade e, a seguir, suas “condições de vida” no presente. No artigo “Origem e evolução de Porto Alegre” (1942), um dos primeiros que publicou depois de seu retorno do Uruguai, ele retoma essa questão de método e apresenta sua nova leitura do problema.

“Quando se tem em vista organizar o plano diretor de uma cidade”, inicia Paiva, “é indispensável conhecer os seus antecedentes, a sua origem e evolução”. E prossegue:

Através dessa análise histórica, à base do conhecimento que intervieram nesse sentido, poderemos encontrar a *lei interna de desenvolvimento extensivo* da aglomeração. Dessa maneira, poderemos pôr em evidência o *caráter* e a *forma* que disso resultou para a cidade. (Paiva, 1942, p. 107)

Paiva não dá maiores explicações sobre tal “lei interna”, neste artigo ou em qualquer outro. Sua referência “teórica”, neste caso, sem dúvida é Léon Jaussely, cuja obra lhe fora apresentada por Cravotto. Mas Paiva pratica o método e, no final de seu artigo, assim descreve a lei do desenvolvimento extensivo de Porto Alegre:

A partir de um núcleo primitivo, localizado no extremo da península, a cidade foi se estendendo fragmentariamente, ao longo de caminhos radiais de penetração, à base de um sistema de divisão de terras em “quarteirões” herdado da época colonial. Essa forma de desenvolvimento extensivo deu como resultado uma exagerada e inharmônica evolução urbana. (Ibid., p. 114)

Sublinhe-se a importância adquirida pela noção de evolução urbana nesse contexto discursivo: ao constatar uma “exagerada e inharmônica” evolução urbana, de fato Paiva evoca a hipótese de que deve haver outra, parcimoniosa e harmônica.

O método, contudo, não se resume ao exame dos “antecedentes” da cidade. É preciso, também, “conhecer as

características, medidas e interdependências dos fatos urbanos atuais” (ibid., p. 106). De maneira menos aleatória do que nos trabalhos inspirados em Agache, reaparecem no expediente urbano os traços da geografia urbana francesa e da tradição monográfica iniciada por Raoul Blanchard e Antoine Vacher.

Tendo por base os estudos realizados por Poëte e seus contemporâneos, e à luz das interpretações de Agache ou de Cravotto, a história e a geografia urbana ocupariam posição determinante no método operado por Paiva, antes e depois de sua viagem a Montevidéu. Contudo, a partir de 1941, a análise dos resultados dessa operação ganha um novo componente.

No Uruguai, dois escritos – um de Wladimiro Acosta, *Vivienda y ciudad* (1936), outro de Josef Stalin, “Sobre el materialismo dialéctico y el materialismo histórico” (1941) – parecem ter impressionado Paiva de maneira particular. No primeiro, de autoria de um arquiteto nascido na Rússia (Wladimir Konstantinovsky) e radicado na Argentina, Paiva encontraria inspiração para um “método ideológico” de abordagem da “ciência urbanística” (Paiva, 1943b, p. 13). No segundo, que jamais citou em seus trabalhos, encontraria base para sua visão das ciências e, particularmente, da “evolução”.

“O método dialético”, como era definido por Stalin no texto publicado pela primeira vez em 1938, “não concebe o processo de desenvolvimento como um movimento circular, simples retomada de um caminho já percorrido”. A dialética,

segundo Stalin, conceberia tal processo “como movimento progressivo, que lembra uma espiral ascendente, como a passagem do velho estado quantitativo ao novo estado qualitativo, como evolução do simples ao complexo, do inferior ao superior” (Staline, 1941, p. 638).

Os escritos de Paiva, inclusive os poucos publicados antes de 1941, são marcados por essa compreensão progressiva e finalista da marcha da natureza e das sociedades humanas. Nos anos 1930, diria que seu plano de conjunto para Porto Alegre buscava contribuir para “a continuidade da curva de progresso da cidade” (Paiva e Ubatuba de Faria, 1938, p. 2). Nos anos 1950, tratando do processo de urbanização no Rio Grande do Sul, definiria as primeiras aglomerações surgidas na região como “organismos simples” que, com o passar dos anos, tornaram-se “complexos” (Paiva, 1954, p. 92). Os “núcleos urbanos criados no Brasil nos últimos cinquenta anos”, escreveu em outro artigo, estariam se transformando em “asilos de imensas populações marginalizadas, que não oferecem nenhuma condição decente de trabalho e abrigo” – constatação que o levaria a concluir que “não houve progresso; houve mudança quantitativa, mas não qualitativa” (Paiva, 1959, p. 79).

Inspirado no trabalho de Wladimiro Acosta, Paiva construiria sua síntese “da” evolução urbana, apresentada na conferência “Urbanismo, ensaio de interpretação social” (Paiva, 1943b).

Apoiando-se em trabalhos de Pierre Lavedan e Marcel Poëte, Paiva sustenta



que a cidade se desenvolveu de maneira contínua da Antiguidade à Idade Média, etapa da história em que teria sofrido uma “retrogradação”. A partir do Renascimento, a cidade teria retomado sua marcha progressiva em linha ascendente até o presente, quando “condensa toda a ciência e toda a técnica”. Porém, na hora atual, a humanidade conheceria uma “etapa de transição”, que a conduziria do capitalismo ao socialismo. “Da perspectiva histórica”, escreve Paiva em outra passagem, a cidade seria o “reflexo mais fiel, tanto por sua forma plástica, como por seu conteúdo social, da vida coletiva de cada etapa da evolução humana”. No “estádio atual”, entretanto, tal forma já não mais corresponderia ao seu conteúdo. Toda passagem de uma etapa da história a outra seria acompanhada, para a sociedade humana, de

uma “mutação”, caracterizada por “mudanças qualitativas”. Tal processo, conclui, seria vivido com inquietação pela humanidade, mas a conduziria, finalmente, ao “progresso” – momento culminante da marcha da evolução (ibid., passim).

O que poderia fazer o urbanista diante desse quadro? Após seu retorno de Montevidéu, todo o trabalho de Paiva seria marcado por essa pergunta. Suas respostas, muitas vezes incoerentes, incompletas e ambíguas, de toda maneira colocam a “evolução” no centro do debate. Como sugere em diversos artigos e memoriais dos planos que concebeu desde então, seu desafio como urbanista, mais do que elaborar planos, seria contribuir para o “planejamento da evolução das cidades” (Paiva, 1945, p. 25).

---

## *De volta ao século XXI*

Há setenta anos são realizados estudos de evolução em Porto Alegre, como espécie de preliminar para a elaboração de planos urbanísticos. Desde 1947, há sessenta anos, portanto, tal abordagem tem ali um estatuto de disciplina universitária.

Transitando da cidade como “problema” à cidade como objeto de estudo, essa abordagem parece manter algum vigor neste início de século XXI. Sua trajetória, marcada por certo sincretismo teórico e conceitual, revela, contudo, notáveis linhas de continuidade.

A geografia francesa da primeira metade do século XX, seus métodos cartesianos – o estudo do sítio, da fisionomia e das estruturas urbanas, de sua inserção regional – e suas monografias sedutoras; o tratamento da cidade como “organismo” ou “Ser coletivo”, como fazia Marcel Poète; as improváveis articulações entre forma e conteúdo, quantidade e qualidade, de certa dialética: este espaço discursivo, valorizado por cientistas (da natureza e do social) e por urbanistas filiados a diferentes ideologias e correntes filosóficas, parece ter encontrado, no Rio Grande do Sul, fiéis interlocutores.

Os estudos de evolução urbana realizados ali – e esta é uma hipótese – não cansam de atualizá-lo. A banalidade das conclusões de alguns desses trabalhos parece resistir, teimosamente, à prova do tempo. Isto talvez porque essa abordagem carregue consigo, e com certo pioneirismo, a pretensão de considerar a cidade

como totalidade e, ao mesmo tempo, como lugar que somente revela seus principais traços quando é relacionado a dinâmicas socioespaciais globais e de longa duração. Ou ainda talvez porque se teça ali um discurso que, associando palavras e ícones, conceitos e imagens, não se destina somente a iniciados.

---

## Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; IplanRio, 1987.

ACOSTA, Wladimiro. *Vivienda y ciudad. Problemas de arquitectura contemporánea*. Buenos Aires: Ignacio Aresti, 1936.

AGACHE, Donat-Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, remodelação, embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

BORGES, Maria Neli Ferreira. *História de Vacaria: evolução urbana e formação de bairros*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2001.

COHEN, Jean-Louis. *André Lurçat (1894-1971): autocritique d'un moderne*. Liège: Pierre Mardaga, 1997.

GARCEZ, Luiz Armando. *Curitiba. Evolução urbana*. Curitiba, Rio de Janeiro: s. n., 2006.

LIMA, Daniela Morelli de. *Americana em um século: a evolução urbana de uma cidade industrial de porte médio*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de São Paulo, 1930.

MÜLLER, Doris Maria. *Crescimento urbano: um instrumento de análise aplicado ao Vale do Taquari*. Porto Alegre, 1976. Tese (Livre-Docência) – Propur/UFRGS, Porto Alegre, 1976.

PAIVA, Edvaldo Pereira. Novo bairro residencial. *Boletim da Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 21, p. 137-153, jul. 1937.

\_\_\_\_\_. Origem e evolução de Porto Alegre. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, 10, p. 107-122, jan./abr. 1942.

\_\_\_\_\_. *Expediente urbano de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1943a.

\_\_\_\_\_. *Urbanismo, ensaio de interpretação social*. Porto Alegre, 1943b. (Reprodução de conferência realizada na Sociedade de Engenharia nos dias 26 de maio e 2 de junho de 1943). Mimeo.

\_\_\_\_\_. A ciência urbanística e a realidade brasileira (V). *Horizonte* (28/IV), Porto Alegre, p. 88-92, maio/ago. 1954.

\_\_\_\_\_. A urbanística e a realidade brasileira (II). *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre: Ceua, 2, p. 59-125, 1959.

PAIVA, Edvaldo Pereira et al. *Delta do Jacuí. Plano Piloto*. Porto Alegre: Globo, 1958.

PAIVA, Edvaldo Pereira; RIBEIRO, Demétrio. Plano Diretor de Uruguaiana. *Revista de Engenharia do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1, p. 25-42, jun. 1945.

PAIVA, Edvaldo Pereira; UBATUBA DE FARIA, Luiz Arthur. *Contribuição ao estudo da urbanização de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1938. (Relatório, plano de conjunto, coletânea de estudos e projetos). Mimeo.

PDU - PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Porto Alegre, UFRGS, 1970-1975. 5 v. (Relatório; acordo de cooperação Sude-sul/ Serphau/Governo do Estado do Rio Grande do Sul).

PROPUR. Projeto de curso de mestrado em planejamento urbano e regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Porto Alegre, 1970. Doc. datil.

RANDLE, Patrício H. *Evolución urbanística. Una teoría de la ciudad en la historia*. Buenos Aires: Eudeba, 1972.

ROVATI, João Farias. *La modernité est ailleurs: "ordre et progrès" dans l'urbanisme d'Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981)*.

Paris, 2001. Tese (Doutoramento) – Universidade de Paris-8, Paris. 2001.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel; LIMA JÚNIOR, Carlos Augusto Ferreira. (Org.). *Quem faz a pesquisa urbana no Brasil?* Rio de Janeiro: Urbandata-Brasil, 2001.

SOUZA, Célia Ferraz de. *Análise das estruturas urbanas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1977. Dissertação (Mestrado) – UFRGS/Propur, Porto Alegre. 1977.

\_\_\_\_\_. Evolução urbana: dos arraiais à metrópole. In: MENEGAT, Rualdo et al. (Org.). *Atlas ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal, 1998. p. 99-106.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Doris Maria. *Porto Alegre, análise de sua evolução*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1978. (Relatório de pesquisa para a reavaliação do Plano Diretor).

\_\_\_\_\_. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

STALINE, Iossif Vissarionovitch. Sobre el materialismo dialéctico y el materialismo histórico. In: *Cuestiones del leninismo*. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1941. p. 635-666.

UBATUBA DE FARIA, Luiz Arthur. Cadastro e urbanismo. *Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul*, 6, p. 32-41, jan. 1934. (Transcrição parcial de palestra realizada na Sociedade de Engenharia em 31 de agosto de 1933).

\_\_\_\_\_. Urbanização da Várzea do Gravataí. *Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul*, 11, p. 51-95, jan. 1936. (Trabalho apresentado na Sociedade de Engenharia em 19 de setembro de 1935).

\_\_\_\_\_. A evolução urbana de Porto Alegre. In: FRANCO, Álvaro et al. (Org.). *Porto Alegre, biografia de uma cidade*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1940. p. 344-353.

URGS – UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. *Curso de urbanismo*. Porto Alegre: URGs, Faculdade de Arquitetura, 1960. Folheto.

VALLADARES, Lícia do Prado; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel; CAILLAUX, Ana Maria Lustosa. (Org.). *1001 teses sobre o Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Iuperj; São Paulo: Anpur, 1991.

## **Resumo**

O propósito de descrever e analisar a *evolução* de um bairro ou cidade tem animado a realização de um grande número de trabalhos, geralmente classificados como *estudos de evolução urbana*. O artigo revisita os caminhos desta abordagem no Rio Grande do Sul, desde os anos 1930. No quadro esboçado, destaca-se um de seus principais traços: o enfoque da cidade como *problema* e, ao mesmo tempo, como *objeto de estudo*.

**Palavras-chave:** evolução urbana, urbanismo, planejamento urbano, Rio Grande do Sul.

## **Abstract**

The purpose of describing and analyzing the *evolution* of a neighborhood or a city has generated a large number of studies, broadly classified as *studies on urban evolution*. This article revisits the how this approach was applied in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, since the 1930s. The approach of the city as a *problem* and, at the same time, as a *subject for research* is emphasized.

**Keywords:** urban evolution, urbanism, urban planning, Rio Grande do Sul.

---

Recebido em maio de 2007. Aprovado para publicação em setembro de 2007

**João Farias Rovati** é arquiteto e urbanista, Doutor em Projeto Arquitetônico e Urbanístico (Paris-VIII, França), professor da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

---

# Música e ação no Rio de Janeiro a partir dos anos 1990: vozes insurgentes na cidade

*Anita Loureiro de Oliveira*

---

## *Cidade, música, ação!*

Aproximar a produção teórica sobre o *urbano* da rica experiência do senso comum é o objetivo principal deste trabalho, que pretende apresentar, através da emoção contida na recente produção musical carioca, a luta insurgente pela co-presença e a disputa de projetos que dão densidade à vida urbana. Como recurso operacional de apreensão da experiência social, a música torna a análise sensível às circunstâncias do *Outro*, permitindo o reconhecimento de práticas, identidades e territorialidades que expressam no urbano a possibilidade do diálogo e da legitimação das diferenças. Reconhecer o valor prático do senso comum, experiência pouco valorizada pelo

pensamento hegemônico, e os novos processos de organização que transformam o sentido e a direção das lutas pela apropriação do espaço urbano é parte de um esforço coletivo de tentar consolidar uma nova episteme, dialógica e necessária para revelar e desvendar a complexidade do (e com o) *Outro*<sup>1</sup>.

A música contribui para uma abordagem singular da vida na cidade, por meio da dimensão imaterial, expressa na ação. Apropriações, encontros e festas, que fazem parte da construção do humano, se revelam a partir das práticas musicais e mostram a cidade a partir dos sujeitos que a constituem. Com a música – sons,

---

<sup>1</sup> Essa reflexão teórico-metodológica desenvolvida e orientada pela professora Ana Clara Torres Ribeiro realiza-se no âmbito do Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (Lastro) – vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

versos, narrativas e personagens –, o sujeito reinventa o cotidiano e relata maneiras de viver e conviver na cidade.

Reconhecer a experiência urbana através da música é uma opção para alcançar os valores e visões de mundo que orientam a ação. A música, como arte, é criação, representação e comunicação, e, por isso, pode revelar a cidade como lugar da simultaneidade e do encontro (Lefebvre, 2001). Através da música é possível reconhecer a existência do *Outro* na cidade, a partir dos novos processos de organização e mobilização social compreendidos como possibilidades de libertação do sujeito. As escolhas do sujeito criativo permitem reconhecer maneiras de lutar, de rebelar-se, de revelar ou de conviver com o hegemônico – a cultura do dinheiro, calcada no individualismo, na competitividade e no consumismo alienante.

Trata-se de uma reflexão que tem como base teórico-metodológica a valorização do cotidiano como lugar de reprodução das relações sociais, permitindo o reconhecimento de encontros e confrontos provocados pela vida urbana, como nas reflexões de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade; a análise da ação, que pretende contribuir para o entendimento de que a sociedade se produz em movimento e de que a transformação social depende do sentido e do destino da ação; o reconhecimento do valor prático do agir espontâneo e criativo do homem ordinário, como propõe Michel de Certeau; e o diálogo com a teoria crítica do espaço proposta por Milton Santos para a compreensão da

dinâmica dos lugares na era da globalização e para a reflexão sobre a força solidária e inventiva dos homens lentos.

Como recorte espaço-temporal da reflexão, temos a cidade do Rio de Janeiro do início da década de 1990 aos dias atuais. A escolha do Rio de Janeiro para a análise não foi casual, já que a cidade apresenta elevada densidade simbólica, amplificada pelo abrigo de funções culturais relevantes e pela difusão de imagens-sínteses (Rio – capital cultural, cidade aberta, cosmopolita, cidade-cenário) que permitiram o reconhecimento de sua raridade (Ribeiro, 1995; 2006). A “cidade maravilhosa” preserva ainda hoje, na escala do país, um papel de difusora de costumes, comportamentos e hábitos sociais, mesmo sendo considerada um lugar social e economicamente desestabilizado, por condensar contradições sociais em escala nacional e por ter sido tratada como uma cidade-espetáculo (Ribeiro, 1995).

De acordo com García (1997), em uma cidade-espetáculo, o fundamental é fortalecer a imagem da cidade, projetando-a internacionalmente, para atrair investimentos, negócios e turistas. As ações que fortalecem a lógica da competitividade e que tendem a favorecer interesses privados em detrimento dos interesses coletivos enfraquecem o diálogo entre os grupos sociais e interferem no uso da cidade e em sua apropriação simbólica. Tal como afirma Ribeiro (2006, p. 45),

o discurso que difunde novos ideários para a gestão urbana, realçando

o mercado e a iniciativa empresarial, não deve ser compreendido, apenas, como sinal de alienação; pois, concretamente, este discurso defende interesses que conectam a vida urbana ao metabolismo do capital.

Para Ribeiro (2006), hoje é menos equivocado considerar a cidade como uma empresa ou mercadoria do que em períodos anteriores. Entretanto, se a idéia da cidade-espetáculo corresponde à afirmação do sujeito-espectador, cuja função mais importante é a de consumidor, é possível identificar na ação do homem criativo sua afirmação como cidadão, protagonista das novas formas de ativismo urbano. Por meio das práticas de criação musical, que revelam uma postura crítica diante do pensamento hegemônico, é possível reconhecer que a lógica espetacular, mesmo sendo hegemônica, não é única.

A música permite um reconhecimento da existência de um *Outro* sujeito, que não se conforma em ser apenas espec-

tador. Um *Outro* que rejeita o imobilismo, idéia que está na base da cidade-espetáculo. Este sujeito quer participar, mas a insatisfação diante de uma ordem política específica revela que o sentido político da ação está na perspectiva crítica e contestadora de sua criação musical. Os caminhos propositivos criados a partir das práticas musicais que destacamos neste texto são reveladores dessa experiência urbana reflexiva. Se a visão unidirecionada do consumo produz apatia e passividade, a recente criação musical carioca é reveladora de uma ação insurgente, contestadora e resistente<sup>2</sup>.

Através da música, um discurso alternativo ao suposto pensamento único vai se consolidando, e, assim, certos projetos e atitudes ganham maior ressonância e visibilidade, pois o estado musical da palavra é mais sutil e temas de difícil abordagem podem atingir a sensibilidade de quem se abre para a arte<sup>3</sup>. A maior parte das vozes que não se calam diante do grande espetáculo conduzido pela lógica do mercado se insurge contra ele desde a década de 1990, atribuindo à

<sup>2</sup> É evidente que nem todas as expressões musicais podem ser entendidas como manifestações políticas. No entanto, aqui nos interessam as que têm a perspectiva da oposição a um projeto hegemônico de dominação ou que simplesmente revelam a possibilidade do diálogo, do reconhecimento e da legitimação da diferença.

<sup>3</sup> Para garantir *visibilidade* à ação resistente, é preciso relacionar-se com a ordem hegemônica, e isso é, no caso da ação musical contestadora, um movimento em si mesmo contraditório. O sujeito da resistência vive o conflito porque questiona a ordem na qual vive; assim, vive a contradição consigo mesmo e com seu meio, principalmente se considerarmos que a visibilidade é garantida no mercado fonográfico a partir de ações de *marketing* que são perversas do ponto de vista da democratização do acesso aos bens culturais. Nesse sentido, não cabe aqui discutir se esses indivíduos beneficiam-se ou não da "lógica do mercado" para garantir visibilidade à sua ação, mas sim a forma como usam essa visibilidade para a construção de um *Outro* projeto: a consolidação de uma *Outra* fala sobre a cidade. Numa perspectiva próxima, Parra (2006) faz uma análise das práticas artísticas dos jovens como expressão política na cidade de Medellín, que mantém algumas semelhanças com a reflexão aqui proposta, como veremos.

música um importante canal de expressão e manifestação social. Muitas vezes elas interferem inspiradas em movimentos musicais revolucionários de outros tempos, outras vezes se inspiram em expressões musicais bastante recentes, mas pouco valorizadas por sua origem popular.

A ação de criação musical não se esgota na arte, pois manifesta diferentes modos de vivenciar a ordem hegemônica e o sentido libertário da prática musical – produtora de contra-discursos e de canais alternativos para a difusão dessa *Outra* fala. Tal como Parra (2006) ressalta em seu artigo sobre as práticas artísticas de jovens da cidade de Medellín, acreditamos que a postura interrogante desses agentes mostra que a realidade está conformada por situações

divergentes e opostas aos discursos dos meios de comunicação privados e oficiais. Para o autor, os jovens da cidade, assim como fazem outros grupos populacionais, sussurram as “verdades” que o poder armado – em um país em guerra e em uma cidade tristemente famosa pela violência – quer calar. Essas vozes sussurram, mas também gritam e cantam, revelando a aguçada consciência social da juventude que participa da vida social e política através de sua prática cultural.

O Rio de Janeiro é uma “cidade de cidades misturadas”, como diz a compositora e cantora Fernanda Abreu em sua música “Rio 40 graus”, que atualiza a idéia de uma cidade maravilhosa, agora transformada em “purgatório da beleza e do caos”<sup>4</sup>.

*Rio 40 graus*

*Cidade-maravilha, purgatório da beleza e do caos*

*Capital do sangue quente do Brasil*

*Capital do sangue quente, do melhor e do pior do Brasil*

*Cidade sangue quente, maravilha mutante*

*O Rio é uma cidade de cidades misturadas*

*O Rio é uma cidade de cidades camufladas*

*Com governos misturados, camuflados, paralelos, sorrateiros ocultando comandos*

*A novidade cultural da garotada favelada, suburbana, classe média marginal*

*É informática metralha sub-azul equipadinha com cartucho musical de batucada digital*

*(...) meio batuque inovação de marcação pra pagodeira curtição de falação de batucada com cartucho sub-uzi de batuque digital, metralhadora musical (...)*

<sup>4</sup> Abreu (p1992b). Ver também em <[http://www2.uol.com.br/fernandaabreu/entidade\\_fernanda2.htm](http://www2.uol.com.br/fernandaabreu/entidade_fernanda2.htm)>. Site Fernanda Abreu. Acesso em: 24 nov. 2006.



A letra da música evidencia as diferenças reunidas em uma grande cidade como o Rio de Janeiro e revela as novas experiências musicais da “garotada favelada, suburbana, classe média marginal” equipada “com cartucho musical de batucada digital”. A etapa de criação das músicas inclui as escolhas rítmicas e melódicas e, também, os encontros possibilitados pela formação de parcerias musicais, reveladoras das redes sociais e dos laços afetivos construídos pelos agentes<sup>5</sup>.

Muitas outras composições de Fernanda Abreu têm a cidade como temática central. O CD *Entidade Urbana* (2000) é inspirador para essa análise, pois, além de as letras das músicas possibilitarem uma leitura singular da vida na cidade do Rio de Janeiro, seu lançamento foi acompanhado de textos (*releases*) que ajudam a compreender a reflexão feita pela compositora sobre a vida urbana em seu processo de criação musical. No *release* escrito em versos pela própria cantora, a intenção de fazer uma música sobre a vida urbana é clara: “Viver nas cidades. Falar de viver nas cidades (...). Viver de falar das cidades. São a fonte, a ponte, o mote, a inspiração”. Nos versos, as cidades estão em constante movimento: “Nascem planeja-

das. Brotam espontâneas. Crescem desenfreadas. desorientadas. Desobedientes. Crescem e crescem. Nunca param. De crescer. Cidades. Nunca morrem. São mutantes”. A cidade é vista como “um corpo urbano. Vivo. Um corpo cidade. Dissecado. Retalhado”. Um corpo com “suas vias, seus canais, seus órgãos vitais” que reúne e movimenta a vida neste “sistema circulatório”, com “sangue coagulado”, de “trânsito engarrafado”. Uma cidade-cenário, “caótica”, “de hiperinflação humana, de acúmulo humano, de excesso urbano”. Um “tecido urbano” materializado em “sua pele de concreto armado”, que é produto da ação social, um “corpo urbano, tatuado, planejado, monitorado, viciado, aerofotogrametrado, radiografado, encurralado. Bio-degradável. Bio-degradante”. As músicas do CD passeiam pelos lugares da cidade para desvendar a “natureza urbana-humana” e, também, “a natureza humana-urbana”. Seja “do alto de um prédio, da fila, do elevador, daquela esquina” ou “de dentro do carro, do meio da rua”, a música pretende reconhecer “as tribos, as gírias” e os espaços vividos por este “ser urbano, filho de pai, de mãe e de cidade”<sup>6</sup>.

Para Hermano Vianna, o CD *Entidade Urbana* é, antes de tudo, a celebração

<sup>5</sup> Assim como a cidade, a música é mutante, e ao *samba-funk* da primeira versão foram adicionados elementos da embolada, do coco e do maracatu, no arranjo musical feito por Chico Science e Nação Zumbi para a segunda versão de “Rio 40 graus”, gravada no CD *Raio X* (1997) de Fernanda Abreu. Esse novo arranjo registra o encontro da *garota carioca suingue sangue-bom* com os maiores representantes do movimento *mangue-beat recifense* – uma importante influência para a produção musical de todo o país. Essa gravação possibilitou ainda o encontro de outros nomes dessa geração da música carioca, como Pedro Luís, Pedro Sá, Kassin e Berna Ceppas, que participaram como vocais no refrão de “Rio 40 graus”.

<sup>6</sup> Ver texto completo em <<http://www2.uol.com.br/fernandaabreu/entidade.htm>>.

da dança que se pode dançar à beira do abismo de um desastre urbano sempre anunciado e, alegremente, adiado<sup>7</sup>. Se entendermos que o desastre pode ser evitado com o diálogo, com a diminuição dos preconceitos, das distâncias sociais, das formas de isolamento e do evitamento social, então a música torna-se um instrumento importante para a aproximação dos diferentes modos de viver que coexistem na cidade, como Lefebvre (2001) nos inspira.

A força do manifesto musical de Fernanda Abreu está nas letras, mas também na sonoridade plural, já que com seu *batuque samba-funk* revela o encontro de ritmos que, como sugere Hermano Vianna, conformam um manifesto “anti-apartheid cultural”, “anti-segregação musical”. Para Vianna, os estilos musicais mais globais parecem ser os mais abertos para dialogar com complexas e variadas realidades urbanas, gerando uma quantidade infindável de subestilos ou de fusões. Sobre a relação música e cidade, Vianna afirma que:

o nascimento e o desenvolvimento das músicas têm conexões profundas

e evidentes com a dinâmica da vida social e cultural de suas cidades de origem. As letras abordam explicitamente assuntos do cotidiano urbano que as gerou, tornando-as parte integrante da invenção sempre renovada de suas identidades culturais mutantes<sup>8</sup>.

Essa ação “anti-segregação musical” é também libertária, pois pretende romper com as formas rígidas de distinção dos estilos musicais. Quase todas as músicas selecionadas para esta análise são inclassificáveis quanto ao estilo, por sua pluralidade de referências musicais. O músico (compositor, arranjador, intérprete) não limita sua ação criativa à definição rígida de um gênero musical. Definir, classificar ou distinguir um estilo musical parece ser uma preocupação para os que concentram esforços na etapa da comercialização do produto musical e não para os que são responsáveis pela etapa criativa do processo de produção da música<sup>9</sup>.

A mistura de sonoridades também pode ser significativa do ponto de vista

<sup>7</sup> O antropólogo e amigo da cantora Hermano Vianna escreveu em um outro *release* do CD *Entidade Urbana* que “Rio 40 graus” é o hino de uma urbanidade mutante (pós-partida e pós-maravilha) e que o CD é a seqüência lógica do combate “carioca”, que nos ajuda a ver que a situação (partida ou maravilhosa) do Rio não é única ou absolutamente original, mas sim a situação-limite de uma “condição social” que se tornou planetária. Ver texto completo em <<http://overmundo.com.br/banco/release-para-o-disco-entidade-urbana-de-fernanda-abreu>>.

<sup>8</sup> Vianna, ver texto completo no *site* citado na nota anterior.

<sup>9</sup> Segundo informações obtidas em <<http://pt.wikipedia.org>>, ritmo, melodia e harmonia são entendidos aqui apenas em seu sentido de organização temporal, pois a música pode conter propositalmente harmonias ruidosas (ruídos ou sons externos ao tradicional) e arritmias (ausência de ritmo formal ou desvios rítmicos) que algumas vezes podem servir para provocar incômodo ou reflexão. Ver em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Harmonia>>. Portal da enciclopédia livre wikipedia. Acesso em: 24 nov. 2006.

da aproximação dos grupos sociais. Fernanda Abreu, que é uma moradora da abastada Zona Sul carioca, faz uma importante mediação entre grupos sociais que experimentam formas de distanciamento social. Para superar a visão limitada de uma “cidade partida”, Fernanda Abreu costuma destacar, em suas composições e entrevistas, a importância do *funk*, do samba e do *rap* para sua criação musical e, principalmente, como expressões desta *Outra fala* da cidade. A compositora afirma que tais referências sonoras têm muito a dizer sobre a vida urbana, pois revelam a importância das expressões musicais vindas da favela, na conformação da identidade musical carioca.

O *funk* carioca é uma manifestação cultural surgida nas favelas, mas também ouvido e consumido por indivíduos que talvez nunca tenham estado em um baile realizado numa favela ou por indivíduos que pertencem a outros grupos sociais, mas que o vêem como uma expressão do modo de vida de alguns jovens de espaços populares da cidade. A rejeição das camadas médias e altas da sociedade ao *funk* e aos “bailes de comunidade” tem origem, justamente, no fato de essa manifestação cultural ter como principais músicos, compositores e consumidores, pessoas que vivem em favelas

e áreas pobres da cidade do Rio de Janeiro. Para Luna (2006), os bailes *funks* serviram como ponto de partida para a criação de uma série de outros produtos, como CDs, programas de rádio e TV, jornais, fanzines e revistas. A “indústria do *funk*” se estabeleceu e fez com que o jovem da favela assumisse o papel de produtor e consumidor de uma rede mais complexa de produtos. Os próprios jovens *funkeiros* trabalham como DJs, MCs, técnicos de som, iluminadores, dançarinos, coreógrafos, instrumentistas, aderecistas e outras profissões<sup>10</sup>.

A música “Bloco *Funk*”, da cantora Fernanda Abreu, é uma colagem de trechos de *funks* que sintetiza parte significativa da história desta expressão musical das favelas cariocas: os preconceitos sofridos pelos *funkeiros* e suas formas de afirmação e resistência na cidade<sup>11</sup>. Tal como o DJ Marlboro costuma afirmar, “o *funk* é a cola da cidade partida”, porque “é som de preto, de favelado / mas quando toca, ninguém fica parado”<sup>12</sup>.

Assim, entendemos que o *Outro* – não-desejado, não-planejado – já não é territorialmente distante ou alheio, mas parte constitutiva da cidade (Herschmann, 2005a, p. 228). Concordamos com o autor, quando afirma que nem tudo é fragmentação na cidade. Herschmann, ao enfatizar

<sup>10</sup> Segundo Luna, em um baile, cerca de 60 pessoas trabalham recebendo de R\$ 10 a R\$ 200 por noite. Estima-se que, a cada fim de semana, sejam gastos cerca de R\$ 1,8 milhão apenas com o pagamento de mão-de-obra nos mais de 600 bailes promovidos no Grande Rio. Apesar desse movimentado mercado, os *funkeiros* ainda sofrem discriminação e repressão policial contra os bailes e, apesar de terem transformado o *funk* no ritmo mais popular na cidade, agora precisam se organizar como sujeito coletivo. Outros dados sobre o movimento *funk* podem ser encontrados em Essinger (2005).

<sup>11</sup> Abreu (p.2006b).

<sup>12</sup> Amilcka e Chocolate (p2006).

as territorialidades dessas redes sociais fortemente vinculadas à música, pretende refletir as relações de coexistência entre segmentos sociais que atuam em uma dinâmica cultural urbana que pode arremessar esses jovens à margem ou ao centro. A territorialidade, mesmo sendo flexível, transitória ou momentânea, é a expressão identitária da apropriação simbólica dos lugares da cidade.

Esses ritmos e rimas que circulam pelo espaço urbano contribuem para a conformação da identidade do carioca. Na música "Tudo vale a pena", um re-

gistro do encontro de Fernanda Abreu e Pedro Luís, os compositores falam desse "povo carregado de calor e de luta", um "povo bamba", que "cai no samba, dança o *funk*", que "tem suingue até no jeito de olhar", que "tem balanço no trejeito, no andar"<sup>13</sup>. A versão de "Tudo vale a pena" gravada por Fernanda Abreu incluiu a citação de um trecho da música "Miséria no Japão" de Pedro Luís, que questiona a visão hegemônica que se tem sobre a favela, focada na miséria, nas ausências e na desconsideração das potencialidades desses espaços populares.

*E quem te disse que miséria é só aqui?  
Quem foi que disse que a miséria não ri?  
Quem tá pensando que não se chora miséria no Japão?  
Quem tá falando que não existem tesouros na favela?*<sup>14</sup>

O *hip-hop*, assim como o *funk*, inscreve-se na cidade como expressão do *Outro*. No entanto, o *hip-hop* denuncia de forma mais direta um cotidiano difícil e projeta a realidade da favela e do subúrbio dos MCs por toda a cidade. MV

Bill, em "Emivi", fala dessa atitude contestadora do *rapper* e de como o *hip-hop* garantiu um canal de expressão para sua indignação diante da desigualdade e da violência da exclusão<sup>15</sup>.

*(...) No meio de uma guerra  
Foi onde eu nasci  
O berço da exclusão foi onde eu cresci*

<sup>13</sup> Abreu (p1995b).

<sup>14</sup> Pedro Luís e A Parede (p1997, Faixa 8 "Miséria no Japão").

<sup>15</sup> MV (Mensageiro da Verdade) Bill é um *rapper* carioca da Cidade de Deus (Zona Oeste), fundador da Central Única das Favelas (Cufa), ONG que desenvolve projetos sociais, com base no movimento *hip-hop*, e promove o Prêmio Hutúz para os melhores do *hip-hop* nacional. Em 2005, publicou o livro *Cabeça de porco*, escrito com seu empresário Celso Athaide e Luis Eduardo Soares, e, em 2006, lançou o projeto-documentário *Falcão: meninos do tráfico*. Ver em <<http://www.mvhp.com.br>>. Portal de letras de músicas. Acesso em: 27 nov. 2006.

*Não me intimidei  
 Foi preciso resistir  
 Faço parte do quilombo comandado por Zumbi  
 De lá pra cá ou daqui pra ali  
 Enquanto você chora quem controla o poder sorri  
 Vou guerrear pra não deixar me destruir  
 É por essas e por outras que eu sou EMIVI  
 (...)  
 Ensino da minha mãe assimilei  
 Ser humilde e não humilhado nunca mais esquecerei  
 Com a proteção no caminho que vou seguir  
 Mensageiro da verdade sem deixar me sucumbir  
 Odiado e amado pelo que eu promovi  
 Mais respeito pelo povo da favela eu exigi  
 As mentiras dos livros da escola eu descobri  
 É por essas e por outras que eu sou EMIVI (...)<sup>16</sup>*

Os *rappers* são sujeitos sociais cuja importância está na força de suas posturas narrativas e no fato de poderem ser vistos como cronistas dos subúrbios ou porta-vozes da periferia. No discurso de *rappers* renomados – como MV Bill –, o *hip-hop* aparece como a porta de entrada para o questionamento do mundo, tanto que Bill costuma dizer em suas entrevistas que foi o *hip-hop* que o fez ler mais e se expressar melhor. Em “Soldado do morro”, Bill relata a vida de um indivíduo que trabalha no tráfico de drogas, e a intenção não parece ter sido exaltar essa condição, mas alertar aos jovens pobres que esse não é um destino determinado<sup>17</sup>. Se o tráfico atrai esses jovens, é porque, aparentemente, oferece benefícios materiais e bens simbólicos e afetivos (sensação de poder, *status*, sentimento de pertencimento a um grupo). No entanto, a arte, a criação estética

e cultural, parece ser a melhor forma para enfrentar a questão da *invisibilidade* dos jovens pobres.

As músicas que apresentamos neste artigo revelam um olhar crítico do sujeito, já que muitas delas tratam de temáticas e problemas que a maior parte da população muitas vezes prefere não ver/ouvir. Nelas, está registrada a pluralidade sonora que compõe essa “nova música” – muitas vezes inclassificável quanto ao gênero – e que utiliza propositalmente harmonias ruidosas e arritmias para provocar o ouvinte. Esse é o caso de “Chuva de bala” de Pedro Luís, que mistura ritmos para construir uma sonoridade cuja referência é uma “trilha sonora” cada vez mais presente no dia-a-dia do carioca: as rajadas de balas que percorrem o céu nos frequentes tiroteios provocados pelas disputas territoriais do

<sup>16</sup> MV Bill (p2002b).

<sup>17</sup> Id., p1998b.

tráfico de drogas na cidade<sup>18</sup>. Essa inspiração melódica absolutamente atual revela o tom da indignação do compo-

sitor, que, sem eliminar a ironia, transforma o horror em sublime criação musical.

Amor, tá chovendo bala  
 Abre a janela pra não quebrar (as vidraças)  
 Recolhe as coisas da sala  
 Maloca as crianças por trás do sofá (e passa a usar)  
 Guarda-chuvas de aço  
 E o peito blindado pro coração não sangrar  
 Tatuagens no braço  
 De balas passando rentes qual facas no ar  
 Há nuvens tão carregadas  
 Rajadas são trilha sonora do day by day  
 Chove, chove, chove, chove, chove, chove bala  
 Chove, chove, chove, chove sem parar! [grifos nossos]<sup>19</sup>

Os gritos, o som caótico, assim como os efeitos ruidosos parecem ter como inspiração a própria poluição sonora da cidade. O uso da gíria *maloca* revela que o poeta está sintonizado com os usos da língua falada nas ruas da cidade. O som produzido pelas “rajadas de metralhadoras” aparece em outras letras e melodias de Pedro Luís, evidenciando a intenção do autor de incorporar os problemas cotidianos à sua produção mu-

sical. Na música “Caio no Suingue”, a festa surge como um momento de prazer que não elimina a reflexão, pois nela a existência crítica do sujeito também se manifesta. O *funk* e a sonoridade que remete ao barulho provocado pelos tiros compõem a base rítmica e melódica que acompanha a letra: “um protesto em forma de oração” que sugere que os indivíduos, em versos, tomem atitudes transformadoras:

*Eu caio no suingue pra me consolar  
 É que essa vida não tá mole  
 E eu faço assim pra me segurar*

<sup>18</sup> A Pesquisa Domiciliar de Vitimização na Cidade do Rio de Janeiro 2005-2006, apresentada por Alba Zaluar durante o Seminário “Zonas urbanas desfavorecidas: olhar cruzado Brasil-França” (2006), revelou dados sobre a frequência com que a população ouve o barulho dos tiros, evidenciando que essa forma de violência (simbólica) afeta cada vez mais a vida cotidiana do carioca e, por isso, já começa a ser mensurada pela pesquisa científica sobre violência urbana.

<sup>19</sup> Pedro Luís e A Parede (p1997, Faixa 10 “Chuva de bala”). Ver também em <<http://www.plap.com.br>>. Site oficial de Pedro Luís e A Parede. Acesso em: 27 nov. 2006.

Esse funk é tiro de canhão  
 Rajada de metralhadora que situação  
*Esse país na emboscada*  
*E a mais injusta divisão*  
*Com a boca escancarada*  
 Faço esse protesto em forma de oração

*Ave mãe*  
*Filhos primos*  
*Espíritos que habitam o planeta*  
*Façam votos*  
 Criem versos, tomem atitudes  
*Pra mudar a coisa que já tá pra lá de preta*

*Eu tô cantando, você dirigindo*  
*O outro tá rezando, alguns se divertindo*  
*Muitos precisando, outros conseguindo*  
*Se todos realizam algo, o mundo segue o seu caminho* [grifos nossos]<sup>20</sup>

Algumas músicas nos permitem apreender as conseqüências perversas da vida urbana – a desigualdade, a estigmatização da população pobre e seus lugares de moradia, a violência –, a partir da fala do sujeito crítico e contestador. Nesse sentido, é preciso pensar o urbano considerando as necessidades deste *Outro* não-desejado, não-planejado. As músicas escolhidas para esta reflexão indicam a existência de sujeitos que enxergam a possibilidade de a música ser uma expressão livre e criativa do modo de estar no mundo. A potencialidade da música está na sua capacidade de aproximar grupos sociais distintos e de pos-

sibilitar o diálogo e o reconhecimento do direito à cidade por meio da criação musical.

Trata-se de reconhecer o *Outro* a partir de sua música: reconhecer o sujeito que não se conforma com as imposições da ordem dominante e que se expressa através de uma ação criativa e crítica. A música revela, de forma sensível, a possibilidade de vivermos uma *Outra* cidade, cujos planos, projetos e ações tenham outras finalidades e intencionalidades que não a acumulação capitalista, a construção de uma cidade-mercadoria ou de uma cidade-espetáculo.

---

<sup>20</sup> Ibid., Faixa 6 “Caio no Suingue”.

***Lugar e resistência: “alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial”<sup>21</sup>***

Santos (1997) afirma que se, por um lado, é evidente que a ordem global busca impor a todos os lugares uma única racionalidade, por outro, os lugares respondem ao Mundo segundo diversas racionalidades. Para o autor, enquanto a ordem global funda escalas superiores ou externas à escala do cotidiano e seus parâmetros são a razão técnica e operacional bem como os cálculos matemáticos, a ordem local funda a escala do cotidiano e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade e a socialização com base na contigüidade. A contra-racionalidade vinda dos lugares opacos, da rua, do convívio com a vizinhança, é feita de temporalidades diversas, experimenta

formas de solidariedade horizontal e multiplica a inventividade do homem lento (Santos, 1997).

Os efeitos dessa ordem global na vida cotidiana aparecem nas músicas em que a cidade é a temática central, como no caso da música “Egocity”, da *Frente Urbana de Trabalhos Organizados*, banda carioca conhecida pela sigla O F.U.R.T.O.<sup>22</sup>. Ao tratar das distâncias sociais existentes entre os diferentes grupos sociais que coexistem na cidade, o compositor Marcelo Yuka faz uma crítica da experiência urbana marcadamente individualista, preconceituosa e consumista.

*Carros à prova de bala, com vidros à prova de gente  
Cor fumê da indiferença  
E vão lambendo os cartões de crédito  
Comprando de quase tudo; do orgulho à cocaína  
de dólares a meninas  
Passando em frente à réplica da Estátua da Liberdade  
que nos prende ao consumo siliconizado e farpado urgente  
que diz: Bem-vindo a Ego City  
Lutadores sem filosofia, crianças sem esquinas*

<sup>21</sup> Veloso (p1991, Faixa 1 “Fora da Ordem”).

<sup>22</sup> Marcelo Yuka, ex-baterista e principal compositor dos primeiros CDs da banda *O Rappa*, trata de maneira crítica e contundente a experiência urbana atual. Yuka, após ter sido baleado durante uma tentativa de assalto no Rio de Janeiro, trocou a bateria pelos efeitos sonoros eletrônicos e elevou o tom da indignação contra as perversidades da desigualdade social, ao sair da banda *O Rappa* e fundar O F.U.R.T.O. Em 2007, Yuka passou a dedicar-se mais ao tratamento fisioterápico e interrompeu temporariamente a trajetória da banda O F.U.R.T.O.



Realidade da portaria, mas só se for pela porta dos fundos  
*De frente pro mar, de costas pro mundo (...)* [grifos nossos]<sup>23</sup>

A referência à *réplica da estátua da liberdade que nos prende ao consumo* questiona a lógica consumista e alienante e ainda localiza a narrativa no bairro da Barra da Tijuca, cenário mais adequado para a verificação de como ocorre a espetacularização seletiva de áreas urbanas e a consolidação de imagens e símbolos desta cultura global – Avenida das Américas, repleta de condomínios exclusivos, *shoppings* e outros ícones do capitalismo avançado. Conforme afirma Ribeiro (2006, p. 43), a nova posição ocupada pelo consumo ampliou a intervenção das empresas privadas na administração da cidade e na psicofera dos lugares (Santos, 1997 apud Ribeiro, 2006). A narrativa de Yuka situa o ouvinte nesse bairro onde as grandes avenidas dificultam o encontro e tornam ainda mais difícil a convivência entre camadas sociais distintas, muitas vezes próximas geograficamente, mas que experimentam as conseqüências mais perversas do distanciamento social. A blindagem dos carros retrata o medo da violência, assim como os vidros *cor fumê da indiferença*

garantem invisibilidade diante daqueles que muitos preferem evitar.

Já na música “O que sobrou do céu”, gravada pela banda *O Rappa*, a letra de Yuka expressa o desejo do personagem urbano de *espantar o mal* provocado pela vida acelerada das grandes cidades. A música sugere que *as cores escondidas nas nuvens da rotina* e o uso das *ciências de baixa tecnologia* podem *curar esta azia*, talvez provocada pela paisagem urbana, que permite apenas uma visão parcial *do que sobrou do céu, por entre os prédios*. A música retrata a riqueza de possibilidades vivenciadas em um dia quando a falta de luz causa a quebra da rotina, possivelmente ditada pela televisão. Esse aparelho, ao ser desligado, torna-se um espelho capaz de fazer, enfim, o homem comum se enxergar. Sem a televisão comandando a vida espetacular, o vidro transparente do aparelho reflete a vida banal do homem comum, que se apropria da rua, da esquina, e faz desse espaço urbano apropriado lugar de encontros.

*(...) Faltou luz, mas era dia, o sol invadiu a sala*  
 Fez da TV um espelho refletindo o que a gente esquecia  
*Faltou luz, mas era dia... dia*  
*Faltou luz, mas era dia, dia, dia*  
 O som das crianças brincando nas ruas  
*Como se fosse um quintal*  
 A cerveja gelada na esquina  
 Como se espantasse o mal

<sup>23</sup> O F.U.R.T.O (p2005b).

*O chá pra curar esta azia  
Um bom chá pra curar esta azia  
Todas as ciências de baixa tecnologia  
Todas as cores escondidas nas nuvens da rotina  
Pra gente ver... por entre prédios e nós...  
Pra gente ver... o que sobrou do céu... [grifos nossos]<sup>24</sup>*

Como num retrato da vida do homem lento, vindo de baixo, habitante das áreas opacas da cidade, que vive o espaço do aproximativo (Santos, 1994), os versos falam da “brincadeira das crianças nas ruas como se fosse um quintal” e do encontro para tomar “a cerveja gelada na esquina, como se espantasse o mal”, indicando a apropriação do espaço da rua e sua transformação em lugar, mesmo que essa apropriação seja momentânea, num curto instante em que “faltou luz, mas era dia”. Lugar que é, espontaneamente, a sede da resistência (Santos, 1997, p. 207), que permite ao homem

lento viver o entorno resistindo às imposições da ordem global, através do estabelecimento de uma *outra* ordem, fundada numa racionalidade paralela (Santos, 1997). Para Santos (2005), hoje, na grande cidade, a força dos “lentos” está nos espaços do aproximativo e da criatividade. A solidariedade fundada nos tempos lentos da metrópole desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade (ibid.) e essa afirmação do homem comum, capaz de desvendar os recursos indispensáveis à vida (Ribeiro, 2005), propõe uma compreensão renovada da própria ação política.

### ***A criação musical e o direito à cidade***

A luta simbólica pelo direito à liberdade e à cidade se expressa na afirmação do indivíduo-criativo, em um momento em que a tendência global predominante afirma o indivíduo-consumidor. Esse indivíduo criativo inventa formas sutis de confrontar o pensamento hegemônico, e essa inventividade do homem lento amplia suas margens de liberdade diante das imposições de uma ordem global. Para Santos (2005, p. 66-67), um novo mundo é possível desde que o indivíduo ultrapasse a visão limitada

e unidirecional do consumo e se entregue à busca da cidadania. O indivíduo que não se conforma com o unidirecionamento do consumo, que contesta e se rebela, produzindo um discurso e uma ação propositiva, afirma-se como cidadão. A criação musical que colabora para que o indivíduo se aproprie da cidade, sentindo-se pertencente a ela, com a potencialidade de renová-la, transformá-la, é o que consideramos como expressão criativa do direito à cidade.

<sup>24</sup> O Rappa (p1999b).

Lefebvre propõe que o *direito à cidade* seja pensado como *direito à vida urbana, transformada, renovada*, o que pressupõe uma teoria integral da cidade e do urbano que supere a cisão entre filosofia da cidade e ciências da cidade. Lefebvre (2001, p. 116-117), ao refletir sobre uma *ciência analítica da cidade*, assinala a importância de pensarmos o *objeto virtual* que é “o urbano”, utilizando, de forma conjunta, os recursos da ciência e da arte. Para o autor, cabe à força social capaz de realizar a sociedade urbana tornar efetiva e eficaz a unidade (a síntese) da arte, da técnica e do conhecimento.

Necessária como a ciência, não suficiente, a arte traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição. Além do mais, e sobretudo, a arte restitui o sentido da obra; ela oferece múltiplas figuras de tempos e espaços apropriados: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra. (Ibid., p. 115)

Segundo Lefebvre (2001, p. 79), ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das

informações, o urbano é aquilo que sempre foi: lugar do desejo, do desequilíbrio permanente, da sede da dissolução das normalidades e coações, do momento do lúdico e do imprevisível. Para o autor,

o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem diferente do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (Ibid., p. 135) [grifos do autor]

Essa é uma referência importante para encontrarmos na música um recurso operacional da apreensão das falas do senso comum e, assim, realizarmos uma análise teórica e poética da experiência urbana.

Uma bela expressão de que a vida urbana inclui o lúdico, o imprevisível e a criação artística libertária é o grafismo do “profeta” Gentileza, transformado em música por Marisa Monte em 2000, quando a arte urbana do poeta marginal foi apagada da memória da cidade ao ser *coberta de tinta*<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Gentileza foi um personagem andarilho, “messiânico”, que passou 35 anos nas ruas pregando a gentileza e suas virtudes. Como afirmou Leonardo Boff, se autodenominou “Profeta” e “até a sua morte em 1996 percorria a cidade, viajava nas barcas Rio-Niterói, entrava nos trens e ônibus para fazer a sua pregação”. A intervenção artística realizada por Gentileza na paisagem urbana teve como suporte as pilastras do viaduto do Caju, numa extensão de aproximadamente 1,5 km, perto da Rodoviária Novo-Rio, numa área de intensa circulação de pessoas. As 55 pilastras pintadas por Gentileza e depois apagadas, conforme lembra a letra de Marisa Monte, foram restauradas com o projeto “Rio com Gentileza”, coordenado pelo Prof. Leonardo Guelman, com o apoio da Universidade Federal Fluminense, da Secretaria de Cultura do Rio e do Consórcio Novo Rio. Os trabalhos

De acordo com Guelman (2000), “a obra de Gentileza demarca um espaço e uma permanência – mesmo que ameaçada – para sua mensagem”, pois, quando o Profeta passa a pintar suas mensagens diretamente sobre a superfície do concreto, “sua grafia e seus signos se inscrevem agora na própria cidade, transformando pilastras em tábuas de seus ensinamentos”. Para Leonardo Boff (2004), a obra de Gentileza “nas 55 pilastras do viaduto do Caju, com inscrições em verde-amarelo propondo sua crítica do mundo e sua alternativa ao mal-estar de nossa civilização”, evidencia a “gentileza como irradiação do cuidado e da ternura essencial”.

A música *Gentileza* é um registro dessa luta simbólica pelo direito à cidade. Uma luta que surge em 1997, quando a Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro, demonstrando falta de sensibilidade para diferenciar a arte urbana das poluições visuais que se espalham pela cidade, “limpou” os muros da “sujeira” das escrituras feitas pelo Profeta, desencadeando um movimento de apoio ao artista popular já falecido. A letra de Marisa Monte, inspirada nas frases pintadas por Gentileza, questiona a *razão* que despreza a sabedoria popular e a arte do homem comum, ordinário como diria Certeau (2003), que se expressa pintando nos muros da cidade suas mensagens de amor e gentileza, como um gesto libertário.

*Apagaram tudo  
Pintaram tudo de cinza  
A palavra no muro  
Ficou coberta de tinta*

*Apagaram tudo  
Pintaram tudo de cinza  
Só ficou no muro  
Tristeza e tinta fresca*

*Nós que passamos apressados  
Pelas ruas da cidade  
Merecemos ler as letras  
E as palavras de Gentileza*

*Por isso eu pergunto  
A você no mundo  
Se é mais inteligente  
O livro ou a sabedoria*

*O mundo é uma escola  
A vida é o circo  
Amor palavra que liberta  
Já dizia o Profeta<sup>26</sup>*

A possibilidade de expressar sua arte e de deixar registros dessa ação libertária na cidade conforma o gesto valorizado nessa reflexão. Isso significa que a cidade reúne formas plurais de ver o mundo e, portanto, de ver o sujeito que não se conforma em ser apenas espectador ou consumidor e que luta para se afirmar como cidadão por meio de sua criação artística. Para Lefebvre (2001), o uso da cidade,

foram concluídos em 2000 e registrados nos vídeos “Universo Gentileza” (1997) e “Brasil: Tempo de Gentileza” (2000). Ver em [http://www2.uerj.br/~clipping/maio04/d07/jb\\_profeta\\_gentileza.htm](http://www2.uerj.br/~clipping/maio04/d07/jb_profeta_gentileza.htm); <[http://www2.uerj.br/~clipping/maio04/d07/jb\\_profeta\\_gentileza.htm](http://www2.uerj.br/~clipping/maio04/d07/jb_profeta_gentileza.htm)>. Site Clipping UERJ. Acesso em: 20 nov. 2006; <<http://www.gentileza.org.br>>. Site ONG Gentileza. Acesso em: 20 nov. 2006; <<http://www.cienciaefe.org.br/OnLine/0404/gentileza.htm>>. Site Ciência e Fé. Acesso em: 20 nov. 2006.

<sup>26</sup> Monte (p2000, Faixa 10).

cada vez mais, deixa de estar vinculado ao *direito à cidade* e às possibilidades plenas de *apropriação* do espaço, por estar associado ao valor de troca. Entretanto, o mesmo autor considera que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade” (ibid., p. 15).

Trata-se, portanto, de uma análise que busca identificar nas músicas os lu-

gares reais como a rua, o bairro e, neles, a ação insurgente. O plano do lugar pode ser entendido como base para a reprodução da vida e espaço da constituição de identidades, criadas a partir do uso e da apropriação simbólica que conferem sentido aos lugares (Carlos, 2004). Diante da crise e da violência, os indivíduos estigmatizados da cidade revelam sua ação sensível e insurgente através da arte que é produto do sujeito e de seu lugar e reveladora de identidades, relações e memórias.

---

### ***Por um Outro espetáculo***

A ação ativa e contrastante dos espaços populares é evidenciada por expressões musicais como o *funk* e o *hip-hop*, movimentos que usam a música para romper com o isolamento desses territórios da cidade e que legitimam a presença do *Outro*, de sua atividade criativa, e o direito de manifestar as leituras do seu mundo<sup>27</sup>. *Funkeiros*, *rappers* e outros

sujeitos criativos, cuja ação tem ampliado o debate político sobre a cidade, mostram a favela como um lugar onde discursos, contradiscursos e imagens emergem com força em forma de música, teatro, vídeo, fotografia, dança, entre outras práticas, que rompem com a lógica assistencialista, ao privilegiar o potencial ativo do sujeito<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> No livro *Favela: alegria e dor*, os autores Silva e Barbosa (2005) apresentam um olhar próprio da dinâmica do espaço favelado, em termos temporais e espaciais, e optam por tornar mais visível o cotidiano plural desses espaços populares. A proposição principal é que só teremos uma cidade marcada pela possibilidade do *encontro das diferenças* quando pensarmos *uma* cidade e *um* cidadão, sem que deixemos de reconhecer a pluralidade das identidades, práticas e territórios, o que significa dizer que é preciso ver, efetivamente, a favela como parte da cidade.

<sup>28</sup> Muitos grupos culturais surgidos nas favelas contam com o apoio de ONGs para a consolidação, financiamento e articulação de projetos de natureza socioeducativa, assim como o apoio de empresas públicas, empresas privadas, organismos supranacionais (Unesco, Unicef) e fundações internacionais de financiamento, evidenciando uma vinculação da lógica global em ações locais. Afro Reggae, o Jongo da Serrinha, o Nós do Morro, as ações culturais da Cufa e outras ações consistentes no campo da cultura revelam a importância da arte nesses espaços populares. No entanto, Silva e Barbosa (2005) alertam para a necessidade de atentarmos para projetos que difundem discursos preconceituosos que pretendem “tirar os jovens do domínio do tráfico de drogas”, como se todos os jovens fossem potencialmente

Esta *Outra* música, vinda das áreas estigmatizadas do espaço urbano, denota uma luta pela apropriação simbólica da cidade, uma luta que não disputa a propriedade, mas o sentido de pertencimento ao lugar e à cidade. As ações musicais podem evidenciar modos de viver e formas variadas de apropriação simbólica dos lugares. Em alguns casos, as criações musicais inscrevem-se como manifestações por reconhecimento social. Bourdieu (2004, p. 118) define essa manifestação de forma esclarecedora:

(...) um acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para outros grupos e *para ele próprio*, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto. [Grifos do autor]

Em seu artigo “Uma questão de atitude: O Rappa e as novas formas de intervenção política nas cidades brasileiras”, Luiz Eduardo Soares (2004, p. 62) mostra por que considera os integrantes dessa banda verdadeiros inspiradores e etnó-

grafos de nosso cotidiano. Para Soares, no centro de suas interpelações, *O Rappa* traz à cena a realidade muito complexa de uma nova cidade que canta, descreve, enuncia, convoca e evoca nas suas várias seqüências. Em cada uma de suas letras, a cidade aparece em uma de suas feições: mundo dos negócios (muitas vezes ilícitos), descrito em “A feira”; e a cidade repleta de personagens cheios de ódio e altivez, descrita em “Hey Joe” (uma versão de Marcelo Yuka e Ivo Meirelles para a música de Bill Roberts que retrata a vida dos garotos envolvidos com o tráfico de drogas). Em “Tribunal de Rua”, a banda retrata a forma como a violência policial atinge especialmente quem é estigmatizado por ser preto-pobre-favelado, assim como o fizera em “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, música do primeiro CD da banda.

Essas músicas testemunham a postura crítica da banda *O Rappa* e chamam a atenção para a escolha de temas ligados à vida na cidade, como os encontros, os contrastes sociais e a violência urbana. Para Soares (2004), através das músicas, o grupo constrói-se como personagem público. Trata-se de uma *atitude* evidentemente construída por sua produção musical, mas que não se esgota nela<sup>29</sup>. Segundo Soares (ibid.), esse engajamento político, tão importante quanto toda e qualquer forma de consti-

---

violentos e criminosos. A possibilidade de construção de um novo olhar em relação à favela e seus moradores deve estar pautada no reconhecimento do valor de suas potencialidades criativas e na reconstrução afirmativa de uma identidade plural.

<sup>29</sup> Além de o engajamento político estar associado à poesia da banda, *O Rappa* tem uma parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e, por meio de uma série de convocações explícitas, incentiva o ouvinte a apoiar iniciativas sociais.

tuição poética, brota da associação entre personagem público à margem, esse personagem crítico, jovem, subversivo, e seu engajamento positivo, construtivo, que aparece por meio de propostas que são adicionadas ao objeto estético-musical dos CDs.

Para Soares (ibid.), nas ruas das cidades brasileiras, o menino pobre e, em particular, negro, é quase um ser social invisível, é um sujeito socialmente invisível. A experiência da invisibilidade é constitutiva de um processo fundamental – matriz da criminalidade – que permite compreender um pouco mais as tensões que hoje marcam a forma e o conteúdo das relações sociais nas grandes cidades: o tráfico de armas e drogas. Para o autor, é justamente porque não suportamos a imagem de uma criança mendigando, abandonada, vagando pelas ruas, que criamos à nossa volta uma verdadeira blindagem e que obliteramos os canais de percepção; é exatamente porque somos sensíveis e vulneráveis ao

sofrimento alheio que nos tornamos insensíveis e censuramos o drama que em cada esquina é encenado para nossas consciências. Ainda segundo Soares (ibid., p. 56-57), *O Rappa* tem uma sensibilidade musical muito aguda e, através dela, consegue captar o tema da invisibilidade, suas ambigüidades e ambivalências de forma eloqüente e reveladora.

“Miséria S.A.”, cujo autor é Pedro Luis, mas que se tornou sucesso na gravação de *O Rappa*, é uma dessas músicas que falam de uma cidade que muitos preferem não ver. Descrevendo o cotidiano de pessoas que andam nos ônibus “pedindo uma ajuda por necessidade” aos passageiros, a música revela uma cidade “encharcada da humildade ressentida” (Soares, 2004). A forma de cantar faz referência à musicalidade expressa por esses pedintes ou vendedores, que têm um repertório comum para agradecer a “boa vontade e atenção dispensada” e, principalmente, o “trocadinho bem recebido”.

*Senhoras e senhores estamos aqui  
Pedindo uma ajuda por necessidade  
Pois tenho irmão doente em casa  
Qualquer trocadinho é bem recebido  
Vou agradecendo antes de mais nada  
Àqueles que não puderem contribuir  
Deixamos também o nosso muito obrigado  
Pela boa vontade e atenção dispensada  
Vamos agradecendo antes de mais nada  
Bom dia passageiros  
É o que lhes deseja  
A miséria S.A.  
Que acabou de chegar<sup>30</sup>*

<sup>30</sup> O Rappa (p1996b).

“Ritmos, ações e manifestos” (“RAM”) são o título e o refrão de uma outra música de Marcelo Yuka, principal compositor das letras dos primeiros CDs da banda carioca *O Rappa*. A letra de “RAM” é relevante para a pesquisa por tratar especificamente de protestos que interrompem por curtos instantes a vida

na cidade. A pesquisa sobre a ação social tem evidenciado a vitalidade dos processos de organização social e de reivindicação popular, que, por vezes, são lidos de forma reduzida ou equivocada pela grande imprensa e pelos governos<sup>31</sup>.

*Nação não é bandeira  
Nação é união  
Família não é sangue  
Família é sintonia*

Novos satélites nos aproximam  
*Mais e mais*  
Então a gente se vê nos telejornais  
*Agora mesmo pedras estão voando*  
*Na direção certa*

*Confie nisso “véio”*  
Ritmos, ações e manifestos [refrão]

Atirados em passeatas  
Ou em casos solitários  
*Como batuques diferentes*  
*Numa mesma pulsação*  
Que não vão mudar o mundo  
Mas fazem a diferença  
*Fazem nossa diferença*  
*Ao fascismo que cresce*  
*Com a crise*  
Fazem nossa diferença  
Na maneira de encarar  
Cidadania, ruas e microfones [grifos nossos]<sup>32</sup>

<sup>31</sup> Ribeiro, Ana Clara Torres. Cartografia da ação e análise de conjuntura: reivindicações e protestos em contextos metropolitanos. Projeto de pesquisa desenvolvido com o apoio do CNPq e da Faperj no âmbito do Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (Lastro), vinculado ao Ippur/UFRJ, 2003-2006.

<sup>32</sup> O Rappa (p1994b).



A “maneira de encarar” a crise, a partir de “cidadania, ruas e microfones”, revela que, embora o personagem urbano não tenha a intenção de mudar o mundo, sabe que sua ação faz diferença diante dos problemas sociais. Essa letra confirma como a música é capaz de realizar o engajamento dos níveis mais singulares da pessoa com os mais coletivos, como Guattari (1990) propôs ao pensar a cidade subjetiva. Em busca da afirmação da cidadania, personagens se apropriam das “ruas, atirados em passeatas ou em casos solitários”, e reconhecem a importância de amplificar as vozes do protesto, com a referência ao “microfone” – para que os protestos alcancem os ouvidos da multidão. Os versos indicam a possibilidade de a ação contestadora ser reconhecida pela maior parte da população, já que, em tempos de circulação instantânea da informação, “os novos satélites nos aproximam”, permitindo que o personagem insurgente possa se ver “nos telejornais”.

*O Rappa* é hoje uma banda que ocupa uma posição privilegiada no mercado

fonográfico, tem um público atento e numeroso, e o fato de ter como temática de suas músicas a crise social é revelador de como algumas contestações podem utilizar a força do mercado para amplificar as vozes do protesto. Nesse sentido, ressaltamos que as ações de costura do tecido social, possibilitadas pela difusão da idéia da contestação, podem ocorrer também nos canais de diversão, circulação e comunicação hegemônicos, por meio da criação musical<sup>33</sup>.

Essa música que fala das angústias dos que vivem uma invisibilidade social ganha força quando passa a ser difundida pelos meios de comunicação de massa. A música provoca encontros e contatos capazes de gerar um diálogo positivo entre grupos sociais distintos, e alguns indivíduos fazem mediações importantes que ampliam o potencial positivo e transformador da criação musical. Fernanda Abreu, Pedro Luís (e a Parede), Marisa Monte, Marcelo Yuka (*O Rappa*; O F.U.R.T.O), MV Bill (Cufa) são alguns dos sujeitos (individuais e

<sup>33</sup> *O Rappa* é uma banda carioca formada em 1993, que tem uma sonoridade plural baseada na mistura rítmica de *groove*, *dub*, *reggae*, *rock*, com alguns remetimentos ao samba e ao *rap*. O nome do grupo é uma gíria popular usada para designar fiscais da prefeitura que apreendem as mercadorias de *camelôs* que vivem da economia informal nas ruas do Rio de Janeiro. Em 1994, lançou o primeiro disco, *O Rappa*, em que a crítica social está presente em várias músicas, como “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, “Brixton, Bronx Ou Baixada” e “Catequeses do medo”. Em 1996, lançaram o CD *O Rappa Mundi*, com “A feira”, “Miséria S.A.”, “Hey Joe” e ainda “Vapor barato” (de Jards Macalé e Wally Salomão), que fez sucesso em várias emissoras de rádio por todo o país. Mas foi o terceiro CD, *Lado B lado A*, lançado em 1999, que projetou a banda nacionalmente. As músicas “O Que Sobrou Do Céu”, “Tribunal De Rua” e “Minha Alma” revelavam que, mesmo com grande espaço na mídia, a banda não deixava de ter músicas contestadoras. Em 2001, lançaram *Instinto coletivo - ao vivo*. Após a saída de Marcelo Yuka, baterista e principal compositor da banda, em 2002, *O Rappa* lançou, pela gravadora Warner Music, o CD/DVD *O silêncio que precede o esporro* (2003) e o CD/DVD *O Rappa Acústico MTV* (2005). Ver em <<http://www.geocities.com/SunsetStrip/Lounge/5843/rappa2.html>>. Home page oficial da banda O Rappa. Acesso em: 21 nov. 2006.

coletivos) que fazem mediações importantes entre a criação musical, a ação política e o mercado. Contribuem para a construção de um *outro* olhar sobre a cidade, seja através das letras das músicas seja através de falas cotidianas, e, assim, colaboram para a superação da invisibilidade do *Outro* na cidade.

O potencial transformador da criação musical encontra-se no seu sentido libertário e contestador. Entretanto, a ação dos homens ordinários (Certeau, 2003), ou dos homens lentos, que vêm “de baixo” ou dos lugares pouco luminosos e pouco velozes da cidade (Santos, 1997), ganha força com a visibilidade possibilitada pela articulação e pela mediação feitas por indivíduos que, como vimos, ocupam posições privilegiadas nos canais de comunicação hegemônicos. Esses canais tornam-se especialmente relevantes para os grupos minoritários e marginalizados, que costumam ser tachados pelo discurso midiático como grande ameaça ao corpo social.

O jovem negro, pobre e favelado é quem mais sofre com a violência urbana. Racismo, estigmatização e isolamento social são alguns dos temas mais frequentemente propagados por *Outros* sujeitos, que têm utilizado variados canais de comunicação para amplificar seu protesto, como é o caso do Grupo Cultural Afro Reggae e da Central Única das Favelas (Cufa). Estes e numerosos outros grupos

culturais provenientes das favelas e periferias afirmam sua identidade por meio da arte e da luta simbólica, usando de forma positiva os canais de comunicação hegemônicos. A estigmatização do morador da favela não permite o reconhecimento de suas estratégias criativas, complexas e heterogêneas acionadas no enfrentamento das dificuldades do dia-a-dia. Mas os sujeitos insurgentes têm utilizado a indústria fonográfica e os canais de difusão musical de modo bastante proveitoso.

Para Herschmann (2005b, p. 154), “o espetáculo contemporâneo parece indicar a emergência de uma nova arena política – midiática – e a importância da esfera da cultura ou dos fatores culturais como vetores capazes de mobilizar efetivamente os atores sociais”. Segundo o autor, a *espetacularização* e a *alta visibilidade*, construídas no ambiente midiático, são estratégias para que o discurso e a ação alcancem êxito, e é nesse sentido que analisamos as estratégias desenvolvidas por agentes do campo da produção musical.

Assim, a referência ao espetáculo nem sempre reflete aspectos negativos a serem extirpados do social, pois uma análise mais detida pode ajudar a perceber a forma como diferentes sujeitos e organizações apropriam-se da espetacularização para garantir maior visibilidade à ação construída na perspectiva da resistência<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> As ações promovidas pela Cufa podem evidenciar essa complexa incorporação dos sujeitos da resistência à lógica do mercado. O prêmio Hutúz transformou-se em um festival anual no qual diversas atividades artísticas – premiações, shows, batalhas de *DJs*, *MCs*, *B.Boys*, intervenções de grafiteiros, festivais de cinema – se articulam com palestras e debates, que têm dado mais visibilidade e projeção a cada ano ao festival na agenda cultural e política da

A articulação da ação musical contestadora com o mercado fonográfico não é simples. A popularização, a conquista de espaços de visibilidade e a inserção dos sujeitos da contestação no mercado e na mídia trazem consigo fortes conflitos e temores. Apesar do medo da pasteurização e do enfraquecimento do discurso diante da repetição massificada de músicas e imagens, esses sujeitos compreendem que, sem o uso de estratégias de difusão utilizadas pela indústria fonográfica, é bem mais difícil se fazer ouvir e lutar contra o que consideram injusto. Tal como Herschmann (2005b, p. 162) sugere, não só a mídia constitui uma "arena" na qual diferentes discursos concorrem engendrando diferentes sentidos, como também cada discurso, em si mesmo, abriga perspectivas diversas e, muitas vezes, posições até contraditórias.

Os agentes da contestação evidenciam em seus discursos a existência de uma "cidade polifônica" (Herschmann, 2005a, p. 93), isto é, uma cidade em que as vozes dissonantes e as ações insurgentes fortalecem e configuram a instabilidade social, mas por meio de músicas críticas, propositivas e criativas. Parra (2006, p. 54) acredita que algumas expressões artísticas configuradas como ordens alternativas têm caráter político porque

estabelecem um conflito de poder, questionam a hegemonia e indicam a existência da resistência. A inserção do sujeito crítico e criativo nos novos e velhos espaços midiáticos demonstra uma nova forma de ação política que faz emergir e consolidar o *Outro*, a partir da utilização de linguagens, estéticas e estratégias adequadas, empregadas em "máquinas de pensamento", fundamentais para a (re) construção da subjetividade e a superação da opressão.

Tal como Herschmann ressalta, as colagens, as apropriações, os agenciamentos, mesmo de outros segmentos sociais e do mercado, não esvaziam o conteúdo dessas manifestações musicais, e sim o tornam mais potente. Visibilidade, potência e recursos são mais que necessários para que esses sujeitos possam costurar suas ações transformadoras. Apoiada em um instrumental técnico cada vez mais veloz, a sua ação de resistência torna-se mais potente e capaz de alcançar um número maior de pessoas. Se a indústria fonográfica lucra agenciando os sujeitos contestadores, aos jovens consumidores dessas músicas é facultado o acesso a produtos musicais capazes de contribuir para uma reflexão sobre a vida social e a experiência urbana. Para Santos (1997, p. 257),

---

cidade. A complexidade das articulações feitas para viabilizar um evento como esse revela-se na identificação das instituições financiadoras e co-patrocinadoras do evento: Unesco, Consulado Geral dos Estados Unidos da América, CCBB, Viva Rio, Cyclone; bem como das instituições privadas e governamentais ligadas à promoção do evento: a Rede Globo, MTV, Rádio Transamérica FM, o Ministério da Cultura, as Secretarias de Cultura do estado e do município. As ações da Cufa e de outros articuladores da produção cultural "periférica" carioca revelam sua complexidade, pois, ao mesmo tempo que promovem ações de caráter propositivo e emancipatório fortalecem os vínculos com agentes claramente conformados com a manutenção da ordem hegemônica.

cria-se uma cultura popular de massas, alimentada com a crítica espontânea de um cotidiano repetitivo e, também não raro, com a pregação de mudanças, mesmo que este discurso não venha com uma proposta sistematizada.

A cidade cantada transforma-se em *lugar*, uma porção do espaço apropriável para a vida, através do qual o sujeito se sente pertencente à cidade, vivendo tanto a cooperação quanto o conflito. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e objeto de uma razão local que convivem dialeticamente, pois o lugar é este cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições (Santos, 1997).

Para que a cidade seja verdadeiramente polifônica, é preciso que a lógica do espetáculo possa revelar também a criação musical insurgente, dissonante, enfim, a música do *Outro*. Este artigo destaca uma produção musical crítica,

criativa e propositiva quanto aos novos caminhos para uma sociabilidade urbana possível e reveladora deste *outro* imaginário urbano referenciado aos espaços populares ou múltiplos da cidade.

A idéia de buscar na música contribuições para a reflexão do novo planejamento das espacialidades vem, justamente, desta *outra* música urbana. Música que retrata a existência de um *Outro* sujeito que não se conforma em ser apenas espectador ou consumidor, que quer se expressar, cantar sua indignação e, assim, afirmar-se como cidadão. O direito à cidade, entendido como a possibilidade de renovar, de transformar a experiência urbana, parece, portanto, ser alcançável por meio da criação musical e das vozes dissonantes que compõem a cidade polifônica. Os esquemas racionalistas impostos pelo pensamento hegemônico já estão sendo transformados a partir desta experiência criativa da música carioca inconformada que se manifesta com poesia.

---

## Referências

ABREU, Fernanda. *SLA2 be sample*. Rio de Janeiro: EMI, p1992a. 1 CD.

\_\_\_\_\_. Rio 40 graus. Fernanda Abreu, Fausto Fawcett e Laufer [compositores]. In: \_\_\_\_\_. *SLA2 be sample*. Rio de Janeiro: EMI, p1992b. 1 CD. Faixa 5.

\_\_\_\_\_. *Da lata*. Rio de Janeiro: EMI, p1995a. 1 CD.

\_\_\_\_\_. Tudo Vale a pena. Fernanda Abreu e Pedro Luis [Compositores]. In: \_\_\_\_\_. *Da Lata*. Rio de Janeiro: EMI, p1995b. 1CD. Faixa 3.

- \_\_\_\_\_. *Entidade Urbana*. Rio de Janeiro: EMI, p2000. 1 CD.
- \_\_\_\_\_. *Fernanda Abreu MTV Ao vivo*. Rio de Janeiro: Universal Music, p2006a. 1 CD/DVD.
- \_\_\_\_\_. Bloco Funk. Fernanda Abreu [Compositora]. In: \_\_\_\_\_. *Fernanda Abreu MTV Ao vivo*. Rio de Janeiro: Universal Music, p.2006b. 1CD/DVD. Faixa 20.
- AMILCKA; CHOCOLATE. Som de Preto. Amilcka, Chocolate e MC Baby [Compositores]. In: DJ MARLBORO. *DJ Marlboro Apresenta Funk Teen*. Rio de Janeiro. Deck Disc, p2006. 1 DVD. Faixa 14.
- BOFF, Leonardo. Gentileza. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 maio 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1989].
- CARLOS, A.F.A. O sentido da Cidade: as possibilidades da análise geográfica. In: SPOSITO, Maria E. Beltrão. *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Unesp; Gasper, 2001. p. 421-431.
- \_\_\_\_\_. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 3. ed.; 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1990; 2003.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].
- DJ MARLBORO. *DJ Marlboro Apresenta Funk Teen*. Rio de Janeiro: Deck Disc, p2006. 1 DVD.
- ESSINGER, Silvio. *Batidão – Uma História do Funk*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FREIRE FILHO, João. *Usos (e abusos) do conceito de espetáculo na teoria social e na crítica cultural*. In: HERSCHMANN, Micael; FREIRE FILHO, João. (Org.). *Comunicação, Cultura e Consumo: a [des]construção do espetáculo contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005.
- GARCÍA, Fernanda Sanches. *Cidade-espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- GUATTARI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. *Jornal do Brasil*, 29 jul. 1990. Caderno Idéias.
- GUELMAN, Leonardo Caravana. *Brasil: Tempo de Gentileza*. Niterói: Eduff, 2000.
- HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005a [2000].
- HERSCHMANN, Micael; FREIRE FILHO, João. (Org.). *Comunicação, Cultura e Consumo: a [des]construção do espetáculo contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005b.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 [1969].

LUNA, Marlúcio. *O mundo funk é maior do que se pensa*. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto>>. Acesso em: 23 fev. 2006.

MONTE, Marisa. *Memórias, Crônicas e Declarações de Amor*. Rio de Janeiro: EMI, 2000. 1 CD.

\_\_\_\_\_. Gentileza. Marisa Monte [Compositora]. In: \_\_\_\_\_. *Memórias, Crônicas e Declarações de Amor*. Rio de Janeiro: EMI, p2000. 1 CD. Faixa 10.

MV BILL. *Traficando Informações*. Rio de Janeiro: Natasha Records/BMG, p1998a. 1 CD.

\_\_\_\_\_. Soldado do Morro. MV Bill [Compositor]. In: \_\_\_\_\_. *Traficando Informações*. Rio de Janeiro: Natasha Records/BMG, p1998b. 1 CD. Faixa 8.

\_\_\_\_\_. *Declaração de guerra*. Rio de Janeiro: Sony-BMG, p2002a. 1 CD.

\_\_\_\_\_. Emivi. MV Bill [Compositor]. In: \_\_\_\_\_. *Declaração de guerra*. Rio de Janeiro: Sony-BMG, p2002b. 1 CD. Faixa 14.

O F.U.R.T.O. *Sangue Audiência*. Rio de Janeiro: Sony-BMG, p2005a. 1 CD.

\_\_\_\_\_. Egocity. Marcelo Yuka [Com-

positor] In: \_\_\_\_\_. *Sangue Audiência*. Rio de Janeiro: Sony-BMG. p2005b. 1 CD. Faixa 2.

O RAPPÀ. *O Rappà*. Rio de Janeiro: WEA/Warner Music, p1994a. 1 CD.

\_\_\_\_\_. RAM. M. Yuka e O Rappà [Compositores] In: \_\_\_\_\_. *O Rappà*. Rio de Janeiro: WEA/Warner Music, p1994b. 1 CD. Faixa 6.

\_\_\_\_\_. *Rappà Mundi*. Rio de Janeiro: WEA/Warner Music, p1996a. 1 CD.

\_\_\_\_\_. Miséria S/A. P. Luís, M. Yuka e O Rappà [Compositores] In: \_\_\_\_\_. *Rappà Mundi*. Rio de Janeiro: WEA/Warner Music, p1996b. 1 CD. Faixa 2.

\_\_\_\_\_. *Lado B Lado A*. Rio de Janeiro: WEA/Warner Music, p1999a. 1 CD.

\_\_\_\_\_. O que sobrou do céu. Marcelo Yuka e O Rappà [Compositores] In: \_\_\_\_\_. *Lado B Lado A*. Rio de Janeiro: Warner, p1999b. 1 CD. Faixa 4.

PARRA, Ádrian Raúl Restrepo. Aproximación teórica a las prácticas artísticas de los jóvenes como expresión política. *Revista Trabajo Social*, Medellín, n. 3, p. 49-73, ene./jun. 2006.

PEDRO LUÍS E A PAREDE. *Astronauta Tupy*. Rio de Janeiro: Warner Music, p1997. 1 CD.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O espetáculo urbano no Rio de Janeiro: comunicação e promoção cultural. *Cadernos Ippur*, Rio de Janeiro, ano IX. n. 14, jan./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos Ippur*, Rio de Janeiro, ano XV, n. 2, ago./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Cátia Antônia et al. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. A acumulação primitiva do capital simbólico. In: JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein. (Org.). *Corpos e Cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006. Parte I, cap. 3, p. 39-50.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: téc-*

*nica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997 [1996].

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Senac-Rio, 2005.

SOARES, Luís Eduardo. Uma questão de atitude: O Rappa e as novas formas de intervenção política nas cidades brasileiras. In: CAVALCANTI, Berenice; STARLING, Heloisa; EISEMBERG, José. (Org.). *Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. V. 3 (A cidade não mora mais em mim).

VELOSO, Caetano. *Circuladô*. Rio de Janeiro: Universal Music, p1991. 1 CD.

## Resumo

O presente artigo pretende apreender a experiência urbana através do sujeito e de sua ação de criação musical. A idéia é buscar na música expressões da luta simbólica pelo direito à cidade – renovada, transformada. Tal música retrata a escala do cotidiano, do lugar, e as falas inconformadas que resistem ao pensamento que se diz único. A criação musical é uma prática que possibilita ao sujeito uma apropriação da cidade, sua afirmação como cidadão e, principal-

## Abstract

The present article intends to apprehend the urban experience through the citizen and of its action of musical creation. The idea is to search in music expressions of the symbolic fight for “the right to the city” – renewed, transformed. Such music portray the scale of the daily one, of the place and voices unresigned to them that resist the “unique thought”. The musical creation is one practical one that makes possible to the individual an appropriation of the city, its affirmation

mente, uma manifestação crítica e poética da existência do *Outro* no espaço urbano.

**Palavras-chave:** cidade, música, ação insurgente

while citizen and, mainly, a critical and poetical manifestation of the existence of the *Other* in the urban space.

**Keywords:** city, music, rebellious action

---

*Recebido em novembro de 2006. Aprovado para publicação em maio de 2007*

**Anita Loureiro de Oliveira** é geógrafa, Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e Doutoranda no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Áreas de interesse: cidade e cultura, comunicação e consumo.





**Director:**  
Carlos A. de Mattos

**Comité Editorial:**  
Federico Arenas  
Pedro Bannen  
Oscar Figueroa  
Rosanna Forray  
Lucía Dammert  
Alfredo Rodríguez  
Claudia Rodríguez Seeger

**Editora:**  
Leslie Parraguez Sánchez

**Secretaria:**  
Ketty Vilches

**Diseño cubierta:**  
Rosanna Forray  
Marcelly Morales

**Fotografía cubierta:**  
Pedro Lomboy Castillo

EURE es indizada por HAPI, PAIS, CLASE, Current Contents Social & Behavioral Sciences (ISI), Social Sciences Citation Index (ISI), Sociological Abstracts, Elsevier GEO Abstracts, RedAlyc y The International Bibliography of the Social Sciences.

EURE versión electrónica:  
[www.scielo.cl/eure.htm](http://www.scielo.cl/eure.htm)

## Sumario

<b>Presentación</b>	5
<b>Introducción</b> <i>Alicia Lindón</i>	7
<hr/>	
<b>Tema central: Imaginarios urbanos</b>	
<b>Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos.</b> <i>Daniel Hiernaux</i>	17
<b>Los imaginarios urbanos y el constructivismo geográfico: los hologramas espaciales.</b> <i>Alicia Lindón</i>	31
<b>La "insoportable levedad" de lo urbano.</b> <i>Mónica Lacarrieu</i>	47
<b>Entre la ciencia ficción y las ciencias sociales: el "lado oscuro" de las ciudades americanas.</b> <i>Alain Musset</i>	65
<b>Imaginarios urbanos en el Gran Santiago: huellas de una metamorfosis.</b> <i>Francisca Márquez</i>	79
<hr/>	
<b>Eure Entrevista</b>	
<b>Diálogo con Nestor García Canclini. ¿Qué son los imaginarios y cómo actúan en las Ciudades?</b> <i>Alicia Lindón</i>	89
<hr/>	
<b>Eure Reseñas</b>	
Milagros Aguirre, Fernando Carrión y Eduardo Kingman. <b>Quito Imaginado.</b> <i>Manuel Dammert Guardia</i>	101
Alicia Lindón, Miguel Ángel Aguilar y Daniel Hiernaux (Coords.), <b>Lugares e Imaginarios en la Metrópolis.</b> <i>Eduardo Neve</i>	104
<b>Eure Informa</b>	107

### Instruções aos colaboradores dos *CADERNOS IPPUR*

1. As contribuições enviadas sob a forma de artigo devem ser apresentadas em no máximo 25 (vinte e cinco) laudas, incluindo figuras, notas de rodapé, referências e anexos. As figuras deverão ser em P&B, ter extensão JPG ou TIF e 300 dpi.
  2. O texto deve ser digitado com fonte 12 e espaçamento de 1,5. As citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas de ilustrações e tabelas devem ser digitadas com fonte tamanho 10 e espaçamento simples.
  3. As referências devem ser redigidas de acordo com a NBR 6023/2002 da ABNT:
    - a) *Livro* – último sobrenome em caixa-alta, seguido de prenome e demais sobrenomes do(s) autor(es). Título em destaque (itálico): subtítulo. Número de edição, a partir da segunda. Local de publicação: editora, ano de publicação. Número total de páginas do livro. Quando houver mais de um volume, citar somente o número de volumes (Coleção ou Série).  
Exemplos:  
MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2000. 351 p.  
MAMANI, Hernán Armando. *Transporte informal e vida metropolitana: estudo do Rio de Janeiro nos anos 90*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 2 v.
    - b) *Artigo* – último sobrenome em caixa-alta, prenome e demais sobrenomes do(s) autor(es); título do artigo: subtítulo; título do periódico em destaque (itálico), local de publicação, nº do volume, nº do fascículo, da página inicial e final do artigo, mês e ano de publicação.  
Exemplo:  
HABERMAS, Jürgen. O falso no mais próximo: sobre a correspondência Benjamin/Adorno. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 69, p.35-40, jul. 2004.
    - c) *Capítulo de livro*  
Exemplo:  
OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Mudanças no espaço metropolitano: novas centralidades e dinâmicas espaciais na metrópole fluminense. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (Org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A Editora; FAPERJ, 2006. p. 79-97.
  - d) *Dissertações e Teses*  
Exemplo:  
MARQUES, Ana Flávia. *Novos parâmetros na regionalização dos territórios: estudo do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) na Amazônia legal e das bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul*. 2006. 189f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.
  - e) *Artigo e/ou matéria de revista em meio eletrônico*  
Exemplo:  
WACQUANT, Loïc. *Elias no gueto*. Rev. de Sociologia e Política, Curitiba, n. 10, jun. 1998. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/publica/revsocpol>>.
4. Deve ser enviado um resumo em português (ou espanhol) e inglês, e uma relação de no máximo 5 (cinco) palavras-chaves (em português e inglês) para efeito de indexação.
  5. O autor deve enviar informações relativas à sua trajetória profissional e vínculos institucionais (no máximo 5 linhas).
  6. O autor de artigo publicado em *Cadernos IPPUR* receberá três exemplares do respectivo fascículo da revista.
  7. Os artigos devem ser enviados à Comissão Editorial dos *Cadernos IPPUR* através do endereço eletrônico [cadernos@ippur.ufrj.br](mailto:cadernos@ippur.ufrj.br).
  8. Em caso de aprovação, o autor deverá enviar pelo correio o formulário (disponível na homepage) de autorização devidamente preenchido e assinado para disponibilização em texto completo nas bases de dados às quais os *Cadernos IPPUR* estejam indexados, incluindo a Base Minerva da UFRJ.
  9. Para as resenhas críticas de publicações, recomenda-se o máximo de 4 páginas.

---

#### IPPUR/UFRJ

Prédio da Reitoria, Sala 543  
Cidade Universitária / Ilha do Fundão  
Rio de Janeiro (RJ) CEP 21.941-590  
Tel: (21)2598-1676  
Fax:(21)2598-1923

---

Para assinatura ou número avulso, consultar: <http://www.ippur.ufrj.br>